

Ecolinguismo e Línguas Minoritárias



Alberto Gómez Bautista
Lurdes de Castro Moutinho
Rosa Lília Coimbra
(coordenação)



universidade de aveiro
theoria poiesis praxis

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Ecolinguismo e Línguas Minoritárias

COORDENADORES DO VOLUME

Alberto Gómez Bautista, Lurdes de Castro Moutinho & Rosa Lúcia Coimbra

EDITORIA

UA Editora

Universidade de Aveiro

Serviços de Biblioteca, Informação Documental e Museologia

1.^a edição – março de 2017

CAPA

Poial em Sendim, foto de Alberto Gómez Bautista

ISBN 978-972-789-496-3

APOIOS



FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA



Textos do

Colóquio Internacional sobre Ecolinguismo e Línguas Minoritárias.

Uma homenagem a Amadeu Ferreira

15 e 16 de junho de 2016 - Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro
17 e 18 de junho de 2016 - II Jornadas de Língua e Cultura Mirandesas, Miranda do Douro

Página web do evento :

<http://cllc.web.ua.pt/vl/pt-pt/node/12>

Contacto :

dlc-variacaolinguistica@ua.pt

NOTA INTRODUTÓRIA

Nos dias 15 e 16 de junho de 2016 teve lugar, no Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, o *Colóquio Internacional sobre Ecolinguismo e Línguas Minoritárias. Uma homenagem a Amadeu Ferreira*. O objetivo desta iniciativa foi o de reunir estudiosos, investigadores e docentes que se ocupem da análise e divulgação da diversidade linguística.

Para além das comunicações orais apresentadas, foi também realizada uma mostra fotográfica sobre Terras de Miranda e a apresentação de um livro de poemas bilingue mirandês/português.

A seguir aos trabalhos em Aveiro, foi dada continuidade ao colóquio em Miranda do Douro, nos dias 17 a 19 de junho, em articulação com a Câmara Municipal de Miranda do Douro. Os trabalhos prosseguiram aí com as *II Jornadas de Língua e Cultura Mirandesas: Uma Homenagem a Amadeu Ferreira*. Com o intuito de homenagear Amadeu Ferreira, escritor e ilustre defensor do património cultural mirandês, pretendeu-se, com esta iniciativa, divulgar, estudar, analisar e valorizar a sua obra e, em simultâneo, a língua, literatura e cultura mirandesas.

A Comissão Organizadora do colóquio foi constituída por: Alberto Gómez Bautista (CLLC, Universidade de Aveiro), Alfredo Cameirão (Câmara Municipal de Miranda do Douro), Artur Nunes (Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Douro), Carlos Ferreira (Presidente da Associação da Língua e Cultura Mirandesa), Lurdes de Castro Moutinho (CLLC, Universidade de Aveiro), Mário Correia (Câmara Municipal de Miranda do Douro) e Rosa Lúcia Coimbra (CLLC, Universidade de Aveiro).

Da Comissão Científica do colóquio fizeram parte os seguintes elementos: Alberto Gómez Bautista (CLLC, Universidade de Aveiro), Andrés José Pociña (Universidade de Extremadura, Espanha), João Manuel Torrão (CLLC, Universidade de Aveiro), Lurdes de

Castro Moutinho (CLLC, Universidade de Aveiro), Maria Teresa Cortez (CLLC, Universidade de Aveiro), Maria Teresa Roberto (CLLC, Universidade de Aveiro), María Victoria Navas Sánchez-Élez (Universidad Complutense de Madrid), Perpétua Gonçalves (FLCS, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo), Rosa Lúcia Coimbra (CLLC, Universidade de Aveiro) e Tabita Fernandes da Silva (Universidade Federal do Pará).

O presente volume reúne textos selecionados provenientes de comunicações apresentadas neste evento.

Aveiro, março de 2017

Os coordenadores

ÍNDICE

1. TEXTOS DE COMUNICAÇÕES

Alberto Gómez Bautista	
Línguas e variedades fronteiriças de Portugal	11
Alcides Meirinhos	
Ls caminos mediebales na Tierra de Miranda	29
Alfredo Cameirão	
Fazer L nono anho an Mirandés. L porcesso de reconhecimento, balidaçon i certeficaçon de cumpetências an Lhéngua Mirandesa. L causo de San Pedro de la Silba	37
Francelino Wilson & Vasco Magona	
Uma análise autossegmental de /s/ em raízes verbais do Ciyaawo contemporâneo	47
Helena Rebelo	
Do Mirandês ao Madeirense: A Génese das Escritas Fonéticas	59
Luís Fernando Pinto Salema	
Polimorfismo, desterritorialização e contacto entre línguas: o judeu- espanhol no espaço ecolinguístico da península balcânica	97
Lurdes de Castro Moutinho & Alberto Gómez Bautista	
Uma primeira abordagem ao estudo da prosódia da língua mirandesa	117
Maria Helena Ançã	
Alguns cabo-verdianos em Portugal: relações entre as Línguas Cabo- verdiana e Portuguesa	141
Maria Teresa Roberto	
A natureza adjuvante ou oponente das línguas francas na sustentabilidade das línguas minoritárias.....	161

Sérgio Ferreira & Cláudia Martins	
Capital tradutológico e a defesa da língua mirandesa	183

Xosé-Henrique Costas González	
A protección do aranés: un exemplo para as minorías lingüísticas ibéricas.....	223

2. LANÇAMENTO DE LIVRO E MOSTRA FOTOGRÁFICA

Adelaide Monteiro	
Livro de poesia <i>Bózios, Retombos i Siléncios - Gritos, Ecos e Siléncios</i> , da escritora Adelaide Monteiro, apresentado por Alcides Meirinhos	249

Alcides Meirinhos	
Mostra de fotografias sobre Terras de Miranda	253

1. TEXTOS DE COMUNICAÇÕES

LÍNGUAS E VARIEDADES FRONTEIRIÇAS DE PORTUGAL

Alberto Gómez Bautista

LÍNGUAS E VARIEDADES FRONTEIRIÇAS DE PORTUGAL

Alberto Gómez Bautista

(Fundação Calouste Gulbenkian / CLLC, Universidade de Aveiro)

Resumo

A presente comunicação tem por principal objetivo descrever, do ponto de vista sociolinguístico, a fronteira luso-espanhola. Recorre-se à história, à linguística e a outras disciplinas para explicar o porquê dos fenómenos linguísticos que se localizam nestas regiões.

Faz-se uma breve revisão dos estudos mais relevantes sobre esta matéria. É revista a bibliografia no âmbito da história, da dialetologia e da sociolinguística. Para além de apresentar de forma breve o estado da arte, analisam-se alguns dados obtidos ao longo das nossas viagens de pesquisa por algumas das localidades raianas, com o intuito de completar e acrescentar algumas informações sobre a vasta área objeto deste estudo. Deste modo, tentaremos apresentar uma visão geral mas rigorosa e tão completa quanto possível da situação sociolinguística limítrofe e dos principais factos que originaram este panorama.

Inicia-se o percurso na controversa fronteira, do ponto de vista linguístico, entre a Galiza e o Norte de Portugal. Continua-se o caminho através das linhas que separam Portugal de Castela e Leão e que deixaram numerosos enclaves linguísticos de ambos os lados da “raia”: no português, Rio de Onor, Guadramil, Deilão, Petisqueira e a Terra de Miranda, testemunham a importância que o asturo-leonês teve no oriente trasmontano; no lado espanhol, em Castela e Leão, veremos os enclaves galego-portugueses de Ermisende e Alamedilha. Continuaremos o nosso percurso em Cedilho, Os Três Lugares (Eljas, San Martín de Trevejo, Valverde del Fresno), Franja de Alcântara e Olivença, na Estremadura espanhola. Este estudo debruça-se também sobre o barranquenho e as consequências linguísticas que os constantes movimentos migratórios (mais intensos em épocas de perseguição e guerra) foram deixando no português e no espanhol falado nas áreas contíguas à fronteira. Conclui-se esta viagem entre isoglossas e “raias” político-administrativas na região do Algarve.

Palavras-chave

Línguas em contacto, fronteira luso-espanhola, galego, português, espanhol, asturo-leonês, sociolinguística.

Abstract

The main purpose of this communication is to describe the Luso-Spanish border, from a sociolinguistic point of view. We will resort history, linguistics and other disciplines to explain linguistic phenomena located in frontier regions.

It is made a brief review of the most relevant studies on this subject. The bibliography is reviewed in the context of history, dialectology and sociolinguistics. In addition to briefly presenting the state of the art, we analyze some data obtained during our research field trips to the "raia" locations, in order to review update and add some information about the vast area object of this study.

In this way, we intend to present a more accurate and complete as possible overview of the sociolinguistic bordering situation on the main facts which have arisen to this panorama.

The route begins at the controversial frontier, from the linguistic point of view, between Galicia and northern Portugal. We will continue through the lines separating Portugal from Castile and Leon and leaving numerous linguistic enclaves on both sides of the "raia", in Portuguese side the importance that the asturo-leonese had in the east trasmontan region is testified by, Rio de Onor, Guadramil, Deilão, Petisqueira and the Land of Miranda: On the Spanish side we will analyze the Galician-Portuguese enclaves of Ermisende and Alamedilha. our journey will proceed to Cedillo, The Three Places (Eljas, San Martín de Trevejo, Valverde del Fresno), Fringe of Alcantara and Olivença. This study will also consider the language and the linguistic consequences that the constant migratory movements (more intense in times of persecution and war), were leaving in the Portuguese and Spanish spoken in the areas adjacent to the border. This journey will be resumed among isoglosses and political-administrative "raias" in the Algarve region.

Keywords

Contacting languages, Portuguese-Spanish border, Galician, Portuguese, Spanish, Asturian-leonese, sociolinguistics.

1. INTRODUÇÃO

A fronteira de Portugal continental tem permanecido praticamente inalterada desde a tomada de Faro em 1249. Com a tomada da cidade algarvia, o território de Portugal continental permanecerá praticamente igual até à atualidade. A única alteração significativa produziu-se em 1297, com a incorporação na coroa portuguesa, devido ao tratado de Alcanices, do território situado entre o rio Côa e o Águeda, para «regularizar situações que, na sua maior parte, já existiam de facto» (Amaral & Garcia, 1998: 968). Mais a sul, e como consequência do referido tratado, Olivença, Campo Maior e Ouguela eram integradas em Portugal, embora ficassem ligadas ao bispado de Badajoz até 1444 (Sequeira e Júnior, 1924: 104-105).

Algo semelhante aconteceu com a Terra de Miranda, que integrou o reino de Portugal desde a sua fundação mas pertenceu durante algum tempo após a independência de Portugal ao bispado de Astorga:

En la provincia de Zamora el pueblo de Ermisende habla gallego. Pero, en cambio, entra el dominio del leonés en el reino de Portugal, en Riodonor, Guadramil, y quizá en Quintanilha (á juzgar por su diminutivo –illa y no –ela), y además en la tierra de Miranda. El eminente filólogo J. Leite de Vaconcellos estudió y consideró el dialecto de Miranda dentro del cuadro de dialectos portugueses; pero, según veremos, no es más que uno de tantos restos del leonés occidental. Esta afirmación vendrá á ser continuamente apoyada por el examen lingüístico que seguirá; ahora bastará decir que el mirandés diptonga la *ẽ* y *õ* latinas, carácter que tomaremos como fundamental en la clasificación de un dialecto como leonés y no como gallego-portugués [...]. Es, sin duda, chocante que en un rincón de Portugal se desarrollase un dialecto leonés; pero esto se explica sin dificultad, atendiendo á que la constitución de los dialectos del norte del Duero es evidentemente anterior á la delimitación del reino portugués en el siglo XII. El leonesismo del mirandés obedece á razones históricas mucho más antiguas, pues la tierra de Miranda en la España romana pertenecía, no al convento jurídico Bracarense, sino al Asturicense, y en la alta Edad Media la iglesia de Braganza perteneció á la diócesis de Astorga, hasta que luego se desmembró por la dificultad de pertenecer a un reino diferente. Si la tierra de Miranda era primitivamente una hijuela de Astorga, nada más natural que el dialecto de ambas regiones sea el mismo (Pidal, 2006/1906: 32-33).

Contudo, Herculano de Carvalho questiona a consistência das fontes de Menéndez Pidal, rejeita a tese da pertença da Terra de Miranda ao bispado de Astorga e defende que o principal motivo para que se fale asturo-leonês na Terra de Miranda é a colonização leonesa dos séculos XIII e XV (Carvalho, 1973: 71-93). Porém, Amadeu Ferreira demonstrou que houve uma continuidade no povoamento e que o asturo-leonês não terá sido transplantado à Terra de Miranda mas, pelo contrário, será o resultado da evolução do latim que ali se falava, tendo surgido assim esta variedade romance com características comuns com as variedades asturo-leonesas congêneres (Ferreira, 2005: 66-67).

Ao longo da fronteira luso-espanhola, encontramos uma série de casos que confirmam que as fronteiras políticas e as fronteiras linguísticas raramente coincidem (Navas, 1998: 83). Do ponto de vista estritamente linguístico, há que assinalar que à época em que surgiu o reino de Portugal o português não se distinguia do galego (Teyssier, 1982: 3). Por outro lado, no território onde se constitui o Estado fundado por Afonso Henriques em 1143, falava-se, nas áreas mais orientais desse reino, o idioma leonês ou asturo-leonês. Este panorama linguístico foi descrito pelo investigador Amadeu Ferreira do seguinte modo:

Durante a Idade Média, até cerca do século XIV, ou até o fim do século XIV, ou até o século XV, ninguém sabe muito bem, em todo o Trás-os-Montes, nomeadamente na linha que vai da serra de Sanábria, Nogueira, Bornes, Reboredo, para o oriente, falava-se leonês, para lá falava-se galego-português¹.

¹ Amadeu Ferreira, transcrito por Marques, 2015: 362.

A zona leonesa continuava por Foz Côa e chegava até ao Sabugal. Os forais de Castelo Melhor, de Alfaiates e de Sabugal, são testemunho desse passado linguístico leonês em Portugal (Marques, 2015: 362), estes forais junto com o foral de Castelo Rodrigo foram estudados por Lindley Cintra (Cintra, 1984).

2. VARIAÇÃO DIATÓPICA: VARIEDADES LINGUÍSTICAS

Uma das primeiras dificuldades com que nos deparamos ao estudar a variação linguística é fixar conceitos como fala, gíria, registo, dialeto ou língua. Estes termos não são consensuais e são difíceis de definir de forma clara e satisfatória. Para evitar os problemas que este entrave terminológico possa colocar, falaremos aqui de variedades linguísticas. Variedade, neste trabalho, é qualquer forma de linguagem com elementos linguísticos (palavras, sons, expressões, construções sintáticas, etc.) que a distinguem de outras variedades.

Neste trabalho seguimos, *grosso modo*, a definição de variedade linguística estabelecida por Charles A. Ferguson. Para este autor, uma variedade é um conjunto de elementos linguísticos suficientemente homogêneos para serem analisados mediante técnicas linguísticas de descrição sincrónica; tal conjunto estaria constituído por um repertório de elementos suficientemente extenso e poderia operar em todos os contextos normais de comunicação:

A variety is any body of human speech patterns which is sufficiently homogeneous to be analyzed by available techniques of synchronic description and which has a sufficiently large repertory of elements and their arrangements or processes with broad enough semantic scope to function in all normal contexts of communication (Ferguson, 1971:30).

Seguindo esta definição, serão variedades linguísticas as línguas, os dialetos e os socioletos. Tendo em consideração o anteriormente exposto, explicaremos agora os motivos pelos quais afastamos abordagens como a de R. A. Hudson, que define variedade de uma forma bastante lata, pois considera que é uma manifestação do fenómeno da linguagem definida por um conjunto de elementos linguísticos de similar distribuição social (Hudson, 1981: 31 e ss.). Esta definição abrange as línguas de um falante ou de uma comunidade de fala, os dialetos, os estilos, os registos, as gírias e toda a manifestação

linguística que possa observar algum uso ou valor social. O problema desta definição, mais ampla que a de Ferguson, é que as variedades linguísticas assim definidas colocam problemas consideráveis, segundo o próprio Hudson, à hora de distinguir as que pertencem à mesma classe (uma língua de outra, um dialeto de outro, etc.) e para delimitar os diferentes tipos de variedades (língua frente a dialeto, dialeto frente a gíria, etc.). Talvez por isso se intercambiem com frequência as denominações (dialetos sociais, línguas de grupo, etc.); basta pensar no caso do chinês que é um conjunto de variedades chamadas dialetos: mandarim, cantonês, etc. (Moreno Fernández: 2005: 91). Isto torna o termo variedade, assim definido, inoperativo e pouco útil para o que aqui se pretende, daí que optemos pela definição mas restrita de Ferguson.

Note-se que o presente estudo tem por objeto, sobretudo, as variedades linguísticas analisadas do ponto de vista diatópico. Assim, daremos maior atenção à distribuição geográfica dos fenómenos linguísticos em análise e deixaremos de lado, salvo em casos pontuais, a sua distribuição por grupos sociais.

3. LÍNGUA E DIALETO

Cientes de que a definição de variedade que acabamos de propor no ponto anterior não estará isenta de problemas, parece-nos que apresenta menos obstáculos que os conceitos de língua e dialeto. Estes dois termos apresentam muitas definições e há autores até que negam a existência dos dialetos; por exemplo, Gaston Paris e Paul Meyer chegaram à conclusão, em finais do século XIX, de que os dialetos não existem de forma autónoma, embora se possa falar das línguas como um *continuum* dialetal (Moreno Fernández, 2005: 92). No nosso contexto cultural, manter a distinção entre língua e dialeto coloca vários problemas. O obstáculo principal é que esta distinção não é o resultado de uma análise estritamente linguística, mas sim uma classificação baseada maiormente em critérios extralinguísticos. Outro dos problemas da distinção entre língua e dialeto é que estes conceitos, para além das várias e diversas definições, são conceitos que têm vindo a alterar-se ao longo do tempo. Pensemos, para dar apenas um exemplo, na etiqueta de dialetos africanos dada às línguas próprias faladas nas ex-colónias portuguesas que após o 25 de Abril e as independências das várias nações africanas (hoje referimo-nos a estes

países mediante o acrónimo PALOP) passaram a ser designadas, genericamente, de línguas nacionais.

Esta confusão verifica-se também entre futuros professores de português como demonstra o inquérito realizado por João Veloso a alunos da disciplina de Linguística Portuguesa I da Faculdade de Letras da Universidade de Porto ao início do ano letivo de 1998-1999:

O mirandês: língua ou dialecto? Quando se pergunta aos alunos se o mirandês é uma língua ou um dialecto (alínea a) da pergunta), os resultados são os constantes do Quadro 1.

Quadro 1- O mirandês como língua ou dialecto junto dos inquiridos		
Resposta	N.º de inquiridos	% de inquiridos (N=104)
É uma língua	40	38,5%
É um dialecto	60	57,7%
NS/NR	4	3,8%

(Neste quadro, estão considerados apenas os 104 inquéritos em que é dada resposta a pelo menos uma alínea da pergunta nº 10.) (Veloso, 2000: 130).

4. AS FUNÇÕES DA LÍNGUA

Todas as línguas desempenham diversas funções na comunidade e no território onde são faladas (Sánchez Carrión, 1981). Mas nem todas as línguas são empregadas para todas as funções. Isto deve-se a questões históricas, sociais ou políticas e não a uma limitação congénita ou uma suposta incapacidade das línguas em causa. As limitações funcionais, expressivas ou a carência de meios de expressão são a consequência de uma situação de minorização e subordinação em relação a língua dominante. O deficit de funções sociais é um claro indicador da vitalidade de uma língua.

FUNÇÕES SOCIAIS DAS LÍNGUAS
Função identitária ou pessoal
Função familiar
Função laboral
Função local ou municipal
Função nacional ou estatal
Função cultural ou civilizacional
Função internacional

No quadro seguinte mostram-se as funções que realizam as diferentes variedades objeto da nossa análise²:

Funções sociais das línguas			
Função identitária ou pessoal			
Função familiar			Barranquenho, enclaves galego-portugueses em Espanha, enclaves asturo-leoneses em Portugal
Função laboral		*	
Função local ou municipal		*	
Função nacional ou estatal			
Função cultural ou civilizacional		*Mirandês	
Função internacional	Português e Espanhol		

Esta situação tem consequências nas línguas subordinadas. Seguimos a classificação de Xavier Lamuela para assinalar os aspetos que caracterizam as línguas subordinadas:

- a) la excesiva variabilidad no funcional y la fragmentación dialectal;
- b) la ausencia o el carácter limitado de los medios de expresión apropiados en ciertos ámbitos;
- c) una organización de los estilos funcionales reducida y fragmentada geográficamente; y
- d) la sumisión a la interferencia masiva y a la orientación evolutiva de la lengua dominante³.

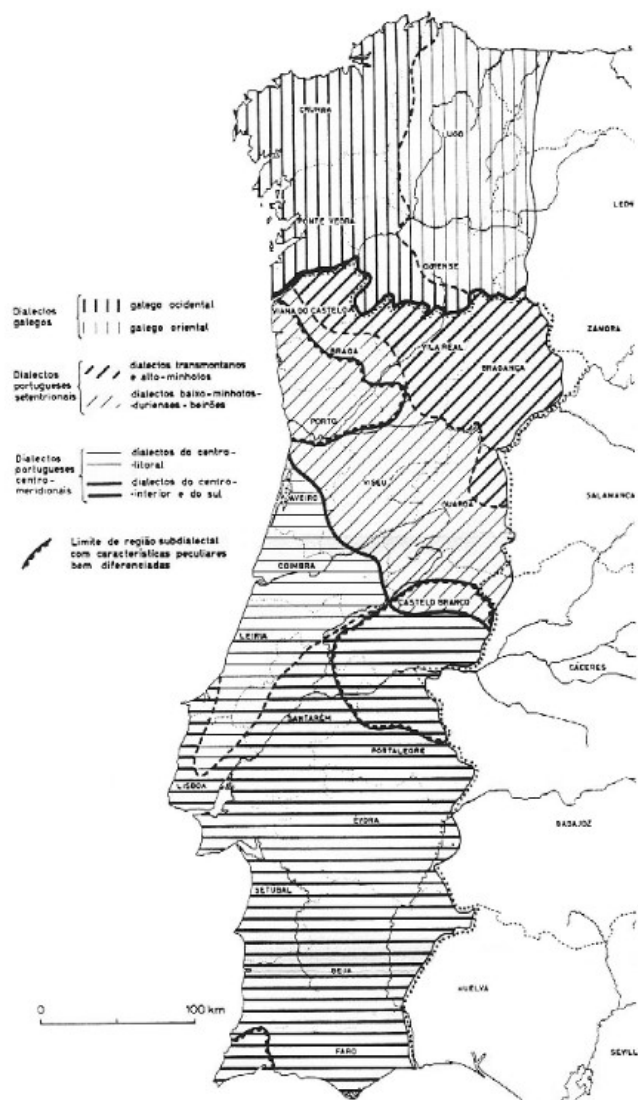
Como veremos, as variedades que aqui são objeto de análise correspondem a esta caracterização. Quanto menos funções sociais desempenha uma língua ou uma variedade linguística, mais acentuadas são a fragmentação dialetal, a limitação dos meios de expressão, e a interferência massiva e orientação evolutiva da língua dominante, e menor será a riqueza de estilos funcionais, entre outros aspetos.

² Adaptado de Sánchez Carrión, *Op. Cit.*

³ Citado por Alberto Gómez Bautista (2013). *El mirandês: Historia, contexto y procesos de formación de palabras*. Tese de doutoramento inédita. Consulta em <http://eprints.ucm.es/23981/1/T35037.pdf>. Citado a partir da conferência proferida por Xavier Lamuela nas Segundas Jornadas Ibérico-Italianas de Linguas Románicas Minoritarias: Graus (Huesca, Aragão, Espanha): La estandarización de las lenguas minoritarias románicas. Organizadas pelo Instituto de Estudios Románicos «Romania Minor» em colaboração com a Sociedad de Lingüística Aragonesa e com o apoio da Câmara Municipal de Graus, abril de 2004.

5. LÍNGUAS E VARIEDADES FRONTEIRIÇAS

Antes de enumerar as variedades linguísticas que se registam na fronteira luso-espanhola, lembramos a classificação dos dialetos portugueses de Lindley Cintra para contextualizarmos a análise que a seguir se desenvolve:



Mapa 1 – Classificação dos dialectos galego-portugueses. (Cintra, 1995:162-163)

Ao observarmos o mapa de Lindley Cintra, percebemos que há pequenos desajustes entre a fronteira linguística e a fronteira política. Verificam-se três tipos de situações:

- a) Enclaves galego-portugueses em território espanhol: Ermisende⁴, Alamedilha, Cedilho, Os três Lugares, Franja de Alcântara e Olivença.
- b) Variedades asturo-leonesas em território português: Rio de Onor, Guadramil, Deilão, Petisqueira e a Terra de Miranda.
- c) Variedades fruto do contacto de línguas: Barranquenho.

Note-se que, nos três casos, há situações de contacto de línguas, no primeiro caso (a) o espanhol é a língua dominante, no segundo (b) será o português – variedade trasmontana e, mais recentemente, o português padrão divulgado na rádio e na televisão – e em (c) o barranquenho será o resultado do contacto de duas línguas, espanhol e português (sobretudo as variedades estremenha e andaluza, no caso do espanhol, e o português centro-meridional).

Posto isto, passamos a enumerar algumas das características das variedades em análise que nos permitem fundamentar esta classificação. Não se pretende fazer uma descrição exaustiva das variedades objeto de análise neste estudo, apenas se querem assinalar alguns aspetos que individualizam cada uma destas variedades e permitem sustentar a classificação que aqui se apresenta. As principais características das variedades em análise são:

1. Resultados de «e» e «o» breves latinos em posição tónica:

latim	português / galego	português de Olivença	mirandês	asturiano / leonês	español
<i>terra</i>	<i>terra</i>	<i>terra</i>	<i>tierra</i> [je]/ [i] (Mirandês de Sendim)	<i>tierra</i>	<i>tierra</i> [je]
<i>porta</i>	<i>porta</i>	<i>porta</i>	<i>puorta</i> [wo]/ [u] (MS)	<i>puerta</i> / <i>puorta-puerta</i> (Sanábria)	<i>puerta</i> [we]

Em mirandês não há muita regularidade neste fenómeno; com frequência o segundo elemento do ditongo é muito fraco. Moura Santos chega a afirmar que este ditongo e os seus alomorfes são «pouco frequentes em mirandês» (Santos, 1967:150), o que não nos parece que corresponda à realidade que temos observado na Terra de Miranda, salvo em Sendim onde cai de forma regular o segundo elemento dos ditongos «ie» e «uo».

⁴ O nome oficial é Hermisende; neste trabalho usamos a forma tradicional e popular do topónimo.

Em Sanabrês produz-se um fenómeno análogo, a vacilação no segundo elemento como explica Diego Catalán citando a Krüger (*El dialecto de San Ciprian de Sanabria. p. 25*):

Se observa una vacilación en el segundo elemento del diptongo. Las mismas personas que emplean *uó* pronuncian no rara vez «un grupo vocálico cuyo segundo elemento ya no es una *o* clara sino una vocal bastante imprecisa que hace el efecto de una *e*, cuyo timbre es difícil de analizar [ɛ] y que se parece con frecuencia a una vocal media entre *o* y *e*». (Catalán, 1989:193).

2. O «l-» inicial latino:

latim	português / galego	português de Olivença	mirandês	asturiano / leonês	barranquenho	español
<i>lana</i>	<i>lã / la</i> [l]	<i>lã</i> [l]	<i>lhana / lana</i> (Sendim) [ʎ]/[l]	<i>llana</i> [ʎ]	<i>leite</i> [l]	<i>lana</i> [l]

Em Sendim e Guadramil (Frias, 2012: 24) o l- inicial, geralmente, não palataliza.

3. Evolução das consoantes geminadas latinas –ll-, -nn- e –mn-:

latim	português / galego	mirandês	asturiano / leonês	español
<i>castellum</i>	<i>castelo</i>	<i>castielho</i>	<i>castiellu</i>	<i>castillo</i>
<i>pannus</i>	<i>pano</i>	<i>panho</i>	<i>pañu</i>	<i>pañó</i>
<i>damnus</i>	<i>dano</i>	<i>danho</i>	<i>dañu</i>	<i>daño</i>

Observamos que a diferença fundamental entre mirandês e asturiano (neste ponto) é a grafia. Amadeu Ferreira falando a propósito da possibilidade de melhorar a Convenção lembrava que o mirandês não é uma língua isolada, faz parte da «família das línguas leonesas» (Marques, 2015: 360):

Eles também fazem isso [palatalização de l- latino em início de palavra], só que seguem a escrita padronizada castelhana com dois “ll” e nós seguimos a escrita padronizada portuguesa com “lh”. (Marques, 2015: 360)

Não querendo entrar em polémicas, pois aqui o escritor defendia “aproximar” o mirandês ao uso do “ll”, o texto exemplifica, de forma clara, como a interferência das línguas dominantes se manifesta em todos os âmbitos das línguas subordinadas, de forma notória nas opções ortográficas adotadas.

4. Evolução dos grupos cultos latinos pl-, cl- e fl-, em início de palavra:

latim	português / galego	mirandês	asturiano / leonês	español
<i>clamāre</i>	<i>chamar</i> [ʃ] / [tʃ]	<i>chamar</i> [tʃ]	<i>chamar/llamar</i> [tʃ] / [ʎ]	<i>llamar</i> [ʎ]
<i>flamma</i>	<i>chama</i> [ʃ] / [tʃ]	<i>chama</i> [tʃ]	<i>chamar/llamar</i> [tʃ] / [ʎ]	<i>llama</i> [ʎ]
<i>plicāre</i>	<i>chegar</i> [ʃ] / [tʃ]	<i>chegar</i> [tʃ]	<i>chegar/llegar</i> [tʃ] / [ʎ]	<i>llegar</i> [ʎ]

Encontramos [tʃ] em galego, «extensas zonas do Norte de Portugal e de áreas não delimitadas de Mato Grosso e regiões vizinhas, no Brasil» (Cintra, 2002: 31). No português de Olivença também se documenta a pronúncia [tʃ]: ancha (Matias, 2001: 169) mas não temos dados suficientes para precisar se se trata do som habitual ou se estaremos apenas perante casos pontuais.

O fonema representado pelo dígrafo «ch» corresponde em mirandês a uma consoante post-alveolar africada (como a «ch» espanhola) mas em português é uma consoante palatal fricativa surda (salvo em zonas do Norte de Portugal nas que se pronuncia como em mirandês). Este resultado coincide com o asturiano ocidental e com o galego.

5. Resultados de -n- e -l- intervocálicos:

latim	português / galego	mirandês	asturiano / leonês	español
<i>vena</i>	<i>veia / vea</i> (g)	<i>bena</i>	<i>vena</i>	<i>vena</i>
<i>pila</i>	<i>pia</i>	<i>pila</i>	<i>pila</i>	<i>pila</i>

6. Pronúncia de «v» e «b»:

latim	português / galego	português de olivença	mirandês	asturiano / leonês	barranquenho	español
<i>vena</i>	<i>vaca</i> [v] / [b]	<i>vaca</i> [b]	<i>baca</i> [b]	<i>vaca</i> [b]	<i>vaca</i> [b]	<i>vaca</i> [b]

Em mirandês, português setentrional, galego, português de Olivença, barranquenho asturo-leonês e mirandês, /v/ e /b/ neutralizam em /b/ (bilabial oclusiva). Nas restantes variedades de português /v/ (labiodental fricativa) distingue-se de /b/ bilabial oclusiva.

Note-se que em mirandês não se distingue entre «b» e «v», nem na pronúncia nem na grafia.

7. Conservação / não conservação de f- inicial latina:

latim	mirandês	português	galego	espanhol	asturiano
<i>facēre</i>	<i>fazer</i>	<i>fazer</i>	<i>facér</i>	<i>hacer</i>	<i>facér</i>

8. Em Barrancos regista-se a queda ou aspiração, conforme os casos, da sibilante em posição final absoluta:

arbo[h] (port. árvores); cru[ø] (Navas, 2011:194-195).

No português de Olivença também se regista a aspiração ou a queda da sibilante, mas em posição final de sílaba ou de palavra:

Atráh (atrás), *Liboa* (Lisboa) (Matias, 2001: 169).

9. As terminações latinas -onis, -anis e -anus:

latim	mirandês	português	galego	espanhol	asturiano
<i>panis</i>	<i>pan</i>	<i>pão</i>	<i>pan</i>	<i>pan</i>	<i>pan</i>
<i>manus</i>	<i>mano</i>	<i>mão</i>	<i>man</i>	<i>mano</i>	<i>mano</i>
<i>opiniō, -ōnis</i>	<i>oupenion</i>	<i>opinião</i>	<i>opinión</i>	<i>opinión</i>	<i>opinión</i>

Estas terminações dão lugar a -on [õ] em mirandês, salvo no mirandês de Sendim onde é pronunciado como ditongo nasal [ẽw̃].

10. O género

Em mirandês registam-se várias palavras com género diferente do português: *la calor* ("o calor"), *l febre* ("a febre"), *l quemido* ("a comida"), *la questume* ("o costume"). O mesmo fenómeno se encontra em barranquenho: a sangue, a sal, a calor, o equipe, a fel, a leite, a mel, uma rama ("um ramo"), a risa, etc. (Navas, 2011: 59-62).

11. No que diz respeito ao léxico, podemos afirmar que o mirandês possui um número importante de palavras que coincidem com o português (*nomeada*) e com o galego

(*chiçco*, *tagalho*⁵), com o espanhol (*persona*). Há um número considerável de palavras comuns a outras variedades asturo-leonesas (*abangar*).

No caso do barranquenho e do português de Olivença, para além do vocabulário em comum com as variedades meridionais do português, cabe assinalar a presença abundante de vocabulário oriundo do espanhol meridional:

Barrancos: *codo* (port. *cotovelo*), *párpado* (port. *pálpebra*), *cosquillas* (port. *cócegas*), *la morcilha* (port. *linguiça*), *mondongo* (tripas do porco) etc.

Em Olivença o léxico será um dos campos mais afetados pela interferência e a orientação evolutiva do espanhol:

Mas foi sobretudo o léxico, o sector da língua onde melhor se espelha a realidade extra-linguística, que sofreu mais profundo dano. Muitas palavras caíram no esquecimento, gradualmente substituídas pelas correspondentes espanholas. E este processo não atingiu apenas as palavras comuns, as do intercâmbio diário (já nem mencionando os nomes das coisas novas, todos eles, evidentemente, castelhanos). Mesmo as palavras das coisas antigas, os nomes das plantas, dos animais, das alfaías agrícolas, as ladainhas religiosas se deixaram espanholizar. Alguns exemplos: *chispear* ‘chuviscar’, esp. *chispear*, *fresa* ‘morango’, esp. *fresa*, *guelondrina* ‘andorinha’, esp. *golondrina*, *membrilho* ‘marmelo’, esp. *membrillo*, *molisna* ‘chuva miúda’, esp. *mollizna*, *orilha* ‘margem do rio’, esp. *orilla*, *remolacha* ‘beterraba’, esp. *Remolacha*. (Matias, 2001:170)

6. A MODO DE CONCLUSÃO

O estudo das variedades fronteiriças permite conhecer melhor a nossa própria língua. Amadeu Ferrerira escreveu sobre um caso que exemplifica bem isso: o da palavra mirandesa *açagar*⁶, que veio do português, onde se deixou de utilizar há muito tempo. O mirandês fornece dados sobre esta palavra que se perdeu no português e nos permite contar melhor a história da língua portuguesa.

⁵ Documenta-se *tagalho* no galego falado no concelho de Porto (Samora, Espanha), consultar em <http://ilg.usc.es/Tesouro/gl/search#search=normal&mode=lema&q=tagallo> e em Bragança e Alfandega da Fé, consultar em <http://ilg.usc.es/Tesouro/gl/search#search=normal&mode=lema&q=tagalho> (significa, em todos os casos, “rebanho ovino e caprino”, mas em Bragança significa também “filharada”).

⁶ Ferreira, Amadeu. “Caminos que l pertuês nun puode açagar”. [Crónica] *Diário de Trás-os-Montes* (17-12-2005). Consultar em <http://www.diariodetrasmontes.com/cronica/caminos-que-l-pertues-nun-puode-acagar>

Mas para além do interesse linguístico e histórico, ou da consideração que merece, um património tão rico e diverso, cultivado e enriquecido pelas gerações que nos precederam é, como sublinhava tantas vezes o já referido escritor, Amadeu Ferreira, um imperativo democrático e de cidadania. Temos que assumir o papel de continuadores, como ele dizia, para deixar às gerações futuras o que temos de mais valioso, a nossa língua, a cultura e os valores que ela veicula:

O meu contributo na área do mirandês visa continuar o que outros iniciaram (...) [para] levar o mirandês para a frente. (Marques, 2015: 357)

BIBLIOGRAFIA

- Amaral, L. C.. & Garcia, J. C. (1998). O tratado de Alcañices (1297): Uma construção historiográfica. *Revista da Faculdade de Letras: História*, II série, vol. 15, tomo 2 (1998), pp. 967-986.
- Carvalho, J. G. H. (1973). Porque se fala dialecto leonês em Terra de Miranda?. *Estudos linguísticos*, vol. 1, 2ª ed., Coimbra: Atlântida Editora, pp. 71-93.
- Catalán, D. (1989). *Las lenguas circunvecinas al castellano*. Madrid: Paraninfo.
- Cintra, L. F. L. (1984). *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo. Seu confronto com a dos Foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre. Contribuição para o estudo do leonês e do galego-português do século XIII*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- _____. (1995). *Estudos de Dialectologia Portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Cunha, C. & Cintra, L. F. L. (2002). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: João Sá da Costa.
- Duarte de Armas (2015). *Livro das Fortalezas*. Edição fac-similada do *Livro das Fortalezas situadas no extremo de Portugal e Castela por Duarte de Armas, escudeiro da casa do Rei D. Manuel I* (DGLAB-Torre do Tombo. Cota: Códices e documentos de proveniência desconhecida, nº 159, cofre forte). Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Ferreira, A. (2005). “Camínos que l pertuês nun puode açagar”. [Crónica] *Diário de Trás-os-Montes* (17-12-2005). Consultar em: <http://www.diariodetrasosmontes.com/cronica/caminos-que-l-pertues-nun-puode-acagar>

- _____. (2005). L Regalengo de Palaçuolo ne l Seclo XII – (Studo de toponímia medieval i de stória de la lhéngua mirandes”. *Revista Brigantia*, vol. XXV, nº 3/4, pp. 33-72.
- Gómez Bautista, A. (2013). *El mirandés: Historia, contexto y procesos de formación de palabras*. Tese de doutoramento inédita. Consultar em:
<http://eprints.ucm.es/23981/1/T35037.pdf>
- Krüger, F. (1923). El dialecto de San Ciprián de Sanabria. Anejo IV de la *Revista de Filología Española*, Madrid.
- Marques, T. M. (2015). *O Fio das Lembranças. Biografia de Amadeu Ferreira*. Lisboa: Âncora.
- Navas Sánchez-Élez, M. V. (1999). La frontera lingüística hispano-portuguesa: aproximación bibliográfica. *Madrygal*, 1. Serviço de publicações da Universidad Complutense de Madrid, pp. 83-89.
- Sánchez Carrión, J. M. (1981). *La Navarra Cantábrica. Estudio antropolingüístico de una comunidad euskaldun*.
- Sequeira, G. M. & Júnior, A. R. (1924). *Olivença*. Lisboa: Portvgalia, pp. 104-105
- Veloso, J. (2000). O mirandês visto por futuros professores de português. In José Francisco Meirinhos, (coord.). *Estudos mirandeses: balanço e orientações. Homenagem a António Maria Mourinho*. Oporto: Granito.

LS CAMINOS MEDIEBALES NA TIERRA DE MIRANDA

Alcides Meirinhos

LOS CAMINOS MEDIEBALES NA TIERRA DE MIRANDA – PASSAIGES D’OUTROS MUNDOS

Alcides Meirinhos

(Associação de la Lhéngua i Cultura Mirandesa)

Resumo

Este é acima de tudo um texto com referências bem vinculadas sobre o Carril Mourisco, essa via, porventura pré-romana, estruturante de toda a Terra de Miranda. A partir daqui e das suas marcas, o percurso traçado pelo autor tenta levar-nos à essência do Planalto Mirandês, da autenticidade das suas gentes, das raízes e do apego à terra que permite a sobrevivência de um povo e de uma cultura. Por fim, um desabafo tão atual do personagem Manuel Tolês: “apenas nos caminhos me sinto livre!”

Palavras-chave

Caminhos, encruzilhadas, Carril Mourisco, Paredes, Cerrados, Cruzes.

Abstract

This is, despite all, a text with well-defined references on the Moorish Lane, a perhaps pre-Roman route, key infrastructure of the whole land of Miranda. From the route and from its marks, the journey traced by the author tries to take us to the essence of the Mirandese Plateau, the authenticity of its people, its roots and the spiritual connection to the land that allows the survival of the inhabitants and its culture. Finalizing, a verbal outburst of the character Manuel Toles: "only in the trails I feel free!"

Keywords

Paths, Crossroads, Moorish Lane, Walls, Crosses.

“Era ralo naquel tiempo yá se haberen secado las lhagonas que, por todo l eimbierno, se formában acerca l Carril Mourisco ... L camino estaba praino i nun habie peligro de la mula atopinar¹” diç mos Fracisco Niebro no remanse “La Bouba de la Tenerie”. Fala el no Carril i no camino, dous nomes para essa bia romana de l séclo II, camino estruturante de todo l Praino Mirandés, siempre pul cumbre de las augas de l riu Douro i de la Ribeira de Angueira. Ten ampeço i salida, cunsoante l camino que lhebamos, an dues cruces mágicas cumo mágica ye la tierra que las susténen: la Cruç de Braço Cobrado no termo de Sendin i la Cruç de la Cándena no termo de Cicuiro, a escassa meia dúzia de passos de la Raia cun terras de Aliste.

L que eiqui pretendo trazer será más un mirar mui personal suobre los caminos de Miranda i menos un ajuntar de citaçones alhenas suobre los mesmos. Nun bengo cun saber de libros mas antes cun saber de caleijas de l Praino, de termos, de sous lhugares i de los caminos que a eilhes mos lhieban i deilhes mos trázen.

Fúrun caminos que çcubri cun Amadeu i outros amigos, dalguas bezes solo, cumo quien busca l tiempo de las piedras nas calçadas amerosadas por mofos, fenascos i barcegueiras. Ye outra rialidade l caminar pul Carril a la selombra de bielhos freznos perguntando al gralho i a la carricica: serie esta la anciana estrada que lhebaba los Zoelas a camino de Curunda ou a rituales sagrados nas niebes perpétuas de l monte Teleno? Que legiones romanas eiqui passórun a camino de Asturica, Legio VII ou, quien sabe, guardando cargas de ouro sacado nas Médulas? Quantas cimitarras mouras amanaciórun probes pastoricos guardando l fraco sustento de lheite, lhana i chicha? Quantos almocrebes pedírun proteçon a las cruces que inda hoije se afinconan a la borda de l Carril i nas sues ancruzelhadas? Que santas promessas se segredórun a la Senhora l Naso, ambuoltas cun sudores i puolo de l Carril? Quantos feirantes i sues mulas matórun sedes nas fuontes de l camino? Quantas bruxas, inda hoije, nas nites de lhuna chena, beilaran até l nacer de l sol para espantar sous miedos i escunjuar giente más cincerica?

Ye essa magie sien tiempo que bou a tentar eiqui esparbar, assi cunsiga arrebanhar las melhores palabras pal dezir.

Antre Braço Cobrado i la Cándena, de que yá falemos, outras cruces amportantes hai, uas modernas bien cinzeladas, outras toscas cumo se la natureza eilhi las houbira

¹ Fracisco Niebro, *La Bouba de la Tenerie*, pág. 17.

crabiado. Grande parte deilhas queda nas ancruzelhadas, possible seinha de espantar los malos spritos i dar proteçon a las almas de los biajantes.

Dou fé dua pequinha cumbersa cul pursor José Mattoso, anquanto caminábamos adreitos a uns molinos de l riu Caima i el me dezie falando de cruces, digo de cor: “*as cruces estão, em regra, relacionadas com o culto da morte e nesse, como noutros caminhos de Miranda, provavelmente não será exceção, vendo a cruz como a extensão terrena do divino, ligada às tradições medievais e monásticas da representatividade desse mesmo divino*”. Nun podemos esquecer que grande parte de la Tierra de Miranda era tierra cun grande anfluência de los frailes Cisterciences de Moreiruola² i probablemente tamien Beneditinos de San Martin de la Castañeda.

Se mirarmos essas cruces de l Carril, tenemos: Braço Cobrado, Mourisco de Prado Gaton, Trindade; Cruzeiro de Fuonte Aldé; Fuonte la Taça; Martins Fernandes; Lhagonas de Malhadas; Lhumbardas; Senhora de l Picon; Peinhas de Gordo; Mourisco de la Pruoba; Rodeira Çancas i Cándena. Todas eilhas son nas ancruzelhadas cun outros caminos que fázen la ligaçon antre los lhugares que l Carril sirbe, cumo por eisemplo antre Trabanca i Sendin, Prado Gaton i Picuote, Palaçuolo i Fuonte Aldé, Dues Eigreijas i Bila Seco, Malhadas i Zenízio, Pruoba i San Martino. Son seinhas que marcan termos cumo ye l causo de la que inda stá spartiçada i azimbrada nua touça de la ancruzelhada antre Malhadas i Zenízio. Son teçtemunhas de l tiempo que yá naide dá fé nien de oubir falar, mas hai ua que la mimória de l pobo de la Pruoba inda cunta: La cruç de l Mourisco, acerca de la Beneita, que dízen eilhi fui puosta porque naquel sítio se morriu, ou matórun, un general romano. Dízen ... i nessas cousas de l diç que diç que, dalgua raça de berdade inda eilhi andaré porque la memória de l pobo ye mui fuerte, an que cun ls nuobos cunferrumes de quemunicaçon essa mesma memória se baia perdendo.

Cumo diç un amigo: nós somos la geraçon de l galaton! L que furmos capaz de passar para delante, nun se perderá, mas muita cuonta, tradiçon i até maneiras de ber l mundo se quedaran neste reboelho de *bytes*, *megas* i *gigas* de tanta cousa i cousa ninguna.

² Donacion de l regalengo de Infainç i Custantin – Archivo Historico Nacional, Clero. Moreruola. C. 3.550, nºao 17; A.N.T.T. Arquivo Nacional Torre do Tombo, nº 163 – “*You Çancio pula grácia de Dius Rei de Pertual, a la par de l miu filho rei don Fonso i la mulher del reina Dona Urraca i de l outros mius filhos i filhas. A bós don Herberto abade de Moreiruola daquel buosso regalengo que le cháman Infaiç i Custantin, acerca de Çurraque i quedan no termo de Miranda damos-bos portanto a bós i al buosso mosteiro ls lhugares atrás nomeados que quedan ne l nuosso regalengo cun todo l que neilhes pertence al miu dreito.*”

Son tamien estas cruces outra maneira de ber l Carril, ou l camino, porque eilhas “espántan diabros³” i dan fuorça a los caminantes que neilhas ténen fé, ou nó: *“Lhebaba ua buona hora de caminho i habie acabado de passar an zlhado de la Trindade, mesmo acerca l’ancruzelhada de Fuonte Aldé para Prado Gaton. Era ua parte de l Carril que siempre le metira respeito, tan spesso era l monte, adonde siempre oubira dezir que morában trasgos i facanitos⁴”*.

Mas este nun ye un camino cun amprecípio i fin, an que nun sábamos adonde acaba, ou ampeça para alhá de la Raia. Studos estan a ser feitos de la parte de Aliste para tentar cumprir porque ye que desse Carril, para alhá de la Raia nun quedan seinhas nien registros.

Ye tamien deste punto de la Raia, de la Cándena, que sálen dous de ls grandes caminos mediebaes de la tierra de Miranda: un que sigue para sul adreitos a Caçareilhos i Algosó, no cunceilho de la Bila, camino que na maior parte bai acumpanhado por paredes que márcan cerrados, cortinas, cortineiros i por adonde mal cabe un carro de bacas, tal era la necessidade de aporbeitar la tierra para cousas “más produtibas” que nó un camino. Son caminos gastos pula auga i pul tiempo, cun grandes barreiras de lhado, a las bezes nos dous, por bias de tanto passo i rodeira. Nace cumo Camino de las Binhas, passa a Camino de Matância i noutros termos ye Camino de Contrabandistas porque talbeç por el caminássen fardos de uobos, xabon i parafina nos tiempos de la penúria espanhola apuis de la guerra cebil de 1936/39. Era i inda ye l camino que lhieba a la feira l Naso, a la Speciosa i Zenízio, a Caçareilhos, Algosó i demás terras por ende abaixo; l outro, aparta an Cicuiro pul lhado squierdo de l ribeiro i atira adreitos a la Pruoba i Malhadas, camino que tamien chega a Miranda por termo más loinge de la raia de Infainç i Paradela. Este, a que chamaremos camino de la Pruoba, i l camino que bai de l alto de la Corredoura an Cérceno até Bila Chana i apuis Sendin, son inda hoije seinhas mui pouco demudadas desses tiempos antigos porque manténen l mesmo traçado. Eiqui, las propiedades arriman-se al camino i este nunca las atrabessa nien sbarrulha sues paredes cumo ls nuobos caminos que todo derrotan por bias de la priessa que las personas ténen de chegar, muitas bezes sien saber adonde.

Correr a pie estes dous caminos ouserbando la labor que houbo no poner de cada piedra no sítio próprio de la parede: un fincon; ua tejeira; un rebolo; ua ála, ye sentir l “ou, ou ...

³ Assi son chamadas las cruces an dalguns lhugares de l Praino cumo por eisemplo an Paradela

⁴ Fracisco Niebro – La Bouba de la Tenerie, pág. 17

piieedra” de cada rónsio para la calçar an sou sítio. Mira-se la parede “*arressaiando pula prainada cumo ua bicha que çfende, guarda i mete miedo al mesmo tiempo*”⁵. Salir de los Uolmos de la Rodeira até la Pruoba passando por Ourrieta Cuba, Fuonte la Peinha, Funagal, Brunhos i Fuontes, ye cumprender un pouco melhor ua tierra que tubo sou séclo XX sessenta ou setenta anhos atrasiado, mas tamien ye sentir l fresco de las selombras de los freznos, essa árbol pendon de l Praino. Cumo dezíe Amadeu Ferreira: “*se agarrardes ua paisaige qualquiera i le punirdes alhá un frezno, estareis por cierto na Tierra de Miranda*”. Ye cumprender que l cerrado será talbeç l purmeiro tipo de propiedade: un campo de pástio de los animales, arrodado, guardado i demarcado por ua parede que demarcou, dou puosse i cerrou esse campo. Para nel antrar, solo por un portielho ou carreteira. L purmeiro, tamien chamado boqueiro, para antrada de personnas ou ganado, un a un, la carreteira para sacar l feno i las galhas que la cria robíu durante l berano. Essa cria, *alma mater*, dun pobo, la baca mirandesa que dá un bitelico al anho, quando muito, mas que será la maior antrada de denheiro na família durante esse mesmo anho. Mas eilha cria, relba, bima, acarreia, trilha, sembra, puxa la corça cun troças i tranqueiros que seran antradas de nuobas casas, eigreijas, curraladas, corriças, puontes ... que eiqui mos trazírun. A nós, homes i mulhieres, hardeiros dessa cultura, feitos gente nesses caminos marcados por pendones de la recunquista, pendones burmeilhos, berdes, de tantas quelores, marcas más ancianas que la nuossa naçon i que inda hoije cada lhugar guarda cun proua cumo seinha de pertência i de proteçon que solo l Praino i sous caminos mos dan. Porque son tamien nuossos i de todo mundo que los faga.

Hoije, ye cumo l passaba a Frei Antonho de la Santíssema Trindade: “*Yá habie pasado la metade de l caminho antre Sendin i Miranda, mas nun achara un germo*”⁶.

An todo l causo, i cumo Antonho Tolés magicaba cun sous botones ... “*Stou cansado de mundo i yá nun aguanto la alde cun sues mintiras, sues falsidades, sou miedo. Ye por esso que me gústan ls caminos de l mundo. Solo puls caminos me sinto lhibre, sien tener que dar ls buenos dies, sien tener que tirar l chapéu, sien tener que me benezir delante de cruces i ancruzelhadas, sien tener mil uolhos crabiados nas cuostas, sien tener que aguemitir risas inda que nun tenga gana*”⁷.

⁵ Amadeu Ferreira, Art.º *I fazírun ua bicha sien fin*.

⁶ Fracisco Niebro, *La Bouba de la Tenerie*, pág. 9.

⁷ Fracisco Niebro, *La Bouba de la Tenerie*, pág. 23.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Niebro, Fracisco (2011) *La Bouba de la Tenerie*. Lisboa: Âncora Editora.

Ferreira, Amadeu (2004). “I fazírun ua bicha sin fin”. Texto publicado ne *L Jornal Nordeste* (30/11).

**FAZER L NONO ANHO AN MIRANDÉS.
L PORCESSO DE RECONHECIMIENTO, BALIDAÇON I CERTEFICAÇON
DE CUMPETÊNCIAS AN LHÉNGUA MIRANDESA.
L CAUSO DE SAN PEDRO DE LA SILBA**

Alfredo Cameirão

**FAZER L NONO ANHO AN MIRANDÉS
L PORCESSO DE RECONHECIMIENTO, BALIDAÇON I CERTEFICAÇON DE
CUMPETÊNCIAS AN LHÉNGUA MIRANDESA
L CAUSO DE SAN PEDRO DE LA SILBA**

Alfredo Cameirão

(Câmara Municipal de Miranda do Douro)

Resumo

L Sistema Nacional de Reconhecimento, Balidaçon i Certeficaçon de Cumpetências – drento de l porgrama de las Nuobas Ouportunidades - sirbe para melhorar ls nibles de certeficaçon scolar de las personas cun más de 18 anhos i que nun téngan l nible básico ou secundairo de scolaridade, nua bison d'aprendizaige durante la bida. La certeficaçon cun este sistema permite balorizar las personas ne ls campos pessoais, sociales i porfissionais, para alhá de tamien dar para apuis cuntinar ls studos ou la formaçon.

L die 9 de Júnio de 2009, ne l Centro de Nuobas Ouportunidades de l Campus Académico de l Anstituto Piaget de Macedo de Cabaleiros, dous mirandeses – Albertina de São Pedro i Luís Silva – acabórun l sou Porcesso de Reconhecimento, Balidaçon i Certeficaçon de Cumpetências (abarcado pul porjeto de las Nuobas Ouportunidades), apersentando i çfendendo junto de l Juri de Certeficaçon de Cumpetências l sou Portefólio Reflexibo d'Apredizaiges q'habien zambolbido tenendo solo la lhéngua mirandesa cumo lhéngua de trabalho. Por bias disso, fúrun-le dados certeficados d'eiquibalência al ansino básico (nono anho), aqueilhes que fúrun ls purmeiros certeficados de l Menistério de l'Eiducaçon Pertués dados cumo resultado de trabalho scusibo cula lhéngua mirandesa. Diez anhos apuis de l gobierno pertués haber reconhecido l mirandés cumo lhéngua de Pertual (Lei 7/99 de 29 de Janeiro), l mesmo governo, puls sous Menistérios de l'Eiducaçon i de l Trabalho i Solidariadade (ls respunsables pulas Nuobas Ouportunidades), antregaba dous diplomas que reconhecén que l mirandés tamien sirbe cumo lhéngua de trabalho de formaçon/scuola/académico. Un causo singular tamien na stória de la formaçon d'adultos.

Habendo sido ls respunsables por dous campos de formaçon de ls dous adultos: Lhenguage i Quemunicaçon i Cadadanie i Ampregabilidade (dambas a dues an lhéngua mirandesa, para alhá d'ajudar cula lhéngua ne ls outros campos de formaçon), cuntamos cumo se passou todo l porcesso, zde quando apareciu l'eideia – ne l grupo de l CNO (Centro de Nuobas Ouportunidades) de l Anstituto Piaget de San Pedro de la Silba, an 2008, ls pedidos i las splicações q'houbó que fazer junto de l'ANQ (Agência Nacional para la Qualificaçon) para q'aceitássen la lhéngua mirandesa cumo lhéngua de trabalho de

ls adultos a certeficar i las deficuldades i talabancos que todos tubímos q'arrepassar até l Juri de Certeficaçon q'ancerrou l porcesso. Amostramos tamien cachos de ls portefolios finais de ls dous adultos, ls que mos parece que más bien amóstran cumo se passou todo l porcesso, que, an nuossa oupenion, ye un marco amportante na stória centenaira de la lhéngua de la Tierra de Miranda.

Palabras chabe

Lhéngua mirandesa, nuobas ouportunidades, reconhecimiento de competências, formaçon d'adultos, lhéguas minoritairas, qualificaçon.

Abstract

The national system of RVCC (*Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências*) in the programme “Novas Oportunidades” is settled to improve the academic certification of Portuguese population older than 18 with no basic school. This system allows the personal, social and professional improvement.

The 9th of June of 2009, in the CNO (*Centro de Novas Oportunidades*) of the Instituto Piaget Campus, in Macedo de Cavaleiros, two mirandese, Albertina de São Pedro and Luís Silva, finished up their process RVCC which has been developed using only Mirandese language, obtaining a 9th grade degree, the first in Portugal obtained using only Mirandese.

This could be seen as the recognition that Mirandese – as well as Portuguese or other language – could be used in academic work and as “school language” and this fact is also “historic” in adult education in Portugal.

As we monitored the whole process – we were monitors in the CNO and Mirandese speaker, we made the “report” of the entire process, beginning with the “birth” of the idea until the final jury.

Some parts of the adults portfolia will be shown, those we believe that better illustrate this “milestone” in the mirandese centenarian road.

Keywords

Mirandese, adult education, minority languages, adult qualification, new opportunities, competences recognition.

L die 9 de júnio de 2009, dous pertueses – Albertina Pires de São Pedro i Luís António Martins da Silva, dambos a dous de San Pedro de la Silba, ne l cunceilho de Miranda de l Douro, ne l antigo território mediabal de la Tierra de Miranda, bírun las sues cumpetências balidadas i certeficadas cun un certeficado scolar de l nono anho, todo abarcado drento de l porcesso de Reconhecimiento, Balidaçon i Certeficaçon de Cumpetências (RVCC), que junto de las personas quedou más conhecido pulas NUOBAS OUPORTUNIDADES. Tal feito, que para las dues personas an que amantamos fui un marco amportante nas bidas deilhas, fui tamien para la lhéngua mirandesa (i mesmo para la stória de l ansino an Pertual) ua data stórica, bisto q'era la purmeira beç que l Stado Pertués

antregaba un certificado escolar – 9º anho – cun balor tan legítimo como qualquiera outro – como resultado dun traballo an que se solo s’outelizou la lhéngua mirandesa.

L Programa de las Nuobas Oportunidades, ambora aporbeitando algúas de las leis datrás – yá eisistie zde 2001 - ampeçou an fuorça como resultado de la política eiducatiba de l goberno que saliu de las eileições de 2005 i drento de ls caminos q’oufrecie a las personas que s’anscrebien, queremos-mos eiqui centrar ne l RVCC, l camino que ls nuossos dous mirandeses scolhírun.

L RVCC, que se zambolbie nun CNO (habie-los an scuolas ou priados) trataba de certificar las cumpetências de las personas que, nun habendo tenido l’ouportunidade de “fazer la scuola” ne l tiempo que pertence (la mocidade), quejíssem ber essas mesmas cumpetências reconhecidas i certificadas cun un diploma escolar (que podie ser de l 4º, de l 6º, de l 9º ou de l 12º anho).

Para zambolber l porcesso, eisistie un refrencial de cumpetências-chabe (un para l nible básico i outro para l nible secundairo), çtribuido – l de l básico, que eiqui mos acupa – por 4 grandes campos: lhenguaige i quemunicaçon, cidadanie i ampregabilidade, matemática para la bida i TIC.

Custruíndo l sou PRA (portefolio refexibo d’aprendizaiges), quier dezir, cuntando i çcrebindo (screbindo) la stória de la sue bida, l adulto iba “balidando” las cumpetências chabe de l referencial i quando las tubisse balidado todas, staba purparado para acabar l porcesso i ber las ditas cumpetencias certificadas, cousa que se fazie ne l Juri Final de Certificaçon (adonde participában l adulto, ls formadores i un eisaminador de fuora) quando l adulto çfendie l sou PRA ou apersentaba un traballo q’amostrasse las cumpetências más amportantes.

Ora, an 2008, stábamos nós a traballar como formador de Lhenguaige i Quemunicaçon ne l CNO de l Campus Académico de l Anstituto Piaget an Macedo de Cabaleiros i dou-se l causo de arranjarmos un grupo d’adultos cun ganas de fazer l RVCC an San Pedro de la Silba, cunceilho de Miranda de l Douro.

Éran 12 personas al ampeço i apuis de las purmeiras cumbersas fui-le fazido l zafiu de que pedíssem para zambolber l porcesso an lhéngua mirandesa. Las ourientaçoens i ls dequiemientos falában de lhenguaige i quemunicaçon (nun falában de quemunicaçon an pertués)

Miu dito, miu feito: Luis i Albertina zirrórur que nun fazien l porcesso se nun fura an mirandés, cousa que, aceitando las outeridades de baixo, nun parecia ampossible, yá que CNO de l Anstituto Piaget tenie cumo formadores dous mirandes falantes “alfabetizados” an mirandés; fazirun le l pedido al Piaget i fui-le dezido que podien ampeçar.

Ampeçórur die 13 de Maio de 2008, l que fazie adebinar un fin “milagroso”. Antretanto, l Piaget fizo l pedido para Lisboua, para l’Agência Nacional de Qualificaçon, l’antidade que guiaba todo l porcesso i era tutelada, ye amportante que se diga, puls Menisterio de l Eiducaçon i l Menistério de l Trabalho i de la Segurança Social.

Cacho de l pedido formal de l Piaget:

“O presidente da república, Jorge Sampaio, falou dela desta forma: “Um grande pensador do nosso tempo, George Steiner, diz que uma língua que desaparece é um mundo que se acaba. A defesa do mirandês é a defesa de um mundo de memórias, de tradições, de evocações, de experiências. E também de sonhos, de projectos, de afectos. Nas democracias abertas e plurais como a nossa, a unidade é construída na diversidade, que é sempre enriquecedora, e no respeito pelas minorias. O mirandês é uma língua de Portugal, que respeitamos e cuja preservação louvamos”.

Imbuídos deste sentir, e para dar cumprimento ao seu plano de acção, no âmbito do Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, o Centro de Novas Oportunidades do Campus de Macedo de Cavaleiros do Instituto Piaget, está, no presente, a facultar o desenvolvimento de Portefólios Reflexivos de Aprendizagens a dois dos adultos inscritos no mesmo, com o uso exclusivo da língua mirandesa, uma das, sublinha-se, línguas oficiais da nação portuguesa.

Sublinha-se ainda que tal projecto foi possível por os ditos adultos serem naturais e residentes em Terras de Miranda, terem o Mirandês como língua materna, e insistentemente terem solicitado tal desiderato, por saberem ter o CNO do Instituto Piaget nos seus quadros elementos, também eles, falantes nativos de Língua Mirandesa, com elevado grau de conhecimento do Mirandês falado e escrito, e com reconhecidas competências para conduzir e orientar todo o processo.

Para a sua conclusão, este CNO já contactou e obteve a feliz concordância e total disponibilidade – aliada, diga-se a grande júbilo e congratulação – de duas ilustres figuras públicas do universo Mirandês e, diríamos mesmo, nacional, de modo a poderem desempenhar a função de Avaliador Externo quer na validação de competências, quer em momento de júri. Amadeu Ferreira i Júlio Meirinhos.”

La respuosta inda tardou i fui perciso ir alhá baixo uas dues ou três bezes a “picar l burro” (nua deilhas, l próprio Persidente de l’Agência Nacional de Qualificaçon mos dixo na cara que el era contra, por nun antender que se podisse zambolber un porcesso daqueilhes sien ousar l pertués. Hai oupeniones para todo i l’outerizaçon solo habie de benir an márcio de 2009.

Antretanto, Luis i Albertina cuntinában a trabalhar. Íban screbindo la sue stória de bida an mirandés (habien-le sido dadas algumas regras de la Cumbençon Ourtográfica),

screbien durante la semana i apuis na sesson (ua por semana durante más de un anho) corregie-se.

Albertina scribe cun facilidade, Luis tenie que se le sacar las cousas.

Un eisemplo de Albertina (que fui publicado na Fuolha Mirandesa, suplemento de l semanairo Jornal Nordeste):

“MARÇO

Março, marçagano, manhana de Ambierno i tarde de Berano.

Março, tanto drumo cumo fago.

Março, mi prouista, pus pudera, canta alegre ua mocica, que se chama Primabera.

An março, dezie mie bó, eigual a la nuite c'al die.

Naqueilhes tiempos, chobie que Dios la daba, nun habie talbisonos, nien rádio nien lhuç. Mas, oulhai, era ua alegrie: la giente, a las tardes, ajuntaba-se ne ls palheiros porque yá iban bazius de l Ambierno, las mulhieres más bielhas filában lhinho i lhana, las de meia eidade fazien na meia i nós, la garotada, salíamos de la scola i jugábamos a la pedrisca i al senhor barqueiro.

Apuis, mal l sol abrie ls uolhos, toc'a apanhar las nabiças yá frolidas, segar cargas de ferranha; parece que stou a ber las burras, c'las cargas: apuis de tanto chober, formában-se uns babuleiros, chamában-le las bielhas, po riba yá stában sequitas, la burra pisaba i, pumba!, eilhi quedaba anterrada – aquilho yá daba pa fazer las trobas ne l die de Antruido.

Ne l Antruido, naquel tiempo, era mi angraçado: se fazisse sol, alhá iba quaije to la giente a la slada pra quemer c'al butielho, ls pies ou l pito – mie bó siempre al guisaba esse die; caldo nun se quemie, se nó dolie la cabeça!

Mie bó tamien fazie uas fregidas de la massa de l pan – ai, que buenas éran! – inda me stan a saber!

A la tarde, las trobas. I apuis, beilarote, al toque dal rialejo. Tocaba las Trindades, ala, para casa, nun éramos coixos.

Buono, tengo que me calhar, se nó tenemos cumbersa pa l anho todo.”

Un cacho de l Portefólio de Luís:

“La purmeira cortiça ye tirada quando al sobreiro ten más de dous metros de altura i más de 60 çantímetros de lhargo. A essa cortiça cháman-le la cortiça birge. Deilhi a nuobe anhos, torna-se a tirar – essa ye la segunda -, a partir deilhi, tira-se a cada nuobe anhos – cháman-le la cortiça anadie, que ye la cortiça de culidade.

A cada sobreiro tira-se de 12 a 15 bezes, yá que cada sobreiro bibe a la buolta de 150 anhos.

An San Pedro tamien hai muita cortiça. Hai a la buolta de 50 personas de la fraguesie a trabalhar na altura de la tirar, la maior parte a la jeira.

Al die ampeça cedo, sal-se de casa a las 5 i pouco, antes de nacer al sol i pára-se a las 3 ou 4 de la tarde. Depois inda hai que la çcargar pa la pilha.

Nal termo de San Pedro ye toda tirada a la mano i cun ua machada que le cháman machada corticeira, que ten als bicos más an redondo i al cabo ye aguçado na punta. Tamien se lhieba un palo cun un metro i meio i la punta aguçada – cháman-le “al palanco”.

Para tirar la cortiça ten dal tiempo andar mui caliente i para salir bien ten de chober muito nal Ambierno.

Pa la sacar dal sobreiro ye perciso tener muita coutela, porque se se ferir al sobreiro queda la marca para toda la bida.

Ampeça-se por al toro, fai-se un corte ou más, depende dal sobreiro ou se eilha sal bien, un corte dal chano até adonde se chegue. Depois, a un metro i tal de altura, corta-se a la buolta – quando se le dá cun la machada, bai-se birando (la machada) para un lhado i pa l outro. Als cortes que son feitos al para riba fáien-se por la parte más fraca de la cortiça ou po las rachas. Depois de la soltar, bai-se-le dando cun l palanco até al chano – a esse cacho cháman-se-le “las tampas”; depois bai-se para riba dal sobreiro para tirar las galhadas, quaije siempre hai muita formiga que se agárran todas a un home, até se questuma dezir: cumo un home cun ua machada na mano le ten miedo a un bechico tan pequeninho! – a essas partes de riba cháman-se-le “canhos”.

Depois de tirada ye perciso lhebá-la pal trator. Hai que fazer un feixe i lhebá-lo a las cuostas, a las bezes por al cabeça al para riba i cheno de stebas, scobas, piornos, carbalheiras, carrascos, i a las bezes muita piedra.

Depois de cargada, torna-se para casa, çcarga-se toda nun bunton i bien amanhada que fica la pilha de la cortiça.”

Fazírun, Luis i Albertina, a todos ls nibles i n’oupenion de l eiquipa pedagógica de l Anstituto Piaget, un trabalho d’altíssema culidade.

Deixamos un cacho tirado de l Relatorio de l CNO subre la quadrilha de San Pedro de la Silba

“O grupo de adultos acima referenciados é proveniente de São Pedro da Silva, uma aldeia do concelho de Miranda do Douro, que, como todas as aldeias do planalto mirandês, é possuidora de uma singular e bem vincada carga etno-cultural que torna toda aquela região singular no contexto português.

Ora, foi sustentada nessa premissa que esta equipa técnica tentou desenvolver todo o processo RVCC, cremos que com êxito.

Com efeito, desafiados para desenvolver o processo a partir da realidade etno-socio-cultural da aldeia que lhes enforma os dias, os adultos entusiasticamente abraçaram tal propósito e desenvolveram um trabalho de pesquisa, recolha, análise e registo das manifestações culturais – aqui entendidas em sentido lato – que caracterizam o seu quotidiano, sem esquecer, como é óbvio, a sua interligação com as próprias histórias de vida, aliás, fortemente condicionadas e dependentes do sítio onde se desenrolam.

O grupo tem um trabalho que consideramos de muito bom nível para o contexto RVCC, mormente no que à área de Linguagem e Comunicação respeita, fazendo também espelhar elevadas competências no âmbito da cidadania, como, aliás, é absolutamente vulgar em qualquer aldeia do Nordeste Transmontano, onde as práticas de inter ajuda e de intervenção social ao nível da comunidade são encaradas, não como actuação de mérito e dignas de realce, mas sim como vulgares obrigações de todo o indivíduo.

Como também é habitual vermos em contexto rural, a matemática é uma constante no seu dia-a-dia, seja nas práticas de trabalho e amanho da terra ou criação de animais, seja nas lides domésticas.

Reagiram - como aliás também é habitual neste contexto – com grande entusiasmo ao contacto com as novas tecnologias, mormente o computador e a Internet, e, maugrado não possam considerar-se experts de informática, pensa-se que conseguirão tornar o uso do computador prática comum no seu quotidiano. De referir que o grupo criou um blogue, actualmente com cerca de 1300 visitas, onde foram sendo regularmente publicados excertos dos diversos PRAs dos adultos, muito especialmente aqueles que se reportavam às manifestações culturais da aldeia.

Importará também referir que este grupo incluiu nos trabalhos mais dois adultos, que não pedem a sua certificação agora por terem desenvolvido todo o seu PRA em língua mirandesa, facto que muito orgulha este CNO, por pensarmos ser único e pioneiro a nível nacional, mas que obriga a algumas especificidades ao nível formal do júri de certificação, não efectiváveis no presente momento.

Contudo, no trabalho de grupo que os adultos apresentarão em júri, constam trabalhos desses mesmos adultos, numa decisão que acreditamos ser de elementar justiça, dado efectivamente o trabalho ter sido de todos.”

De l Juri de Certeficaçon quedórun las palabras i ls agabones de Amadeu Ferreira i de Julio Meirinhos, de a par culas palabras de reconhecimento de l’abaladora sterna i de l eiquipa de formaçon.

L causo fui notícia ne l jornales i nas radios locais i nacionales. Abrie-se outra oportunidade, nó solo para Luis i Albertina, mas tamien i subretudo para la lhéngua mirandesa que, de cierta forma, antraba na scuola outra beç i de maneira çfrente.

Quedan las palabras de ls respunsables i de quien acumpanhou de perto todo l porcesso:

“Trabalhar na Terra de Miranda, para alhá de agradável, dou muito fruto a todos ls nibles. L empowerment zambolbido junto de las personas cun quien tubimos l gusto de trabalhar, puode-se ber ne l PODER que estas personas passórun a mostrar cun más cunfiança, outonemie i lhibardade an capacidade de crítica costrutiba, de pensamento i anterbençon social, política, eiquenómica i cultural, seia a nible oural seia screbindo. Cumo eisemplo disto, beia-se la criaçon de un blog (lgarrote.blogspot.com), fazido i mantenido por todos ls que zambolbírun l Porcesso i la publicaçon de textos an jornales locais, adonde ban refletindo i amostrando las sues potencialidades i anteresses, séian locais – San Pedro de la Silba – séian regionales, mormiente las de l bien guapo i bien rico Praino Mirandês. Stou cierto que fumos adreitos a todo l que ye pedido nas políticas eiducativas de Eiducaçon i Formaçon de Adultos. Neste grupo i para l CNO de l Anstituto Piaget la filosofie de Paulo Freire cuntina de pies i firme: cuncientizar, outonemizar i lhibertar.”

Carlos Silvestre, Coordenador CNO

“Trabalhar cun “Ls Garrotes” fui ua spriência ancantadora por ber siempre neilhes la proua de séren de Miranda.

La maneira cumo trazírun pa las ceçones ls sous questumes i tradiçones, tan própias daqueilhas terras fizo cun que me dasse cuonta de la riqueza sin fin deste porcesso, na custruçon de ls mius próprios saberes, sentindo hoije buntade i curjidade de fazer l camino a la percura de ua lhéngua de Pertual. Si, ua lhéngua de Pertual!, que bai debagarico acaçando quien cun eilha ten cuntato.

Ler subre la stória de la lhéngua mirandesa, percurar la Cumbençon fui quaije un ato de impulso.

Tentar screbir este testo an Mirandês, cula ajuda, ye claro, de l tradutor Pertués-Mirandês çponibilizado na Anternete fui un sabroso zafiu.

Oubrigado al grupo de San Pedro de la Silba pula Nuoba Ouportunidade que me dórun de coincer melhor ua lhéngua que ye de todos nós.

Son estas spriências que fáian l ancanto de l miu trabalho. Muito oubrigado.”

Marina Santos, Técnica RVC

Marina Santos quijo responder por scrito i an Mirandés. Quaije nun dou erros i inda chegou a çcubrir alguns erros que l tradutor outemático fizo. Isto ye bien la pruoba que este porcesso poudeser, an berdade, bien anriquecedor. I para ls dous lhados: para ls “alunos” i para ls “porsores”.

I pal fin las melhores palabras, las de ls berdadeiros artistas:

“You anscrebi-me porque l 9º anho inda me puode benir a fazer falta, agora fai falta para todo, i scolhi trabalhar an Mirandés para tirar ua ateima: para ber se afinal la lhéngua ye oufecial ou nó, se solo andábamos eiqui a brincar a las lhéguas. Inda çcunfiei que nun mos íban a outerizar, mas cumo bie ls formadores tan animados i que si tenien que mos outerizar, you tamien me animei. Inda daprendi muita cousa ne ls cumputadores i tamien para screbir an mirandés que nun ye assi tan depriessa cumo un pensa. You siempre falei Mirandés mas nunca le habie screbido; inda dou muito erro mas yá me bos zanrascando. Nun fui fabor niun que mos fazírun: l governo diç que las Nuobas Ouportunidades ye para pagar la díbeda a quein nun teve ouportunidade de studar ne l sou tiempo. Anton aporbéitan i pagan-le tamien la díbeda al Mirandés, por tenéren ampuntado de la scuola i de ls sítios importantes durante tanto tiempo. Ouxalá que este eisemplo sirba para melhorar algo la maneira cumo l Mirandés ye bisto por quien manda!

Luis Silva

“You scolhi fazer l Porcesso an Mirandés por bias de ser la mie lhéngua mai, la purmeira que daprendi. Toda la bida tengo andado anquemodada cul grabe, a las bezes peç que até me atafanha. Toda la bida tengo bibido agoniada por se star a perder la nuossa lhéngua. Na scuola, quando you andube, inda tube muita deficuldade, que se me misturában las dues; mas tamien inda daba algun jeito, por eisemplo, chapéu i machada sabemos que se screbien cun “ch”, cumo l deziemos. Nunca cuidei inda benir a tener “scuola” an Mirandés. Cun l Mirandés las cousas peç que sálen melhor; an pertués las palabras ténen que ser mais rebuscadas; an Mirandés peç que até la gente stá a brincar. Acho muito justo que mos déian esta Ouportunidade; i nó solo justo, mas tamien me dá muita alegrie i muita proua; yá ten benido gente a mie casa, alguns bien doutores, que quier oubir l mirandés i sabe dá-le balor!”

Albertina Pires de São Pedro

Antre 2005 i 2010 mas de un melhon de personas s’anscrebiu ne l porgrama de las nuobas ouportunidades i más de 400 mil furun certeficadas.

Dous fui an mirandés.

**UMA ANÁLISE AUTOSSEGMENTAL DE /s/ EM RAÍZES VERBAIS DO
CIYAAWO CONTEMPORÂNEO**

Francelino Wilson & Vasco Magona

UMA ANÁLISE AUTOSSEGMENTAL DE /S/ EM RAÍZES VERBAIS DO CIYAAWO CONTEMPORÂNEO

Francelino Wilson¹ e Vasco Magona²

¹Departamento de Ciências de Linguagem Comunicação e Artes, Universidade Pedagógica

²Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane

Resumo

Ciyaawo é uma língua bantu falada na África Austral (Moçambique, Malawi, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe), com o código P21. Em Moçambique, onde é falada por 341.796 pessoas, possui uma escrita padronizada e é ensinada nas escolas, mercê das novas políticas linguísticas. O seu prestígio deve-se, em parte, aos estudos desenvolvidos por linguistas visando a sua gramaticalização. Porém, a fixação de uma ortografia e outras normas linguísticas é algo ainda em aberto, estando a merecer várias discussões. Neste trabalho, procuramos: (i) discutir a realização fonética do segmento /s/ em posição de ataque de raízes verbais. A ortografia padrão, baseada nos princípios de precisão e economia, legitimou apenas a fricativa alveolar surda e ignorou as possíveis dispersões deste fonema; (ii) descobrir e descrever pistas dialetais do ciyaawo, apesar das reivindicações da sua inexistência. Escolhemos o quadro autossegmental, por hierarquizar as propriedades dos sons e demonstrar, a partir de linhas de associação, a assimilação de propriedades sonoras por parte dos segmentos. Participaram do estudo seis informantes (três homens e três mulheres), residentes na cidade de Lichinga, repartidos em dois grupos, sendo *i.* sujeitos adultos e *ii.* sujeitos jovens, falantes nativos de ciyaawo. Este trabalho de campo, embora preliminar, parece remeter-nos para uma dispersão articulatória, onde: *i.* a fricativa alveolar surda [s] e *ii.* o rótico alveolar [r] coocorrem em ataque de raízes de certos verbos (e. g., *ku-[s]uum-isy-a* >> *ku-[r]uum-isy-a* ‘vender’; *ku-[s]um-a* >> *ku-[r]um-a* ‘comprar’). Deste modo, assiste-se à emergência de um rótico soante (/s/ [-soan, -son] → [r] [+soan, +son]) no ciyaawo, contrariamente ao que se diz da existência desse som apenas em ideofones. Estaremos perante variações alofônicas? Há regularidade? Esse processo de soantização é inverso ao atestado no português, designado por *desonorantization*, no qual um rótico evolui à fricativa (i.e., /R/ → [-soan, +cont]). No modelo geométrico, a representação do arquifonema /S/ [+cons, ±soan] mostra linhas de associação pontilhadas que representam a flutuação dos respetivos nós terminais na origem da variação em estudo, em parte devido à projeção dos valores do traço [soan] do nó de RAIZ. Os resultados até então alcançados e as dúvidas levantadas legitimam a pertinência da realização de um trabalho mais alargado de recolha dialetal nas comunidades falantes da língua yaawo e um tratamento mais pormenorizado.

Palavras-chave

Ciyaawo, raiz verbal, fonologia autossegmental, rótico, soantização, variação alofônica.

Abstract

Ciyaawo is a Bantu language spoken in Southern Africa (code P21). It has a writing system and it is taught in several schools, as a result of recent trends of language planning in Mozambique. Its social recognition is greatly due to linguistic studies aiming at establishing an accepted linguistic norm regulating ciyaawo. Notwithstanding, this language is faced with some problems, particularly as its spelling rules are concerned. In this paper, it is our aim:

(i) to discuss the phonetic realization of phoneme /s/ in initial onset of verb-stems. The standard writing system, on the grounds of accuracy and economy, has licensed but the voiceless alveolar fricative (i.e., it has ignored all the remnant allophones associated with to /s/);

(ii) to find out and to contribute for a dialectal description of ciyaawo, in spite of previous claims that refute diatopic variation in this language.

We have chosen to follow autosegmental theory since it provides us with a hierarchized view of segments. A preliminary fieldwork was carried out in the town of Lichinga; it was then shown that native speakers of ciyaawo tend to articulate, as different realizations of verb-stem initial /s/: *i.* the voiceless alveolar fricative, and *ii.* the alveolar trill. We are witnessing the emergence of a sonorant rhotic (/s/ [-sonorant, -voice] → [ɾ] [+sonorant, +voice]) in ciyaawo, contrary to what is said of existence this sound only ideophones. We will be facing allophonic variations? There regularly? Such results show and questions made suggest how necessary to deepen and to broaden the study of dialectal variation among several speaker communities of ciyaawo.

Key-words

Ciyaawo, verb-stem, autosegmental phonology, rhotic, sonorantization, allophonic variation.

1. INTRODUÇÃO

Ciyaawo, com o código P21 na classificação de Guthrie (1967), é uma língua Bantu falada na África Austral (Moçambique, Malawi, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue). Em Moçambique, estima-se que seja falada por 341.796 pessoas (Ngunga & Faquir, 2012). Possui uma escrita padronizada e é ensinada nas escolas, mercê do trabalho de linguistas visando a sua gramaticalização e das políticas adotadas no novo milênio (Ngunga, 2012).

Do inventário segmental do ciyaawo fazem parte 17 fonemas consonantais, a saber, /b c d g j k l m n ny ŋ p s t v w y/ (Ngunga, 2000:5; Ngunga & Faquir, 2012:53), fixados com base em critérios do alfabeto fonético internacional (IPA), com a exceção de /c j v ny ŋ/¹.

No plano fonológico, acredita-se ser uma língua homogênea, quase sem variações

¹ “This orthography follows the standard IPA except that /c/ and /j/ stand for alveopalatal affricates, /v/ stands for labiodental approximant [ʋ], and /ny/ and /ŋ/ stand for palatal and velar nasals, respectively” (Ngunga, 2000:4).

dialetais (Ngunga & Faquir, 2012:49), mesmo reconhecendo-se a vastidão do território no qual é falada. Porém, sons há que se ouvem no lugar de certos segmentos² cuja ortografia, como é óbvio em processo de fixação de um código escrito, simplesmente os ignorou. Este facto faz nascer a seguinte questão: que tratamento dar aos sons que se ouvem no lugar de /s/ e /l/ na fala dos yaawos?

No presente estudo, vamos analisar, à luz do quadro autosegmental (Goldsmith, 1985, 1990), os sons passíveis de ocorrer no lugar de /s/ em posição de ataque de raízes verbais, também conhecidos por alofones³ (e. o., Barbosa, 1994:159; Kishindo, 1998:86; Martinet, 1985:159; Mateus, Falé, & Freitas, 2005:161; Mutaka & Tamanji, 2000:36; Veloso, 1995:201, 1997:65).

A fricativa alveolar surda /s/ é introdutora de 313 raízes verbais, o equivalente a 12.1% de um universo de 2.586 verbos do ciyaawo estudados por Ngunga (2000). De resto, pela complexidade da sua estrutura morfológica, os verbos no ciyaawo, como em qualquer outra língua, têm merecido estudos variados (Mtenje, 2002).

Ao se convocar este estudo cumpre-se com uma das principais recomendações do primeiro Seminário Nacional sobre Padronização das Línguas Moçambicanas, designadamente, produzir trabalhos científicos sobre línguas moçambicanas. De forma específica, procura-se:

- (i) Discutir a realização fonética do segmento /s/ em ataque de raízes verbais. A ortografia padrão, baseada nos princípios de precisão e economia (Kishindo, 1998; Ngunga, 2012), legitimou apenas a fricativa alveolar surda e ignorou as possíveis dispersões deste fonema;
- (ii) Descobrir e descrever pistas dialetais do ciyaawo, apesar das reivindicações da sua inexistência (Kishindo, 1998; Ngunga & Faquir, 2012).

Segue-se *ii.* a metodologia empregue – métodos adotados, participantes, material, procedimentos e instrumentos; *iii.* os resultados e discussão – análise e interpretação dos dados, à luz da teoria autosegmental; e, finalmente, *iv.* algumas considerações.

² “The first problem is how foreign words containing sounds not found in Ciyao [f h z r/] are to be written. (...) The first three are normally pronounced as /s/, while /t/ is invariably pronounced as /l/ (Sanderson, 1956 *apud* Kishindo, 1998:89).

³ “By allophonicvariation is meant that the sounds appear in diferente contexts but they are members of a same phoneme” (Mutaka & Tamanji, 2000:36).

2. METODOLOGIA

2.1. Métodos

Com base na proposta metodológica sugerida por Ngunga (s.d.), servimo-nos de três métodos, a saber:

- (a) *filológico* – foi analisada a principal bibliografia sobre a língua alvo e não só;
- (b) *experimental* – para a obtenção de dados empíricos foi conduzido um trabalho experimental junto de falantes nativos que consistiu na articulação de entradas verbais previamente arroladas num *questionário*;
- (c) *introspectivo* – na condição de falantes da língua, os autores serviram-se da introspeção para testar determinadas tendências de variação.

2.2. Participantes

Participaram do estudo seis informantes (três homens e três mulheres), residentes na cidade de Lichinga, repartidos em dois grupos, sendo *i.* sujeitos adultos e *ii.* sujeitos jovens, falantes nativos de ciyaawo.

2.3. Material

O material ora analisado foi composto de fala espontânea, i.e., um conjunto de amostras de fala coletadas em contexto participado pelo pesquisador.

2.4. Procedimentos

A coleta dos dados aqui analisados foi possível graças a conversas mantidas entre um dos autores e os informantes. As conversas foram conduzidas a partir de um questionário, previamente elaborado, constituído por mais de vinte (20) formas verbais com /s/ em ataque de radicais.

2.5. Instrumento

Para a realização de um trabalho desta natureza era suposto que se usasse um gravador de voz. Na impossibilidade, apelou-se à máxima atenção do ouvido do investigador de campo para atestar as formas suspeitas no momento de fala dos participantes. Deste modo, as tendências de variação foram assinaladas nos respetivos

questionários, confirmando parte da nossa percepção.

Para uma fase posterior a este trabalho, como se sugere nas considerações finais, aconselha-se o uso de gravadores de voz no trabalho de constituição das amostras, o que irá propiciar um tratamento acústico do material.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados empíricos analisados, constituídos por formas verbais cuja raiz é introduzida pelo segmento /s/ em posição de ataque, parecem remeter-nos para uma dispersão articulatória deste fonema. Os principais sons que se ouvem nesta posição são *i.* a fricativa alveolar surda [s] e *ii.* o rótico alveolar [r], em certos verbos.

Deste modo, assiste-se à emergência de um rótico soante (cf. (1)) no ciyaawo contemporâneo, contrariamente ao que se diz da existência desse som apenas em ideofones (Kishindo, 1998; Ngunga & Faquir, 2012).

(1) /s/ [-soan, -son] → [r] [+soan, +son]

Essa tendência de introdução de róticos em dispersões alofônicas não é, de resto, exclusiva do ciyaawo. Em citumbuka, uma língua também Bantu, sons desta natureza tendem a coocorrer, em variação livre, junto da lateral alveolar, para dar corpo ao segmento /l/ (Kishindo, 1998:186-187).

No caso em estudo, expressões do tipo *kusuumisya* ‘vender’, *kusuma* ‘comprar’, *kusaka* ‘querer’ tendem a sofrer uma dupla realização, sendo a (2b) mais comum em indivíduos mais jovens. Os adultos parecem ser mais conservadores, privilegiando a forma em (2a).

(2) (a)		(b)	
ku-[s]uum-isya-a	>	ku-[r]uum-isya-a	‘vender’
ku-[s]um-a	>	ku-[r]um-a	‘comprar’
ku-[s]ak-a	>	ku-[r]ak-a	‘querer’

Apesar da multiplicidade de realização dos róticos (cf. Rennie & Martins, 2013; Veloso, 2015; Widdison, 1997), a que se manifesta no ciyaawo é a simples, também designada *tap* ou *flap* na literatura inglesa (cf. Ladefoged & Maddieson, 1996).

The Spanish multiple vibrant, for example, is produced variably as an alveolar trill in Northern Spain (Navarro Tomás, 1967, p. 121), a laminal sibilant in mountainous areas of Latin America (Cárdenas, 1958, p. 409), and a velar phone in the Caribbean region (Canfield, 1962, p. 91).

(Widdison, 1997:187)

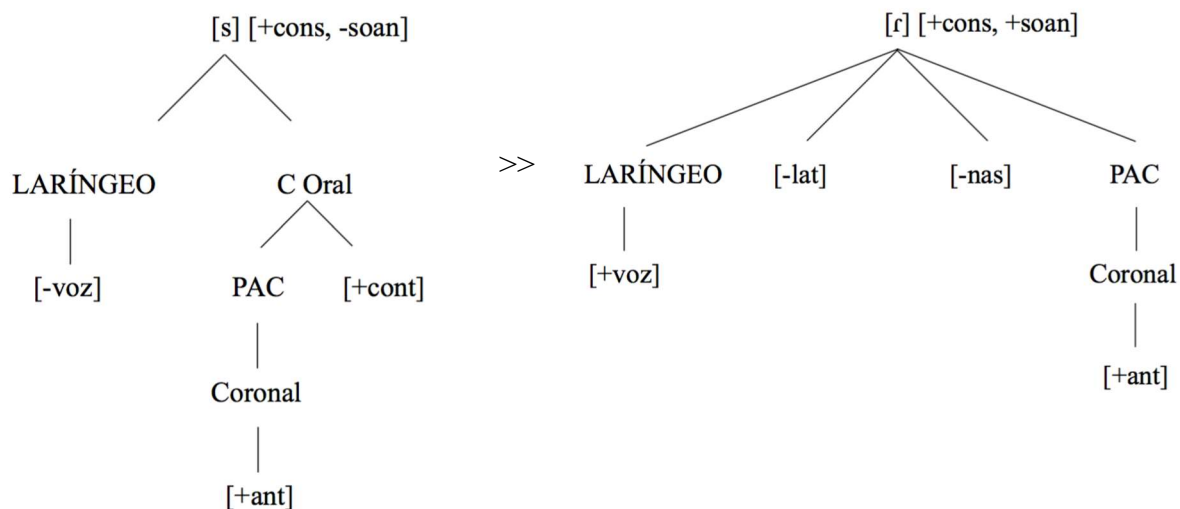
Das formas verbais analisadas, algumas (cf. (3)) tendem a resistir à variação alofónica, prevalecendo a forma “canónica” [s] e neutralizando, desta forma, a alternância fricativa [-soan] / rótico [+soan].

(3)	ku-[s]ak-ul-a	>	*ku-[r]ak-ul-a	‘apascentar’
	ku-[s]ep-a	>	*ku-[r]ep-a	‘esculpir’
	ku-[s]ogod-a	>	*ku-[r]ogod-a	‘falar à cabisbaixo’

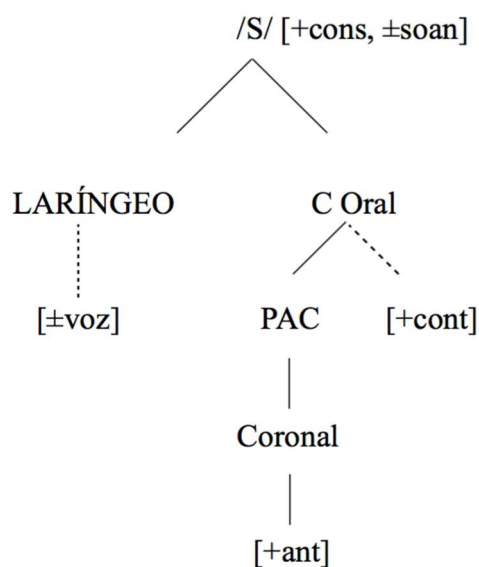
A literatura existente (e. o., Rennie & Martins, 2013; Veloso, 2015) prova haver uma afinidade entre as fricativas e os róticos, que tradicionalmente partilham o mesmo ponto de articulação alveolar (no caso de [s] e [r]), registando uma evolução no sentido /R/ → [-soan, +cont] no português, processo também conhecido por *desonorantization*, o inverso do que se dá no ciyaawo contemporâneo.

Apoiando-se no modelo geométrico, as transformações em curso nesta língua são passíveis de serem representadas conforme em (4).

(4) (a)



(b)



Em (4b), as linhas de associação pontilhadas representam a flutuação dos respetivos nós terminais na origem da variação em estudo, em parte devido à projeção dos valores do traço [soan] do nó de RAIZ.

A par da prenasalização, da labialização e da palatalização (Ngunga & Faquir, 2012:54) há, no ciyaawo, a soantização de consoantes, por meio de róticos, em alofones de segmentos fricativos. Este processo fonológico parece mais comum na fala de sujeitos jovens decorrente, em parte, dos contactos de língua nos diversos espaços onde o ciyaawo é falado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados aqui analisados parecem provar a existência de formas diferentes de realização da fricativa alveolar surda, com a introdução de róticos, sons tidos como ‘estranhos’ na língua pelos estudos anteriores (Kishindo, 1998; Ngunga & Faquir, 2012). Desta forma, decorrente dos contactos de língua, entre outros fatores, a emergência de um rótico soante é uma realidade no ciyaawo contemporâneo.

Embora seja prematuro ainda considerar a existência de variações dialetais no ciyaawo, os resultados aqui alcançados sugerem novas formas articulatórias nesta língua, principalmente em indivíduos mais jovens, que irão assegurar a vitalidade deste sistema. Todavia, só um trabalho mais alargado de recolha dialetal nas comunidades falantes da língua yaawo e um tratamento mais pormenorizado poderão responder às demais questões suscitadas por este estudo.

AGRADECIMENTOS

Os nossos agradecimentos vão para o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua que tornou possível a realização deste estudo graças à bolsa de estudos concedida a um dos coautores para frequentar o Mestrado em Linguística na Faculdade de Letras da Universidade do Porto; ao Prof. Doutor João Veloso, pelas sucessivas correções, comentários e traduções de muitas versões deste trabalho; aos organizadores da *Putting fieldwork on indigenous languages to new uses* que nos permitiram apresentar a primeira versão deste trabalho em Campinas, no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barbosa, J. M. (1994). *Introdução ao Estudo da Fonologia e Morfologia do Português*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Goldsmith, J. (1985). Os Objectivos da Fonologia Autosegmental. In M. H. M. Mateus & Alina Vilalva (Eds.), *Novas Perspectivas em Fonologia* (1ª, pp. 295–337). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Goldsmith, J. (1990). *Autosegmental and Metrical Phonology*. Cambridge, MA: Basil Blackwell.
- Guthrie, M. (1967). *Comparative Bantu: an introduction to the comparative linguistics and*

- prehistory of the Bantu languages*. Letchworth UK & Brookfield VT: Gregg International.
- Kishindo, P. J. (1998). On the standardization of Citumbuka and Ciyao orthographies: some observations. *South African Journal of African Languages*, 18, 85–91. <http://doi.org/10.1080/02572117.1998.10587195>
- Ladefoged, P., & Maddieson, I. (1996). *The Sounds of The World's Languages*. Cambridge, MA: Blackwell Publishers.
- Martinet, A. (1985). *Elementos de Linguística Geral* (10ª Edição). Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Mateus, M. H. M., Falé, I., & Freitas, M. J. (2005). *Fonética e Fonologia do Português*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Mtenje, A. (2002). *An Optimality Theoretic Account of Ciyao Verbal Reduplication*. Athens.
- Mutaka, N., & Tamanji, P. N. (2000). *Introduction to African Linguistics*. Muechen: Lincom Europa.
- Ngunga, A. (s.d.). *Investigação linguística como exercício de relações humanas*. Maputo.
- Ngunga, A. (2000). *Phonology and Morphology of the Ciyao Verb*. California: CSLI Publications.
- Ngunga, A. (2012). Padronização da escrita de línguas moçambicanas: Desafios e Pragmatismos. In A. Ngunga & O. G. Faquir (Eds.), *Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas: Relatório do III Seminário* (pp. 294–312). Maputo: Centro de Estudos Africanos/UEM.
- Ngunga, A., & Faquir, O. G. (2012). *Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas: Relatório do III Seminário*. Maputo: Centro de Estudos Africanos/UEM.
- Rennicke, I., & Martins, P. T. (2013). As realizações fonéticas de /R/ em português europeu: análise de um corpus dialetal e implicações no sistema fonológico. *Textos Seleccionados, XXVIII Encontro Nacional Da Associação Portuguesa de Linguística*, 509–523.
- Veloso, J. (1995). *Aspectos da Percepção das “Oclusivas Fricativas” do Português: contributo para a compreensão do processamento de contrastes alofónicos*. Dissertação apresentada em Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (policopiada).
- Veloso, J. (1997). Vozeamento, duração e tensão nas opositões de sonoridade das oclusivas orais do português. *Línguas E Literatura*, XIV, 59–80.
- Veloso, J. (2015). The English R Coming! The Never Ending Story of Portuguese

Rhoutics. *Oslo Studies in Language*, 7(1), 323–336.

Widdison, K. A. (1997). Variability in Lingual Vibrants: changes in the story of /r/. *Language & Communication*, 17(3), 187–193.

**DO MIRANDÊS AO MADEIRENSE:
A GÉNESE DAS ESCRITAS FONÉTICAS**

Helena Rebelo

DO MIRANDÊS AO MADEIRENSE A GÉNESE DAS ESCRITAS FONÉTICAS

Helena Rebelo

Universidade da Madeira (FAH e CIERL)

CLLC da Universidade de Aveiro

Resumo

Em princípio, uma língua comporta uma vertente oral que pode ganhar uma dimensão escrita, tendo, por definição, duas faces. Mesmo se não a adquire, esta última tem uma existência potencial que pode surgir em qualquer altura evolutiva da componente oral. Se nunca se tornar visível pela escrita, assim que as populações deixarem de falar a sua língua, ela desaparecerá sem deixar rastro. Isso não aconteceu ao Latim porque, enquanto língua morta, se encontra vivificada nos textos escritos que a imortalizam. Veja-se o caso da Língua Portuguesa que completou, em 2014, 800 anos de história, contabilizados a partir do Testamento de D. Afonso II, datado, portanto, de 1214. Todavia, antes de ter este cariz escrito, sobejamente manifestado na Poesia Trovadoresca, com uma raiz Galaico-Portuguesa, era falada pela população, que não usava a Língua Latina Clássica e não sabia escrever. Quem dominava esta arte de gravar a fala fazia-o com flutuações evidenciadas no que se veio a designar como “polimorfismo”. Logo, facilmente se verifica que falar vem antes de escrever: é também assim com a aprendizagem linguística de cada “falante”, ou seja, aquele que fala porque usa a língua, mas também pode saber escrever, desde a infância. É o que sucede com as línguas naturais, as que são faladas, antes de terem escrita. Esta bifacialidade dinâmica das línguas é idêntica para as variedades linguísticas.

Aconteceu com a população das terras do Planalto Mirandês, por se ter habituado a falar, desde, segundo consta, a Idade Média, de um modo muito específico e bastante diverso do de outras populações portuguesas. Foi a proximidade com o Reino de Leão que acentuou esta singularidade linguística, tendo de esperar pelo final do século XX para ser reconhecida, legalmente, como a segunda língua oficial de Portugal. Ganhou, então, um pendor escrito que não tinha quando se formou. Observar a génese da escrita, marcadamente fonética, do Mirandês, para quem se acostumou a olhar para a variedade madeirense, ouvindo-a diariamente, é motivo de reflexão. Poderá a variedade regional referida ganhar uma escrita como aconteceu com o Mirandês e sucede com todas as línguas ou variedades que levam séculos a adquirir uma vertente ortográfica? Até que ponto terão semelhanças, a nível gráfico, as duas manifestações linguísticas regionais tão afastadas uma da outra? Não será a “escrita fonética” uma delas? Ao procurarem dar uma escrita ao modo de falar das populações, podem os escritores destas regiões trazer informação pertinente para compreender a origem da escrita das duas manifestações linguísticas regionais portuguesas? A Literatura constitui uma mais-valia para os estudos das línguas, incluindo a questão da escrita de línguas que possuem apenas vertente oral, adquirindo, posteriormente, escrita. Propõe-se, aqui, compreender a génese das escritas fonéticas,

partindo da comparação de algumas particularidades de ambas as realidades linguísticas, insistindo, porém, mais detalhadamente no léxico da variedade regional madeirense, através da análise de uma recolha decorrida em 1999 com mais de uma centena e meia de vocábulos considerados regionalismos por inquiridos madeirenses.

Palavras-chave

Mirandês, Madeirense, Língua, Variedade, bifacialidade linguística, Escrita fonética.

Abstract

Normally, a language includes an oral component that can make a written dimension, and, by definition, it has two faces. Even if not acquired, this one has a potential existence that can arise at any time of the oral component. If not become visible in writing and none no longer speak the language, it will disappear without a trace. It did not happen to Latin because, while dead language, is reunited in written texts that immortalize it. Take the case of the Portuguese language which, in 2014, has completed 800 years of history, counted from the Testament of Afonso II, dated, therefore, by 1214. However, before having written, its oral face, amply manifested in Poetry troubadour, with a Galician-Portuguese roots, was spoken by the people who did not use the Classical Latin language and could not write. Who mastered this art of recording the speech made it with fluctuations evidenced in what came to be known as "polymorphism". How easily can be seen, talk comes before writing: it is also so in the beginning of the language learning for each "speaker" (one who speaks the language because it uses, but can also know how to write it), since childhood. It is this way with the natural languages that are spoken, before they have written. This dynamic two faces of languages is identical for the language varieties.

This happened to the people of Miranda do Douro region who have used to speak, since, as noted, the Middle Ages, in a very specific way and quite different from other Portuguese populations. The proximity to the Kingdom of León contributed to accentuate this linguistic uniqueness, which had to wait for the twentieth century to be recognized legally as the second official language of Portugal. This language won to be written, an inexistent possibility at the beginning. To observe this written genesis, markedly phonetics, for those who got used to look at the Madeiran variety, listening it day after day, it is cause for reflection. May the regional variety have a written as the regional language of Miranda do Douro? These two regional languages demonstrations so far apart can have similarities, at the graphic level? It is possible the "phonetics written" be one of them? In the way to give a written of the population speaking, can the writers of these regions bring relevant information to understand the two Portuguese regional linguistic manifestations? The Literature seems to be important for the language studies, including for the question of writing a language whom as only an oral face, but asking for a writing. It is proposed here to understand the genesis of phonetic writing, based on the comparison of some particularities of the writings of both regional linguistics realities, insisting, however, more in the lexicon of regional Madeiran variety. For that, it will be analysed a list collected in 1999 with more than one hundred and half words classified as regional by the native speakers inquired at Madeira.

Keywords

"Mirandês", Madeiran, Language, variety, linguistic two faces, phonetic writing.

1. MIRANDA DO DOURO E ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA: GEOGRAFIAS, FONIAS E GRAFIAS

Em termos de Geografia, por um lado, Miranda do Douro é a terra de referência do Mirandês (MIR). Deve, todavia, considerar-se que a língua é falada nas aldeias dos concelhos de Miranda do Douro e em algumas do Vimioso, no distrito de Bragança, designando-se usualmente essa área regional por Terras do Planalto Mirandês. Por outro, o Arquipélago da Madeira, em pleno Atlântico, é composto pelas ilhas do “Madeirense” (MAD). Os dois pontos geográficos são tão distantes que, à primeira vista, nada têm em comum¹. A distância que separa os dois territórios portugueses afasta-os de tal modo que ninguém se lembraria de os associar, salvo se se pensar nas questões linguísticas, entre outras possíveis afinidades, contemplando as culturais, imbuídas em tradições populares ancestrais. Além do mais, que se saiba, no decorrer do século XV, os mirandeses não foram os povoadores das ilhas atlânticas, embora pudesse haver alguém daquelas longínquas terras. O afastamento entre elas é tão grande quanto a distância que existe, hoje, entre a fonia e a grafia do Português, sendo estas as duas vertentes que importa, de momento, abordar. A presente proposta não reside na comparação detalhada das particularidades do MIR e do MAD, embora fosse um exercício viável porque, nas diferenças, possuem similitudes (cf. tabela 1).

O paralelo pode ser estabelecido retomando, por exemplo, para o MIR, o que Amadeu Ferreira (2006) escreveu acerca da história desta língua do ramo do leonês e, para o MAD, a opinião de diversos autores. Apenas para ter uma ideia, listam-se alguns traços em que se podem estabelecer pontes linguísticas entre estes dois territórios com modos de falar específicos, o que não significa que a língua e a variedade sejam coincidentes, mas apenas que há fenómenos parecidos. Enumeram-se e exemplificam-se, na tabela 1, partindo dos elencados por Amadeu Ferreira: 1) palatalização; 2) artigos definidos; 3)

¹ A fim de evitar equívocos, convém esclarecer que, pelo paralelo que se estabelece entre a variedade geográfica do arquipélago madeirense e a segunda língua oficial de Portugal que é o Mirandês, não se pretende colocá-las num mesmo plano, nem dizer que a variedade insular ascenderá à categoria de língua. Aliás, não se abordam os conceitos tratados por renomados linguistas como Paiva Boléo e Lindley Cintra quanto às definições de “língua”, “dialecto” e “falar”, dando-se por adquirida a distinção entre “língua” e “variedade”. O que importa aqui é mostrar que, apesar de isso suceder com todas as línguas e variedades, a dimensão oral de ambas, isto é, do Mirandês (uma língua do ramo do Leonês) e do Madeirense (uma variedade do Português) tem levado séculos para ter escrita. É este o sentido contido no título do artigo e de todo este trabalho. O paralelismo que se estabelece é para compreender a passagem da oralidade à escrita.

possessivos; 4) algumas palavras com género diferente; 5) advérbios e locuções inexistentes em português e 6) bastante vocabulário.

Características	Língua mirandesa	Variedade regional madeirense
Palatalização	<l> inicial: <i>lhuna</i> (lua) <ll> e <nn> duplos intervocálicos latinos: <i>cabalho</i> (cavalo); <i>canha</i> (cana)	<l> antecedido de <i>: <i>aquilho</i> (aquilo) ²
Artigos definidos	<i>l</i> (o) <i>la</i> (a)	situações de apagamento, em especial com os nomes próprios e certamente mais antigos: <i>lo, los, la e las</i> (o, os, a e as) ³
Possessivos	<i>miu</i> (meu), <i>mie</i> (minha), etc.	<i>mê</i> (meu), <i>tê</i> (teu), etc. ⁴
Alterações de género	<i>la calor</i> (o calor)	<i>a corredora</i> (o corredor); <i>o mango</i> (a manga) ⁵
Advérbios e locuções diferentes	<i>ende</i> (aí), <i>sourtordie</i> ⁶	<i>l'além</i> ou <i>acolé</i> [<i>aflém</i>] (muito longe); <i>aquintrodia/aquentroudia</i> (há algum tempo) ⁷
Vocabulário	<i>Vide infra</i> : “sfergante” (instante, momento), “paraige” (alívio), “pochudos” (inchados)	<i>Vide infra</i> : “bilhardeira” (coscuvilheira), “bisalho” (pintainho), “semilha” (batata)

Tabela 1 – Algumas características do MIR e do MAD

Não se pretende alongar esta enumeração que poderia contemplar mais itens, como, entre outros tópicos, a especificidade dos modos de tratamento e a sintaxe com várias características próprias. É a última elencada (o vocabulário) que se vai realçar, nomeadamente para a variedade madeirense (cf. listagem de 169 vocábulos em apêndice, recolhidos em 1999⁸), já que não se tem por finalidade comparar estas duas manifestações linguísticas presentes no território português, porque são muito diferentes e estão em planos distintos. O Mirandês (MIR) é a segunda língua oficial falada em Portugal e o Português é a língua falada na Região Autónoma da Madeira (RAM). Contudo, possui especificidades e, por isso, o “madeirense” (MAD) é considerado uma variedade diatópica do português (Rebelo, 2014a).

² Cf., por exemplo, Andrade Pardal (1994).

³ Cf., por exemplo, Santos (1937-1938).

⁴ Cf., a título exemplificativo, Macedo (1939).

⁵ Cf. Rebelo (2014a), por exemplo.

⁶ Não se encontrou tradução no dicionário disponibilizado em www.mirandadodouro.com.

⁷ Cf. Rebelo (2014a).

⁸ A recolha foi tratada e publicada num artigo (Rebelo, 2005-2006).

Pretende-se, porém, compreender como o MIR e o MAD passaram do registo oral para o escrito, procurando decalcar este naquele, visto que a génese das duas grafias é marcadamente fonética. Logo, se o proposto não é encontrar afinidades, importa dizer que o tema a tratar pressupõe reconhecer que são diferentes. Por um lado, o MIR é uma língua minoritária do ramo do Leonês, circunscrita a uma região. Apesar de ser falada há séculos, a sua escrita oficial é relativamente recente. Por outro, o MAD é uma variedade geográfica regional da Língua Portuguesa. Embora este possua especificidades orais, nomeadamente a nível lexical (cf., por exemplo, o apêndice), não tem escrita oficial reconhecida. Assim, a ligação que se acha entre o MIR e o MAD prende-se, predominantemente, com questões de fonia e grafia, apontando para o que se pode identificar como “escrita fonética”, no singular para indicar o processo em geral, já que não há apenas uma escrita fonética, mas várias, como para a chamada “pronúncia figurada”, um registo anterior à transcrição fonética. Portanto, é evidente que a escrita fonética da segunda língua oficial de Portugal não será idêntica à da variedade insular, embora os recursos sejam idênticos: as letras do alfabeto e a correspondência unívoca entre letra e fone. O busílis é que estes mudam consoante o “escrevente”, embora isso já não se verifique para o MIR porque possui uma convenção ortográfica, mesmo se sujeita a alterações. Então, até que ponto terão semelhanças, a nível gráfico, estas duas manifestações linguísticas tão afastadas uma da outra? Não será a “escrita fonética” uma delas? Torna-se evidente que sim. Tanto para o MIR, como para o MAD, assim como para todas as línguas naturais, a escrita surge historicamente depois da fala, procurando representar e atestar o modo de falar das populações.

2. FALAR E ESCREVER: DA FONIA À GRAFIA

Geralmente, o critério fonético ligado à escrita é interpretado como uma tendência facilitadora, porque há algumas dificuldades associadas à ortografia que se devem, sobretudo, à vertente etimológica das línguas (cf. Vázquez Cuesta e Luz, 1988). Os problemas verificam-se, quando, por exemplo: a) uma letra corresponde a diversos sons (Ex.: <a> -> como em “casa”, com a vogal central aberta [a] e a vogal central semi-aberta [ɐ]), b) uma letra não tem qualquer valor fónico (Ex.: “hoje”, “Helena”), c) duas letras

(dígrafos) realizam apenas um som (Ex.: <lh> para a lateral palatal [ʎ] -> “alho”), d) a mesma sequência adquire vários valores (Ex.: <-am> -> para um ditongo nasal “lavam” e para a vogal nasal central “amparo”), e) a letras diferentes é atribuído o mesmo valor (ex.: <ss> e <ç> para a sibilante surda -> “osso”, “ouço”), etc. Para estes e outros problemas, a solução tida como “mágica” parece ser a de “escrever como se diz”. A grafia (a escrita com o alfabeto latino) passa a seguir procedimentos fonéticos. Do mesmo modo que um símbolo fonético tem unicamente um valor, a cada letra do alfabeto é atribuído apenas um valor fônico, o que não é assim tão linear. A grafia torna-se, deste ponto de vista, o espelho da pronúncia (cf. Houaiss, 2001: articulação e sotaque⁹) porque daria a ver o seu reflexo. Faz lembrar as dificuldades iniciais do processo de iniciação à escrita nos primeiros anos de escolarização, em que as crianças que seguem este procedimento têm de vencer mais obstáculos. Ora, esta interpretação tem consequências, como se depreende da figura 1 em que o vocábulo “abelha” é escrito conforme o falante considera certo, isto é, com um ditongo: “abeilha”, num mercado madeirense, onde se distingue “mel de cana” de “mel de abelha(s)”. Segundo a grafia convencionada e, portanto, normativa, há um erro por a ortografia não ser respeitada. Todavia, quem se dedica a estudar estes assuntos vê ali a pronúncia do falante e sabe que deriva do padrão normativo, que o estudioso domina e que o falante desconhece.



Figura 1– “mel de abelhas” num mercado madeirense
Fonte: Helena Rebelo, 2016

⁹ Cf. Houaiss (2001).

FALAR – registo oral – OUVIR	ESCREVER – registo escrito – LER
Sons, fones e fonemas	Letras e grafemas
Natural, espontâneo, imediato, fácil	Aprendido, trabalhoso, exigente, difícil
Família e comunidade – todos os indivíduos	Escola – alguns indivíduos
Boca e língua – aparelho fonador	Mão e dedos – destreza manual
Amplificador: megafone, colunas, etc.	Instrumento: esferográfica, caneta, lápis, giz, dedos, etc.
Suporte: ar, banda magnética, cassete, vídeo, “mini-disc”, cd, telefone, telemóvel, etc.	Suporte: Papel, papiro, quadro, ardósia, pedra, tecido, ecrã, telemóvel, etc.
Eixo temporal	Eixo espacial ¹⁰
Presença do interlocutor, mesmo à distância	Ausência ou afastamento físico do interlocutor
Impossível rever e corrigir – “Está dito... está dito.”	Possível rever e corrigir
Esquecido e lembrado	Guardado e preservado para comprovar
“As palavras leva-as o vento.”	“O que está escrito fica gravado para a eternidade.”
O falar na escrita...	A escrita no falar...

Tabela 2 – Algumas Diferenças entre Falar e Escrever

Acredita-se que este procedimento facilita a escrita, mas quem sabe que “falar” e “escrever” são dois recursos paralelos (cf. tabela 2), excluindo qualquer situação patológica ou outras particulares, e bastante distantes (como se afirmou, encontram-se em pontos geograficamente tão opostos como Miranda do Douro e o Arquipélago da Madeira) não se deixa enganar. É possível verificar que nem há confluência ao notar o falar na escrita, como num texto dramático, mais precisamente nas deixas das personagens, ou a escrita no falar, considerando, a título exemplificativo, um discurso político preparado para ser dito. Cada ponto da tabela 2 permite assinalar algumas das diferenças substanciais entre os dois registos, partindo de uma generalização, já que pode haver casos especiais, como se disse relativamente às situações patológicas. Dos suportes aos instrumentos, passando pelos contextos de aprendizagem, todos os parâmetros são distintos. Pese embora este afastamento, a tendência para os aproximar, procurando, essencialmente, fazer com que a escrita represente fielmente o registo oral, é grande. Os exemplos da tentativa de decalque,

¹⁰ Estas noções surgem na obra *Pedagogia da escrita: Perspectivas*, organizada por Fernanda Irene Fonseca, 1994.

nesta relação linguística entre fonia-grafia, são inúmeros e encontram-se em múltiplas vertentes, sendo a publicidade um caso paradigmático.

Veja-se a campanha do “Expresso BPI Golf Cup 2016” destinada às empresas, com a transcrição gráfica do aviso que um golfista grita, quando a bola que jogou ganhou força e pode atingir alguém que está nas redondezas: “BÓÓÓLA!”. Que significado têm os acentos gráficos presentes nas três vogais da sílaba tónica? São para realçar a energia ou a duração vocálica? É legítimo grafar assim “Bola!”? São algumas interrogações que, porventura, os publicitários não se colocaram, ao optarem por esta representação gráfica, mas que um linguista não pode ignorar. O caso das ementas é, também ele, muito interessante para quem se dedica ao tema da relação grafia-fonia. Estudar as ementas deste ponto de vista (cf. figuras 2 e 3) permite equacionar um grande número de questões, indo da grafia dos estrangeirismos, problema que não é novo, (cf. “coffee” – Inglês; “cappuccino” – Italiano; “arepas” e “empanadas” – Castelhana (Venezuela); “nikita” – Russo; “hamburger” – Alemão) ao uso das maiúsculas (cf. “vinho Madeira doce”), passando pelo emprego dos artigos (cf. “peixe de dia”¹¹), entre muitos mais. Como escrever o que se quer dizer? Os falantes têm dificuldades que se repercutem, quer nas publicidades, quer nas ementas, quer ainda em textos diversos. Frequentemente, o que se diz e o que se quer dizer não coincidem. Por exemplo, na figura 2, em “costeleta de porco grelhado”, é o porco que é grelhado ou apenas a costeleta? Não há dúvidas de que é esta última que é grelhada. Porém, devido à sintaxe, gerou-se um sentido diferente que é reinterpretado pelo destinatário daquela mensagem. Algo semelhante sucede com “peixe de dia” (cf. figura 2), já que ninguém pensa, por oposição, em “peixe de noite”, mas em “peixe pescado no próprio dia em que se destina a ser consumido”. Quem procura estudar estas duas faces de qualquer manifestação linguística fica com vários problemas por resolver porque os casos empolgantes são muitos.

¹¹ Faz lembrar os casos recentes de “orçamento de Estado”/ “orçamento do Estado” e “Presidente de Câmara”/ “Presidente da Câmara”.



Figura 2 – Ementa do dia numa tasca madeirense
Fonte: Helena Rebelo, 2016



Figura 3 – Estrangeirismos nas bebidas e comidas
Fonte: Helena Rebelo, 2016

Os tradicionais lenços de namorados (cf. figura 4) constituem uma marca do Património Linguístico Português e são, também eles, uma amostra interessante para estudar os reflexos do registo oral no plano escrito, mesmo se bordados em tecido. No lenço de namorados reproduzido num artefacto turístico, as unidades linguísticas “Bai”, “buando”, “Cando”, “bires”, “Dale” e “veijinho” apontam para fenómenos fonéticos. No poema do lenço em apreço (cf. figura 4), a fonia e a grafia correspondem à pronúncia do Norte de Portugal e verifica-se que as “escritas fonéticas” (no plural porque há várias, embora se possa considerar no geral e, por isso, se empregue também o singular) revelam uma forma de dizer marcadamente popular e regional. A letra “v” de “veijinho” assume-se como um provável caso singular a merecer reflexão. Decerto, o falante pensou corrigir o que seria um erro, mas não o era (“beijinho” é encarado como erro e emendado para “veijinho”, que a norma considera errado, pensando o falante estar certo). A noção de “erro” para as escritas fonéticas dilui-se porque o falante – frequentemente pouco escolarizado – escreve conforme diz e assim segue a sua produção oral, que pode ou não ser idêntica à dos seus conterrâneos. Importa apenas quando o é, o que pode não ser o caso deste “v”. Não se considera, conseqüentemente, que a fonética seja simplificadora da escrita. Basta para isso observar o logótipo presente na figura 5¹². Para quê substituir o “qu” de “alquimia” por um

¹² Faz pensar na escrita proposta para os crioulos cabo-verdianos que também assenta no princípio fonético de um símbolo-um som (fone) (cf. livro de Manuel Veiga *Diskrison strutural di lingua kabuverdianu*, 1982). Um dos argumentos era que distanciava esta grafia da ortografia portuguesa, ou seja, da escrita com raízes etimológicas. Contudo, não gerou consenso, fazendo com que não fosse seguida por grande parte da população. Na folha de rosto, Manuel Veiga apoia-se numa citação de Albert Valdman que desvaloriza a grafia etimológica: “La principale faiblesse de toute orthographe étymologique est de ne pas mettre à la

“k”? Porquê o apóstrofe a assinalar a apócope de “e” em “de”? Será o grafismo a condicionar? É bem provável que assim seja. Jogando a publicidade com diversas vertentes da grafia: cor, tamanho e formato da letra, desenho, etc.

Assim, a opção fonética, devido à variedade de pronúncias (enquanto modos de articulação), não é facilitadora da escrita. Pelo contrário, torna o processo complexo por causa das flutuações do registo oral (cf. Vázquez Cuesta e Luz, 1988: polimorfismo medieval). Por exemplo, como deveria escrever “para o” quem diz apenas a consoante inicial da preposição e emite uma vogal posterior semi-aberta no artigo ou pronome? Poderia escrever “pó”? Seria aceitável admitir, para a mesma sequência, a grafia “pró”, se é assim que alguém articula, incluindo quem diz “pó”? Há muitos falantes que pensam existir o verbo “tar”, esquecendo-se, por completo, que é uma redução de “estar”. Considerando as diferenças entre a língua minoritária (com ortografia) e a variedade insular (sem ortografia), esta panóplia de exemplos permite evidenciar o que terá acontecido com o MIR e está acontecendo com o MAD, assim como com todas as línguas e variedades que necessitam de uma convenção ortográfica. A pronúncia, marcadamente instável, é impulsionadora da escrita, quando não existe nenhuma oficialmente reconhecida, provocando, consequentemente, instabilidade gráfica.



Figura 4 – Réplica de um lenço de namorados
Fonte: Helena Rebelo, 2016



Figura 5 – Logótipo de um restaurante madeirense
Fonte: Helena Rebelo, 2016

disposition du scripteur des règles systématiques pour la représentation de toutes les formes d’une langue...”, mas os limites que se lhe reconhecem não parecem ser tão problemáticos quanto os da “escrita fonética” porque permitem estabilizar (fixar) a grafia que não flutua ao sabor dos falantes, como se nota no apêndice para o MAD.

3. O CASO DO MIR

Segundo Amadeu Ferreira (2006 e 2010), a história da língua mirandesa está feita. Retomando a posição de José Leite de Vasconcelos, identificou nela três variedades, a saber: 1) o mirandês do norte ou raiano, 2) o mirandês do sul ou sendinês e 3) o mirandês central ou a norma-padrão, realçando a variação interna como se comprova na presente citação (2006):

Já José leite de Vasconcellos [sic] havia distinguido três variedades dentro do mirandês: o mirandês do norte ou raiano, que é falado em várias aldeias junto à fronteira (raia seca) com Espanha; o mirandês do sul ou sendinês, que é falado na vila de Sendim; o mirandês central que é falado nas restantes aldeias e que foi adoptado como padrão pela Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa. Assim, como qualquer língua, e apesar do seu reduzido número de falantes e da pequena área geográfica onde se fala, também o mirandês apresenta importante variação interna.

Esta riqueza linguística, própria de qualquer língua viva, é-lhe conferida essencialmente pelo carácter oralizante que conservou durante séculos, já que apenas ganhou a vertente escrita em 1884. Foi, também nas palavras de Amadeu Ferreira (2006), José Leite de Vasconcelos quem lhe conferiu essa vertente através de uma publicação literária, sob a forma de poemas. Sobressai, pois, o contributo da Literatura para os Estudos Linguísticos. Conta Amadeu Ferreira que essa proposta de escrita inicial era “muito complexa” e que Aniceto dos Reis Gonçalves Viana propôs “um sistema de escrita mais simples”. Estes dois vultos dos estudos linguísticos portugueses contribuíram assim para dar visibilidade ao MIR, conferindo-lhe uma face escrita, mas os contornos com que a desenharam não foram coincidentes e isso exigiu uma intervenção posterior, em finais do século XX com uma convenção ortográfica. O processo revela bem que “escrever” não é “falar” e que é indispensável fazer opções para representar graficamente a variação linguística do registo oral, a variação intrínseca de uma língua ou de uma variedade. A explicação detalhada da História da Língua Mirandesa é sistematizada por Amadeu Ferreira (2010), retomando observações anteriores (2006) muito esclarecedoras, a este propósito:

A língua mirandesa manteve-se como língua exclusivamente oral até 1884, ano em que José Leite de Vasconcelos publicou o poemário *Flores Mirandesas*, a primeira obra escrita em mirandês. No último quartel do século XIX vários autores mirandeses publicaram obras em mirandês, em particular traduções de autores clássicos e de «Os Quatro Evangelhos», com destaque para Bernardo Fernandes Monteiro, Manuel Sardinha e Francisco Meirinhos. A escrita seguida por José Leite de Vasconcelos era muito complexa, visando expressar toda a riqueza da oralidade, mas um sistema de escrita mais simples foi apresentado por

Gonçalves Viana, depois seguido por vários autores. Daí em diante a escrita da língua mirandesa oscilou entre aquelas duas propostas, até que em 1999 é publicada a *Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa*, cujo projecto esteve em discussão desde 1995.

É sintomático observar que, no entender de Amadeu Ferreira, apesar de haver uma ortografia convencionada, a “escrita da língua mirandesa ainda não se pode considerar concluída”. A explicação encontra-a na convenção e nas adendas que se lhe seguiram. Na sua opinião, no entanto, “não abarcam todos os aspectos relativos à escrita da língua”. Isso pode indicar que o registo escrito, embora fixe a língua, nunca o consegue plenamente, uma vez que a vitalidade oral tem detalhes de que a escrita deixa de dar conta ou ainda não dá conta, precisando de ajustes sistemáticos. Depreende-se que o processo ortográfico não está fechado, porque os mirandeses querem contemplar na escrita as variedades. É o que se deduz da citação *infra*, extraída da palestra de Amadeu Ferreira (2006) sobre a História da Língua Mirandesa:

Das variedades do mirandês, a que apresenta diferenças mais sensíveis é o sendinês, que foi objecto da 1ª Adenda à *Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa*. Em termos de ortografia, a convenção seguida é a mesma, apenas se permitindo que os sendineses, se o desejarem, possam escrever com *l-* em início de palavra em vez de *lh-* (ex. *luna* / *lhuna*, para a palavra ‘lua’). Outras distinções a assinalar, além de aspectos da sintaxe e do léxico: o tratamento de respeito é, no mirandês central e raiano, na 2ª pessoa do plural (Á tiu Antonho, *bós stais* an casa manhana a la purmanhana?), e é, no sendinês, na 3ª pessoa do singular (Á tiu Antonho, *el stá* an casa manhana a la purmanhana?); (...).

Em síntese, do apanhado de Amadeu Ferreira, pode dizer-se que a língua falada nas aldeias do Planalto Mirandês tem variedades: a do norte (raiano), a do sul (sendinês) e a central (a norma). Apenas possui escrita desde 1884, tendo a sua génese gráfica com a publicação do “poemário *Flores Mirandesas*” de José Leite de Vasconcelos. É, portanto, na Literatura que nasce a escrita do MIR. Foi necessário esperar até 1900, para ter a primeira gramática da mão de José Leite de Vasconcelos. Mais tarde, a proposta de escrita de José Leite de Vasconcelos passou por uma simplificação ortográfica apresentada por Gonçalves Viana. Estas duas ortografias vão manter-se até finais do século XX, porque, em 1995, inicia-se a discussão pública para a *Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa* (mirandês central), que surge em 1999, tendo uma primeira Adenda em 2000, e, na opinião de Amadeu Ferreira, o processo não está concluído para dar conta na escrita do MIR, falado há séculos e com variação interna.

Quanto à Literatura Mirandesa ou em MIR, afirma Amadeu Ferreira (2006):

A literatura escrita em língua mirandesa inicia-se em 1884, com a publicação do poemário de José Leite de Vasconcelos, *Flores Mirandesas*. Ainda no século XIX assistimos à publicação de poemas originais por Francisco Meirinhos, de traduções de Camões e de Antero de Quental por Manuel Sardinha, de Camões e dos Quatro Evangelhos por Bernardo Fernandes Monteiro. Já no século XX, António Maria Mourinho publica vários poemas em mirandês, depois reunidos no volume *Nuossa Alma i Nuossa Tierra*, a que se veio juntar mais tarde o poema *Scoba Frolida an Agosto* e outros poemas dispersos.

Convém lembrar que, desde os tempos da Filologia, o estudo da língua e do texto são inseparáveis, tendo sempre havido uma ligação muito próxima entre Literatura e Linguística. O facto de, para o MIR, a Literatura conferir, pela primeira vez, escrita a uma produção oral comunitária é demonstrativa do interesse que deve ter estudar a relação entre fonia e grafia. Vários são os livros que vão aparecendo no mercado para o MIR. Um dos últimos foi, por exemplo, *Lhonas/ Anedotas mirandesas* de Carlos Ferreira com tradução de Thibaut Ferreira e publicado pela Editora Âncora, no seguimento de muitos outros. Evidentemente, como seria de esperar, o mesmo não acontece com o MAD que, enquanto variedade, acaba por ter apenas literatura com representações parciais das suas especificidades regionais. Foi, pelo menos, a convicção que já se expressou em diversos trabalhos (Rebelo, 2016).

Por coincidência, para a Poesia, encontraram-se duas obras editadas pela Âncora: a do MIR é de um pseudónimo de Amadeu Ferreira: Francisco Niebro, (2012) *Ars vivendi. Ars moriendi* e a do MAD é de José de Sainz-Trueba *et alii* (2016) *Cadernos de Santiago I*. Comparando-as, compreende-se a diferença existente entre uma e outra. Para o MIR, a par da composição poética no original, surge, na página seguinte, a tradução¹³ portuguesa. Assim, todo o vocabulário especificamente mirandês torna-se compreensível pela tradução portuguesa como em “sfergante” (instante, momento – p. 7), “paraige” (alívio – p. 7), “pochudos” (inchados – p. 8). Analisando, brevemente, a grafia do vocabulário presente nos poemas em MIR, conclui-se que uns quantos são idênticos no texto original e na tradução (p. 9: “agora”, “na”, “mora”, “casas”, etc.); alguns estão próximos dos correspondentes portugueses (um pouco como com os castelhanos, franceses, italianos, etc.), de que se dão os seguintes exemplos, para continuar na página 9, em paralelo com a 8: “rue” – “rua”, “pessona” – “pessoa”, “piedra” – “pedra”, “silenço” – “silêncio”, “puortas” – portas, “semitérios” – cemitérios, “jazidos” – jazigos, “tierra” – terra, etc.

¹³ Apesar de o autor Francisco Niebro, ou seja, A. Ferreira, poder ter realizado a tradução portuguesa, esta esteve a cargo de António Cangueiro e Rogério Rodrigues.

Muitas vezes, entre outros casos, há apenas uma letra de diferença, revelando pronúncias distintas, mas não muito distantes. Esta proximidade mereceria um estudo, que, não cabe, aqui, empreender. Em contrapartida, na obra referida para o MAD, os textos são escritos seguindo a norma do Português Europeu, anterior ao Acordo Ortográfico de 1990, havendo, pontualmente, algum autor que se aventure pela variedade insular. Observa-se nas composições de Isabel Aguiar, nas páginas 20-21, com “joeira” (papagaio de papel) e na 23 com “poios” e “levadeiros” (cf. apêndice: “poio” e “levada”). Os editores optaram por não colocar notas ou explicar este vocabulário por não ser recorrente o procedimento nos poetas antologiadados. Portanto, parece uma evidência afirmar que o MAD, mesmo se ocorre em alguma literatura (Rebelo, 2016), vai desaparecendo com a escolarização das novas gerações (Rebelo e Gomes, 2014b), embora determinadas marcas subsistam em todos os planos linguísticos, tendo particular realce o léxico.

4. O CASO DO MAD

Quanto à História da Língua, que se saiba, ninguém lha fez. Para o MAD, José Leite de Vasconcelos e Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (Rebelo, 2005) apontaram particularidades fonéticas: duas o primeiro (a ditongação do /i/ madeirense e a palatalização da lateral áptico-alveolar antecédida de /i/) e uma o segundo (a singularidade do /i/ madeirense). Aliás, foi referido por José Leite de Vasconcelos como “o madeirense”, no singular, o que Luís Filipe Lindley Cintra (1990) contestou preferindo o plural. Contrariamente ao filólogo, no entender do linguista da Academia de Lisboa, a variedade interna está presente em diversos fenómenos fonéticos. Contudo, não os delimita no terreno, não traçando qualquer isoglossa em território madeirense. Este assunto continua a suscitar diversas interpretações e é motivo de interesse de diferentes vultos da cultura regional, sobretudo de não especialistas da área da Linguística. Sucede assim com Ricardo França Jardim¹⁴. Veja-se, por exemplo, a crónica “Falares Ilhéus” (1996, 24) e o facto de reconhecer a variação interna na variedade insular madeirense¹⁵:

¹⁴ Como Amadeu Ferreira, Ricardo França Jardim foi cronista do jornal *Público* e ambos escreveram sobre as suas origens e a terra que os viu nascer. Aliás, as crónicas escritas em mirandês dão conta de especificidades de Miranda do Douro e as escritas em português padrão com particularidades linguísticas madeirenses realçam muitas das características do arquipélago madeirense, sobretudo através de anedotas ou figuras caricatas. Não deixa, por isso, de ser curioso o paralelismo que se pode estabelecer entre estes dois autores:

Será impróprio falar de um dialecto madeirense. Mas custa a entender, em português corrente, declarações tão estrambólicas, como “o grima azoigou e foi atupido no poio das tanarifas”. Melhor dizendo, “o cão morreu e foi enterrado no campo das aboboreiras”.

Mais espantoso ainda, é constatar, num espaço insular de 50 quilómetros de comprimento por 20 de largura, falares com prosódias tão diferenciadas quanto as que separam Braga de Loulé. Por exemplo, nas freguesias suburbanas do Funchal – São Martinho, Santo António, São Roque – chama-se “escádia” à escada, “galatrixa” à lagartixa e “Gabel” a todo o infeliz baptizado com o nome de Gabriel. Mais fina ainda, é a troca do “A” com o “O” e outras baldrucas de letras, constituindo-se ementas de “gaiade saque” e “milhe frite com azeito”, para não falar das “ovoletas”. Mas atenção. Raras vezes a linguagem escrita acompanha a pronúncia oral. Devido ao enorme esforço de alfabetização. Ainda nos meus tempos escolares, conheci uma velha professora que dizia assim: - Atenção, meninos, vames fazere o ditade. Quem fazer erres, é castigade. E não se esqueçam, ditade com “o” no fim.

E lá acertávamos qualquer coisinha.

Como se calcula, não aprendi muita medicina naquele serviço à periferia – excepto capacitar-me da imensidão da minha ignorância. Mas deu para reflectir sobre outros temas. Hoje, à distância de 20 anos, formulo esta hipótese politicamente incorrecta: fosse a Madeira ex-território colonial, à semelhança de Cabo Verde, ou região espanhola, como a Galiza, que teríamos língua própria, com semântica e sintaxe estabelecidas nos livros. Mas somos portugueses. Assim, nem o Dr. Alberto João, que já inventou bandeira, hino e parlamento, consegue institucionalizar o dialecto madeirense. Lamento, mas compreendo. Já imaginaram o líder insular fazer-se desentender para sacar dinheiro àquele senhor com voz de grilo que faz de ministro das Finanças?

Embora também não identifique áreas e fronteiras, mesmo se localiza fenómenos, as questões linguísticas levantadas por Ricardo França Jardim (1996) merecem comentário. Além do mais, defende, como Lindley Cintra, variação interna, mas opta pela unicidade da variedade. Põe a tónica na especificidade linguística, não reconhecida oficialmente, a nível nacional, da variedade insular autóctone, que, no seu entender, poderia ganhar a dimensão de “língua”, deixando de ser “variedade”. Avança com critérios políticos ou de História Política para que tal não seja possível. Subentende a existência de uma Semântica e de uma Sintaxe madeirenses, sendo uma possibilidade que se tem vindo a considerar porque está a ser estudada a Gramática do MAD, fazendo sobressair as suas características (cf. tabela 1). Porém, não será apenas por isso. Ricardo França Jardim revela ter pena de não ver valorizada a especificidade linguística da sua terra natal e evidencia uma preocupação em conservar marcas regionais, que o todo nacional não (re)conhece. As preocupações

um da área do Direito e outro da da Medicina, que, tendo sensibilidade linguística, se reportam a diversas questões da linguagem para as próprias realidades que conhecem enquanto falantes nativos.

¹⁵ É importante realçar que nem José Leite de Vasconcelos, nem Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, nem Luís Filipe Lindley Cintra, nem Ricardo França Jardim se referem à ilha do Porto Santo. Quando se reportam à “Madeira”, é apenas a ilha maior do arquipélago que é alvo de atenção.

linguísticas deste médico estão também patentes na crónica “Balamento” (10-12), como se pode ler num excerto (10-11):

Ou belamento, não sei. Não encontro esta palavra nos dicionários. Contudo, ela existe. Ou existiu. No antigamente estava ligada à Páscoa. (...)

Aprendi a associar as estações do ano aos sabores, costumes e liturgias. O inverno [sic] estendia-se entre o Natal e o Carnaval. Começava na matança do porco, carne de vinho e alhos, torresmos, broas, rosquilhas. bolo de mel. Chegados ao entrudo, vinham os sonhos, malassadas e os fritos com canela e mel que, curiosamente, vim encontrar, adulto feito, no Norte de África, durante os jejuns do Ramadão.

Nas colhetas de Verão, eram arraiais, coretos, música, foguetes, bonecas de massa, espetadas e vinho tinto. E no Outono, São Martinho mais as mudas das pipas, águapé [sic], nozes e castanhas.

A Páscoa, auto da Primavera, anunciava-se pela abstinência Quaresma, culminando no jejum de Sexta-Feira Santa. (...)

Sabores pascais? Amêndoas. E aqui retomo [sic: retorno ?] ao belamento. Era uma espécie de jogo das escondidas, praticado nas últimas semanas da Quaresma. Pelas manhãs, ou à hora do almoço, cada jogador procurava emboscar-se, para surpreender o adversário desprevenido. E mal avistasse o outro, descobria-se, gritando: “Balamento!”. No final, o vencido pagava um prémio, na forma de torrões de amêndoa com açúcar, à venda, por esta época, em todas as confeitarias do Funchal.

A hesitação provoca a flutuação gráfica entre “belamente” e “balamento” (cf. apêndice). Porque o autor usa as duas formas no texto, evidencia o quanto é difícil captar a pronúncia e é complexo transpô-la para a escrita mimeticamente. Não se pense que isso seja resultado de uma gralha, já que esta inconstância subsiste para muitos vocábulos que se encontram em circunstâncias idênticas: são fruto do registo oral a que a escrita precisa de dar corpo gráfico. Das três ocorrências no texto, duas são com “e” e uma com “a”, o que pode ajudar a identificar a forma predominante, embora a outra tenha legitimidade e se possa considerar ser uma variante. Aliás, acontece o mesmo com o vocabulário importado. Por exemplo, os dicionários admitem “omelete” e “omeleta” ou “bicicleta” e “biciclete”, assim como “moto” e “mota”. A dificuldade da transposição da fonia para a grafia é uma constante, havendo, necessariamente que fazer opções. A ortografia deveria admitir apenas uma, facilitando a escrita, mas, frequentemente, tal não acontece. Esta indecisão manifesta-se, por exemplo, nos nomes das comidas e das bebidas (cf. figuras *supra* e *infra*), reencontrando-se noutra crónica de Ricardo França Jardim, no mesmo livro (1996) sobre a “tanarifa” (cf. apêndice). Intitula-se “Abóbora” (48-52) e extrai-se a seguinte passagem da página 48:

Abóbora é o fruto da aboboreira. Substantivo comum, com muitas variedades: abóbora-menina, abóbora-cabaça, de água, porqueira, chila, abóbora coroa e abóbora do mato. Na Madeira, referencia-se ainda a abóbora de Tenerife ou “tanarifa”, também conhecida por

“corre-e-caga”, tal é o crescer e frutificar. Mas na minha juventude, Abóbora com letra maiúscula, em substantivo próprio, era Manuel Pinto, professor de línguas, vice-reitor do liceu e comissário-adjunto da Mocidade Portuguesa.

Em síntese, e apenas do que se observou, é possível dizer que o MAD é uma variedade insular do Português falado com características próprias, que não tem ortografia oficialmente estabelecida, mesmo se alguns dicionários dão conta de certos termos e os grafam, advindo daí um certo reconhecimento (cf., por exemplo, Cândido de Figueiredo, 1986). Um dos exemplos mais paradigmáticos da instabilidade gráfica provocada pela escrita fonética é, sem dúvida, o legume “chuchu”, conhecido na RAM, como “pimpinela”, mas esta sequência de letras não é unânime, já que se regista variação, sobretudo, na primeira vogal. As figuras 6 e 7 atestam duas: <im>/<e>, “pimpinela”, “pepinela”, que aparecem no apêndice, havendo mais, como “pempinela”.



Figura 6 – Num supermercado, “pimpinela”
Fonte: Helena Rebelo, 2016



Figura 7 – No Mercado dos Lavradores, “pepinela”
Fonte: Helena Rebelo, 2016

Portanto, diversas questões se colocam, quanto à grafia. Como escrever palavras do MAD que não são atestadas no Português? Como grafar vocábulos que têm grafia, mas não são pronunciados como na norma? Que grafia dar a fusões improváveis de vocábulos originando outros vocábulos? Então, o falar (o modo de dizer) na escrita é erro ou regionalismo? Que dizer de casos como “bailhe”, “bailhinho”, “vilhoa”, “mobilhado” para dar conta da palatalização da lateral apical indicada *supra* (cf. tabela 1)? Como escrever a chiente surda? Deve ser com <ch> ou <x>: “xaramba”/ “charamba”, “xarola”/ “charola”, “xavelha”/ “chavelha”? O mesmo se aplica a <s> e <z>, como em “busico”/ “buzico”, quando equivalem à consoante sibilante sonora. Como registar o fenómeno da ditongação de [i] que vários autores (Leite de Vasconcelos, Kate Brüdt, etc.) identificam, mas transcrevem de maneira diferente: “vainho”, “veinho”, “vuinho”? O que fazer das

variantes, como em “atremar”/ “atermar”/ “atramar”? Qual delas aceitar? Para as chamadas “corruptelas” e aglutinações como “aquintrodia” ou “l’além”, como proceder? Quem deve decidir a grafia dos vocábulos? Deve deixar-se esta incumbência aos falantes, tendo os linguistas, através de levantamentos, de comprovar a variante predominante para a oficializar? Até que ponto pode o linguista apoiar-se nos falantes, se eles são a causa da instabilidade linguística, sobretudo a nível da escrita do MAD? As respostas vão variando e, enquanto as entidades competentes não o decidirem, a escrita do MAD não terá real consistência, embora tenha existência. É o que se vai demonstrar.

5. O VOCABULÁRIO MADEIRENSE E A SUA ESCRITA FONÉTICA

Um dos primeiros trabalhos de investigação realizados para o MAD no sentido de sistematizar dados decorreu em 1999, tendo sido apresentado num congresso em Évora na transição do milénio e sido publicado posteriormente. Intitula-se “A Caminho do Brasil: a Madeira. Situação Actual da Língua Portuguesa na Ilha da Madeira” (Rebelo, 2005-2006). Nele, compilaram-se vocábulos considerados por inquiridos nativos como regionalismos, quer vocábulos específicos, quer vocábulos comuns ao Português, mas que tivessem sentidos diferentes. Foram facultados sem qualquer preocupação com a significação, interessando apenas a transcrição das unidades em si. Decidiu-se, agora, retomar esta recolha (cf. apêndice) para a tratar, segundo a relação fonia-grafia. Desejava-se comparar, para esta listagem, todos os vocabulários e glossários existentes (sem ajuizar se têm ou não qualidade), ou seja, os publicados em livro e os que constam, essencialmente, em dissertações. Embora se ambicionasse um maior número, a fim de tirar algumas conclusões, conseguiu-se fazer a consulta em quatro (dois glossários e dois vocabulários): António Marques da Silva (AMS) – glossário, Deolinda Bela de Macedo (DBM) – glossário, Fernando Augusto da Silva (FAS) – vocabulário, Luís Sousa (LS) – vocabulário. Colocar os dados lado a lado facilita a comparação das propostas de AMS, DBM, FAS e LS, confrontando-as com o elemento da recolha assinalado pelo falante inquirido. Como se esperaria, as divergências entre as recolhas presentes nos vocabulários e glossários existentes são grandes, o que já se notara em outros estudos (cf., por exemplo, Rebelo, 2010). Há, portanto, cinco propostas (com grafias convergentes, divergentes ou

aproximadas) para os 169 vocábulos que figuram em apêndice, listados por ordem alfabética. Como se disse, não interessam, de momento, as definições em si, porque o que importa observar é a grafia da unidade recolhida, comparando-a com a que as referências apresentam. Contudo, facultam-se (cf. apêndice), para facilitar a compreensão de quem as desconhece. Nos dados lexicais recolhidos (“palavras madeirenses” e “palavras com sentido diferente”), excluíram-se as formas verbais conjugadas como “abiquei”, deixando o infinitivo impessoal “abicar”, ou como “atremei” - “atremar”. Juntaram-se as formas pronominais, quando ocorreram: “abicar-se”. Retiraram-se, ainda, as repetições das ocorrências como para “apilhagem”. Em suma, o apêndice é constituído por 169 unidades, em que se listam as grafias dos significantes, e sempre que os vocábulos não existam nas obras consultadas, o símbolo X assinala-o. O exercício revela que estudar a variedade através dos levantamentos lexicais permite compreender até que ponto há singularidades na(s) pronúncia(s).

Antes de proceder a uma análise, sistematizam-se os dados em função da correspondência entre a recolha e as referências bibliográficas, a fim de observar a proximidade ou a distância entre a fonia e a grafia dos vocábulos listados. Notam-se seis situações, indo da falta de correspondência (inexistência, cf. conjunto I) até às dúvidas (cf. conjunto VI) que se foram apresentando. O tratamento é o seguinte:

I. Nenhuma correspondência nas referências:

“abuseirar”, “alanhado”, “aldeia”, “apara lápis”, “arade”, “arencanado” [“incanado (ar)” – “ar encanado”?], “arrecada(s)”, “assacanmar” [cf. “açacanmar”], “azogado”, “azougo”, “bambiarra”, “banheira”, “besoica” [“busico”?], “bojinho”, “bota d’água”, “brinquinho”, “brisa”, “bogalho”, “bujeco” [cf. “busico”?], “burgalho”, “cachorro”, “caçulha”, “cadenão”, “canço”, “carreta” [cf. “carrete”?], “chinesa”, “consciência”, “coral”, “correia”, “cubano(s)”, “emarzelado”, “embrugado”, “engalgado” [cf. “engalgada”, “engualgue,ar”, “engalgar”], “enpedir” [erro gráfico: “emp-” (“impedir”?)], “espigue(s)”, “filitar” [cf. “filito”], “francelho”, “fresco”, “gadelha”, “gorgomilho”, “granha”, “gums”, “impeno”, “inhame”, “lambeca”, “lar”, “malaia”, “mamada”, “mamulho” [cf. “mamulhão”?], “marca(s)”, “matança”, “mato”, “morganho”, “parreira”, “passada(s)”, “pastilha”, “peniscar”, “pisado” [cf. “pisar”?], “pissa”, “poço”, “prisão”, “quadro”, “quarto(s)”, “rainar” [cf. “reinar”?], “relaxado”, “revalhar”, “roleta”, “segurelho”, “shandy”, “soeira”, “tameira”, “trancelim”, “tratuário”, “tressale”, “vigia”, “xarola” [cf. “charola”].

II. Correspondência em apenas uma referência:

“altear”, “amigo”, “bolo do caco”, “camalhão”, “cambado”, “caminhar”, “campo”- “campos”, “carreira”, “enfiado”, “espetada”, “fazenda”, “forrado” [cf. “furado”], “horário”, “injurado”, “novelo(s)”, “panasco”, “pia”, “restolho”, “travessa” [cf. “Travessa”], “vapor”, “vasilha”, “verga”.

III. Correspondência em várias referências com uma grafia – convergência:

“abelha”/ “abelhinha”, “apilhar [cf. “apilhagem”], “arcas”, “barreta”, “batata”, “batoque”, “borracheiro”, “borracho”, “calhau”, “canelas”, “cangueira”, “carreiro”-“carreireiro”, “cartola”, “cramar”, “demitado”, “expedir”, “feiteira”, “furado”, “gamelão”, “garanito”, “gastalho”, “grade”, “grogue”, “lapinha”, “levada”, “manta(s)”, “picado”, “poio”, “poncha”, “reina”, “resondar”, “saloia”, “semilha”, “sereno”, “venda”.

IV. Correspondência com duas ou mais grafias consensuais (variantes reconhecidas) – proximidade:

“azougar”/ “azoigar”, “balamento”/ “belamento”, “basculho” (vasculho), “boganga”/ “moganga” - “tenerifas”/ “tanarifas”/ “tenarifas”, “tornadouro”/ “tornadoiro”, “vaginha” (mais frequente)/ “baginha”, “vilão”/ “vilhão”, “zaralho”/ “zaralha”.

V. Correspondência com grafias não consensuais (variantes não reconhecidas) – divergência:

“abaguear”/ “abaquiar”, “abicar (-se)”/ “abeicar”, “acontrodia”/ “acontordeia”/ “acontrodaia”/ “aquintrodaia”, “ajuntar”/ “juntar”, “atremar”/ “atramar”/ “atermar”, “atupir”/ “intupir”, “bebra(s)”/ “bêbera” [mais acento gráfico] “bilhardeira”/ “belhardeira”, “bisalho”/ “bizalho”/ “bisalhinho”, “busico”/ “busiquinho”/ “buzico”, “fraina”-“freima”-“freimão”/ “fleimão”-“freimaço”, “olho de bói”/ “olho de boi”/ “olho-de-boi”, “pimpinela”/ “pepinela”, “pinheco(s)”/ “pineco”/ “pinéo(s)”/ “pineca”/ “pinoca”/ “pinéu”, “saruga”/ “sarimba”/ “saruma”/ “sarumba” [corruptela de “carumba”?], “somenos”/ “semenos” [uma referência apenas], “tanerifa”/ “tanarifa”/ “tenerifa” [corruptela de “Tenerife”], “xarabanda”/ “charabanda”.

VI. Dúvidas:

“caçarola”-“caçarolo”-“cacharola”, “expedir”-“espedir-se”, “injúrio”-“injúria”, “patinar”-“patinhar”, “pesquita”-“pesquito”, “tabaibo(s)”-“tabaibas”, “terraço”-“tarraço”, “tranca”-“trancas”.

Analisam-se os dados do apêndice em função da grafia, tendo em conta uma divisão em formato de escala que vai da convergência à divergência. No primeiro patamar, é idêntica para as cinco ocorrências e, no último, é diferente, não havendo uma grafia consensual. É claro que os resultados mudariam se se adicionassem mais referências bibliográficas e se se consultassem mais falantes. Todavia, observando os resultados disponíveis, verifica-se que 46% dos elementos recolhidos (cf. conjunto I) não têm nenhuma correspondência nas quatro referências citadas. Os falantes escreveram os regionalismos conforme quiseram. Não se questiona se são ou não realmente regionalismos porque o importante foi averiguar o “conhecimento” dos falantes. Há muitos que não o serão, como “aldeia”, “matança” ou “parreira”, não se sabendo o que motivou a escolha dos inquiridos. Neste conjunto de afastamento total, uma vez que não estão atestados,

identifica-se o que se designa por “erros” de ortografia como “enpedir” [“empedir” (“impedir”?)], ou seja, sequências não possíveis (não se usa “impossíveis”, porque foram usadas). A aglutinação em “arencanado” [“incanado (ar)” – “ar encanado ?”] pode também ser exemplo disso. Nesta, é claro que a grafia sofre uma forte influência da fonia e o falante não reconhece a existência de duas unidades, mas apenas de uma. Provavelmente por haver deturpações de vocábulos portugueses comuns (ex: “bambiarra” [“gambiarra”?] e “arade” [“arado”?]) ou de regionalismos (“assacanharr” [cf. “açacanharr”], “carreta” [“carrete”?], “xarola” [cf. “charola”]) também não se registaram, não se conseguindo encontrar correspondências nos estudos consultados. Convém sublinhar que estas obras resultam de um registo individual, confirmado ou não junto de outras referências e, também por isso, não atestam todo o vocabulário. É sabido que muitos destes elementos são regionalismos correntes (ex: “brinquinho” – instrumento musical, “brisa”¹⁶ – bebida gasosa de marca regional, “chinesa” – uma meia-de-leite, “coral” – uma marca de cerveja, “prisão” – gancho para o cabelo, “cubanos” – continentais a viver no arquipélago ou no território continental), outros são-no igualmente, mas vêm de vocábulos estrangeiros (ex: “shandy” – o conhecido “panaché”, isto é, uma mistura de gasosa com cerveja e “gums” – pastilha elástica). As razões para o facto de não figurarem nas listagens dos autores consultados podem ser múltiplas. Uma delas pode radicar na grafia dada pelos falantes inquiridos. Porém, aceitá-la interessava para saber se estava atestada e verificar até que ponto coincidia com a dos vocabulários e glossários. O conjunto II reagrupa 13% das unidades que foram encontradas em apenas uma referência. Os elementos que os falantes-informantes identificaram como sendo regionalismos aparecem confirmados com a mesma grafia em, pelo menos, um dos títulos consultados. O número total obtido não é muito elevado, mas comprova a sua existência, revelando convergência. Não se questiona se têm a mesma significação, já que poderão não a ter, como se depreende de “travessa”, porque, na entrada, ocorre com a maiúscula do topónimo identificado. No entanto, as possíveis diferenças, como no caso do singular-plural de “campo”-“campos”, são apenas aparentes, uma vez que equivalem, comprovadamente, à mesma unidade. Sucede assim em “novelo(s)”, embora haja as duas possibilidades contempladas. A confusão de LS entre “forrado” e “furado” evidencia a dificuldade da transposição da fonia para a grafia. Contudo, as vibrantes (simples em “furado” [“túnel”] e múltipla ou velar em “forrado”

¹⁶ Excluiu-se a maiúscula inicial em “brisa” e “coral” porque, embora sejam marcas de bebidas, representam também substantivos comuns como em “beber uma brisa/ coral”. Procedeu-se igualmente com “cubanos”.

[“nublado”]) não deveriam originar a confusão. Os elementos do conjunto III atingem os 21%. Evidenciam a correspondência gráfica entre a proposta dos inquiridos e as várias referências que comprovam a grafia, conferindo uma “ortografia” ao MAD. Convém sublinhar que algumas formas terminadas em “inha” não são diminutivos, nem “abelhinha” que se usa a par de “abelha”, nem “lapinha”, apesar de o poderem ter sido. O emprego de “carreiro” para “carreiro” registou-se, mas ocorreu apenas numa referência. No entanto, é preferível usar-se mais para quem trabalhava nos barcos de carreira que faziam as viagens entre a Madeira e o Porto Santo. Sabe-se que “garanito” tem uma variante bastante divulgada que é “granito”, mas esta não ocorreu em nenhuma das obras consultadas, nem na recolha de onde parte esta análise. O termo “apilhagem” não é atestado, mas está claramente ligado a “apilhar” e, portanto, considerou-se, neste ponto, que contribuiu para fixar a grafia do MAD. O que acontece no conjunto IV é que os elementos existentes, 5%, não são consensuais quanto à grafia. Há, por exemplo, duas letras que, à partida, deveriam corresponder a dois fonemas, diferenciando unidades linguísticas, mas marcam somente a existência de variantes. Resta saber qual das duas é a que se deve seguir. Os casos de “basculho” e de “vaginha” não são muito problemáticos porque as realizações “vasculho” e “baginha” não parecem ter grande relevância no dia a dia, na comunidade que se tem vindo a observar desde 1998. Por oposição, “vilhão” é a mais corrente, mas, não sendo a da norma, é preterida em detrimento de “vilão”. A dualidade “ou”/“oi” registada também é frequente na norma do Português. O caso mais difícil de resolver será, porventura, o de “boganga”/ “moganga” - “tenerifas”/ “tanarifas/ “tenarifas”, pela instabilidade que evidencia. Se no ponto IV essas variantes são reconhecidas, as unidades do ponto V (considerando, de novo, “tenerifas”/ “tanarifas/ “tenarifas”), que chegam aos 11%, possuem variantes instáveis que se alteram, graficamente, consoante os autores. São estes elementos que colocam, com maior evidência, os problemas da relação fonia-grafia, realçando a instabilidade da escrita fonética porque apresentam múltiplas possibilidades como a de “pinheco(s)”/ “pineco”/ “pinéo(s)”/ “pineca”/ “pinoca”/ “pinéu” ou a de “saruga”/ “sarimba”/ “saruma”/ “sarumba” [corruptela de “carumba”?]. O problema mais premente ocorre nos elementos identificados que levantam dúvidas (cf. conjunto VI, 4%) a nível de grafia, mas não só. Uma vez que os dados da recolha não tinham definições, por vezes, torna-se complicado saber se as entradas (com grafias bastante próximas) das referências se podem associar aos elementos colhidos. É o que acontece neste ponto.

Somando os conjuntos I, IV, V e VI, verifica-se que 66% das unidades suscitam problemas a nível gráfico, ou seja, mais de metade das unidades do apêndice.

Descrever as relações de fonia-grafia para uma variedade como o MAD que não possui ortografia, ou melhor, escrita oficialmente reconhecida, é importante, ao estudar os vocabulários. Analisar as corruptelas (trabalho de pesquisa em curso) é fundamental precisamente por isso. Há quem não as considere regionalismos e quem as elenque por ter um ponto de vista contrário. De qualquer maneira, são dados que colocam, sobremaneira, o problema da fonia-grafia, isto é, da escrita fonética. Vejam-se os seguintes exemplos recolhidos nos vocabulários de Fernando Augusto Soares (FAS), Abel Marques Caldeira (AMC) e Eduardo Antonino Pestana (EAP), sendo, decerto, estes dois últimos autores os principais cultores das corruptelas como regionalismos: “**mancheia**” (cf. AMC + FAS): Corrupção de mão cheia; braçado, referindo-se a quantidade. - *Antôino, dê-me uma mancheia de semillas p'a o mê' jantar*”, “**margulho**” (cf. AMC) Corruptela de mergulho; (cf. EAP): Mergulho, “**Milher**” (cf. AMC + EAP): Corrupção de mulher; “**mêmo**” (cf. AMC + EAP): Mesmo - *isso vai dar no mêmo. - isso é mêmo assim*. Além das corruptelas¹⁷, importa igualmente analisar as realizações da linguagem popular para compreender que variantes são mais recorrentes. A frequência de uso pode ser um indicador a considerar no processo de oficialização da grafia do MAD: a criação de uma ortografia. Como se indicou de início, também se comprova, no apêndice, que: a) uma letra possui diversos valores, b) uma letra não tem qualquer valor, c) duas letras (dígrafos) ficam com um valor, d) duas letras associadas adquirem vários valores. Além disso, há também ocorrências em que duas vogais ou consoantes diferentes validam duas variantes. Contabilizam-se, também, variantes com ou sem vogal. Existem ditongações, casos de hifenização, maiúsculas, acentuações gráficas, fusões impensáveis, aglutinações improváveis, etc.

Em síntese, a escrita não consensual radica na divergência de letras para dar conta de pronúncias. Várias grafias, por vezes, não permitem fixar a sequência com as letras do alfabeto da variante predominante. A instabilidade própria da oralidade, presente essencialmente nas corruptelas, reencontra-se nas grafias, originando dificuldades porque

¹⁷ A propósito de corruptelas, coloca-se uma hipótese. Serão as grafias dos vocábulos mirandeses próximos dos portugueses meras corruptelas? É uma ideia que parece descabida, mas, no fundo, as línguas românicas comportam essencialmente corruptelas do Latim. Vendo bem, já as unidades do Latim Vulgar são corruptelas do Latim Clássico. Este sucessivo “desgaste” não passa de uma reinterpretação da unidade que os falantes ouvem, mas que não reproduzem como no original.

cada um escreveu conforme quis. Não é seguida nenhuma ortografia, já que é inexistente para esta variedade, quando os elementos não figuram em dicionários. Em conclusão, comprova-se a necessidade de oficialização da grafia, criando a ortografia do MAD, para evitar as constantes flutuações da dinâmica da fala presentes no suporte escrito. É indispensável fazer com que todos os falantes escrevam da mesma maneira, ao empregarem determinada unidade linguística. Por exemplo, em *Ilhas Desconhecidas*, Raul Brandão escreveu “semelha”, sendo consensual “semilha” (cf. apêndice). Quando, para a variedade madeirense (tendo ou não variação interna), se lhe criar uma ortografia, moldando-lhe uma face escrita, reduzir-se-ão as dificuldades da escrita fonética que se devem, sobretudo, à produção individual. A génese da(s) escrita(s) fonética(s) parece residir na instabilidade articulatória dos falantes e uma língua ultrapassa esta, ganhando escrita ortográfica através de convenção. Procedimento idêntico terá de acontecer com qualquer variedade, nomeadamente a arquipelágica madeirense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E *WEBGRAFIA*

- Andrade (Pardal) E. d'. (1994). Algumas Particularidades do Português Falado no Funchal. In *Actas do IX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística/Coimbra (1993)*. Lisboa: Colibri, 17-29.
- Caldeira, A. M. (1993). *Falares da Ilha*. Funchal: E. E. F.
- Cintra, L. F. L. (1990). Os dialectos da ilha da Madeira no quadro geral dos dialectos galego-portugueses, 26 dez. 1990, texto ms., apres. por João David Pinto Correia no II Congresso de Cultura Madeirense, no Funchal, e transcr., com algumas alterações. In Franco, J. E. (coord.). (2008). *Cultura Madeirense: Temas e Problemas*, Porto: Campo das Letras, 95-104.
- Figueiredo, C. de (1986). *Grande dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Bertrand, 1ª ed. 1939, 23ª ed.
- Ferreira, A. (2006). *A língua mirandesa: Resposta para algumas perguntas* (Texto distribuído aos participantes do *workshop* de Língua Mirandesa, que teve lugar no Festival Intercéltico de Sendim, no dia 5 de Agosto de 2006, às 18 horas): <http://manuelcarvalho.8m.com/AFMIRANDES.html>, consultado a 01-06-2016.

- Ferreira, A. (2010). O mínimo sobre a língua mirandesa, In *Revista do Festival Intercéltico*. Sendim. <http://studosmirandeses.blogs.sapo.pt/1294.html>
- Fonseca, F. I. (1994). *Pedagogia da escrita: Perspectivas*. Porto: Porto Editora.
- Houaiss, A. & Villar, M. S. (2001). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Jardim, R. F. (1996). *Arsénico e rendas velhas*. Matosinhos: Contemporânea Jornal “Público”.
- Macedo, D. B. de (1939). *Subsídios para o estudo do dialecto madeirense*, Dissertação de Licenciatura em Filologia Românica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, texto policopiado.
- Niebro, F. (2012). *Ars vivendi. Ars moriendi*. Lisboa: Âncora.
- Pestana, E. A. (1970). *Ilha da Madeira II: Estudos madeirenses*. Funchal: Câmara Municipal do Funchal.
- Rebelo, H. (2016). L’Écriture du Parler de Madère: quelques Représentations littéraires”. In Jacob, Daniel/Gadet, Françoise/Lodge, Anthony (éd.) : *Actes du XXVII^e Congrès international de linguistique et de philologie romanes (Nancy, 15-20 juillet 2013). Section 9 : Rapports entre langue écrite et langue parlée*. Nancy, ATILF : <http://www.atilf.fr/cilpr2013/actes/section-9.html> , 157-173.
- Rebelo, H. (2014a). Património Linguístico Madeirense: Alguns Aspectos Lexicais, Fonéticos, Morfológicos e Sintáticos. In Dios, Ángel Marcos (ed.), *La Lengua Portuguesa. Estudios Lingüísticos*, vol. II, Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 627-647.
- Rebelo, H. & Gomes, N. (2014b). Património Linguístico. Um Estudo Lexical na Lombada Da Ponta Do Sol. In Revista *Veredas*, nº 21, Santiago de Compostela: Associação Internacional de Lusitanistas, 1º semestre, 45-61.
- Rebelo, H. (2010). Acerca de Algum Vocabulário do Arquipélago da Madeira. In Petrov, Petar (Coord.), *Encontro internacional Lugares da Lusofonia*. Lisboa: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve/Edições Colibri, 175-198.
- Rebelo, H. (2005-2006). A caminho do Brasil: a Madeira. Situação actual da língua portuguesa na ilha da Madeira. In revista *Xarabanda*, n.º 16, 64-73.
- Rebelo, H. (2005). *O falar de Porto Santo. Contribuição para o estudo do vocalismo e algumas considerações sobre o consonantismo*. Dissertação de doutoramento em Linguística Portuguesa apresentada à Universidade da Madeira. Funchal, texto policopiado.
- Sainz-Trueva, J. de, et alii (2016). *Cadernos de Santiago I*. Lisboa: Âncora.

- Santos, C. (1937-1938). *Tocares e cantares da ilha. Estudo do folclore da Madeira*. Empresa Madeirense Editora Lda. Madeira.
- Silva, F. A. da (1950). *Vocabulário madeirense*. Funchal: Junta Geral do Funchal.
- Silva, A. M. (2013). *Linguagem popular da Madeira*. Funchal: DRAC.
- Sousa, L. (1950). *Dizeres da ilha da Madeira*. Funchal: ed. A.
- Vázquez Cuesta, P. e Luz, M. A. M. da (1988). *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Edições 70.
- Veiga, M. (1982). *Diskrison strutural di lingua kabuverdianu*. Lisboa: Plátano e Institutu Kabuverdianu di Livru.

APÊNDICE

A

- abaguear (AMS: X), (DBM: X, cf. “ABAQUIAR – cair [sic], arruinar, cair [sic] de cama. A propósito deste termo António Pestana (trab. cit.) dá a frase: “O mê João dê-lh[e] controdia ua coisa e abaquiou, foi à cama”. (...)), (FAS: X), (LS: X)
- abelha, abelhinha (AMS: X), (DBM: “ABELHINHA – automóvel pequeno. António Pestana (trab. cit.) dá como origem deste designativo o facto de os primeiros automóveis deste género terem como marca uma abelha.”), (FAS: “**Abelhinha** – Como em muitas terras do país [? Fica-se sem saber quais.] – automóvel pequeno.”), (LS: “**Abelha** – Automóvel ligeiro, de 3 ou 4 lugares, de tipo utilitário. O mesmo que ABELHINHA.”, “**Abelhinha** – Automóvel ligeiro, de 3 ou 4 lugares, de tipo utilitário. O mesmo que ABELHA.”)
- abicar/ abicar-se (AMS: “**Abicar** (abeicar) - Precipitar-se, atirar-se de um lugar alto; «ainda com s’abeique... ainda que uma pessoa se suicide...), (DBM: “ABICAR – empurrar, deitar ao chão alguém ou alguma coisa. Quando reflexo significa atirar-se de qualquer sítio elevado com intuítos de suicídio. Formado certamente de abaquiar.”), (FAS: “**Abicar-se** – Precipitar-se. Suicidar-se.”), (LS: **Abicar** – Precipitar (pessoa ou coisa) apressar [sic]. (...).”)
- abuseirar (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
- acontrodia (AMS: “(**Acontordeia**) – Aqui no outro dia.”), (DBM: “ACONTRODAIA e AQUINTRODAIA – há dias. Formado de aqui outro dia.”), (FAS: X), (LS: X)
- ajuntar (AMS: X), (DBM: “AJUNTAR e JUNTAR – apanhar qualquer coisa do chão. C. Figueiredo regista o termo com igual significado e dá-o como brasileiro.”), (FAS: “**Ajuntar** – Apanhar ou tomar coisa caída no chão.”), (LS: “**Ajuntar** – Levantar do chão (referindo-se a coisas). (...).”)
- alanhado (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
- aldeia (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
- altear (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X, cf. “**Altear o papagaio** – Referência vulgar ao aumento dos géneros alimentícios.”)
- amigo (AMS: X), (DBM: “AMIGO, A – quási [sic] sempre empegado como sinónimo de amante. Parece mal e é sempre mal interpretado o nome de amigo dado por uma rapariga a um rapaz e vice-versa. O significado amoroso qua ainda hoje se atribui na Madeira à palavra deve ser reminiscência dos tempos medievos./ Embora menos vulgarmente cremos que o termo é empregado no Continente com a significação, sobretudo pelas classes baixas.”), (FAS: X), (LS: X)
- apara lápis (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
- apilhagem (AMS: X), (DBM: cf. “APILHAR – apanhar, correr ao alcance de alguém. Prótese de pilhar.”), (FAS: “**Apilhar** – Alcançar. Apanhar. Encontrar.”), (LS: X, “**Apilhar** – Alcançar. Pilhar. (...).”)
- arade (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
- arcas (AMS: “**Arcas** – Costas.”), (DBM: “ARCAS – as costas do corpo humano. O “Contemporâneo” cita o termo com igual significação.”), (FAS: “**Arcas** – Costelas. Vértebras.”), (LS: “Arcas – As costas; às costelas. (...).”)
- arencanado (AMS: X), (DBM: X, “INCANADO (ar) – corrente de ar”), (FAS: X), (LS: X)
- arrecadas (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)

- assacanhavar (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X, “**Açacanhavar** – Pisar com os pés. (...)”).
- atremar (AMS: “**Atremar** ou **Atramar** – Entender, perceber.”), (DBM: “**ATERMAR** e **ATREMAR** – compreender, perceber. Cândico de Figueiredo que tenha origem em têrmo [sic].”), (FAS: “**Atremar** – (Atermar) – Compreender. Entender.”), (LS: “**Atremar** – Dar atenção; prestar ouvidos; dar tino. (...) **ATRAMAR**; **ATINAR**.”)
- atupir (AMS: “**Atupir** – Enterrar.”), (DBM: X, “**INTUPIR** – enterrar. Usado com referência a animais.”), (FAS: “**Atupir** (Entupir cavando) – Enterrar os animais que morrem.”), (LS: “**Atupir** – Enterrar (animais ou coisas).”)
- azogado (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
- azougar (AMS: X), (DBM: X), (FAS: “**Azoigar** ou **azougar** – Morrer (falando dos animais).”), (LS: X, “**Azoigar** – Morrer (referindo-se a animais). (...) Nota: A palavra madeirene **AZOUGAR**, [sic] é uma variante de **AZOIGAR**.”)
- azougo (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)

B

- balamento (AMS: X), (DBM: cf. “**BELAMENTE** (jogo do) – jogo que se pratica com muita frequência durante a quaresma. Sobre este termo [sic] é útil ver António Pestana R. L. Port. V, VII, 245.”), (FAS: X), (LS: X, “**Belamento** – Jogo que se pratica durante a quaresma e termina ao sábado de aleluia, tendo como prémio qualquer das guloseimas da áscua. Os contendores, em número de dois, são, geralmente, namorados, mulheres ou crianças.”)
- bambiarra (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
- banheira (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (FAS: X), (LS: X)
- barreta (AMS: “**Barreta** – Boné” e “**Barreta de «ninho de melro»** – Barrete redondo e pequeno, mal cobrindo a cabeça, muito usado em Santana.”), (DBM: X), (LS: X)
- basculho (AMS: X), (DBM: X), (FAS: “**Basculho** (Vasculho) – Indivíduo de baixa condição social e de má nota. Restos de cousas inúteis.”), (LS: X)
- batata (AMS: “**Batata** – Batata doce. Na gíria dos valentões significa murro, soco: «Minha salvação que se fosse cá comeigo... largava-lhe uma batata <>» [sic]. Pessoa sem elegância, alentada e pesada.”), (DBM: “batata doce. Aquilo a que no Continente se chama batata, na Madeira é conhecido por semilha. (vide este termo)./ Batata também significa panacada, estoiro.”), (FAS: “**Batata** – Significa só a batata-doce.”), (LS: X)
- batoque (AMS: “**Batoque** – Homem atarracado), (DBM: “qualquer espécie de rolha.”), (FAS: X), (LS: “**Batoque** – Rolha de garrafa, garrafão, frasco, etc.”)
- bebra(s) (AMS: X), (DBM: “figo alongado. A expressão dar bebras em Janeiro significa que qualquer coisa vem fora de tempo. Usa-se especialmente com referência aos relógios que se atrasam [sic] ou adiantam.”), (FAS: “**Bebra** – Relógio que não regula bem.”), (LS: X, “**Bêbera** – Diz-se de um relógio quando regula mal. (...)”)
- besoica (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
- bilhardar (AMS: X, cf. “**Bilhardeira** ou **Belhardeira**”), (DBM: “**BILHARDAR** – mexericar, bisbilhotar (origem desconhecida).”), (FAS: X), (LS: X)
- bilhardeira (AMS: “**Bilhardeira** ou **Belhardeira** – Coscuvilha.”), (DBM: “**BILHARDEIRO**, A – pessoa bisbilhoteira, que faz mexericos.”), (FAS: X), (LS: X)

- bilhardice (AMS: X, cf. “**Bilhardeira** ou **Belhardeira**”), (DBM: “BILHARDICE – bisbilhotice.”), (FAS: X), (LS: X)
- bisalho (AMS: “**Bisalho**, **Bisalhinho** – Nome vulgar dado aos pintainhos, mas que se aplica, frequentemente, a crianças.”), (DBM: “BISALHOS – pintainhos [sic].”), (FAS: “**Bizalho** – Pequeno galináceo. Cossa pequena. Criança.”), (LS: “**Bisalho** – Pintainho [sic].”)
- boganga (AMS: “**Boganga** – Moganga, espécie de abóbora-menina, de casca esverdeada ou branca. Cabeça de boganga: estúpido.”), (DBM: “BOGANGA ou MOGANGA – fruto da bogangueira, também chamada abóbora de Tenerife. Segundo afirma o Il. [sic] Mad. Vol. I, 137, o que os madeirenses chamam boganga não corresponde à boganga do Continente. Esta tem na Madeira o seu correspondente na chamada abóbora machado ou machada que, por sua vez, corresponde no Continente, segundo o testemunho de Pereira Coutinho, à abóbora chila.”), (FAS: “**Boganga** – Moganga. Uma cucurbitácea ou casta de abóbora que em Portugal chamam chila-caiota. Ventre. Barriga.”), (LS: X)
- bojinho (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
- bolo do caco (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: “**Bolo do caco** – Produto madeirense de trigo, cuja massa se prepara como para o fabrico do pão. O bolo toma a forma redonda e achatada. É cozido num pedaço de rigideira ou caco de ferro e depois tostado ao calor da cinza e brazas [sic]. (...)”)
- borracheiro (AMS: X), (DBM: “BORRACHEIROS – chamam-se assim os homens que conduzem em borracheiros o vinho novo dos lagares para as adegas ou dos campos para o Funchal onde vai ser vendido.”), (FAS: “**Borracheiro** – O que conduz o «borracho» de pele de cabra.”), (LS: X)
- borracho (AMS: X), (DBM: “BORRACHOS – são peles de animais preparadas de maneira a serem utilizadas no transporte de vinhos. Aqui, por extensão analógica, o chamarem-se também borrachos e borracheiros aos homens que se embebedam frequentemente.”), (FAS: “Borracho – Odre destinado à condução de vinho.”), (LS: “Borracho – Odre; pele de cabra usada no transporte de mostos.”)
- bota d’água (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
- brinquinho (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
- brisa (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
- bugalho (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
- bujeco (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
- burgalho (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
- buzico (AMS: X), (DBM: “BUSICO e BUSIQUINHO – pequenino.”), (FAS: “**Busico** – Cossa pequena. Criança.”; “**Busiquinho** – Vid. «Busico».”), (LS: “**Busico** – Pequeno (criança, animal ou coisa).”)

C

- caçarola (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X; “Caçarolo – Caçarola pequena.”; “Cacharola – Embriaguês.”), (LS: X)
- cachorro (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
- caçulha (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
- cadenão (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
- calhau (AMS: “**Calhau** – Acoradouro de seixos.”), (DBM: “CALHAU – praia pedregosa. Todas as praias da Madeira são pedregosas, isto é, são formadas de calhaus e não

de areia.”), (FAS: “**Calhau** – Praia pedregosa formada de pequenos calhaus rolados.”), (LS: “**Calhau** – Praia pedregosa e sem areia. (...)”)

camalhão (AMS: X), (DBM: “CAMALHÃO – divisão dos rêgos [sic] no campo recentemente cavado.”), (FAS: X), (LS: X)

cambado (AMS: X), (DBM: “CAMBADO – côxo [sic].”), (FAS: X), (LS: X)

caminhar (AMS: X), (DBM: “CAMINHAR - é vulgarmente empregado como sinónimo de sair [sic]. (...)”), (FAS: X), (LS: X)

campo (AMS: X), (DBM: “CAMPOS – são assim designadas todas as freguesias rurais da ilha.”), (FAS: X), (LS: X)

canço (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)

canelas (AMS: X), (DBM: “CANELAS – pessoa muito alta.”), (FAS: X), (LS: X, “**Canelas** – Um dos detalhes de « Oficial e Richelieu » (efeitos ornamentais empregados nos bordados da Madeira).”)

cangueira (AMS: X), (DBM: X), (FAS: “**Cangueira** – Cãibra.”), (LS: “**Cangueira** – Caímbra. (...)”)

carreira (AMS: “**Carreira** – Corrida. «Vai de carreira»: vai depressa.”) (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)

carreiro (AMS: X), (DBM: “CARREIREIROS – homens que conduzem os carrinhos do monte [sic].”), (FAS: “**Carreiro** – Condutores dos carros e especialmente dos «carros-do-monte».”), (LS: X)

carreta (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X, “**Carrete** – Paga do carreto e outros serviços análogos. Frete.”), (LS: X)

cartola (AMS: X), (DBM: “CARTOLA – vasilha pequena, em forma de barril, usada para o transporte do vinho do lagar para as adegas (de quartola)./ Também se denomina cartola o chapéu [sic] alto.”), (FAS: “**Cartola** – Chapéu alto.”), (LS: X)

chama (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)

chinesa (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)

consciência (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)

coral (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)

correia (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)

cramar (AMS: X), (DBM: X), (FAS: “**Cramar** – Vid. «cramação».”, “**Cramação** – Acto de lamentar-se. Lastimar-se.”), (LS: “**Cramar** – O mesmo que «CLAMAR».”)

cubano(s) (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)

D

demitado (AMS: X), (DBM: X), (FAS: “**Demitado** – Limitado. De propósito. Expressamente.”), (LS: “Demitado – Ir a qualquer parte com um objectivo único, previamente estabelecido. (...) Nota: Talvez de DELEMITADO [sic].”)

E

emazelado (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)

embrugado (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)

enfiado (AMS: X), (DBM: X), (FAS: “**Enfiado** – Lívido. Tomado de susto.”), (LS: X)

engalgado (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X, “**Engalgada** – Vid. «Engalgue».”, “**Engalgue, ar** [sic] – Terreno da construção das paredes exteriores de um edifício.”), (LS: X, “**Engalgar** – Diz-se de uma casa quando acabou a obra de

pedreiro. (...) «ENGARGAR A PAREDE» com a significação de TERMINAR A PAREDE.”)

“enpedir” [sic] (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)

espetada (AMS: X), (DBM: X), (FAS: “**Espetada** – Pequenos nacos de carne enfiados num «espeto» e postos a assar numa fogueira.”), (LS: X)

espigue(s) (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)

expedir (AMS: X), (DBM: X, “ESPEDIR-SE – despedir-se.”), (FAS: “**Expedir** – Soltar-se. Desprender-se. Sair.”), (LS: “**Expedir** – Diz-se quando uma coisa cai das mãos. Desenvolver-se. (...).”)

F

fazenda (AMS: X), (DBM: “FAZENDA – qualquer espaço de terreno cultivado (regressivo de fazendeiro).”), (FAS: X), (LS: X)

feiteira (AMS: X), (DBM: “FEITEIRA – feto muito comum nas serras da Madeira, utilizado para adubo.”), (FAS: X), (LS: “**Feiteira** – Feto muito comum na Madeira. A feita é utilizada como adubo e para cama de animais.”)

filitar (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X, “**Filito** – Um dos pontos de costura de bainhas.”)

forrado (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: “**Forrado** – Diz-se do estado atmosférico, quando as núvens [sic] ou o nevoeiro escondem o céu [sic] ou as serras.”)

fraina (cf. freima?) (AMS: X), (DBM: X, “FREIMA – desgosto [sic], aborrecimento.”, “FREIMÃO – fleimão.”), (FAS: X, “**Freimão** – Grande «freima». Grande aflição.”), (LS: X, cf. “Freimaço – Impaciência; arrelia; inquietação. Notas: a) De «Freima»./ b) (...) diz que esta palavra é de origem madeirense.”)

francelho (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)

freima (cf. fraina)

fresco (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X), (LS: X)

furado (AMS: X), (DBM: X), (FAS: “**Furado** – Túnel.”), (LS: “Furado – Diz-se quando uma nuvem [sic], isolada, paira no céu límpido [confusão com “forrado”?]. Tunel. (...).”)

G

gadelha (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)

gamelão (AMS: X), (DBM: “GAMELÃO – côcho [sic] do porco.”), (FAS: “Gamelão – Vasilha de cantaria (pedra) em que se deita o alimento aos suínos.”), (LS: X)

garanito (AMS: X), (DBM: “GARANITO – é apelido de família e espécie de bordado.”), (FAS: “Garanito – Pontos salientes nos bordados.”), (LS: X)

gastalho (AMS: “**Gastalho** – Pernadas de certas árvores onde são amarradas as «pinhas, [sic] de milho pelas próprias forras interiores. Pessoa magra que cresceu muito em altura: «Que gastalho de pequena!».”), (DBM: X), (FAS: “**Gastalho** – Pessoa alta. Ramo de árvore despido de folhas.”), (LS: “**Gastalho** – Homem alto e magro. Ramo de árvore, seco e sem folhas.”)

gorgomilho (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)

grade (AMS: X), (DBM: “GRADE – cão.”), (FAS: “**Grade** – Cão.”), (LS: “**Grade** – Cão; à grade: vadiar. (...).”)

granha (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)

grogue (AMS: “**Grogue** – Bebida à base de aguardente; aguardente.”), (DBM: X), (FAS: “**Grogue** – Pequeno copo dessa [sic -> “grogada”] bebida equivalente a 0, 07 l.” -> “**Grogada** (Do inglês «grog») – Aguardente.”), (LS: X)
 gums (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)

H

horário (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: “**Horário** – Diz-se dos automóveis [sic] de transporte colectivo de passageiros.”)

I

impeno (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
 inhame (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
 injuriado (AMS: X), (DBM: X), (FAS: “**Injuriado** – Envergonhado. Corrido de vergonha.”), (LS: X)
 injúrio (AMS: cf. “**Injúria** – Maroto, malandro: «Seu injúria!».”), (DBM: X), (FAS: X, “**Injúria (uma)** – Palavra muito ofensiva e de grande descrédito.”), (LS: X, “**Injúria** – Fraco; pequeno; insignificante. (...)”)

L

lambeca (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
 lapinha (AMS: “**Lapinha** – Presépio.”), (DBM: “**LAPINHA** – presepe. [sic]”), (FAS: “**Lapinha** – Presépio do Natal.”), (LS: “**Lapinha** – Presépio. (...)”)
 levada (AMS: cf. “**Levadas** – Pequenos canais de água de rega.”), (DBM: “**LEVADA** – curso de água. (...)”), (FAS: “**Levada** – Aqueduto que conduz a água para a irrigação.”), (LS: X, cf. “**Levadeiro** – Homem que cuida das levadas e da distribuição das águas de regadio.”)
 lar (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)

M

malaia (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
 mamada (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
 mamulho (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X, “**Mamulhão** – Protuberância resultante de contusão.”)
 manta/ mantas (AMS: X), (DBM: X), (FAS: “**Manta** – Ave de rapina. Rego largo para a cultura de certas plantas.”), (LS: “**Manta** – Águia pequena, conhecida no continente por «Águia de asa redonda.”)
 marca(s) (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
 matança (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
 mato (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
 morganho (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)

N

novelo(s) (AMS: X), (DBM: X), (FAS: “**Novelos** – Hortências.”), (LS: X)

O

“olho de bóí” (AMS: “**Olho de boi** – Lanterna de mão, a pilhas.”), (DBM: X), (FAS: X),
(LS: “**Olho-de-boi** – Diz-se das lanternas, de tipo holofote.”)

P

panasco (AMS: X), (DBM: X), (FAS: “**Panasco** – Ervas ou plantas rasteiras.”), (LS: X)
 parreira (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
 passada(s) (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
 pastilha (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
 patinar (AMS: X, cf. “**Pisar** – Ofender, magoar, ferir. Pisar, no sentido mais corrente de calcar com os pés, é substituído por “patinhar”. «Patinhaste o cão e ele pisou-te!»: pisaste (as patas ou o rabo do cão) e ele mordeu-te (ou feriu-te.”), (DBM: X, “**PATINHAR** – pisar (de patinar).”), (FAS: X, “**Patinhar** – Pôr os pés sobre certos objectos.”), (LS: X)
 peniscar (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
 pesquita (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X, “**Pesquito** – Pescador. Natural da freguesia de Câmara de Lobos.”), (LS: X, “**Pesquito** – Homem que se emprega na faina da pesca. Natural da freguesia de Camara [sic] de Lobos: Charnota.”)
 pia (AMS: X), (DBM: X), (FAS: “**Pia** – Vasilha de pedra porosa para filtrar a água.”), (LS: X)
 picado (AMS: X, cf. “Passo picado: passo curto e rápido.”), (DBM: X), (FAS: “**Picado** – Com vestígios de varíola no rosto.”), (LS: X)
 pimpinela (AMS: X), (DBM: X, “**PEPINELA** – chuchú [sic] (de pepino ?). (...”), (FAS: X), (LS: X)
 pinheco (AMS: X), (DBM: “**PINHECOS** e **PINÉOS** [sic] – pintaínhos [sic] (de piar ?).”), (FAS: X, cf. “**Pineca, Pinoca** – Galinha pequena em crescimento.”, “**Pinéu, Pineco** – Frango ou pequeno galináceo.”), (LS: X, “**Pineco** – Bisalho; pintainho.”)
 pisado (AMS: X, cf. “**Pisar**” em “patinar”), (DBM: X, “**PISAR** – magoar, malhar.”), (FAS: X, “**Pisar** – Esmagar. Partir em pequenos fragmentos.”), (LS: X)
 pissa (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
 poço (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
 poio (AMS: X), (DBM: “**POIO** – pedaço de terreno cultivado.”), (FAS: “**Poio** – Pequeno trato de terreno.”), (LS: “**Poio** – Socalco.”)
 poncha (AMS: X), (DBM: X), (FAS: “**Poncha** – Bebida preparada com água, aguardente, açúcar e limão.”), (LS: “**Poncha** – Bebida feita com aguardente, açúcar, limão e água. (...).”)
 prisão (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)

Q

quadro (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
 quarto(s) (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)

R

- rainar (AMS: cf. “**Reinar**: Zangar-se. «Andar reinando»: estar zangado.), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X, cf. “**Reinar** – Encolerizar-se; zangar-se. (...).”)
- reina (AMS: cf. “Reinar”), (DBM: “REINA – zanga.”), (FAS: “**Reina** – Raiva. Zanga.”), (LS: X)
- relaxado (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
- resondar (AMS: X, cf. “**Resonda** – Descompostura, reprimenda.”), (DBM: “RESONDAR – descompôr [sic] alguém, dar a alguém apelativos pouco eufónicos.”), (FAS: “**Resondar** – Ofender asperamente por palavras. De «Resonda».”), (LS: “**Resondar** – Insultar; descompor. (...).”)
- restolho (AMS: “**Restolho** – Colmo, palha”), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
- revalhar (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
- roleta (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)

S

- saloia (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: “**Saloia** – Diz-se da rapariga vestida com traje regional.”)
- saruga (AMS: X), (DBM: “SARIMBA e SARUGA – as fôlhas [sic] acerosas do pinheiro.”), (FAS: “**Saruga** – Ramos ou agulhas dos pinheiros. O mesmo que «Sarimba». Vid. «Saruma».”), “**Saruma** – Idem.”), “**Sarimba ou Sarumba** – Traços ou agulhas dos ramos de pinheiro.”), (LS: X, “**Sarimba** – Folha de pinheiro bravo. O mesmo que CARUMBA.”)
- segurelho (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
- semilha (AMS: “**Semilha** – Batata.”), (DBM: “SEMILHA – batata. (...)”), (FAS: “**Semilha** – Batata, com exclusão da batata doce. Pancada com a mão no tronco.”), (LS: “**Semilha** – Batata. (...)”)
- sereno (AMS: X), (DBM: “SERENO – orvalho.”), (FAS: “Sereno – Condensação do vapor de água sem chuva.”), (LS: X)
- shandy (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
- soeira (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
- somenos (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: “**Semenos – Somenos** – Mau. (...)”)

T

- tabaibo (AMS: X), (DBM: X, “TABAIBEIRA – planta da família dos cactos, de grandes dimensões. Os frutos – tabaibos – doces [sic] e muito sumarentos, são muito apreciados.”), (FAS: X, cf. “**Tabaibas** – Orelhas grandes.”), (LS: “**Tabaibos** – O fruto da tabaibeira. (...)”)
- tameira (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)
- tanerifa (AMS: X), (DBM: X, “BOGANGA ou MOGANGA – fruto da bogangueira, também chamada abóbora de Tenerife. (...)”), (FAS: “**Tanarifa** - «Boganga». Moganga.”), (LS: X, “**Tenerifa** – boganga.”)
- terraço (AMS: X, cf. “**Tarraço** – Malandro, debochado. Aparece muito associado à palavra «bêbado». «Bêbado tarraço» designa um alcoólico inveterado.”), (DBM: X), (FAS: X, “**Tarraço** – Alcoólico inveterado. Dado à embriaguês.”), (LS: X, “**Tarraço** – Homem dado a embriaguês.”)

tornadouro (AMS: X), (DBM: X), (FAS: “**Tornadoiro** – Os diversos pontos em que a água entra nas terras para o efeito da irrigação.”), (LS: “**Tornadouro** – Abertura nas levadas, para fazer derivar, oportunamente, o curso das águas de regadio.”)

tranca (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X, “**Trancas** – Os pés.”), (LS: X, cf. “**Trancas** – Os pés. (...)”)

trancelim (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)

tratuário (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)

travessa (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: “**Travessa** – Diz-se do mar compreendido entre a Madeira e o Porto Santo.”)

tressale (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)

V

vaginha (AMS: X), (DBM: X), (FAS: “**Vaginha** ou **Baginha** – Feijão e seu invólucro em meio crescimento.”), (LS: “**Vaginha** – Feijão verde em vagem; feijão carrapato. (...)”)

vapor (AMS: X), (DBM: X), (FAS: “**Vapor** – Praga impetuosa.”), (LS: X)

vasilha (AMS: “Pessoa pouco séria, aloucada, amiga de pândegas. (Aplica-se só aos homens). - «Fulano? Aqueilo é um vaseilha de se lhe tirar o chapéu. – Boa rolha, não há dúvida».”), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)

venda (AMS: X), (DBM: “**VENDA** – tenda (de vender).”), (FAS: “**Venda** – Merceria.”), (LS: “**Venda** – Merceria. (...)”)

verga (AMS: X), (DBM: X), (FAS: “**Verga** – Fio de metal.”), (LS: X)

vigia (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)

vilão/vilhão (AMS: X), (DBM: “**VILHÃO** (vilão) – nome vulgar por que é conhecido o camponês da Madeira.”), (FAS: “**Vilão** – O habitante dos campos.”), (LS: “**Vilão** – O habitante de qualquer das freguesias rurais.”)

viração (AMS: X), (DBM: X), (FAS: X), (LS: X)

X

xarola (AMS: X, cf. “Charola: Espécie de pinha, feita com frutos ou produtos hostícolas.”), (DBM: X), (FAS: X, cf. “**Charola** – Pequena armação de madeira ou vimes coberta com frutos e diversos produtos da terra destinada a despesas feitas em festas religiosas.”), (LS: X, cf. “**Charola** – Armação de arame, coberta de frutos e legumes, que o povo oferece à igreja, para leilão, pelas festas e romarias.”)

Z

zaralho (AMS: X), (DBM: “**ZARALHO**, A – pessoa desleixada.”), (FAS: “**Zaralho** – Pouco apurado no vestuário e nos movimentos.”), (LS: X, cf. “**Zaralha** – Mulher desleixada. (...)”)

**POLIMORFISMO, DESTERRITORIALIZAÇÃO
E CONTACTO ENTRE LÍNGUAS:
O JUDEU-ESPANHOL NO ESPAÇO ECOLINGUÍSTICO
DA PENÍNSULA BALCÂNICA**

Luís Fernando Pinto Salema

POLIMORFISMO, DESTERRITORIALIZAÇÃO E CONTACTO ENTRE LÍNGUAS: O JUDEU-ESPAÑHOL NO ESPAÇO ECOLINGUÍSTICO DA PENÍNSULA Balcânica

Luís Fernando Pinto Salema
(CLLC, Universidade de Aveiro)

Resumo

O ecossistema específico das línguas judaicas tem sido objeto de múltiplas reflexões, centradas na natureza compósita dessas línguas, emergentes de contextos caracterizados pela diversidade linguística e cultural. Um exemplo dessas línguas é o judeu-espanhol, termo privilegiado pela comunidade académica, mas que continua a não reunir consenso.

Apesar de ser uma língua de base essencialmente românica, o judeu-espanhol apresenta, igualmente, elementos hebraicos e aramaicos. Contudo, após a expulsão dos judeus da Península Ibérica, em 1492, e ao longo dos séculos, essa língua passou por um processo de contacto com outros idiomas falados na região dos Balcãs, como o turco, o grego e as línguas eslavas das populações autóctones.

Neste estudo, apresentam-se as principais características do judeu-espanhol, identificando algumas das línguas que o influenciaram e alguns contextos que potenciaram o contacto entre línguas. Tendo como referencial teórico princípios da ecolinguística, problematiza-se a forma como o espaço geográfico e o ambiente sociocultural em que o judeu-espanhol se falou favoreceram a criação de uma língua de fusão, resultante de sucessivos fluxos migratórios. Ao enunciar os princípios teóricos da ecologia da linguagem, na década de 70 do século XX, Einar Haugen centra o seu olhar nas inter-relações sociais das comunidades multilingues, construindo uma metáfora que se revela altamente produtiva, no contexto da abordagem linguística, uma vez que as línguas são «espécies» vivas.

O contacto constante entre essas línguas, na região dos Balcãs, contribuiu para a variação linguística característica do judeu-espanhol, originando parâmetros fonéticos, fonológicos, morfológicos e lexicais distintos do espanhol ibérico. Essas diferenças registam-se, também, entre as várias comunidades sefarditas da Península Balcânica.

Neste artigo, apresentam-se alguns exemplos dessas influências, nomeadamente ao nível do sistema vocálico, da pronúncia das sibilantes, dos empréstimos lexicais e dos decalques, referindo-se, igualmente, os fatores externos à língua que potenciaram a integração destas influências.

Na região dos Balcãs, a origem geográfica dos sefarditas nem sempre se refletiu no desenvolvimento das diferentes variedades, sendo estas um produto de um *continuum* interdialetoal. Nesta paisagem linguística, rica e diversificada, o judeu-espanhol vai receber influências de línguas muito diversas, o que implica uma abordagem da língua como uma unidade em contexto.

Assim, uma análise da influência das línguas de contacto indicia que as características diferenciadoras das múltiplas variedades do judeu-espanhol dependem, fundamentalmente, das relações estabelecidas nas diferentes zonas geográficas e das línguas que as suportaram.

Apesar desta diversidade, o judeu-espanhol não perdeu a sua feição românica e assumiu-se como um importante fator de identidade das comunidades sefarditas, no espaço multicultural e multilinguístico da Península Balcânica.

Palavras-chave

Diáspora, ecolinguística, judeu-espanhol, línguas em contacto, línguas minoritárias, variação linguística.

Abstract

The specific ecosystem of Jewish languages has been the object of multiple reflections, focusing on the composite nature of these languages, which emerge from contexts characterized by cultural and linguistic diversity. An example of these languages is Judeo-Spanish, term used by the academic community, but that still does not meet a consensus.

Despite being an essentially Romance language, Judeo-Spanish has also Hebrew and Aramaic elements. However, after the expulsion of the Jews from the Iberian Peninsula in 1492 and for many centuries, the language undergoes a process of contact with other languages spoken in the Balkans, such as Turkish, Greek and Slavic languages of indigenous people.

In this study, we present the main features of Judeo-Spanish, identifying some languages that influenced it and some contexts that potentiate the contact among languages. Framed by theoretical principles of Ecolinguistics, we discuss how geographical space and sociocultural environment where Judeo-Spanish was spoken favoured the creation of a language of fusion, as a result of successive migratory flows.

By presenting the theoretical principles of language ecology, in the 70s of the twentieth century, Einar Haugen focuses his approach on inter-social relations of multilingual communities, building a highly productive metaphor in the context of linguistic approach, once languages are living 'species'.

Several contacts among languages, in the Balkan region, contributed to the linguistic variation of Judeo-Spanish, causing distinct phonetic, phonological, morphological and lexical parameters, when compared with the Iberian Spanish ones. These differences are also noted among the various Sephardic communities of the Balkan Peninsula.

In this paper, we discuss some examples of these influences, namely in the vowel system, the pronunciation of sibilants, the lexical loans and calques. We present some external factors to the language that enhance the integration of these influences.

In the Balkans, the geographical origin of the Sephardim is not always reflected in the development of different varieties, which are a product of an inter-dialectal *continuum*. In this rich and diverse linguistic landscape, Judeo-Spanish will receive influences from very different languages, which implies an approach to language as a unit in context.

Thus, the analysis of the influence of contact languages indicates that the distinguishing characteristics of multiple varieties of Judeo-Spanish depend primarily on the relationships established in the different geographical areas and on the languages that sustained them.

Despite this diversity, Judeo-Spanish didn't lose its romance feature and it was an important identity factor for Sephardic communities in the multicultural and multilingual space of the Balkan Peninsula.

Keywords

Diaspora, ecolinguistics, Judeo-Spanish, language contact, minority languages, language variation.

1. INTRODUÇÃO

O judeu-espanhol é uma língua de diáspora, caracterizada pela dispersão dos seus locutores, que teve o seu maior impulso após a expulsão dos judeus de Castela, em 1492. Trata-se de uma língua que apresenta características sociais e linguísticas que lhe conferem especificidades. No que diz respeito às características sociais, estamos perante uma língua falada por indivíduos bilingues ou plurilíngues, que apresenta um estatuto de língua minoritária, no espaço geográfico onde é falada, e as comunidades onde se desenvolveu estão fora do seu território de referência, ou seja, a Península Ibérica. Do ponto de vista linguístico, é uma língua permeável a empréstimos e a interferências, que se vão refletir na forma como evoluiu; apresenta uma forte dimensão identitária, sendo o símbolo de uma comunidade específica; é um idioma em perigo, devido à inexistência de uma norma com forte poder coercivo, garantia da estabilidade do sistema.

O ecossistema típico das línguas judaicas foi minuciosamente estudado por Spolsky (2014) que, ao traçar uma história sociológica dessas línguas utiliza o termo «ecologia sociolinguística» (*sociolinguistic ecology*) para se referir às relações que se estabelecem entre as línguas e os povos que as falam. No caso das línguas utilizadas pelos judeus, esse ecossistema parece assentar na relação que se estabelece entre a(s) língua(s) de um determinado país e a(s) língua(s) utilizada(s) pelas comunidades judaicas. Na verdade, e a asserção não é válida, apenas, para as línguas judaicas, os fatores internos e externos à própria língua criam um contexto ecológico capaz de moldar o idioma, num quadro em que se estabelecem relações de força entre as diferentes línguas que nele coexistem.

O conceito de ecologia, aplicado às línguas, terá surgido sob a pena de Einar Haugen, no artigo intitulado “The Ecology of Language”. Nele, Haugen apresenta a seguinte definição de ecologia da linguagem:

Language ecology may be defined as the study of interactions between any given language and its environment . . . The true environment of a language is the society that uses it as one of its codes. Language exists only in the minds of its users, and it only functions in relating these users to one another and to nature, i.e. their social and natural environment. Part of its ecology is therefore psychological: its interaction with other languages in the minds of bi- and multilingual speakers. Another part of its ecology is sociological: its interaction with the society in which it functions as a medium of communication. The ecology of a language is determined primarily by the people who learn it, use it, and transmit it to others. (Haugen, 1972, p. 325)

Ao introduzir este termo e esta metáfora biológica e evolucionista, no campo das variedades linguísticas, Haugen olhou para essas variedades como realidades que competem entre si, nos múltiplos *habitats* que servem de cenário aos usos de uma língua, numa determinada sociedade. A ecologia, enquanto ramo das ciências biológicas, remete para a multiplicidade de fatores externos e internos que condicionam a evolução de uma espécie.

À luz deste referencial teórico, o contexto socioeconómico e etnográfico de uma língua (ou seja, a sua ecologia externa), assim como a natureza e a coexistência das unidades linguísticas e os princípios do seu sistema (a ecologia interna) encontram-se ligados. Nesta perspetiva, a unidade básica de estudo é a língua no seu contexto e, por isso, manter a língua «sustentável» é um processo complexo, dinâmico e ecossistémico, onde intervêm fatores internos e externos à língua.

Assim, no quadro da ecolinguística, parece lícito afirmar que ao ecossistema biológico corresponde o ecossistema linguístico, que integra uma comunidade que vive num determinado território e que, nas interações comunicativas, utiliza essa língua.

Partindo de alguns princípios fundamentais da ecolinguística, pretende-se estudar o ecossistema do judeu-espanhol, na Península Balcânica, realçando os aspetos que contribuíram para a afirmação dessa língua, no seio das comunidades sefarditas que se refugiaram em alguns territórios integrados no Império Otomano. A reflexão centra-se na abordagem dos processos dinâmicos que contribuíram para a preservação e para a reformulação constante do judeu-espanhol, no contexto da diáspora dos judeus, na região dos Balcãs, explorando as relações que se estabeleceram entre as línguas e o meio.

2. JUDEU-ESPAÑHOL: ALGUMAS NOTAS ACERCA DE UNA DESIGNACIÓN

O termo judeu-espanhol é a designação genérica convencionada pela comunidade académica para designar as variedades da língua espanhola faladas pelos sefarditas, descendentes dos judeus expulsos de Espanha, em 1492. Trata-se de um construto externo à cultura judaica, pois, de acordo com os locais onde era falada, tal língua acabava por receber outras designações: *haketia*, *judio*, *judezmo*, *spanyol*, *espanioliko*, *ladino*, *dialecto sefardi* ou *judeu-espanhol* são as mais comuns, embora haja quem proponha a designação *judeu-ibero-romance*, para realçar o substrato da língua, assente no português, no espanhol e noutras línguas ibéricas (Faingold, 1993:42). Esta pulverização terminológica constitui um dos muitos problemas do estudo do judeu-espanhol. De facto, ao lado da designação “judeu-espanhol” que, como já se referiu, foi generalizada pela comunidade académica, surge o termo “ladino”. No entanto, sobretudo a partir das reflexões de Haïm Vidal Sephiha, na década de 70 do século XX, esta designação é utilizada para referir a língua usada nas traduções do *Tanach* e da literatura sagrada, a partir do século XV. É, pois, uma língua utilizada com intenções tradutórias, diferente da língua falada, e que é conhecida, também, como judeu-espanhol calque (Bengio, 2015, Sephiha, 1975: 117). As frases que se seguem ilustram a diferença entre o ladino e o judeu-espanhol, onde é possível verificar a forma como é traduzida a palavra hebraica «shalom», que expressa, não só a ideia de «paz» mas também de «estado de alma» ou «estado de saúde». Se, em ladino, é feito um decalque palavra a palavra, e o termo hebraico é utilizado, aparentemente, com um certo grau de impropriedade lexical, no judeu-espanhol, esse lexema surge substituído por outros mais adequados ao contexto:

Génesis, XXXVII, 14

Hebraico (transliteração fonética)

Vaiomer lo lekh-na rea et shalom akheikha veet shalom hatzo

Tradução em ladino, excerto da edição do *Pentateuco de Constantinopla* (1547)

I dicho a el anda agora vee a paz de tus ermanos i a paz de las ovejas...

Tradução para judeu-espanhol (vernáculo)

I le dicho, anda agora mira komo estan tus ermanos i komo estan las ovejas...

Tradução em português

E ele disse: «Vai, pois, ver se tudo corre bem a teus irmãos e ao rebanho»

No prólogo «Al Letor», os editores da *Biblia de Ferrara* (1553) dizem que somente a tradução «palavra por palavra» é capaz de se manter fiel aos contornos específicos do

vocabulário hebraico e, por esse motivo, é provável que os leitores considerem aquela escrita bárbara e estranha. Para designar este processo de tradução, ou, para se ser mais preciso, de decalque, utilizava-se o verbo ‘(en)ladinar’, isto é, traduzir «em ladino». O ladino distingue-se do castelhano e do judeu-espanhol «ante todo por su sintaxis, pero también por el vocabulario. En su sintaxis calca la hebrea, y su vocabulario se caracteriza por el carácter arcaizante» (Amigo, 1983: 46, cit. por Kerkhof, 2011:417).

Estes decalques «palavra por palavra» desenvolvem-se, sobretudo, nas comunidades da diáspora sefardita, em meados do século XVI, embora estejam atestadas traduções castelhanas da *Bíblia*, já na Idade Média, recorrendo a processos de decalque da sintaxe hebraica (Kerkhof, 2011: 417).

Enquanto os sefarditas que se estabeleceram em Itália, nos Países Baixos e noutras partes da Europa deixaram de falar espanhol, pouco tempo depois da expulsão, os que emigraram para o espaço do Império Otomano, nomeadamente para a Península dos Balcãs, continuaram a utilizar a língua, que levaram consigo da Península Ibérica, durante cerca de quatrocentos anos.

A preservação de uma língua não-nacional foi facilitada pelas políticas do Império Otomano, que concedeu, durante muito tempo, considerável autonomia às suas populações minoritárias. No entanto, a ascensão dos nacionalismos balcânicos, no final do século XIX, e a consequente dissolução do Império Otomano, no início do século XX, puseram fim às condições que permitiram a manutenção do judeu-espanhol nos territórios otomanos. As novas políticas impuseram a utilização das línguas nacionais, que se foram generalizando. Consolidado, historicamente, aquando da Revolução Francesa, o mito do monolinguismo serve a ideologia inerente ao conceito de Estado-Nação - uma língua, uma cultura, uma religião – garantindo-se, assim, a continuidade da ideia de nação constituída.

Também nessa época, as escolas da *Alliance Israélite Universelle* contribuíram para a generalização do francês e para o progressivo declínio do judeu-espanhol. Nas primeiras décadas do século XX, devido à instabilidade política da região, um elevado número de sefarditas emigrou para Israel e para os Estados Unidos da América e as crianças começaram a aprender hebraico ou inglês, nesse novo contexto da diáspora. A II Guerra Mundial trouxe a morte para a maior parte dos judeus que permaneceram nos Balcãs. Em consequência disso, o judeu-espanhol é, hoje, uma língua em risco de desaparecer: não

apresenta falantes monolíngues (Harris, 1994, citado por Bradley e Delforge, 2006:76) e as reduzidas comunidades que a falam encontram-se pulverizadas pelo mundo.

3. POLIMORFISMO, MOVÊNCIA E DESTERRITORIALIZAÇÃO DO JUDEU-ESPANHOL

O judeu-espanhol tem a sua génese na Península Ibérica, num contexto caracterizado pela diversidade linguística, em que às línguas românicas ibéricas se associam termos hebraicos e aramaicos, utilizados, sobretudo, na liturgia. Esta variedade linguística hispânica emerge da mescla de falares românicos existente na península, aquando do processo de iberização do latim vulgar. Apesar de não haver unanimidade em relação a este ponto de vista, aquando da expulsão dos reinos de Castela e de Aragão, em 1492, os judeus falariam uma língua idêntica à dos demais habitantes, com as particularidades de cada uma das suas regiões de origem e com as especificidades decorrentes das influências hebraicas e aramaicas, sobretudo ao nível do léxico, da morfologia e da fonologia: “the language of the Jews in Spain was already different in certain aspects of its lexicon, morphology, and phonology from that of the Christians by the Middle Ages” (Harris, 2005: 99). Entre as especificidades comumente apontadas surgem palavras como *alhad*, com o significado de «o primeiro dia», em vez de domingo, ou a transformação morfológica da palavra Deus (Dios, em espanhol), que era tida como uma forma de plural e, por isso, foi substituída por *Dyo*. Mas, nessa língua, há, também, as influências do ladino, a tal língua de decalque, de vocabulário mais arcaico, que, como já se referiu, era utilizada para traduzir os textos religiosos, palavra a palavra, respeitando a sintaxe hebraica.

Assim, o judeu-espanhol congrega traços linguísticos que nos permitem afirmar que estamos perante uma língua que tem como principais substratos o espanhol e o português arcaicos, aos quais se juntaram elementos de outras línguas ibéricas e, mais tarde, contributos de línguas faladas nas regiões do Império Otomano, o que concorreu para a feição poliédrica da língua.

A heterogeneidade, ainda incipiente, à data da expulsão dos judeus ibéricos, é transportada para os Balcãs e, aí, a natureza compósita do judeu-espanhol vai deparar-se, com um mosaico ecolinguístico também complexo, onde convivem o grego, as línguas

eslavas, como o búlgaro ou o sérvio, e o turco¹. A constante atividade comercial dos judeus potencia, igualmente, a introdução de inovações linguísticas, decorrentes dos contactos com o Médio Oriente, com a Itália e com a Península Ibérica.

No contexto desta dinâmica, podemos dizer que o judeu-espanhol explora todas as possibilidades oferecidas pelas línguas de base, conservando estruturas antigas, próprias do português e do castelhano peninsular do século XV ou anteriores, ao mesmo tempo que assimila, ao longo dos séculos, traços próprios das línguas com que se manteve em contacto, no espaço da Península Balcânica.

O que torna interessante este contacto entre as línguas é, precisamente, o contexto «ecológico» em que ele acontece. De facto, os falantes de judeu-espanhol assumem a sua língua como uma fator de identidade, aquando do processo de constituição das comunidades sefarditas. Essas comunidades vão sendo reajustadas à medida que os fluxos migratórios ocorrem. Assim, pouco depois da expulsão de Espanha, a partir de 1492, mas, sobretudo, a partir de 1550, os judeus e criptojudeus são expulsos de Portugal, o que vai obrigar a uma redefinição das comunidades existentes e, simultaneamente, acarreta a introdução de mais uma língua, nas dinâmicas de contacto.

Uma vez que a comunidade linguística falante de espanhol era mais numerosa, em várias cidades dos Balcãs, o judeu-espanhol começa a ser progressivamente adotado como língua de comunicação por todos os judeus sefarditas, mesmo por aqueles que não falavam espanhol, como era o caso dos judeus portugueses. Neste processo de «competição» entre variedades (para retomar a metáfora ecológica), a comunidade que muda opera uma seleção que assenta em critérios de prestígio sociolinguístico, dando passos para a integração e para a definição de uma identidade própria, no contexto da diáspora. Trata-se, pois, de uma «comunidade de prática» termo cunhado pelos trabalhos de Lave e Wenger (1991), ou seja, um grupo que estrutura a sua ação (a sua prática) em torno de um interesse comum, ou seja, no caso concreto dos judeus sefarditas, a preservação da sua identidade

¹ A cidade de Monastir, atual Bitola, na Antiga República Jugoslava da Macedónia, ilustra o complexo mosaico linguístico dos Balcãs. Situada no centro da Península Balcânica, a uma distância do mar Egeu e do Mar Adriático quase equivalente, Bitola, em 1910, com cerca de 50 000 habitantes apresentava uma paleta confessional e linguística de veras rica. Lory (2010/2:188) descreve, assim, este quadro: «on y trouve des musulmans, des chrétiens orthodoxes et des juifs, des locuteurs du turc, de l'albanais, du slave macédonien, de l'aroumain, du grec, du judéo-espagnol et du romani, qui utilisent comme langue liturgique l'arabe, le slavon, le grec byzantin, l'hébreu et comme langue scolaire le turc ottoman, la katharevusa grecque, le bulgare littéraire, le serbe, le daco-roumain, le français, etc., avec leurs alphabets respectifs. [...] La ville de Bitola constitue donc un exceptionnel laboratoire pour étudier les phénomènes de cohabitation et de confrontation, les modalités d'ajustement les unes aux autres de communautés qui se partagent un même espace urbain».

religiosa, étnica e linguística. De facto, entre estes grupos, sob o estímulo da mitificação, o exílio deu origem a uma identidade, fundada num passado glorioso e glorificado. Os judeus expulsos mantiveram, assim, as suas tradições e as práticas quotidianas e religiosas em voga na Península Ibérica e acabaram por «sefardinizar» outras comunidades, nos locais onde estavam em maioria.

A reestruturação dos reportórios linguísticos a que atrás de aludiu, em situação de contacto interdialeto, originou, num primeiro momento, múltiplas variantes na maneira de falar dos membros das comunidades e, num segundo momento, assistiu-se ao gradual desaparecimento de outras. Nesse processo de silenciamento de variedades, influem vários factores, como a demografia, a consciência dos falantes relativamente à proeminência de uma determinada variedade, a simplicidade, relacionada com a regularização dos paradigmas, e a nivelação, materializada no abandono das variantes menos frequentes (Minervini, 2002: 500-501). Apesar deste processo de mudança e de nivelação, o português deixará marcas na língua-alvo, sobretudo a nível fonético e lexical, o mesmo acontecendo com as línguas das populações autóctones (e.g. grego, búlgaro, servo-croata e o italiano).

Assim, o judeu-espanhol, falado na Península dos Balcãs, apresenta uma dinâmica de situações de contacto, quer do ponto de vista diacrónico, quer sincrónico, que obriga a reequilíbrios dinâmicos constantes do sistema linguístico, numa lógica de homeostase, própria de qualquer ecossistema. Este polimorfismo resulta do facto de o judeu-espanhol ser uma língua de fusão, em que vários subsistemas compatíveis concorrem para um suprassistema capaz de garantir a comunicação entre os membros de uma comunidade e, simultaneamente, contribuir para a construção de uma identidade. Esse polimorfismo resultou, ainda, de uma baixa pressão normativa (García Moreno, 2010:3), originando uma variedade de variedades, mas mantendo sempre um sólido substrato ibérico. Estas adaptações ilustram o modo de expressão de um povo que, em permanente diáspora e desterritorializado, encontrou na língua o seu lugar, o seu território, a forma de pertencer a uma comunidade linguística, religiosa, social e económica no contexto complexo dos Balcãs. Ora, a noção de território, tida, do ponto de vista antropológico, como algo fixo e imóvel, passa a ser vista como algo socialmente construído, pelas comunidades de prática, em contextos geográficos, culturais e históricos suportados pela língua, criando uma paisagem linguística rica e diversificada. Esta dispersão e esta movência parecem conferir

ao judeu-espanhol uma plasticidade capaz de enfrentar as vicissitudes históricas por que têm passado as comunidades judaicas e, conseqüentemente, a forma de veicular a sua cultura.

4. O JUDEU ESPANHOL EM CONTACTO COM OUTRAS LÍNGUAS, NA PENÍNSULA Balcânica

O contacto entre falantes de línguas diferentes tende a favorecer a extinção de um dos códigos, geralmente o do grupo que tem menos poder. Contudo, no caso do judeu-espanhol, o sistema desta língua foi-se construindo com base na mescla de soluções oriundas de códigos distintos, reorganizando-se sistematicamente. Assim, partindo do código-base, de origem ibérica, as comunidades sefarditas foram adaptando esse código às estruturas da comunidade recetora, criando soluções mais ou menos inovadoras.

Podemos afirmar que o judeu-espanhol falado no Império Otomano começou por sofrer um processo de orientalização, sobretudo até meados do século XIX, devido à influência do turco e do árabe. Essas influências verificam-se ao nível dos termos jurídico-administrativos e a maioria dessas palavras são arabismos panislâmicos (Bossong, 2008:32). A partir de finais do século XIX, assiste-se a um novo processo de romanização, sob influência do francês. Assim, ao longo de quatro séculos, sobre um fundo hispânico, que se mantém praticamente intacto, vão-se depositando influências de outras línguas, de acordo com a ecologia dominante. Se o hebraico e o aramaico são utilizados com fins religiosos, o grego e o turco eram aprendidos para os propósitos da vida diária, a par das línguas eslavas. Conclui-se, assim, que a partir do século XV, o judeu-espanhol deixa de participar nas mudanças que se operavam na língua espanhola, entrando em contacto com outras línguas, sobretudo de origem não românica (Sala, 1965:543). Vejamos, então, de que forma algumas destas línguas influenciaram o sistema linguístico do judeu-espanhol, sobretudo ao nível do sistema fonológico, da fonética e do léxico.²

No âmbito da fonologia, importa referir que o sistema vocálico do judeu-espanhol não difere grandemente do sistema vocálico do castelhano, caracterizado pela existência das vogais /a/, /e/, /i/, /o/ e /u/, em posição inicial, medial e final. Contudo, o judeu-

² Sobre as influências ao nível da morfologia e da sintaxe, consultem-se os trabalhos de Quintana (2006, p. 135 e ss., no que diz respeito à variação morfológica; p. 163 e ss., relativamente à sintaxe).

espanhol das comunidades sefarditas da Bulgária possui um sistema vocálico com seis elementos, uma vez que se regista a oposição entre /e/ e /ə/ e entre /a/ e /ə/, que permite contrastar os pares mínimos /mex/ «odre de vinho» e /məx/ «pelo» ou /pan/ «pão» e /pən/ «lenha; tronco» (Quintana, 2006a: 30-31). As particularidades do vocalismo do judeu-espanhol da Bulgária podem ser esquematizadas conforme a figura 1, sendo evidente a forma como o sistema passa por um processo de elevação das vogais:

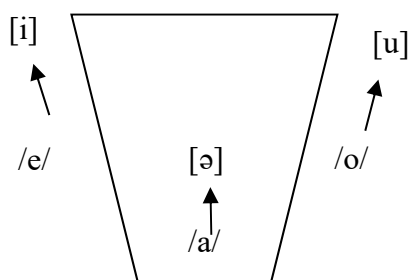


Figura 1 – Sistema vocálico do judeu-espanhol das comunidades da Bulgária

Esta mudança fonológica resultante do contacto ocorreu, já no século XX, fruto dos movimentos nacionalistas que emergiram da Guerra Balcânica de 1912-1913. De facto, aquando do desmembramento do Império Otomano, a imposição das línguas nacionais às comunidades minoritárias constituiu uma importante manifestação do nacionalismo político da época e acarretou consequências ao nível da pronúncia da língua falada por essas comunidades. Os judeus, obrigados a aprender búlgaro, começaram a pronunciar algumas palavras do judeu-espanhol seguindo a norma do idioma que se viram forçados a utilizar.

No âmbito fonético, importa salientar, também, a redução do ditongo [ej], com a eliminação da semivogal, que ocorre em quase todas as comunidades sefarditas dos Balcãs, embora Tessalónica e Atenas constituam exceções. A monotongação de [ej] ocorre em palavras como [a'zete] < [a'zejtə] («azeite»), ['pleto] < ['pleito] («pleito», «litígio»), [re] < [rey] («rei») e noutras palavras dela derivadas, como ['rena] < ['rejna] («rainha») ou [re'nado] < [rej'nado] («reinado»), características do judeu-espanhol de Sarajevo, Bitola, Pristina e Dubrovnik (Quintana, 2006a:32). Este processo poderá ser uma influência do italiano, onde existem as palavras *re* e *rena*, dado que esta região mais ocidental dos Balcãs esteve bastante exposta aos contactos com essa língua. Poderá resultar, também, do contacto com a língua portuguesa, porque, em cidades como Sarajevo e Esmirna, os

portugueses tiveram uma presença importante (Quintana, 2006a:32) e tais processos de redução dos ditongos não são estranhos aos dialetos meridionais do português e da Extremadura espanhola (Quintana, 2006a:33).

Outra influência do português poderá ser o fechamento e elevação das vogais em posição pré-tónica, em palavras como ['dizir] < ['dezir] («dizer») [kõsĩ'timuʃ] < [kõsẽ'timuʃ] («consentimos») ou [mĩ'tir] < [mẽ'tir] («mentir»), em que a vogal [e] passa a [i]. Fenómeno idêntico ocorre em lexemas como [ku'zina] < [ko'zina], em que [o] passa a [u], devido à sua posição átona, pré-tónica (Quintana, 2006a:42; Quintana, 2014:84-85). Estas neutralizações das vogais mediais em posição pré-tónica são características do judeu-espanhol de Sarajevo, Belgrado, Dubrovnik, Pristina e Bitola. A chegada dos judeus conversos, oriundos de Portugal, durante o século XVI, poderá ter contribuído para estes processos (Quintana 2006a: 53-55), registando-se uma coincidência entre o judeu-espanhol e a norma do português dos séculos XVI e XVII, no que diz respeito à redução das vogais mediais em posição pré-tónica e em posição final (Quintana, 2006a:54; Quintana, 2014:84-85).

O sistema do judeu-espanhol apresenta duas sibilantes, tal como acontece em português. O fonema surdo /s/ surge em palavras como *serka* («perto»), *naser* («nascer») ou *braso* («braso») e o sonoro correspondente /z/ em formas como *azer* («fazer»), *dezir* («dizer») e *ermozo* («bonito»). Este sistema resulta já de uma simplificação que se iniciou ainda no território da Península Ibérica, nomeadamente em línguas como o português e o catalão, em que se perdeu o contraste entre as fricativas e as africadas, mas se conservou o contraste entre os sons vozeados e não-vozeados (Hualde, 2013: 158). A simplificação do sistema de sibilantes do judeu-espanhol é, assim, um dos principais fenómenos que resulta do contacto dessa língua com o português (Quintana, 2009:244-245; Quintana, 2014: 76). Esse contacto concretizou-se, pois, na generalização de uma articulação dental das fricativas, tal como é característico do português do século XVI, e no desaparecimento da africada.

No entanto, este desaparecimento não se registou em todas as variedades, tendo-se mantido /dʒ/ num número muito reduzido de palavras nas comunidades da Bósnia, da Sérvia, da Croácia, da atual Antiga República Jugoslava da Macedónia, no norte e no este da Bulgária e na Roménia (Quintana, 2006a: 77). Nas variedades faladas nestas regiões, utiliza-se um sistema de sibilantes em que aparece o fonema dental africado sonoro, devido

ao contacto com as línguas eslavas. Com efeito, nestas línguas, existe um fonema dental africado surdo, o que motivou um fortalecimento da sua congénere sonora, ainda que com escassa representatividade.

Em síntese, no século XVI, o judeu-espanhol registava diferentes formas de pronunciar as consoantes sibilantes, originárias de línguas diferentes. Assim, para designar a ação de «retirar água do poço», coexistiam as formas *apozar* e *apodzar*; para exprimir as ações de «colocar, pôr, instalar-se, hospedar-se» existiam as formas *pozar* e *posar* (Quintana, 2006a:77), que se distribuíam diferentemente pelas várias regiões³.

Relativamente à africada dental surda, a sua manutenção em regiões como Sarajevo ou Belgrado e noutras áreas do norte dos Balcãs pode dever-se ao contacto com o hebraico falado pela população asquenaze e com o yidish, devido às relações comerciais com os judeus de Viena, de Budapeste e da Roménia (Quintana, 2006a:81) e aos programas de ensino do hebraico, implementados nestas regiões, no final do século XIX e no início do século XX. Assim, não é de estranhar que surjam em alguns textos palavras como *numeratsion*, *aditsion* e *suptraktions*, grafias que refletem a pronúncia do alemão (Quintana, 2006a: 82) e que vão ao encontro, também, da pronúncia das línguas das populações autóctones do interior dos Balcãs, que incluem o fonema /tʃ/, como é o caso do servo-croata, do romeno, do búlgaro e do macedónio.

Como fenómenos que apresentam uma certa regularidade na distribuição geográfica podemos, ainda, identificar:

- a) A presença ou ausência do f- inicial latino, que oferece soluções distintas, de acordo com as diferentes regiões. No judeu-espanhol levantino encontramos uma distinta distribuição da presença de /f-/, que se regista, sobretudo nas comunidades da Bósnia, da Croácia, da Antiga República Jugoslava da Macedónia e norte da Grécia, até à Turquia e aos Balcãs orientais. No entanto, nestas últimas áreas, alternam realizações como [h-] ou [Ø], mantendo-se [f-] em alguns itens lexicais. Esta diversidade resulta, mais uma vez, do contacto com outras línguas, pois foi precisamente nas áreas com maior preferência por [f-], como é o caso de Tessalónica, que se fixaram os judeus de ascendência não castelhana,

³ Sobre a distribuição destas formas, veja-se Quintana (2006a:77-78). Para além da distribuição das formas, a autora problematiza as consequências que se registaram ao nível do léxico, com a fusão de significados e com a aquisição de novas aceções, por parte de algumas destas formas léxicas.

nomeadamente os portugueses, cujos romances hispânicos apresentavam um matiz mais conservador.

b) A metátese de [rd] por [dr] em itens como *vedre*, *cuedra*, *godro*, ou *pedrer*, amplamente difundida em judeu-espanhol.

Para além das influências registadas na fonética e na fonologia, os níveis de análise linguística que, tradicionalmente, apresentam maiores variações, o contacto do judeu-espanhol com outras línguas refletiu-se ao nível do léxico, como comprovam os exemplos seguintes:

Língua	Exemplos
Hebraico	<i>emuná</i> ‘fê’; <i>galgal</i> ‘roda’; <i>šabat</i> , ‘sábado’
Turco	<i>fener</i> ‘farol’; <i>bakal</i> ‘mercearia’; <i>tekerlék</i> ‘roda de um veículo’
Francês	<i>regreto</i> ‘arrependimento’; <i>serioso</i> ‘sério’; <i>reusir</i> ‘conseguir’
Italiano	<i>abocato</i> ‘advogado’; <i>jornal</i> ‘jornal’; <i>vila</i> ‘vila’.
Grego	<i>avrámila</i> ‘ameixa’; <i>kosteritsa</i> ‘lagartixa’; <i>fulina</i> ‘teia de aranha’
Português	<i>kaza</i> ‘casa’; <i>skola</i> ‘escola’; <i>trokar</i> ‘trocar’
Búlgaro	<i>kartofo</i> ‘batata’
Servo-croata	<i>kumpir</i> / <i>kunpril</i> ‘batata’

Tendo em conta a natureza polimórfica do judeu-espanhol e a coexistência de múltiplos microssistemas linguísticos num suprassistema surgem, ainda, soluções inovadoras, que resultam em formas léxicas que partem de palavras castelhanas, a que se adicionam sufixos estrangeiros, nomeadamente hebraicos e turcos, ou o inverso, ou seja, a utilização de palavras estrangeiras adaptadas ao judeu-espanhol. Por exemplo, a palavra *delantier* («frente»), que provém da raiz espanhola *delante*, resulta da adição do sufixo de origem francesa –ier.

Relativamente a palavras estrangeiras adaptadas ao judeu-espanhol, podem referir-se, entre outras:

- hebraísmos hispanizados: *malsinar* («caluniar»);
- turquismos hispanizados: *dayanmak* – *dayanear* («suportar»);
- helenismos hispanizados: *σφραγίζω* – *sfraguisear* («selar», «fechar»);
- italianismos hispanizados: *valuta* («valor») – *valutoso* («valioso»);
soggiogare – *soiguar* («subjugar»);
- galicismos hispanizados: *s'amuser* – *amuserse* («divertir-se»); *blessar* – *blesar* («ferir»); *élever* – *elear* («criar», «educar»).

O contacto com o francês originou, ainda, decalques léxicos, como o atestado em Skopje, *pomme de terre* > *mansana de tierra* («maçã da terra») (Quintana, 2006:273). A influência do francês registou-se, sobretudo, como língua de cultura, com consequências ao nível da variação diastrática, pois foi a burguesia sefardita do final do século XIX que o adotou como língua. Aliás, é nessa mesma época que se inicia o declínio da utilização do judeu-espanhol, fruto, como já se referiu, das opções políticas que obrigavam todos os cidadãos a aprender as línguas nacionais de cada Estado emergente da desagregação do Império Otomano.

CONCLUSÃO

As línguas judaicas, onde se integra o judeu-espanhol, constituem exemplos de línguas de diáspora. Trata-se de um conceito que remete para um *continuum* dialetal, caracterizado por constantes reajustes dos múltiplos sistemas que moldam a língua. Assim, no contexto ecolinguístico da Península dos Balcãs, o judeu-espanhol constituiu uma marca de identidade, caracterizado por uma prática multilingue em que a mistura de vários códigos linguísticos se assume como um traço identificador da comunidade sefardita, que se integrou e adaptou ao contexto da diáspora, sem assimilar totalmente elementos linguísticos e culturais desse *locus*.

O judeu-espanhol constitui, ainda, um exemplo de uma língua sem um território de referência, mas com muitos microterritórios, porque se pulverizou pela Península Balcânica e por outros lugares do mundo. Neste ecossistema, o que importa não são os organismos (as línguas ou os indivíduos que as falam), mas as inter-relações que se estabelecem. Assim, a origem geográfica dos sefarditas nem sempre se reflete no

desenvolvimento das diferentes variedades. As características diferenciadoras destas variedades dependem, fundamentalmente, das relações estabelecidas nas diferentes zonas geográficas e da influência das línguas de contacto, evidenciando-se, assim, a importância do ecossistema em que a língua é falada. O enfraquecimento global do Império Otomano e o seu desmembramento, a crescente influência das potências europeias e o despertar dos nacionalismos conduziram, a partir do século XIX, a uma nova configuração da região dos Balcãs, caracterizada pela emergência de jovens estados-nações nas antigas terras otomanas, onde os judeus expulsos da Península Ibérica estavam instalados desde há quatro séculos. A Grécia, a Sérvia e a Bulgária tornam-se independentes. A Bósnia-Herzegovina, onde se situava o importante centro sefardita de Sarajevo, é ocupada pela Áustria-Hungria. Este processo acentua-se no século XX, embora a unidade dos sefarditas se mantivesse. Contudo, estas comunidades viram-se obrigadas a seguir a evolução própria dos países onde estavam implementadas. A Aliança Israelita Universal, a partir do século XIX, ao assumir a missão de defender os direitos dos judeus perseguidos e de agir em prol da sua emancipação, vai impondo, progressivamente, a língua francesa, que se torna um sinal distintivo de ascensão social. Paulatinamente, o judeu-espanhol deixa de ser utilizado e o número de falantes diminui drasticamente, aquando da *Shoah*. Uma nova diáspora surge, sobretudo para os Estados Unidos da América e para Israel, pondo fim a esta área cultural judeu-espanhola. Atualmente, crê-se que pouco mais de cem mil pessoas ainda falarão o judeu-espanhol, em contextos caracterizados pelo bilinguismo ou plurilinguismo.

O judeu-espanhol vive, hoje, um processo de silenciamento. Língua desterritorializada, minoritária, falada por indivíduos plurilingues, permeável ao empréstimo, suscetível de evoluir para uma língua mista, importante fator de identidade, sem uma norma rígida, o judeu-espanhol é, hoje, um património frágil e ameaçado que importa preservar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bengio, A. (2015). Kuando muncho eskurese es para amaneser. *Atalaya*, 14, 2014. Retirado de: <http://atalaya.revues.org/1238>
- Bosson, G. (2008). El judeo-español de Salónica, un crisol lingüístico. In R. Molho (ed.). *Judeo español. Social and cultural life in Salonika through Judeo-Spanish texts*. Thessaloniki: Ets Ahaim Foundation, 31-49. Retirado de:

http://www.rose.uzh.ch/dam/jcr:ffffff-c23e-37d9-ffff-ffffe887c857/Bossong_139.pdf

- Bradley, T. G., Delforge, A. M. (2006). Phonological Retention and Innovation in the Judeo-Spanish of Istanbul. In T. L., Face; C. A., Klee. *Selected Proceedings of the 8th Hispanic Linguistics Symposium*. Somerville, MA: Cascadia Proceedings Project, 73-88 Retirado de: <http://www.lingref.com/cpp/hls/8/abstract1256.html>
- Faingold, E. D. (1993). El elemento portugués en el judeo-ibero-romance. *Papia - Revista de Crioulos de Base Ibérica*. 2. 2, 42-49.
- García Moreno, A. (2010). El judeoespañol II. Características. Retirado de: https://www.academia.edu/2442055/El_judeoespa%C3%B1ol_II_caracter%C3%A9sticas
- American Psychological, A. (2002). Publication manual of the American Psychological Association. Washington (DC): American Psychological Association.
- Harris, T. (2005). What Language Did the Jews Speak in Pre-Expulsion Spain? In *Sephardic Identity: Essays on A Vanishing Jewish Culture*, 99 - 111. Jefferson, North Carolina & London: McFarland & Company, Inc., Publishers.
- Haugen, E. (1972). *The Ecology of Language*. Stanford: Stanford University Press.
- Hualde, J. I. (2013). Language contact and change in the sound system of judeo-spanish. In M. Saul. *Judeo-Spanish in the time of clamoring nationalisms*. Istanbul: Libra Kitapçılık ve Yayıncılık, 151-178.
- Kerkhof, M. (2011). Préstamos en el portugués de los judíos hispanoportugueses de Ámsterdam en la primera mitad del siglo XVII. *Sefarad*, vol. 71:2, julio-diciembre, 413-434. DOI: 10.3989/sefarad.011.013.
- Lory, B. (2010/2). La ville balkanissime, Bitola, 1800-1918. *Bulletin de l'Institut Pierre Renouvin*, N° 32, 187-192. DOI 10.3917/bipr.032.0187.
- Minervini, L. (2002), La formación de la koinè judeo-española en el siglo XVI. *Revue de Linguistique Romane* 66, 497-512. Retirado de: <http://retro.seals.ch/digbib/view?pid=rlr-001:2002:66::673>
- Quintana, A. (2014). *Judeo-Spanish in contact with Portuguese*. In P. Amaral; A. M. Carvalho. *Portuguese-Spanish interfaces: diachrony, synchrony and contact*. John Benjamins Publishing Company, 65-94. Retirado de: https://www.academia.edu/26266474/Judeo-Spanish_in_contact_with_Portuguese_A_historical_overview
- Quintana, A. (2009). *Aportación lingüística de los romances aragonés y portugués a la coine judeoespañola* In D. Bunis(ed.). *Languages and Literatures of Sephardic and Oriental Jewry*. Jerusalém: The Bialik Institute and Misgav Yerushalayim, 221-255. Retirado de: <https://pt.scribd.com/doc/101554690/CursoDeLadino-com-ar>

[Aportacion-linguistica-de-los-romances-aragones-y-portugues-a-la-coine-judeoespanola-Aldina-Quintana](#)

- Quintana, A. (2006a). *Geografía lingüística del judeoespañol. Estudio sincrónico y diacrónico*. Berne, Berlin, Brussels, Frankfurt, New York, Oxford, Vienna: Peter Lang.
- Quintana, A. (2006). Variación diatópica en judeoespañol. *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana*, 4 (2 (8)), 77–97. Retirado de: <http://www.jstor.org/stable/41678241>
- Sala, M. (1965). La organización de una 'norma' española en el judeo-español. *Actas del 2. Congreso Internacional de Hispanistas*, 543-550. Retirado de: http://cvc.cervantes.es/literatura/aih/pdf/02/aih_02_1_054.pdf
- Sephiha, H. V. (1975). Ladino (judéo-espagnol calque) et commentateurs. *Revue de l'histoire des religions*, tome 188, n.º2, 117-128. DOI: 10.3406/rhr.1975.6131.
- Spolsky, B. (2014). *The languages of the Jews: a sociolinguistic history*. Cambridge: Cambridge University Press.

**UMA PRIMEIRA ABORDAGEM AO ESTUDO
DA PROSÓDIA DA LÍNGUA MIRANDESA**

Lurdes de Castro Moutinho & Alberto Gómez Bautista

UMA PRIMEIRA ABORDAGEM AO ESTUDO DA PROSÓDIA DA LÍNGUA MIRANDESA

Lurdes de Castro Moutinho & Alberto Gómez Bautista

(Centro de Línguas, Literaturas e Culturas – Universidade de Aveiro, Portugal)

Resumo

O objetivo desta pesquisa é o de apresentar, de forma breve, alguns estudos no âmbito da língua mirandesa e sobretudo dar a conhecer um projeto, ainda em fase embrionária, que visa acrescentar uma outra perspetiva de estudo relativamente a esta língua: o estudo da variação prosódica.

Enquadramos esta pesquisa no âmbito do Projeto AMPER (Atlas Multimédia Prosódico do Espaço Românico) e, por essa razão, seguirá a mesma metodologia, quer para a definição dos *corpora* a gravar no terreno, quer ainda no que diz respeito à metodologia de análise. Esta metodologia, comum a todas as línguas que integram o projeto, permitir-nos-á a comparação com a variação prosódica do português europeu continental, insular (PE) e brasileiro (PB), bem como com outras línguas românicas que contam já com diversos estudos publicados nesta área.

A investigação que aqui apresentamos tem como principal objetivo contribuir para um conhecimento mais aprofundado do mirandês e, mais particularmente no domínio da prosódia, área em que, pelo menos ao que sabemos, nenhuma investigação foi ainda realizada.

Palavras-chave: variação linguística, línguas minoritárias, mirandês, prosódia, AMPER, acústica.

Abstract

The purpose of this research is to, in a brief way, present some findings on Mirandese language, but specially introduce a new project, still in an early stage, which intends to add a new approach to study this language: the prosodic variation study.

The framework of this research is Project AMPER (Multimedia Prosodic Atlas of the Romance Area) and, for this reason, it will follow the same methodology, either for the corpora definition in field collection, or regarding the analysis methodology. This common methodology for all the project's languages will allow us to compare it with the prosodic variation of continental and insular European Portuguese (PE) and Brazilian Portuguese (PB), as well as other Romance languages with several published papers on this field.

It is our main aim to give a contribution to a deeper knowledge of Mirandese in an area, for all we know, no research has ever been made.

Keywords: language variation, minority languages, Mirandese, prosodic variation experimental phonetics, acoustic.

«ua lhéngua que quaije naide fala i mui poucos sáben
que eisiste, nien por esso deixa de ser un pedamiego
de l mundo, pequinho ye berdade,
mas son sempre pequinhas las brechas
Por adonde ampeçan ls grandes sbarrulhos
(...)»

(Fracisco Niebro, *Ars Vivendi, Ars Moriendi*. 2012: 147).

1. INTRODUÇÃO

O primeiro estudo sobre a língua mirandesa foi escrito e publicado em 1882 por José Leite de Vasconcelos, quando ainda era estudante de medicina no Porto. Essa obra intitulada *O Dialecto Mirandez* (1882) é o primeiro estudo conhecido sobre esse idioma trabalho pioneiro nesta área que viria a ser premiado, em 1883, no concurso da Société des Langues Romanes de Montpellier, França. Para realizar este estudo, o autor serviu-se dos dados que obteve, após inquérito exaustivo realizado a António Branco de Castro, falante de mirandês e natural de Duas-Igrejas. O relato desta experiência pode ler-se em *Estudos de Philologia Mirandesa* (1900), obra de referência para a língua mirandesa que descreve, de forma exaustiva, aspetos da gramática dessa língua. Apresenta numerosos dados sobre a sua história, bem como sobre a sua situação sociolinguística em finais do século XIX. Inclui também amostras de textos originais, em mirandês e traduções de outros textos para este idioma. Nessa obra, Leite de Vasconcelos relata também as peripécias das viagens que fez a Miranda do Douro, cujo propósito era o de aprofundar o estudo da língua mirandesa.

A língua mirandesa é uma língua românica aparentada com o asturiano e o leonês, línguas faladas em Espanha, tendo, por isso, características comuns com as variedades congéneres (Ferreira, 2005: 66-67), mas resultando da evolução do latim que se falava nesse território denominado, na idade média, Terra de Miranda. Por esta razão, esse idioma se denomina hoje de mirandês. Esse território abrangia, *grosso modo*, os municípios atuais de Mogadouro, Vimioso e Miranda do Douro.

Nos últimos anos, os falantes de língua mirandesa têm vindo, paulatinamente, a decrescer, apesar de ser ensinada nas escolas de Miranda do Douro, desde meados dos anos oitenta, embora como matéria extracurricular. Nem o seu reconhecimento legal em 1999, nem o aumento da publicação de obras literárias em mirandês travou esse decréscimo do

número de falantes. Outrora falada numa área mais vasta, como atesta a própria toponímia no nordeste transmontano, o território do mirandês foi recuando até ficar reduzido a três aldeias do concelho de Vimioso e ao Concelho de Miranda do Douro. Excetuam-se, neste concelho, as localidades de Atenor e Teixeira, onde não se fala mirandês. Um caso particular é o da cidade de Miranda do Douro, onde este idioma terá deixado de ser falado no Século XVII (Ferreira, 2004). Vasconcelos apontava o momento em que o mirandês foi substituído pelo português, na cidade de Miranda do Douro, algures entre os séculos XVI e XVII (Leite de Vasconcelos, 1900: 150).

Atualmente o mirandês sobrevive com dificuldade, imerso numa situação de ampla diglossia. Por outro lado, embora não existam dados oficiais sobre as pessoas que falam habitualmente esta língua, o número de pessoas que a falam no quotidiano, andarà à volta de 3.000 a 4.000 pessoas. Contudo, a cifra de pessoas que sabem falar mirandês, mesmo que não a usem no seu dia-a-dia, poderá estar entre os 6.000 e os 10.000, falantes. Apontar para números mais elevados, como os 15.000, que com frequência são invocados (era o número de falantes que apontava Leite de Vasconcelos nos finais do século XIX), parece-nos, hoje, irrealista, sobretudo se não nos esquecermos de que o número de habitantes das localidades onde se fala o idioma é de umas 8.000 pessoas aproximadamente e de que, para além disso, nem todos os habitantes sabem falar mirandês. Mesmo considerando o número de mirandeses que residem fora do território, ficaremos, em todo o caso, muito aquém dos 15.000 falantes.

No mapa abaixo, delimita-se a região onde se fala mirandês, situada no nordeste de Trás-os-Montes, ocupando, aproximadamente, uma área de 550 km².



Figura 1 – Território onde se fala mirandês

2. ALGUNS ESTUDOS EM LÍNGUA MIRANDESA

Os estudos sobre a língua mirandesa são exíguos, apesar deste campo de trabalho ter sido iniciado há mais de um século por José Leite de Vasconcelos, que foi autor de várias obras sobre a língua mirandesa, tendo especial importância as obras, já referidas: *O Dialecto Mirandez* de 1882, por ser o primeiro estudo sobre o idioma e os *Estudos de Philologia Mirandesa*, obra em dois volumes, onde se apresenta um estudo mais aprofundado do idioma e das suas vicissitudes históricas, assim como amostras de textos em língua mirandesa. Não obstante, as referências nessas obras à prosódia são esporádicas e pouco aprofundadas. No século XX tem especial relevo o trabalho de divulgação do Padre Mourinho, mas este apenas se debruçou sobre o estudo linguístico dessa língua, desenvolvendo o seu labor principal à volta das tradições, da etnografia e da literatura tradicional da Terra de Miranda. Nesta breve panorâmica aqui apresentada sobre a língua mirandesa, devemos citar ainda os trabalhos de Amadeu Ferreira, que, tendo trabalhado diversas facetas da língua e da cultura mirandesas, nos deixou inúmeros contributos que nos permitiram aprofundar o conhecimento sobre a história, a estrutura e funcionamento dessa língua. Ferreira analisou, de forma breve, alguns aspetos da prosódia do mirandês, em especial num artigo de 2001 intitulado “Modos de tratamento ne l mirandês de Sendin”. Devemos ainda assinalar a Convenção da Língua Mirandesa (Ferreira & Raposo, 1999) que estabelece os critérios de escrita do mirandês e, embora não se ocupe da prosódia, há referências a esta quando tem implicações na escrita, como por exemplo, quando se fala do uso do hífen (Ferreira e Raposo, 1999: 28).

Mais recentemente, estudos realizados pelo segundo autor deste artigo (Gómez 2013) dão-nos a conhecer algumas das características fonéticas que sintetizamos nos seguintes pontos:

1. Ditongação das vogais tónicas «e» e «o», em «ie» e «uo», respetivamente: *pie**dra*, *pu**orta*.

2. Inexistência de vogais átonas «i», «e», «o» e «u» em posição inicial de palavra:

latim	mirandês	português	galego	espanhol	asturiano
<i>inimīcus</i>	<i>einemigo</i>	<i>inimigo</i>	<i>inimigo</i>	<i>enemigo</i>	<i>enemigu</i>
<i>educatīo, -ōnis</i>	<i>eiduacacion</i>	<i>educação</i>	<i>educación</i>	<i>educación</i>	<i>educación</i>
<i>olivarīa</i>	<i>oulibeira</i>	<i>oliveira</i>	<i>oliveira</i>	<i>olivo</i>	<i>olivar</i>
<i>universītas, -ātis</i>	<i>ounibersidade</i>	<i>universidade</i>	<i>universidade</i>	<i>universidad</i>	<i>universidá</i>

Quadro 1

Do mesmo modo, «in» e «en/em» dão lugar a «an»: *anganhar*, *anfenito*, *amprego*.

3. Palatalização de «l-» inicial latino, (como em asturiano, leonês e catalão) salvo no mirandês do sul o sendinês: *lhuna*, mas *luna* em sendinês.

4. Possui um sistema com quatro sibilantes, como acontecia em galego-português e o afasta do português padrão e de línguas como o espanhol, o asturiano e o leonês:

cien [tz]	sien [s]
cozer [dz]	coser [z]

Quadro 2

5. Uma característica do mirandês é a elisão da preposição “de” no genitivo, típica do leonês e do asturiano: *abe-rapina*, *Ourrieta las Eiras* (topónimo de São Martinho de Angueira).

Estes traços não permitem, por si só, considerar o mirandês uma língua, apenas servem para assinalar alguns aspetos, nos casos apresentados, ligados à evolução fonética desse idioma. Os aspetos elencados permitem-nos, mesmo assim, individualizar o mirandês relativamente às outras línguas vizinhas. Serão, no entanto, questões políticas, sociais e a própria consciência linguística dos falantes do idioma os fatores determinantes no momento de afirmarmos se estamos ou não perante uma língua.

3. UM NOVO OLHAR SOBRE O ESTUDO DO MIRANDÊS: O ESTUDO DA VARIAÇÃO PROSÓDICA

Os estudos sobre a prosódia do mirandês são praticamente inexistentes e o que encontramos nesta área de estudo são considerações esporádicas e, em geral, de natureza bastante impressionista. Este facto não é surpreendente, se pensarmos que, mesmo para o português e outras línguas românicas, as pesquisas em variação prosódica, quando comparadas com outras áreas da linguística, são algo de muito recente, talvez pela dificuldade que envolve este tipo de estudos: exigência de uma análise multiparamétrica realizada sobre um *corpus* oral de difícil aquisição. No entanto, o aparecimento de novas tecnologias facilitadoras deste tipo de pesquisas, fez com que, sobretudo a partir do início deste século, vários investigadores se tenham interessado por esta área de estudo.

No que diz respeito à língua portuguesa, apesar de hoje já ser possível encontrar na literatura algumas referências ao que hoje podemos enquadrar no domínio do estudo da prosódia, as pesquisas nesta área continuam ainda a ser escassas e, no que diz respeito ao mirandês, a situação é bem mais precária. Sabemos que Leite de Vasconcelos (1900) faz já uma breve referência aos estudos em prosódia mirandesa, o que ele denomina *phonética syntactica* (Vasconcelos, 1900: 209-211), mas nada de sistemático nem aprofundado, o que, para a época, é absolutamente compreensível. A constatação deste facto e o intuito de colmatar esta lacuna fez com que surgisse a ideia de dar início ao estudo da prosódia do mirandês. Estas pesquisas surgem enquadradas num projeto de investigação mais vasto no âmbito da geoprosódia, projetado pelo Professor Michel Contini (Contini, 1992) e que viria a ser concretizado anos mais tarde. Referimo-nos ao Projeto AMPER (Atlas Multimédia Prosódico do Espaço Românico) criado sob a responsabilidade do Professor Contini (Contini, et al. 2003, 2007, 2015), inicialmente sediado na Universidade de Grenoble Alpes, França. A base de dados, que se foi construindo, graças às várias equipas que se associaram ao projeto inicial, começou por estar alojada no LMSI, Paris, sob a responsabilidade de Albert Rilliard (Rilliard, A. & Lai 2007). Atualmente, o coordenador geral e responsável pela base de dados é o Professor Antonio Romano da Universidade de Turim/ LFSAG, Itália, presente, desde o início, neste Projeto. O seu objetivo principal é o estudo da variação prosódica das línguas românicas cujos resultados deverão constituir uma base de dados que nos permita comparar as línguas românicas que integram o projeto.

Para que isto seja possível, a definição do *corpus*, metodologia de recolha e análise de dados são comuns a todas as equipas de pesquisa.

A investigação para a língua portuguesa (AMPER-POR), integra o AMPER desde o seu início (Contini, 2007, 2015; Contini, et al. 2009). Os primeiros estudos realizados diziam apenas respeito ao PE (português europeu continental e insular). Alguns anos mais tarde, tiveram início as pesquisas para o PB (português brasileiro), com grupos de trabalho locais; estamos agora em condições de estender o estudo da geoprosódia à língua mirandesa (AMPER-MIR), ficando assim ligada ao projeto AMPER. Todas estas equipas de trabalho são coordenadas pela primeira autora deste artigo.

4. O AMPER-MIR NO AMPER-POR

Para concretizarmos esta nossa ideia, já em dezembro de 2015, fizemos uma primeira recolha de dados no terreno, seguindo a metodologia AMPER, quer para a definição dos *corpora* a gravar no terreno, quer ainda no que diz respeito à metodologia de análise que explicitaremos no ponto seguinte. Estas gravações, e outras futuras, sempre efetuadas no terreno, serão objeto de análise e virão a integrar uma base de dados comum a todas as línguas românicas que fazem parte do AMPER. Uma nova recolha está já prevista para finais 2016, de modo a podermos contemplar os pontos considerados representativos das variedades da língua mirandesa, tal com são definidos por Leite de Vasconcelos (Leite de Vasconcelos, 1900, 1901): variedade do sul, central e raiano (Leite de Vasconcelos, 1901: 27-43).

No mapa abaixo, indicam-se os pontos de recolha a contemplar: a preto os já gravados, mas não analisados (6 informantes); a cinza outros pontos já previstos para recolha (4 informantes).

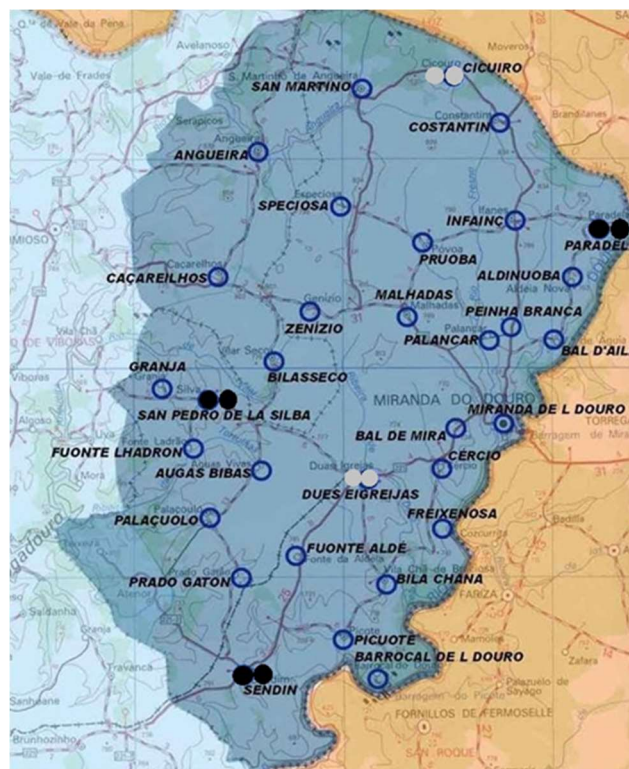


Figura 2 – Mapa adaptado de Carlos Ferreira (2003)

Estas gravações e outras gravações futuras são da responsabilidade de Alberto Bautista e de Lurdes de Castro Moutinho. A análise acústica, ainda em fase inicial, virá a ser efetuada por Alberto Gómez Bautista, sob a orientação de Lurdes de Castro Moutinho.

Nesta mesma região transmontana, prevê-se ainda recolha de *corpora* em língua portuguesa, no âmbito do AMPER-POR, de forma a podermos efetuar análises contrastivas com informantes que usam, habitualmente, a língua portuguesa, embora inseridos em contexto bilingue ou, em alguns casos, em situação de diglossia.

4.1. Constituição do *corpus* e protocolo de recolha definidos para o AMPER

As produções linguísticas dos falantes são gravadas, *in loco* e excluem qualquer situação de leitura. As frases são, por isso, elicitadas através de imagens, do mesmo tipo das que abaixo vemos representadas (figura 4). As gravações são efetuadas, utilizando um gravador DAT ou outro equipamento que nos garanta a qualidade do sinal acústico, para posterior análise. O *corpus* de base gravado é o que consta do quadro 3, tendo sido construído sob o modelo do *corpus* AMPER-POR. As imagens devem permitir a produção de frases que contemplem todas estruturas acentuais (oxítone, paroxítone e proparoxítone)

nas diversas posições frásicas. As frases têm uma estrutura Sujeito-Verbo-Complemento, neutras e afirmativas, nas modalidades declarativa e interrogativa global correspondente. Na variedade do PE insular e do PB foi necessário adaptar algumas imagens, em alguns casos, para melhor corresponderem a realidades locais. Para o AMPER-MIR, as imagens apresentadas são as mesmas que foram utilizadas para o PE continental, devendo o informante produzi-las em mirandês.

<p> L cochino bisabó toca no páixaro? L cochino toca no páixaro. L cochino toca no páixaro cómico? L cochino bisabó toca no páixaro. L cochino toca no páixaro pateta? L cochino pateta toca no páixaro. L cochino toca no páixaro bisabó? L cochino cómico toca no páixaro. L páixaro toca no capataç cómico? L cochino de l Canadá toca no páixaro. L páixaro toca no capataç pateta? L cochino da Tapada toca no páixaro. L páixaro toca no capataç bisabó? L cochino de l México toca no páixaro. L páixaro toca no capataç? L páixaro toca no cochino. L páixaro cómico toca no cochino? L páixaro toca no cochino bisabó. L páixaro pateta toca no cochino? L páixaro toca no cochino pateta. L páixaro bisabó toca no cochino? L páixaro toca no cochino cómico. L capataç cómico toca no páixaro? L páixaro toca no cochino de l Canadá. L capataç pateta toca no páixaro? L páixaro toca no cochino de la Tapada. L capataç bisabó toca no páixaro? L páixaro toca no cochino de l México. L capataç toca no páixaro. L capataç toca no páixaro? L capataç bisabó toca no páixaro. L páixaro toca no cochino de l México? </p>	<p> L capataç pateta toca no páixaro. L páixaro bisabó toca no cochino. L páixaro toca no cochino cómico? L páixaro pateta toca no Cochino. L páixaro toca no cochino pateta? L páixaro cómico toca no cochino. L páixaro toca no cochino bisabó? L páixaro toca no capataç. L páixaro toca no cochino? L páixaro toca no capataç bisabó. L cochino de l México toca no páixaro? L páixaro toca no capataç pateta. L cochino da Tapada toca no páixaro? L páixaro toca no capataç cómico. L cochino de l Canadá toca no páixaro? L cochino toca no páixaro bisabó. L cochino cómico toca no páixaro? L cochino toca no páixaro pateta. L cochino pateta toca no páixaro? L cochino toca no páixaro cómico. L cochino toca no páixaro? L cochino toca no cochino? L páixaro toca no páixaro. L capataç toca no cochino? L capataç toca no capataç. L cochino toca no capataç? L cochino toca no capataç. L capataç toca no capataç? L capataç toca no cochino. L páixaro toca no páixaro? L cochino toca no cochino. </p>
--	--

Quadro 3 – *Corpus* de base



Figura 4 – Exemplo de imagens utilizadas nas gravações

Os informantes, previamente contactados (um homem e uma mulher para cada ponto de recolha) devem ter o seguinte perfil: terem mais de 30 anos de idade; escolarização não superior; terem sempre vivido nesse mesmo local; terem a língua mirandesa como língua materna e usarem-na, no dia a dia, com os seus pares. A cada informante são pedidas, pelo menos, seis repetições de cada uma das estruturas que constituem o *corpus*, em ordem aleatória. Para a análise, são seleccionadas as três melhores repetições comparáveis entre si: mais naturais e com as mesmas vogais, pelo menos, em cada uma das modalidades.

4.2. Metodologia de análise: análise acústica instrumental

Após gravação e tratamento do sinal acústico, utilizando o Cool Edit ou outro tipo de programa apropriado para esse fim, são constituídos os ficheiros som codificados (codificação igual para todas as equipas que participam no Projeto), para cada frase e cada um dos locutores. Seguidamente, e após termos procedido à seleção das 3 melhores repetições, para cada uma das modalidades – declarativa e interrogativa global –, damos início à análise do sinal acústico. A análise incide apenas sobre os segmentos vocálicos realizados pelo falante, sendo também necessário que se assinalem as vogais que o falante elidiu aquando da produção do enunciado. Esta análise é feita em ambiente Matlab ou Praat, ambos com aplicações (scripts) criadas especificamente para este projeto, por Antonio Romano (Romano, 1995, 1999, 2007) e por Albert Rilliard (Rilliard, 2008), respetivamente.

Qualquer um dos programas referidos permite etiquetar, manualmente, o sinal de fala, extraíndo, automaticamente, os parâmetros de F^0 , duração e intensidade das vogais, cujos valores são armazenados num ficheiro com a extensão TXT. Estes dados, permitirão extrair gráficos, automaticamente, com os valores de F^0 (em Hz ou semitons), duração e intensidade das vogais (Rilliard, 2008) que nos dão uma primeira indicação das características prosódias de cada um dos informantes.

Estes ficheiros podem também ser exportados para Excel e, com base nos valores aí inscritos, poderá proceder-se à realização de outro tipo de gráficos informativos sobre os diversos parâmetros analisados.

Apresentamos, em seguida, a título de exemplo, duas figuras de dois primeiros momentos de análise efectuada, neste caso, em ambiente Matlab.

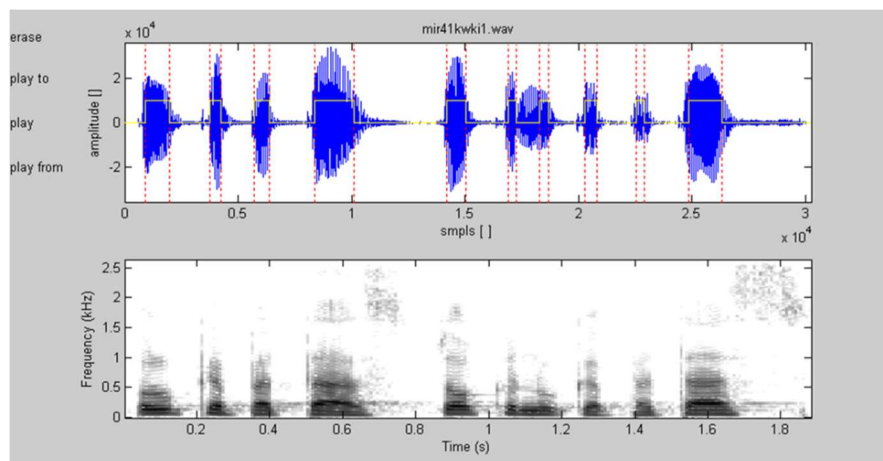


Figura 5 – Frase simples, interrogativa, com final oxítono etiquetada manualmente

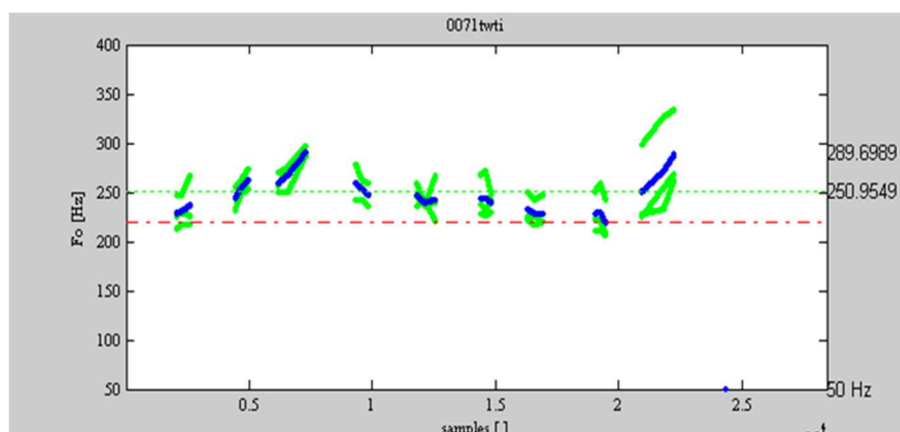


Figura 6 – Movimento de F^0 calculado automaticamente, para as vogais de três repetições da mesma frase (final paroxítono)

Na figura acima, o traçado azul, indica a linha média de F^0 , isto é, a realização média da falante calculada com base nas três repetições de cada frase analisada. Esta linha é uma primeira informação sobre o padrão prosódico dessa falante (neste caso é uma mulher), nessa modalidade e variedade. Note-se que, esta mulher, ao contrário da que se apresenta na figura anterior, não realiza a última vogal do enunciado. Essa mesma vogal aparece assinalada com uma pinta azul, ao nível dos 50 Hz. O tamanho dos traços inscritos na figura correspondem ao movimento de F^0 das vogais analisadas e permitem também visualizar a duração desses mesmos segmentos vocálicos.

São estas variações médias da curva melódica, caracterizadoras desses padrões entoacionais, que nos permitirão comparar, quer a variação prosódica no interior de uma mesma língua, quer ainda a variação de várias línguas entre si.

5. APRESENTAÇÃO DE UM CASO EXEMPLAR PARA O MIRANDÊS

5.1. O *corpus* em análise e informantes

Para esta análise seleccionámos, para cada uma das línguas, apenas uma frase simples, do tipo SVO, com final oxítono, na modalidade interrogativa. Tratando-se de uma fase muito inicial do estudo da prosódia do mirandês, optámos por escolher uma frase simples e oxítona, visto que será mais simples a sua análise e, sendo uma frase curta, a probabilidade de vogais não realizadas será menor. Além disso, sabendo que a maior informação se encontra no tonema final, a escolha de uma oxítona garante-nos, em princípio, que esse tonema manterá todas as vogais, ao contrário do que, não raras vezes, acontece com frases paroxítonas e proparoxítonas, permitindo-nos, deste modo, melhor avaliar o movimento de F^0 ao longo de todo o enunciado.

Português (AMPER-POR)	Mirandês (AMPER-MIR)
O capataz toca no capataz?	L capataç toca no capataç?

Quadro 4

Escolhemos para esta análise três falantes de mirandês, e uma de português, todas do sexo feminino, com escolaridade básica. A falante de português é natural de Vinhais, concelho de Bragança. As falantes de mirandês são provenientes de três freguesias do concelho de Miranda: Paradela, San Pedro de la Silba e Sendin; As quatro informantes respeitam os parâmetros definidos para o projecto AMPER.

Na figura 7, estão representadas as localidades onde foram realizadas as recolhas: à esquerda, para o AMPER-POR; à direita, para o AMPER-MIR.

Neste exemplo, apenas apresentaremos resultados preliminares para a interrogativa global, por ser esta a modalidade que quase sempre apresenta maior variação prosódica, intra ou inter línguas (Moutinho, et al. (2004). Estamos numa fase muito embrionária desta pesquisa, pelo que os resultados não poderão ter outro valor senão o meramente exemplificativo.

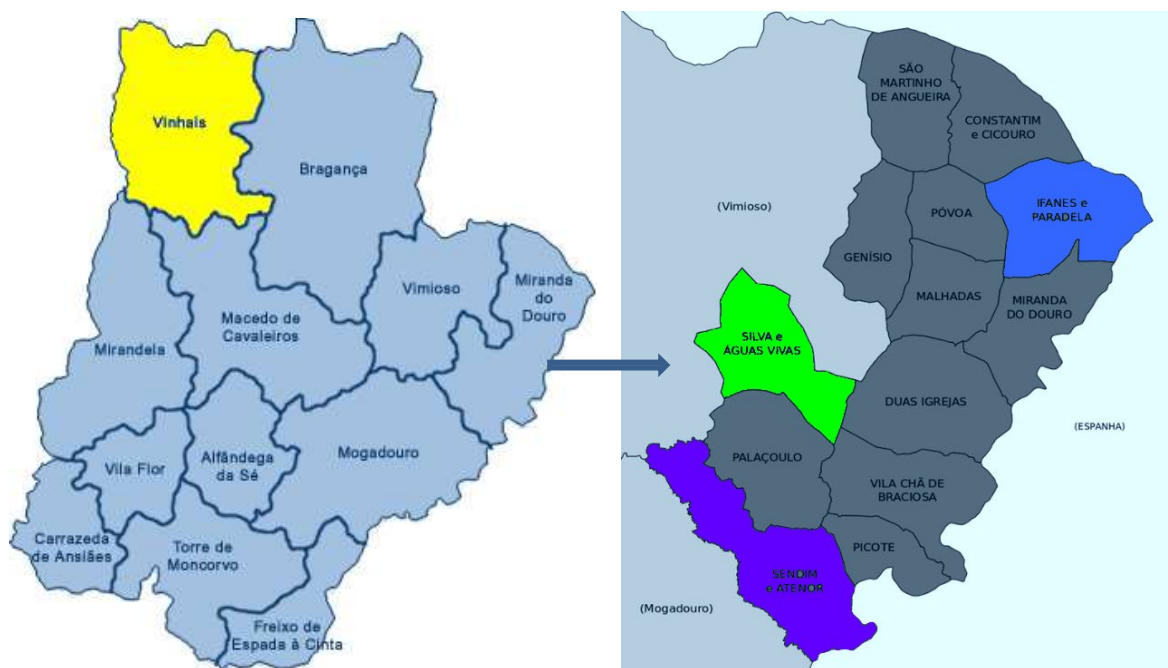


Figura 7 – Localidades onde foi feita a recolha dos *corpora* em análise

5.2. A recolha

Para cada uma das línguas, as frases são produzidas várias vezes pelo mesmo locutor nativo. Para esta análise, foram seleccionadas três realizações, para cada tipo de frase, consideradas perceptivamente aceitáveis e consideradas representativas das modalidades em estudo. Todas as gravações foram realizadas em casa de cada um dos locutores. O sinal gravado foi convertido no formato “.wav”, de modo a poder ser tratado posteriormente de forma semiautomática.

Para estes casos a segmentação do sinal, bem como a elaboração dos primeiros gráficos foram realizados, no programa Matlab, tendo sido adotada uma metodologia já testada cientificamente (Contini et al. 2002, Moutinho et al., 2001).

Os parâmetros que teremos em conta para esta análise são apenas a duração e três valores da frequência fundamental, medidos em três pontos distintos: princípio, meio e fim de cada vogal realizada. Calculados, automaticamente, os valores médios para os parâmetros referidos os ficheiros estão prontos para serem utilizados, para a realização de diversos gráficos do tipo dos que passaremos a apresentar. Esses gráficos permitir-nos-ão observar e comparar, visualmente, as variações de F^0 (figura 8) e os valores de duração

(figura 9) das vogais em análise, sendo assim possível definir padrões prosódicos para cada uma das variedades que aqui nos ocupam.

No que diz respeito ao parâmetro intensidade, prescindimos da apresentação dos resultados obtidos, visto que, como já o temos constatado e referido em diversas publicações para o português, a intensidade não se tem revelado um parâmetro relevante para distinguir padrões entoacionais (Moutinho, et al. 2011). Podemos dizer que, no caso do português, de forma invariável, a intensidade atinge um ligeiro ponto máximo sobre as vogais tónicas para, em seguida, decrescer de forma regular, normalmente até às últimas sílabas da frase. Muitas vezes, a vogal final, mesmo quando tónica, pode, mesmo assim, sofrer um enfraquecimento final, traduzindo-se numa queda dos valores da sua intensidade, relativamente à vogal precedente. Estes resultados, por nós atestados em diversas ocasiões (Zerling, Moutinho 2002), (Moutinho, Coimbra, 2011), estão também em sintonia com outros estudos para o português (Delgado-Martins, 2002).

No caso do mirandês, neste aspeto, pelo menos para já, nada de novo. Apesar dos escassos resultados já obtidos, parece-nos poder afirmar que se verificará esta tendência, constatada para o português.

5.3. Considerações breves acerca dos resultados de análise

A frequência fundamental

Começaremos por apresentar os resultados de análise para a frequência fundamental (F^0), por ser o parâmetro acústico com maior relevância no estudo da definição de padrões entoacionais, como temos publicado em outros artigos (Moutinho et al., 2011). Não poderemos, obviamente, partir para uma generalização dos resultados, pelas razões já aludidas.

Apesar disso, observando o gráfico da figura 8, podemos tecer algumas considerações sobre os diferentes movimentos de F^0 . Esses movimentos permitem-nos, não só comparar a variação no interior da mesma língua, o mirandês, mas também compará-la com a variação em uma outra língua, o português, aqui representada pela informante de Vinhais.

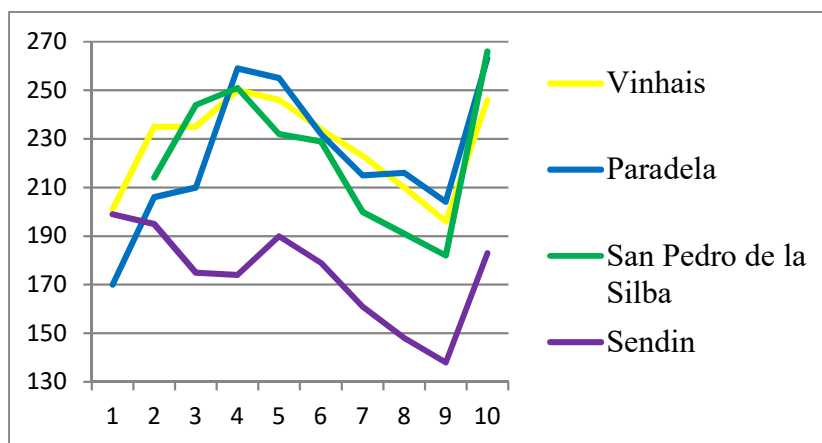


Figura 8 – Movimento de F^0 para as quatro locutoras analisados (a informante de San Pedro não realizou a 1.ª vogal)

Se atentarmos no gráfico da figura 8, a primeira observação que nos é dada fazer é de que existe uma variação notória, quer entre algumas das variedades do mirandês, quer entre uma das variedades do mirandês e a variedade do português de Vinhais (a amarelo). As curvas melódicas desenhadas para as variedades de Paradela (a azul) e San Pedro de la Silba (a verde), quando comparadas com a outra variedade do mirandês - a de Sendin (a roxo) – notamos que o movimento de F^0 para a variedade de Sendin se afasta claramente de Paradela e de San Pedro de la Silba. Efetivamente, estas duas últimas apresentam uma prosódia mais próxima da variedade de Vinhais, do que da prosódia da variedade da sua própria língua, a de Sendin. Parece ocorrer o que já temos verificado para a língua portuguesa (Moutinho, et al. 2011): nem sempre são os locutores oriundos dos pontos geográficos mais próximos que apresentam esquemas melódicos mais semelhantes.

Embora outras observações pudessem ainda ser feitas para o esquema melódico apresentado para cada uma das variedades aqui consideradas, destaquemos um ponto comum: a presença de uma subida melódica sistemática sobre a última vogal do enunciado, característica própria da maior parte das interrogativas totais, da língua portuguesa, com final oxítono. Na verdade, na modalidade interrogativa, na maior parte das variedades portuguesas que temos vindo a estudar, apenas as estruturas com final oxítono apresentam, de forma generalizada, um movimento ascendente no tonema final, enquanto que, para as outras acentuações, temos verificado uma subida até à última vogal tónica, seguida de uma descida na vogal ou vogais em posição pós-tónica. No caso do mirandês, este movimento melódico parece também poder ser uma das suas características. No entanto, para esta língua, tratando-se apenas dos primeiros resultados de análise e de uma só locutora para

cada ponto analisado, não estamos em condições de poder afirmar que assim é, embora todos os indícios apontem nesse sentido.

A duração

Os gráficos da figura 9 permitem-nos comparar as duas línguas e observar o modo como é utilizado o parâmetro duração.

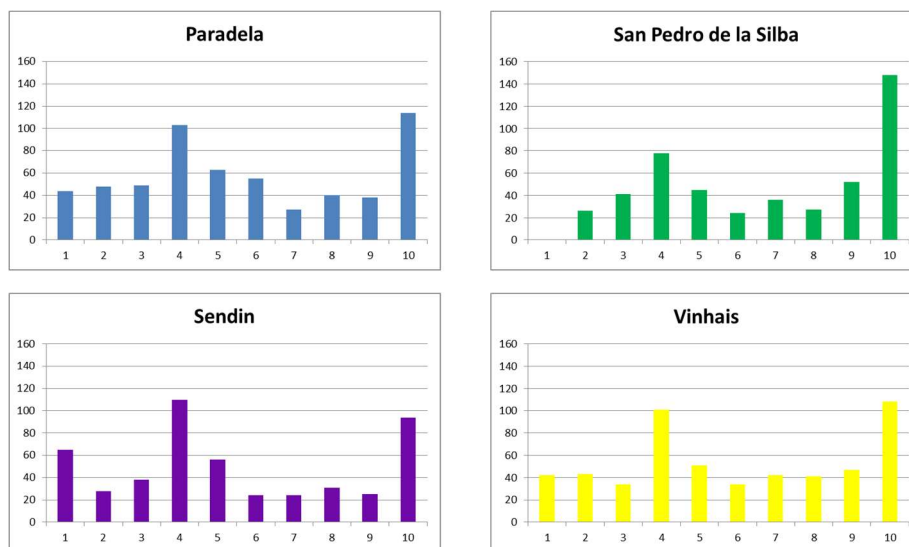


Figura 9 – Valores de duração para as quatro locutoras analisados

Observemos então os histogramas relativos às variedades em análise.

Tanto para o mirandês, como para o português, observamos o seguinte:

– A vogal final é sempre longa ou muito longa (caso da informante de San Pedro), o que se deve certamente à sua posição no fim do primeiro grupo rítmico da frase. Não esqueçamos o facto de que estamos perante frases interrogativas globais e, tratando-se de uma estrutura acentual oxítone, é natural que a última vogal tenha uma duração maior em relação às outras. É neste grupo que se concentra a informação prosódica. Além disso, o facto de, no português, haver uma tendência para reduzir fortemente as vogais inacentuadas pode ajudar a perceber estes resultados. Os valores mais elevados surgem, então, como espectável, nas vogais acentuadas, característica que parece também estar presente no mirandês. Tal como acontece para os resultados de F^0 , também na duração, a informante de Sendin se distingue de todos os outros (Vinhais, San Pedro e Paradela), sendo que, de um modo geral, é ela que apresenta valores de duração mais baixos, ao longo de toda a frase. Mais relevante ainda é o facto de ser a única que, apesar de estarmos

perante estrutura acentual de final oxítone, realiza a vogal do tonema final com valores mais baixos do que todas as outras informantes e com valores inferiores à outra vogal tónica do seu próprio enunciado.

Estes resultados obtidos para a duração, associados aos constatados para F^0 deixam no ar a hipótese de que a prosódia em Sendin se distingue das outras variedades consideradas, quer quando comparada com a língua portuguesa, quer mesmo quando comparada com as da língua mirandesa aqui estudadas. No entanto, será necessário um maior número de informantes por ponto de recolha, um maior número de estruturas e de modalidades analisadas, para podermos validar tal hipótese.

OBSERVAÇÕES FINAIS

O estudo aqui apresentado, realizado de forma não exaustiva, não é mais do que um esboço sobre os comportamentos prosódicos de falantes de duas línguas faladas em Portugal continental: o português e o mirandês. As observações apresentadas devem, por isso, ser consideradas com prudência não permitindo, evidentemente, uma generalização, a não ser quando validadas por outras pesquisas posteriores, especialmente no que diz respeito às variedades do mirandês e de estas quando comparadas com o português. No entanto, o por nós já observado permite-nos considerar que se trata de uma linha de investigação que deverá ser desenvolvida pela sua relevância nos estudos dialectais, em geral, e em particular, no aprofundamento do estudo da geoprosódia da língua mirandesa. É nossa intenção prosseguir com este trabalho, enriquecendo-o com outros esquemas prosódicos baseados numa recolha mais alargada e num maior número de informantes.

O aprofundamento desta pesquisa possibilitará ainda a comparação do mirandês com outras variedades das línguas românicas e não apenas com o português, cumprindo-se, assim, o objetivo primeiro do Projeto AMPER, onde se enquadra a presente pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Contini, M. (1992). Vers une géoprosodie. *Nazioarteko Dialektologia Biltzarra Agiriak*. Bilbao (1991), Publ. Real Academia de la Lengua Vasca, 83-109.

- Contini, M., Lai, J. P., Romano, A. & Rouillet, S. (2003). Vers un atlas prosodique parlant des variétés romanes. in Bouvier, J.C. et al. (eds.). *Mélanges offerts à X. Ravier*, CNRS. Univ. de Toulouse – Le Mirail, 1998, 73-84.
- Contini, M. (2007). Le Projet AMPER: Passé, Présent et Avenir, in: Moutinho, L. C. & Coimbra, R. L. (eds.). *I Jornadas Científicas AMPER-POR. Actas*, Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 9-21.
- Contini, M. (2016). Analyse contrastive de la prosodie dans les variétés romanes: un bilan de l'Atlas Multimedia Prosodique de l'Espace Roman et son élargissement à de nouvelles approches possibles. Rei, E. F., Moutinho, L. C. & Coimbra, R. L. (eds.) *Dialectologia*. Special Issue VI: 3-28.
- Contini, M., Romano, A., Moutinho, L. C., & Fernández Rei, E. (2009). L'avancement des recherches en géoprosodie et le projet AMPER. *Estudios de Fonética Experimental*. 18: 111-122.
- Delgado-Martins M. R. (2002), *Fonética do Português. Trinta anos de investigação*, Lisboa: Edit. Caminho.
- Ferreira, A. (2001). Modos de tratamento ne l mirandês de Sendin, FILANDAR/FIADEIRO, n.º de 2001 (dezembro), Zamora. Consultar em: <http://studosmirandeses.blogs.sapo.pt/tag/modos+de+tratamiento>
- Ferreira, A. (2004). La cidade de Miranda de l Douro i la lhéngua mirandesa, El filandar / O Fiadeiro. Consultar em: <http://studosmirandeses.blogs.sapo.pt/1823.html>
- Ferreira, A. (2005). L Regalengo de Palaçuolo ne l Seclo XII – (Studo de toponímia medieval i de stória de la lhéngua mirandes”. Revista Brigantia, vol. XXV, nº 3/4, pp. 33-72.
- Ferreira, M. B. e D. Raposo (coord.) (1999). Convenção Ortográfica da Língua Mirandes. Miranda do Douro / Lisboa: Câmara Municipal de Miranda do Douro e Centro de Lingüística da Universidade de Lisboa.
- Ferreira, Carlos (2003). Toponímia, Paisagem e Ambiente: Uma Abordagem Geotoponímica de Sendim em Terra de Miranda. Disertación presentada para la obtención del “Grado de Salamanca”, Universidad de Salamanca [inédito].
- Ferreira, C. (2006). <http://2.bp.blogspot.com/-ZKO9k4Tueck/Uv-Lc6ysjXI/AAAAAAAAAJQ/VU01N9MoscQ/s1600/mapa.jpg>
- Gómez Bautista, Alberto (2013). El mirandés: Historia, contexto y procesos de formación de palabras. Tese de doutoramento inédita. Consultar em: <http://eprints.ucm.es/23981/1/T35037.pdf>
- Lai, J.P. & Romano, A. (2003). Etat d'avancement du projet Atlas Multimédia Prosodique de l'Espace Roman (AMPER). *Bollettino dell'Atlante Linguistico Italiano*, 26: 199-203.

- Moutinho, L. C. et al. (2004). Variação entoacional inter e intra regional no Português europeu” atas do VIII Congresso Nacional de Fonética e Fonologia - II Congresso Internacional de Fonética e Fonologia, Maranhão, Brasil, 2004.
- Moutinho, L. C. et al. (2001). Project d’Atlas Prosodique Multimédia des Variétés Romanes. *Travaux de L’Institut de Phonetique de Strasbourg (TIPS)*, 31: 61-70.
- Moutinho, L. C. et al. (2011). Mesures de la Variation Prosodique Diatopique en Portugais Européen. *Estúdios de Fonética Experimental*, 20: 34-55.
- Moutinho, L. C.; Coimbra, R. L.; Vaz, A. M. (2011). Variación diatópica de la entonación en el portugués europeo continental. *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana –RILI*, 19-1(17): 133-141.
- Niebro, F. (2012). *Ars Vivendi, Ars Moriendi*. Âncora Editora. Lisboa.
- Rilliard, A. & Lai, J.-P. (2007). La Base de Données AMPER et ses interfaces: structure et formats de données, exemple d’utilisation pour une analyse comparative de la prosodie de différents parlers romans. in: Moutinho, L. C. & Coimbra, R. L. (eds.). *I Jornadas Científicas AMPER-POR. Actas*, Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 127-139.
- Rilliard, A. (2008). Outils pour le projet AMPER. Disponible em: <https://perso.limsi.fr/rilliard/InterfaceAMPER.html>
- Romano, A. (1995). *Développement d’un environnement de travail pour l’étude des structures sonores et intonatives de la parole*. Mémoire de DEA en Sciences du Langage, Grenoble: Université Stendhal.
- Romano, A. (1999). *Analyse des Structures Prosodiques des Dialectes et de l’Italien Régional Parlés dans le Salento (Italie): Approche Linguistique et Instrumentale*, thèse de Doctorat en Sciences du Langage, 2. vol., Grenoble: Université Stendhal.
- Romano, A. (2003). Un Projet d’Atlas Prosodique de l’Espace Roman (AMPER). In: F. Sánchez Miret (org.), *Actas do XXIII CILFR*, vol. I, Tübingen: Niemeyer, pp. 279-294.
- Romano, A. (2007). Éléments théoriques et pratiques des analyses multiparamétriques de la prosodie dans le cadre d’AMPER. in: Moutinho, L. C. & Coimbra, R. L. (eds.) *I Jornadas Científicas AMPER-POR. Actas*, Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 115-126.
- Vasconcelos, J.L. de (1882). *O Dialecto Mirandez*. Porto: Livraria Portuense.
- Vasconcelos, J. L. de (1900). *Estudos de Philologia Mirandesa*. vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Vasconcelos, J. L. de (1901). *Estudos de Philologia Mirandesa*. vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional.

Zerling, J-P & Moutinho, L. C. (2002) Analyse comparée de trois patrons prosodiques en français et en portugais européen, *Travaux de l'Institut de Phonétique de Strasbourg* (TIPS), n° 32:115-148.

Informações complementares sobre o projeto podem ser consultadas em:

<http://pfonetica.web.ua.pt/AMPER-POR.htm>

**ALGUNS CABO-VERDIANOS EM PORTUGAL:
RELAÇÕES ENTRE AS LÍNGUAS CABO-VERDIANA E PORTUGUESA**

Maria Helena Ançã

ALGUNS CABO-VERDIANOS EM PORTUGAL: RELAÇÕES ENTRE AS LÍNGUAS CABO-VERDIANA E PORTUGUESA

Maria Helena Ançã

(CIDTFF, Universidade de Aveiro)

Resumo

Numa sociedade multicultural, como a portuguesa, várias línguas convivem com o Português (LP), através de falantes provenientes de várias partes do mundo. Esta situação evidenciou-se na sequência de Abril de 1974, tendo-se consolidado na confluência de vários outros fatores político-internacionais (entrada na CEE/UE, queda do muro de Berlim e desmembramento do bloco soviético...).

Neste contexto, são de considerar, em Portugal, por um lado, falantes de um leque de línguas que se foi afirmando nos últimos quinze anos, como as línguas eslavas orientais, nomeadamente o Ucrâniano, e, por outro, falantes de grupos linguísticos diversos, vindo de África, dos quais se destacam os cabo-verdianos e a Língua Cabo-verdiana (LCV).

Muitos cabo-verdianos, ainda no tempo colonial, vieram para Portugal, para prosseguir estudos superiores, – referimo-nos a uma certa elite intelectual, ou para trabalhar para o estado português, a fim de compensarem a falta de mão-de-obra deixada pelos portugueses, entretanto, partidos para a emigração e para a guerra colonial em África.

A presença de cabo-verdianos, não sendo, por conseguinte, nova, tornou-se mais notória a partir do final século passado, na sequência de vários fluxos migratórios de Cabo Verde para Portugal. A comunidade cabo-verdiana é hoje em dia uma das comunidades estrangeiras mais numerosas, a par da brasileira e da ucraniana. Deste modo, a LCV continua com uma enorme vitalidade na sociedade e nos espaços ‘privados’ da Escola, embora sejam raros os projetos que têm apostado na educação bilingue ou no ensino da LCV...

Este texto vem retomar parte dos resultados de um projeto FCT¹ que se debruçou sobre comunidades imigrantes em Portugal e o papel da LP (Ançã et al. 2005-2007), sendo focalizado, neste espaço, apenas a comunidade cabo-verdiana. Para a recolha de dados, utilizámos um questionário escrito junto de 75 sujeitos, cujas informações foram complementadas, posteriormente, por entrevistas individuais, a quatro destes participantes. O tratamento dos dados foi feito com recurso aos programas informáticos SPSS, para as respostas fechadas, e NUDIST, para as respostas em aberto.

Neste âmbito, é objetivo deste estudo analisar o perfil sociolinguístico dos participantes cabo-verdianos do estudo, tendo em conta as funções sociais que a LCV, língua materna, e a LP, língua segunda, ocupam no quotidiano. Os resultados apontam, genericamente, para incidências distintas: a LCV, como o lugar de afirmação da identidade, do jogo e da memória, enquanto a LP se apresenta como um ‘espaço em conquista permanente’, tanto pelas competências linguísticas a desenvolver, como também pelos benefícios socioprofissionais que a LP vem acrescentar (abertura ao mercado de trabalho em Portugal, Cabo Verde e, eventualmente, noutros países da CPLP).

¹ Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Palavras-chave

Diversidade linguística, relações entre as línguas, funções das línguas, língua cabo-verdiana, cabo-verdianos em Portugal, Língua Portuguesa.

Abstract²

In a multicultural society, such as the Portuguese one, several languages coexist with the Portuguese Language (PL), through speakers coming from various parts of the world. This situation became evident after the Carnation Revolution in April 1974, and was consolidated at the confluence of several other political and international factors (namely, the entry of Portugal into the EEC/EU, the fall of the Berlin Wall, and the dismemberment of the Soviet bloc...).

In this context, one needs to consider, in Portugal, on the one hand, the existence of speakers of a range of languages that gained relevance in the past fifteen years, such as Eastern Slavic languages, namely Ukrainian, and, on the other hand, speakers of different language groups coming from Africa, among which are Cape Verdeans and the Cape Verdean Language (CVL).

Many Cape Verdeans came to Portugal, still in colonial times, to pursue higher education – in this case, we are referring to a certain “intellectual elite” –, or to work for the Portuguese government, in order to compensate for the lack of skilled labor left by the Portuguese, who had emigrated to Europe or had left to the colonial war in Africa.

Although not being new, the presence of Cape Verdeans become more apparent from the end of the 20th century, as a result of various migratory flows from Cape Verde to Portugal. The Cape Verdean community is today one of the most numerous foreign communities, alongside the Brazilian and the Ukrainian. Thus, the CVL has an enormous vitality in the Portuguese society and in the “private” spaces of school, even though projects promoting bilingual education or the teaching of the CVL are still scarce...

This text draws on some of the results of a project, funded by the Portuguese Foundation for Science and Technology (FCT), that analyzed immigrant communities in Portugal and the role of the PL (Ançã et al., 2005-2007), focusing only on the Cape Verdean community. For data collection, we used a questionnaire responded to by 75 subjects, whose information was later supplemented by individual interviews to four of these participants. Data analysis was carried out using SPSS for closed-ended questions, and NUDIST for open-ended questions.

Therefore, the aim of this study is to analyze the sociolinguistic profile of the Cape Verdean subjects, taking into account the social functions that the CVL, the mother tongue, and the PL, the second language, take up in everyday life. The results point, generically, to different aspects: the CVL as the space of assertion, identity, play and memory, while the PL is presented as a “space of undying conquest”, related both to the language skills subjects need to develop, and to the socio-professional benefits that the PL adds (opening the labor market in Portugal, Cape Verde and, eventually, in other Portuguese-speaking countries).

Keywords

Linguistic diversity, relationships between languages, language functions, Cape Verdean Language, Cape Verdeans in Portugal, Portuguese Language.

² Agradeço à Mónica Lourenço a tradução do resumo.

INTRODUÇÃO

A sociedade portuguesa, multicultural desde sempre, – porque muitos povos deixaram nela as suas marcas, é atualmente constituída por uma população heterogénea a nível linguístico e cultural, acrescentando, assim ao mosaico (socio)linguístico já existente, uma maior diversidade, fenómeno que se tornou mais evidente a partir da revolução de 1974. Com a independência dos cinco territórios de África (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe), entre 1974³ e 1975, e com a entrada na CEE/UE, em 1986, os movimentos de entrada e de saída (de/para os novos países recém-independentes africanos, de/para a Europa) tornaram-se mais frequentes. Nesta sequência, Portugal acolheu diferentes fluxos migratórios, provindos, de toda a parte do mundo, principalmente de África (PALOP)⁴. Com as grandes mudanças político- internacionais, – a queda do muro de Berlim (1989) e o desmembramento do bloco soviético (início dos anos noventa do século XX), os contactos e os movimentos tornaram-se possíveis entre todos os povos europeus, assim como a receção em Portugal de comunidades vindas do Leste Europeu e da Ásia Central.

Não focalizando as línguas ‘endógenas’ do território português, como o Mirandês, que tardiamente (em 1999) viu reconhecido o seu estatuto oficial de língua minoritária, ou o Romani-Caló, que continua a não ser ‘visível’ em termos políticos (e como consequência, vai perdendo falantes), há a considerar, por um lado, um grupo de línguas que se foi afirmando nos últimos quinze anos, como o grupo das línguas eslavas orientais e, por outro, um grupo, desde há muito presente, o dos crioulos de base lexical portuguesa. De entre este grupo, são de destacar a Língua Cabo-Verdiana⁵ (LCV) e os seus falantes.

Neste quadro, é objetivo deste texto analisar o perfil sociolinguístico de 75 cabo-verdianos, residentes em Portugal, tendo em conta as funções sociais que as línguas, LCV, língua materna (LM), e LP, língua segunda, ocupam no dia a dia.

³ Guiné-Bissau.

⁴ Atualmente é o movimento oposto que se destaca: muitos portugueses voltam a deixar Portugal, emigrando para África e para a Europa.

⁵ É esta a designação dada pela Constituição da República de Cabo Verde.

1. CABO-VERDIANOS EM PORTUGAL

Sendo a comunidade cabo-verdiana a segunda comunidade estrangeira mais numerosa no país, entre a brasileira, primeira comunidade, e a ucraniana, terceira (SEF, 2016) e considerando a enorme vitalidade que a LCV goza na sociedade e nos espaços ‘privados’ da Escola, porque é falada por muitas crianças, filhas de imigrantes cabo-verdianos, seria de esperar que houvesse, quer uma maior oferta da LCV, em institutos de línguas ou em universidades, quer, ainda, e sobretudo, uma maior aposta em projetos de educação bilingue.

1.1. Uma breve passagem pela Educação

Os projetos de educação bilingue, como a própria lexia indica, possibilitam a aprendizagem de/em duas línguas. No caso concreto, a aprendizagem da LP e da LCV em paralelo ou em simultâneo, com a rentabilização de semelhanças e diferenças entre ambas as línguas. Para além disso, e por este meio, a instrumentalização e reflexão sobre a LCV traz aos seus falantes a legitimidade e o reconhecimento social necessários para que se sintam valorizados na sua LM.

Estudos académicos (Perdigão, 2008; Rassul, 2008), desenvolvidos em escolas do 1.º CEB, com crianças cabo-verdianas ou de origem cabo-verdiana, testemunham um grande ‘desconforto’ com/na LCV, consequência, sem dúvida, de uma desvalorização social mais alargada, face aos seus falantes. Essa desvalorização manifesta-se, presumivelmente, não tanto pela língua em si, mas pela condição social precária destes. Aliás, as escolas nas quais se desenvolveram esses estudos académicos situavam-se em bairros desfavorecidos (Cova da Moura, no Município da Amadora, e Bairro da Bela Vista, em Setúbal), com uma população de um extrato económico e cultural muito fragilizado.

Neste contexto, a LP, língua dominante e de acesso ao saber, é sobrevalorizada pelos locutores cabo-verdianos residentes e pelos seus filhos. Veja-se o testemunho desta criança cabo-verdiana sobre as línguas em causa, entendendo a LP como a língua de prestígio, em detrimento da LCV, uma língua ‘quase desprovida de funções julgadas socialmente relevantes’: “O P[ortuguês] é a língua que sempre sonhei aprender/ O

P[ortuguês] serve para aprender muitas coisas”: “O CCV⁶ não é nada/ não gosto/ com o CCV não aprendemos nada” (Perdigão, 2006, p.127). Ou, citando, ainda, outra criança, do Bairro da Bela Vista (Setúbal), cuja autoimagem negativa se baseia na perspetiva de que a sua LM é um obstáculo à aprendizagem da língua da escola: “A professora está sempre a dizer que quando eu escrevo em LP/ misturo o Crioulo/ é por eu ser burra?” (Rassul, 2006, p. 159).

Importa, pois, que a educação em geral e, em particular, a educação em línguas, assumam o seu papel, com projetos de educação bilingue, ou outros, de forma a valorizar as crianças na sua língua e cultura, acolhendo-as através da LP⁷. O conceito de consciência sociolinguística introduzido por Dabène, em 1994, é particularmente profícuo neste quadro: este nível de consciência leva a posicionar a(s) língua(s) em sociedade, tendo em conta as representações do próprio sujeito sobre as línguas, – LM e não materna –, e as respetivas áreas geográficas e contextuais de emprego e de divulgação; estas representações vão condicionar determinadas atitudes linguísticas: línguas importantes, línguas úteis, de prestígio ...

Neste âmbito, gostaria de destacar duas experiências pedagógicas bilingues, decorridas na Área Metropolitana de Lisboa. O primeiro projeto, de educação bilingue e educação bicultural (Litwinoff, 1992), financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, desenvolveu-se no início dos anos noventa do século XX, na Pedreira dos Húngaros, um ‘bairro de lata’, extremamente populoso, que se situava entre a atual Urbanização de Miraflores e Algés. Este projeto destinava-se ao ensino pré-primário e primário e teve como objetivo não só integrar as crianças cabo-verdianas na escola e na sociedade portuguesas, como também valorizar o seu *background* linguístico-cultural (na linha da pedagogia de Paulo Freire) e, por sua vez, introduzir a LP, com apoio a metodologias de ensino de língua não materna. O segundo projeto (Mateus, 2011), também financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, coordenado pelo Instituto de Linguística Teórica e Computacional/ILTEC, denominado *Bilinguismo, Aprendizagem do Português Língua Segunda* (PL2) foi desenvolvido de 2008 a 2012. Para uma das suas vertentes de atuação foi criada uma Turma Bilingue, de PL2 e LCV, no 1.º CEB do Agrupamento de Escolas do Vale da Amoreira. Os alunos da Turma Bilingue foram acompanhados durante os quatro anos do 1.º Ciclo, com aulas em LCV, lecionadas pela docente Ana Josefa Cardoso, cabo-

⁶ Crioulo Cabo-Verdiano.

⁷ Sobre o Português, como língua de acolhimento, ver Ançã (2005).

verdiana, e aulas em LP pela professora responsável pela turma. Foram trabalhadas as duas línguas em questão, com atividades de desenvolvimento da consciência linguística, assim como atitudes linguísticas positivas face às línguas, tendo contado a experiência com as famílias das crianças e com a comunidade escolar. Considerando o sucesso desta experiência, Ana Josefa Cardoso desenvolve, desde 2013/2014, um estudo semelhante em Cabo Verde (Cardoso & Matias, 2016). A autora enfatiza a ‘desvantagem linguística’ que têm as crianças (cabo-verdianas) que não têm como LM a LP, a única língua oficial nesse país, por enquanto.

Parece evidente que o ‘bem-estar’ na LM e com a LM vai beneficiar a aprendizagem de outras línguas, nomeadamente da LP e que é uma necessidade a valorização da LCV e dos seus falantes em contextos institucionais onde a LP coabite e seja dominante. Do ponto de vista teórico-educativo e concetual, as duas línguas teriam de ser percecionadas em simultâneo e conjuntamente ensinadas nos seus aspetos linguísticos, sociolinguísticos e culturais.

1.2. Trajetos de Cabo-verdianos em Portugal

A história de Cabo Verde sempre se fez de viagens, de regressos, de partidas e trajetos para o exterior, fazendo os movimentos migratórios parte da vida dos cabo-verdianos, muito em particular pelas condições adversas do arquipélago que ocasionaram longos períodos de seca. Esses movimentos para fora eram entendidos como uma inevitabilidade e, simultaneamente, uma oportunidade de melhoria de vida, embora sem perder o “forte sentimento de pátria (a caboverdianidade)”, mas perspetivando o “Mundo inteiro como território da pátria cabo-verdiana” (Grassi, 2007, p.25). A representação da emigração, aliás, está bem patente na literatura e na música cabo-verdianas e a expressão “Ora di Bai”⁸ (hora do adeus, da despedida) pode simbolizar essa(s) partida(s)⁹. Portugal sempre foi um dos países de destino.

Ainda no tempo colonial vieram para Portugal muitos cabo-verdianos; no entanto, é a partir dos anos sessenta do século passado que são mais notórios esses fluxos

⁸ Escrito segundo o ALUPEC/Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-verdiano, alfabeto reconhecido oficialmente pelo governo cabo-verdiano em 2005.

⁹ Recordemos, a este propósito, a morna de despedida (“Hora di bai, hora di dor...” de Eugénio Tavares ou o título da obra de Manuel Ferreira, *Hora di bai*, de 1962, que retoma o primeiro verso desta morna.

migratórios. A geração precedente a esta década apresenta algumas características específicas, dado pertencer a um certo extrato social, com possibilidades económicas para se deslocar para Portugal. Estes cabo-verdianos integraram-se facilmente, acabando por se diluir na sociedade, sendo, portanto, “invisíveis aos olhos da sociedade portuguesa” (Batalha, 2008, p.25). Mesmo após a independência de Cabo Verde, conservaram a cidadania portuguesa e mantiveram-se em Portugal.

A partir dos anos sessenta do século XX, os movimentos migratórios de Cabo Verde para Portugal começaram a intensificar-se, como dito há pouco, podendo os cabo-verdianos ser ‘agrupados’ pelos propósitos da sua vinda: prosseguir estudos superiores ou trabalhar. Assim, do primeiro grupo fazia parte uma elite intelectual que para frequentar a Universidade precisava de sair do seu país, sendo Portugal a escolha mais imediata. É neste âmbito que encontramos Amílcar Cabral, mais tarde herói nacional em Cabo Verde e na Guiné Bissau, e foi aqui em Portugal, com a Casa dos Estudantes do Império, como ‘pano de fundo’, que se organizaram alguns ‘grupos subversivos’ que se consolidaram, posteriormente, em movimentos de independência dos territórios ultramarinos. Do segundo grupo faziam parte os trabalhadores, vindos sobretudo do interior rural da ilha de Santiago, com pouco ou nenhuma instrução, para o setor da construção e das obras públicas (Batalha, 2008; Grassi, 2007; Saint-Maurice, 1997). Estes eram incentivados e apoiados pelo governo português, para compensar a falta de mão de obra causada pela saída de portugueses para a emigração ou para a guerra colonial em África. Instalaram-se em ‘bairros de lata’, posteriormente substituídos por ‘bairros sociais’, ou procuraram bairros degradados, essencialmente nos arredores de Lisboa, Península de Setúbal ou Algarve, vivendo em pequenas comunidades, ou guetos.

A presença de cabo-verdianos, não era, por conseguinte, nova, em Portugal, quando começámos a ouvir falar da imigração. Do ponto de vista do senso comum, a imigração em Portugal só foi apercebida quando chegaram os imigrantes vindos do Leste da Europa, no virar do milénio, designados por ‘ucranianos’, embora esta designação englobasse também falantes de língua(s) românicas(s), como os moldavos ou os romenos.

Em 2004 havia 449.155 cidadãos estrangeiros legalizados em Portugal, com um aumento de 3,11%, em relação ao ano anterior, dos quais 64.164 cabo-verdianos e 66.227 ucranianos. Em 2005, com os primeiros sinais de uma crise, houve um decréscimo da população estrangeira imigrante residente (de -7,27%), recuperada, em parte (1,33%), em

2006 (420.272 cidadãos estrangeiros), com 68.778 cabo-verdianos, mas ainda com uma diminuição de ucranianos residentes nesse ano (44.937)¹⁰. Como se depreende, estas duas comunidades mantiveram-se como as duas primeiras comunidades, falantes de LEs, mais numerosas no país.

Quase dez anos depois, as tendências na imigração apontam para a consolidação da tendência de decréscimo do número de estrangeiros residentes em Portugal, com 388.731 cidadãos com título de residência válido (-1,6%); redução da representatividade da população estrangeira proveniente da CPLP, evidenciando-se as nacionalidades brasileira (com um total de 82.590 cidadãos), cabo-verdiana (38.674) e angolana (17.230). A nacionalidade ucraniana representa a 3.^a nacionalidade estrangeira no país (35.779). Os principais fatores explicativos prendem-se com a aquisição da nacionalidade portuguesa, com a alteração de fluxos migratórios e com o impacto da atual crise económica no mercado laboral (SEF, 2016, pp.12-13).

Na sequência de vários movimentos migratórios de Cabo Verde para Portugal, a comunidade cabo-verdiana continua, como vemos, como uma das comunidades mais importantes e mais antigas. Este destaque de que a comunidade cabo-verdiana deveria ser alvo, deve-se tanto ao elevado número de cabo-verdianos em Portugal, como já referido, como, e sobretudo, ao longo trajeto destes na sociedade portuguesa, principalmente ao longo destes últimos cinquenta anos. Neste contexto, a LCV mantém a toda a sua vitalidade, sendo a LE mais falada no país.

Uma abordagem ecolinguística compreende as relações entre línguas e meio ambiente (Calvet, 1999; Couto, 2009; Hauger, 1972/2001), constituindo o meio ambiente de uma língua a sociedade que a fala (*The true environment of a language is the society that uses it as one of its codes*, Haugen, 2001, p.57). Tendo em conta a vitalidade da LCV, a língua minoritária estrangeira mais usada em Portugal, seria, porventura, o momento de lhe ser concedida alguma atenção em termos de políticas linguísticas.

¹⁰ SEF (s/d).

2. O ESTUDO: CABO-VERDIANOS FACE ÀS LÍNGUAS

O ‘projeto FCT’¹¹, *Aproximações à LP: atitudes e discursos de não nativos residentes em Portugal* (POCI/CED/56110/2004), foi financiado entre 1 de março de 2005 e 30 de setembro 2007, embora as publicações decorrentes do projeto tivessem ultrapassado largamente este período. Na sequência, deparámo-nos com certas vertentes menos aprofundadas, dado que a investigação situando-se na área Ciências da Educação (CED), focalizou-se, sobretudo, no âmbito da didática de línguas e do PLNM, com uma incidência forte naquilo que hoje se identifica com a sociodidática (Rispaill e Blanchet, 2011) ou seja, uma “didática de terreno”, que se constrói com e nos contextos político-sociais envolventes.

Tratou-se de uma investigação de natureza qualitativa, descritiva e interpretativa (Bogdan & Biklen, 1994; Pardal & Soares, 2011): descrever para compreender a realidade social, sem pretensões de generalizações e enfatizando o processo em si. A amostra selecionada é de tipo não probabilístico e intencional (Pardal & Soares, 2011), na qual o investigador conhecendo o universo em estudo, o delimita de acordo com o seu juízo e os seus objetivos.

O projeto em causa teve como alvo três comunidades representativas em Portugal na altura da sua elaboração e cuja representatividade se mantém na atualidade: a cabo-verdiana e a ucraniana, por serem as comunidades estrangeiras mais numerosas¹², e a chinesa, que começava a ‘desenhar-se’ na sociedade portuguesa. Neste espaço só nos vamos deter na comunidade cabo-verdiana e nas funções que as línguas, essencialmente as LCV e a LP, desempenham no seu quotidiano.

2.1. Os sujeitos e as línguas: opções metodológicas e resultados

Para a seleção dos sujeitos, estabelecemos os seguintes critérios: nacionalidade cabo-verdiana e imigrantes de primeira geração; adultos ou jovens adultos (a partir dos 17 anos); aprendentes de Português, ou ex-aprendentes em regime formal ou não formal, tendo sido selecionados 75 cabo-verdianos em Aveiro e distrito, Lisboa e distrito. Para a

¹¹ FCT e POCI 2010, participado pelo fundo comunitário europeu FEDER (Ançã et al., 2005-2007).

¹² A comunidade brasileira, relevante em termos numéricos, não foi considerada por partilhar o Português como LM, embora numa outra modalidade: o Português do Brasil.

recolha de dados, utilizámos um questionário escrito junto destes 75 sujeitos, cujas informações foram complementadas, posteriormente, por entrevistas individuais, a quatro destes. O tratamento dos dados foi feito com recurso aos programas informáticos SPSS, para as respostas fechadas, e NUDIST, para as respostas abertas do questionário e das entrevistas.

Os respondentes ao questionário eram maioritariamente do sexo masculino (61%), com idades compreendidas entre os 17 e os 60 anos (média de 27 anos), a maioria tinha o ensino secundário concluído e frequentava uma licenciatura (55%), o tempo médio de residência em Portugal era de, pelo menos, 6 anos (69%).

Estes sujeitos identificavam como sua LM maioritariamente a LCV (87%), havendo ainda uma pequena franja que identificou tanto a LCV como a LP (12%) como LMs e, em último lugar, a LP, apenas com uma resposta (1,3%)¹³. Os critérios apresentados para a definição de LM basearam-se essencialmente no facto de a LM corresponder à primeira língua e, deste modo, ser o instrumento de comunicação mais usado (32%) pelos próprios e também instrumento de socialização (2,6%), e ainda corresponder à identidade/nascimento (18,7%) e também à família (12%), por conseguinte, critérios identitários, de primazia (primeira língua) e ainda afetivos (raízes, família, nascimento). Como aponta o título do artigo de Hundt (2014), *Home is Where You're Born*, o local de nascimento e a língua a ele associada constituem as primeiras referências na construção identitária.¹⁴ Curiosamente, o critério nacionalidade não foi considerado como essencial (manifestado apenas por 15%), talvez por viverem noutro país e, neste contexto, algumas fronteiras linguísticas poderem ser esbatidas (registamos neste grupo alguns casamentos e ligações com portugueses/portuguesas). A restante percentagem diz respeito a não respostas.

Para identificar as funções que as línguas desempenhavam para estes participantes em situações mais espontâneas ou inconscientes, perguntámos em que línguas sonhavam e em que línguas se zangavam (ver Gráficos 1 e 2).

¹³ Resposta dada por um jovem de 18 anos que frequentava o 9º ano de escolaridade e em cuja casa se falava sobretudo a LCV. Apresentava uma integração difícil em Portugal e tinha uma relação pouco amigável com os portugueses.

¹⁴ O artigo aborda a identidade em movimento (*Negotiating Identity*) de Indianos Fidjis, imigrantes na Nova Zelândia e problematiza o conceito de *home*.

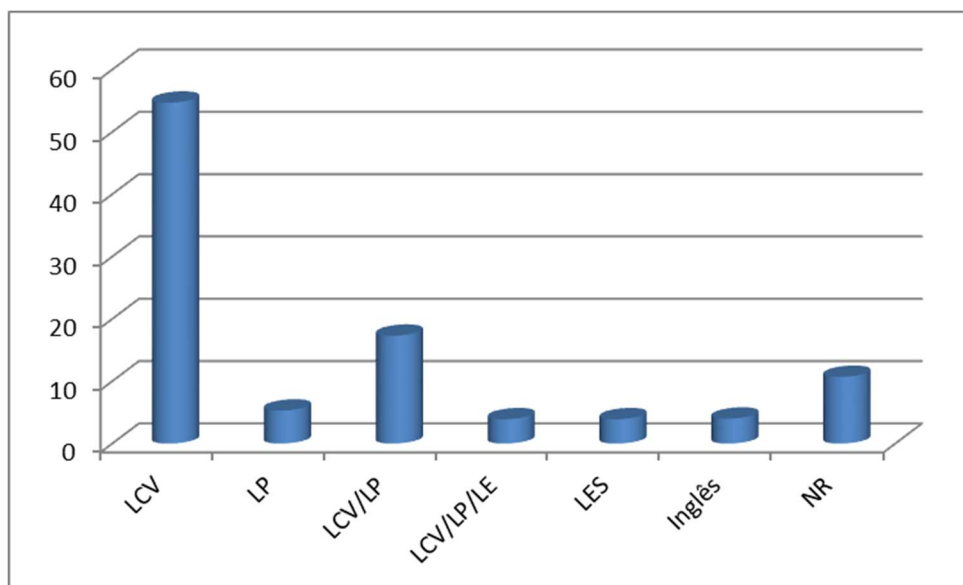


Gráfico 1 – Línguas em que dizem sonhar

Com efeito, em situações menos controláveis, como o sonho e ou a zanga, a LCV aparece com uma dimensão mais acentuada (54,7% no primeiro caso e 56% no segundo) do que em relação a outras línguas, nomeadamente à LP (5,3% no primeiro caso e 6,7% no segundo), o que vem enfatizar o espaço mais profundo que ocupa a LM. No entanto, de registar a possibilidade, em qualquer destas situações, de se utilizarem as duas línguas, como comprovam os cabo-verdianos entrevistados, porque são as línguas em que vivem no quotidiano. A escolha de uma língua ou de outra está relacionado com a origem do interlocutor, como bem sublinham os nossos entrevistados. Desta forma, algumas línguas estrangeiras (LEs) aparecem também nos ‘sonhos’, porque se ligam a contextos profissionais ou académicos; são elas o Francês, Espanhol e Alemão, mas, sobretudo, o Inglês, por isso sonhar nestas línguas é também possível. Quando se zangam não usam o Espanhol nem o Alemão, só o Inglês e o Francês, pelo que os contactos mais próximos serão com falantes destas últimas duas línguas. É provável que os contactos com as línguas espanhola e alemã sejam sobretudo a nível académico e na escrita, como veremos adiante.

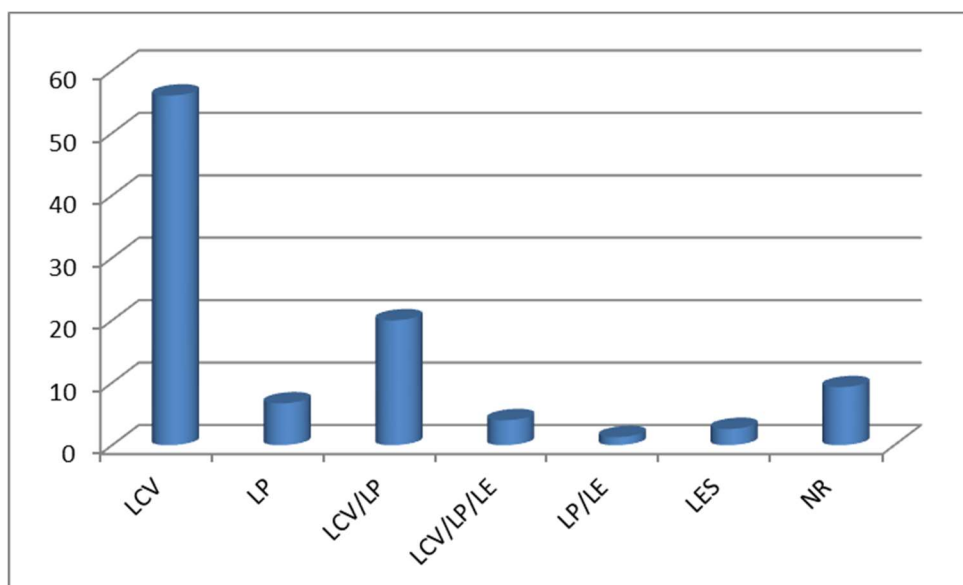


Gráfico 2 – Línguas em que dizem zangar-se

Contudo, nem todos os participantes souberam responder às perguntas colocadas no questionário, relativas às línguas em que sonhavam ou se zangavam, porventura, menos objetivas, tendo sido as não-respostas (NR), como mostram os dois gráficos, da ordem dos 10%.

Numa outra questão, ainda no âmbito das funções das línguas, perguntámos que utilização e repartição faziam das línguas no quotidiano, mais especificamente: *que língua(s)? com quem é/são falada(s)? em que situações?* As respostas vêm evidenciar os resultados já obtidos nas questões anteriores sobre as línguas em que sonhavam e se zangavam: *grosso modo*, a LCV surge nas situações mais informais e não controladas, e a LP ligada a contextos mais formais, académicos e profissionais.

Numa leitura mais aprofundada, as línguas portuguesa e cabo-verdiana surgem no dia a dia de quase todos (96%), ou seja, só quatro sujeitos não referem este par de línguas. Nestes quatro casos, a LCV não é mencionada, nem tão pouco o contexto familiar onde é falada, – as respostas baseiam-se apenas em utilizações mais formais das línguas, talvez por ter havido um entendimento parcial do solicitado, ou, propositadamente, para demonstrar que ‘a LCV não desempenha um papel relevante em situações socialmente consideradas’. Nestes quatro casos surge o par LP e língua inglesa (3 ocorrências) ou unicamente a LP (1 ocorrência). O par LP e Inglês tem uma utilização (quase) diária e

praticamente nos mesmos contextos formais (professores, colegas, nos espaços da faculdade/instituição, aulas, leituras); no entanto, a língua inglesa vai cobrir ainda alguns contextos menos formais, quer presenciais (convívio, “contacto social”), quer virtualmente, em redes sociais (internet e chat). No caso em que apenas é referida a LP, ela tem uma utilização diária, em “ambiente escolar”, com colegas. Pressupõe-se, então, que faltam os espaços informais e familiares, aqui esquecidos ou omitidos. Nas entrevistas, tivemos, de algum modo, uma postura que pode ir ao encontro desta omissão das funções da LCV. Em três dos nossos quatro entrevistados, três estudantes universitários (dois deles trabalhadores-estudantes), a LCV era entendida como prejudicial à aprendizagem da LP, pelas “interferências” que dificultavam a escrita, em particular a ortografia e a sintaxe.

Regressando ao questionário e à utilização das línguas no quotidiano, os restantes 71 cabo-verdianos são bem explícitos quanto à repartição dos espaços privados e públicos. Os primeiros são representados pela LCV, utilizada com amigos, família/parentes/pais/irmãos/filhos, colegas cabo-verdianos, em encontros de amigos, “encontros informais”, “em casa”, “em todas as situações do dia a dia”. Os espaços públicos são repartidos entre a LP sobretudo, e o Inglês numa menor escala (16%). A LP é usada em contextos socioprofissionais e académicos, com o patrão, funcionários, “colegas e conhecidos”, professor(es), “colegas e amigos da CPLP” (2 registos), “alguém que a fale”, “pessoas que não compreendem o Crioulo”, enquanto o Inglês, com estrangeiros, colegas (Erasmus...), em leituras académicas, mas também nas redes sociais. São ainda usadas ocasionalmente o Francês (4 ocorrências), com colegas Erasmus, familiares e amigos imigrantes em França, e ainda assinaladas outras duas LEs (1 registo cada): o Alemão e o Italiano, falados em ambiente escolar, com colegas estrangeiros. Como única exceção no delimitar de espaços públicos e privados, um dos cabo-verdianos diz falar em LP com o filho.

Na linha da opção pela LP, língua do país de acolhimento, como meio de comunicação com os filhos, com o propósito de promover uma familiarização com a língua de ‘promoção social’, encontra-se a nossa quarta entrevistada, M., que diz usar em casa a LP com o filho para que ele não tenha as mesmas dificuldades em Português que ela teve. No entanto, como vai afirmando, ao longo da entrevista, sente-se pouco à vontade nesta língua, mesmo já tendo mais de 10 anos em Portugal. No início da sua vinda raramente compreendia o que lhe diziam, nas lojas, no supermercado ou nas casas onde fez limpezas. Como vive e trabalha em bairros onde predominam os cabo-verdianos, a língua do dia a

dia para falar “com amigos, vizinhas e colegas” é a LCV, só usando a LP “com alguns pais”, na escola onde, na altura da entrevista, era auxiliar de educação. Dado que a escola se situa na Cova da Moura, a probabilidade de falar Português é reduzida. Contudo, a opção de M. pela LP como língua familiar, não considerando o seu fraco domínio linguístico, como sublinha em vários momentos da entrevista, parece ser mais retórico do que real, ou será apenas uma opção pelo que julga ser o politicamente correto responder? Na verdade, M., ao falar da sua LM e da sua terra-natal, Cabo Verde, transforma-se, deixando de lado a sua faceta menos luminosa e o seu lado mais sombrio, ou seja, a LP, o percurso escolar sem êxito em Cabo Verde, a emigração, Portugal, a sociedade portuguesa. Como ela reconhece, falar Crioulo:

78. M: É ser cabo-verdiana

(...)

80. M: É ser badia¹⁵

(...)

82. M: A alegria/bem-estar é// sei lá/ é muita coisa/ é infância é/adolescência/ os amigos

(...)

86. M: [memórias] da terra/ é saudade (Ançã, 2013)

Não podemos esquecer que a importância da LP é sublinhada pelos respondentes ao questionário, mas sobretudo pelos nossos quatro cabo-verdianos entrevistados: a LP é a língua de acesso aos “bons empregos” quer em Portugal quer em Cabo Verde e ainda é uma ponte para os outros países de LP, em particular o Brasil.

Sintetizando, há, de facto, incidências distintas entre a LP e a LCV: a LCV é o espaço da afirmação da identidade, do lúdico e da memória, enquanto a LP se apresenta como um espaço mais formal, ‘em conquista permanente’, tanto pelas competências linguísticas a desenvolver, como também pelos benefícios socioprofissionais que confere: abertura ao mercado de trabalho em Portugal, Cabo Verde e, porventura, noutros países da CPLP.

¹⁵ Natural da ilha de Santiago.

COMENTÁRIOS FINAIS/INTERROGAÇÕES FINAIS

A importância da(s) comunidade(s) cabo-verdiana(s), já defendida ao longo do texto, deve-se, não só a fatores demográficos (apesar de não poderem ser contabilizados os que adquiriram, entretanto, a nacionalidade portuguesa) no país, mas, sobretudo, por fazer(em) parte da história da imigração em Portugal. Mesmo nos anos mais críticos, mantiveram-se em território nacional, ao contrário de outros estrangeiros que abandonaram o país a partir de 2005 (este decréscimo de estrangeiros em Portugal continua). Como afirmam Rebelo et al. (2009), afirmação com a qual nos identificamos plenamente, constituem, portanto, um grupo de referência.

Desta forma, emergem algumas questões que nos parecem inadiáveis e que procuram uma resposta:

- Que políticas linguísticas para as línguas estrangeiras minoritárias, em Portugal, neste caso, para a LCV?
- Como preservar esta língua/cultura em território português, tendo em conta o longo e histórico percurso que os cabo-verdianos têm na sociedade portuguesa e a larga dimensão da(s) sua(s) comunidade(s)?
- Como atuar em contexto pedagógico, para além de manifestações/curiosidades pontuais, mais ou menos folclóricas?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ançã, M. H. (2005). Comentário da conferência “O ensino /aprendizagem de uma língua a falantes de outras línguas”, de Maria José Grosso. *Palavras*, 27, 37-39.
- Ançã, M.H. (2013). Língua Portuguesa: percursos, aprendizagem e integração – na voz de três estrangeiras em Portugal. *Anais do IV Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa/SIMELP* (pp. 1192-1198). Brasil, Goiânia: Faculdade de Letras da Universidade de Goiás, 02-05 de julho.
http://www.simelp.letras.ufg.br/anais/simposio_25.pdf.
- Ançã, M.H. et al. (2005-2007). *Aproximações à LP: atitudes e discursos de não nativos residentes em Portugal* (POCI/CED/56110/2004). Projeto aprovado pela FCT/Fundação para a Ciência e Tecnologia, POCI 2010, participado pelo Fundo Comunitário Europeu FEDER. Aveiro: Universidade de Aveiro.

- Batalha, L. (2008). Cabo-verdianos em Portugal: “comunidade” e identidade. In P. Góis (org). *Comunidade(s) cabo-verdiana(s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana* (pp. 25-36). Lisboa: ACIDI.
http://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/179693/2_comunidades_cabo_verdianas.pdf/73c157cf-8842-43cf-9dfe-356f880014ac, acesso em 5 junho 2016.
- Bogdan, R. & Biklen, S. K. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.
- Cardoso, A. J.& Matias, A. R. (2016). Educação Bilingue (português - cabo-verdiano): políticas linguísticas e educativas de Portugal a Cabo Verde. Resumo da Comunicação a apresentar ao *Congresso Internacional Cooperação e Educação (III COOPEDU), Cidadania Global*, 27-29 junho. Lisboa: ISCTE-IUL.
<http://cei.iscte-iul.pt/coopedu/educacao-bilingue-portugues-cabo-verdiano-politicas-linguisticas-e-educativas-de-portugal-a-cabo-verde/>, acesso a 25 junho 2016.
- Couto, H. do (2009). Língua e meio ambiente. *Rev. Estudos da Linguagem* (Belo Horizonte), 17(1), 143-178.
- Dabène, L. (1994). *Repères Sociolinguistiques pour l'Enseignement des Langues*. Paris: Hachette.
- Grassi, M. (2007). Cabo Verde pelo Mundo: o género na diáspora cabo-verdiana. In M. Grassi & I. Évora (orgs), *Género e Migrações Cabo-Verdianas* (pp.23-61). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Hundt, M. (2014). Home is Where You're Born: Negotiating Identity in the Diaspora. *Studia Neophilologica*, 88(2), 125-137.
<http://dx.doi.org/10.1080/00393274.2014.959292/>, acesso em 19 março 2015
- Litwinoff, R. (1992). Projecto Piloto de Educação Bilingue e Bicultural no Ensino Pré-Primário e Primário – Pedreira dos Húngaros. In A. Simões et al. (Org.), *Documentos do encontro “A Comunidade Africana em Portugal”* (pp.71-73). Lisboa: Colibri.
- Mateus, M. H. M. (2011). Diversidade Linguística na Escola Portuguesa. *Revista Lusófona de Educação*, 18, 13-24.
- Pardal, L. & Lopes, E. (2011). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Porto: Areal Editora.
- Perdigão, R. (2006). *O aluno cabo-verdiano do 1º Ciclo e a aprendizagem do Português – o papel da consciência metalinguística na relação sujeito-língua (cabo-verdiana e portuguesa)*. Dissertação de Mestrado em Didática de Línguas/PLNM (orientação de M.H. Ançã). Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Rassul, N. (2006). *A interpretação do erro e consciência metalinguística – um estudo com alunos de origem cabo-verdiana*. Dissertação de Mestrado em Didática de Línguas/PLNM (orientação de M.H. Ançã). Aveiro: Universidade de Aveiro.

- Rebelo, J.R; Mendes, M.F.; Rego, C. & Magalhães, M.G. (2009). Imigrantes cabo-verdianos em Portugal: integração e sua percepção em relação aos portugueses. *Actas do 2º Congresso Lusófono de Ciência Regional/15º Congresso da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional* (pp.3457-3482).
http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0881_ed.pdf, acesso em 7 junho 2016.
- Rispail, M. & Blanchet, Ph.(2011). Principes transversaux pour une sociodidactique dite “de terrain”. In Ph. Blanchet & Chardenet, P. (Dir.), *Guide pour la recherche en didactique des langues et des cultures. Approches contextualisées* (pp. 65-69). Paris: Éditions des archives contemporaines.
- Saint-Maurice, A. (1997). *Identidades reconstruídas. Cabo-verdianos em Portugal*. Oeiras: Celta Editores.
- SEF/Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (s/d). *Relatório de Actividades 2007, Imigração, Fronteiras e Asilo*. http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2007.pdf, acesso em 25 junho 2016.
- SEF/Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2016). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2015*. http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2015.pdf, acesso em 25 junho 2016.

**A NATUREZA ADJUVANTE OU Oponente DAS LÍNGUAS FRANCAS
NA SUSTENTABILIDADE DAS LÍNGUAS MINORITÁRIAS**

Maria Teresa Roberto

A NATUREZA ADJUVANTE OU Oponente DAS LÍNGUAS FRANCAS NA SUSTENTABILIDADE DAS LÍNGUAS MINORITÁRIAS

Maria Teresa Roberto

(CLLC/DLC, Universidade de Aveiro)

Resumo

O pluralismo linguístico e cultural é muito mais do que a mera coexistência de várias línguas num dado local. Na visão Ecolinguística, as línguas lutam por território comunicativo, vivificando-se com o seu próprio uso e consequente desenvolvimento já que a ausência de movimento e crescimento é indicativo de estase, de morte. Sendo o território das línguas sempre o mesmo e o ambiente social e cultural que comporta o seu substrato de produção limitado, se algumas destas línguas se agigantam, será natural que interfiram com o desenvolvimento das mais débeis e ponham em perigo a sua sustentabilidade. Segundo Haugen (1972) e Garner (2004), as comunidades são o substrato das línguas mas, em muitos casos, o conceito de comunidade linguística não é consentâneo com delimitações territoriais ou mesmo culturais. É essencial que haja livre circulação de valores transculturais e que a negociação de identidades e a transposição (ou invenção) de significados não sejam limitadas por fronteiras, por vicissitudes linguísticas ou políticas ou mesmo por circunstâncias socioeconómicas.

As línguas francas são elementos-chave da dinâmica linguística, já que servem propósitos comunicacionais não circunscritos a um dado território geográfico ou cultural. No entanto, existe uma ambivalência no seu estatuto face às línguas com que coexistem. Por vezes, estas contribuem para a sua sobrevivência e expansão, já que resolvem necessidades comunicacionais quotidianas, permitindo que as comunidades consigam controlar melhor a sua existência. As línguas francas têm um papel crucial na empregabilidade, na mobilidade internacional, no acesso à informação e, em alguns casos, como língua de ligação politicamente descomprometida. Todavia, em outros casos, a língua franca, qual planta invasiva que esgota o substrato o húmus comum, debilita a língua minoritária e compromete o seu futuro. As circunstâncias de coabitação e as interdependências existentes concorrem para estabelecer estas diferenças, já que os problemas das línguas minoritárias não se prendem apenas com o simples contacto mas com a forma e intensidade do contacto estabelecido com a língua franca.

Este artigo delimita e descreve o conceito de língua franca, partindo de Crystal (2003), Graddol (2006), e Phillipson & Skutnabb-Kangas (2015) e procura explorar o seu funcionamento em contextos plurilingues, ao analisar casos pontuais do funcionamento de duas línguas francas: a língua portuguesa e a língua inglesa. Compara situações diversas de coabitação de estas línguas com línguas minoritárias, questionando as (inter)dependências existentes e o papel adjuvante ou oponente que cada língua franca pode ter, nestes contextos, face ao habitat gerado nas respectivas comunidades por vetores de

sustentabilidade e crescimento como: políticas linguísticas, socio-economia linguística, difusão cultural e afetiva das línguas, entre outros.

Com base numa visão descritivo-analítica e pegando nos exemplos estudados (Angola e Moçambique) procurar-se-á apurar as circunstâncias culturais, sociais, económicas, políticas e outras que levam ao entendimento da participação da língua franca como adjuvante ou oponente numa dada comunidade.

Palavras-chave: língua franca, ecolinguismo, sustentabilidade linguística, domínio linguístico, diversidade, plurilinguismo.

Lingua francas as adjuvants and opponents in the sustainability of minority languages

Abstract

Linguistic and cultural plurality is much more than the co-existence of various languages in the same place. Ecolinguistically, languages vie for communicative territory and are invigorated by their own use and subsequent development, as the absence of movement and growth is indicative of stasis, of death. Taken that a linguistic territory is always the same and that the social and cultural substratum that supports its growth is of limited production, one can assume that if some of its languages become giants, this will interfere with the development of the weaker ones and will endanger their sustainability. According to Haugen (1972) and Garner (2004), communities are this language substratum but, in many cases, the concept of linguistic community does not coincide with territorial or even cultural boundaries. Unimpeded movement of cross-cultural values is essential and the negotiation of identities and transposition (or invention) of meanings cannot be limited by borders, linguistic or political vicissitudes, or even by socio-economic circumstances.

The lingua francas are key elements of linguistic dynamics, since they serve communication purposes that are not limited to a specific geographical or cultural territory, however, there is ambivalence in their status with regard to the languages with which they coexist. Sometimes, they contribute to their survival and expansion, as they solve everyday communication needs, allowing communities to control their existence more effectively. Lingua francas play a crucial role in employability, international mobility, access to information and, in some cases, are a politically nonaligned unifying language. However, in other cases, the lingua franca weakens the minority languages and compromises their future. The cohabitation circumstances of these languages and their interdependencies contribute to establish these differences, since the problems of minority languages do not relate only to the existence of contact but with the form and intensity of the contact established with the lingua franca.

This paper delimits and describes the concept of lingua franca, departing from Crystal (2003), Graddol (2006), and Phillipson & Skutnabb-Kangas (2015) and seeks to explore how it works in multilingual contexts, by analysing specific cases in the functioning of two languages: Portuguese and English. It compares various cohabitation situations of these languages with minority languages, questioning existing (inter)dependencies and the adjuvant or opponent roles they may have in these contexts, within the habitat generated by the respective communities, by questioning certain criteria of sustainability and growth such as: language policies, linguistic socio-economy, cultural and affective dissemination of languages, among others.

Using a descriptive-analytic focus on the examples that were studied (Angola and Mozambique) this paper seeks to determine the cultural, social, economic and political circumstances that lead to understating that a given lingua franca has the role of adjuvant or opponent in a given community.

Keywords: lingua franca, Ecolinguistics, linguistic sustainability, language domain, diversity, multilingualism.

INTRODUÇÃO

Partindo da ideia que a metáfora de base da Ecolinguística é útil para este estudo, gostaria de trazer à discussão pressupostos que sustentam a sua filosofia como área de conhecimento e, ao mesmo tempo, dar conta do posicionamento deste artigo. Assim:

1. As línguas naturais humanas são:
 - a. entidades vivas;
 - b. portadoras do reportório cultural e vivencial dos povos que as usam;
 - c. permeáveis a influências culturais, linguísticas e ideológicas.
2. Os contextos multilíngues são:
 - a. positivos, por permitirem representação variada da sociedade e do meio;
 - b. facilitadores da construção translinguística;
 - c. geradores de diversidade e riqueza cultural;
 - d. merecedores do esforço coletivo para a sua manutenção.

Existem pelo menos três perspectivas diferentes face ao desaparecimento de uma língua Haugan (1972) e (Cristal (2003):

A Primeira perspectiva é de que não tem significado assinalável, já que é um fenómeno natural que uma língua, tal como uma espécie, acabe por perecer, face a uma língua mais bem preparada para vingar; uma teoria evolucionista extrema e redutora. Esta perspectiva sustenta que várias línguas já desapareceram no passado, algumas ainda deixando registo escrito mas muitas esfumaram-se da memória coletiva e não veio grande mal ao mundo por isso.

A segunda perspectiva é de que o desaparecimento de uma língua é lamentável mas que não há nada de substancial que se possa nem que se deva fazer para travar o processo, já que este resulta duma ação da comunidade; do seu uso de uma outra língua que não a sua língua nativa. Não existem vazios linguísticos e se essa comunidade escolheu usar outra língua é porque lhe traz benefícios. Outro argumento patenteado por esta perspectiva é de que a comunicação intercomunitária beneficiará se houver um número mais reduzido de línguas, visto que os meios usados na formação em diversas línguas poderão ser canalizados mais proveitosamente para uma língua apenas, que sirva várias comunidades.

A Terceira perspectiva é de que o desaparecimento de uma língua é uma perda importante, já que é a herança linguística de uma comunidade minoritária que se dissipa e vai com ela uma perspectiva do mundo e da experiência, uma cultura, uma identidade. Quando uma comunidade perde a sua língua perde também a sua posição diferenciada perante as que a circundam geográfica, linguística e culturalmente. Para além disto, existem estudos que comprovam (Fishman 1991, 1997 e Sutherland 2003) que as comunidades minoritárias desenvolvem um laço forte entre diversidade cultural e diversidade biológica, por terem uma relação mais estreita com o seu habitat natural. Quando morre a língua que expressa essa relação é porque valores exteriores aos interesses desse laço se estão a estabelecer e toda a ecologia local se está a alterar. Vejamos as comunidades minoritárias da América do Sul, de África e da Austrália, por exemplo.

Este artigo perfilha a Terceira perspectiva, visto ser esta a que considera o ser humano enquanto elemento primordial na comunidade, respeitando a sua herança e mundividência e valorizando, segundo Garner (2004), “a multiplicity of ways of being human”. A perda de uma língua não se resume à perda de modos interessantes de vestir, alimentos, lendas ou artefactos; é muito mais do que isto, inclui também formas diferentes de fazer sentido do mundo e da vida humana.

LÍNGUAS FRANCAS

Em comunidades multilingues e perante a realidade quotidiana de fazer face à comunicação que sustenta a vida, as línguas francas desempenham um papel essencial. O conceito de Língua Franca nasce originalmente de uma língua composta por elementos das

línguas árabe, francesa, turca, espanhola, e grega e era usada nos portos do Mediterrâneo para fins comerciais (Fill, 2000).

Agora, uma língua franca é uma língua que é utilizada habitualmente por pessoas cuja língua materna é diferente, de modo a facilitar a comunicação. Esta função utilitária parece ser a característica definidora mais marcante do conceito, já que outras línguas usadas no passado tiveram, também, uma motivação mercantil, embora outras, como o latim, tenham apoiado a comunicação em múltiplos domínios.

Existem sete línguas com estatuto de línguas francas cujos falantes perfazem 75% da totalidade dos falantes a nível mundial. No mapa que se apresenta a seguir podemos ver a distribuição das sete línguas mais faladas no mundo, nos países que as falam como línguas maternas e línguas oficiais – onde língua oficial pode também coincidir com língua franca.

Línguas Francas do Mundo

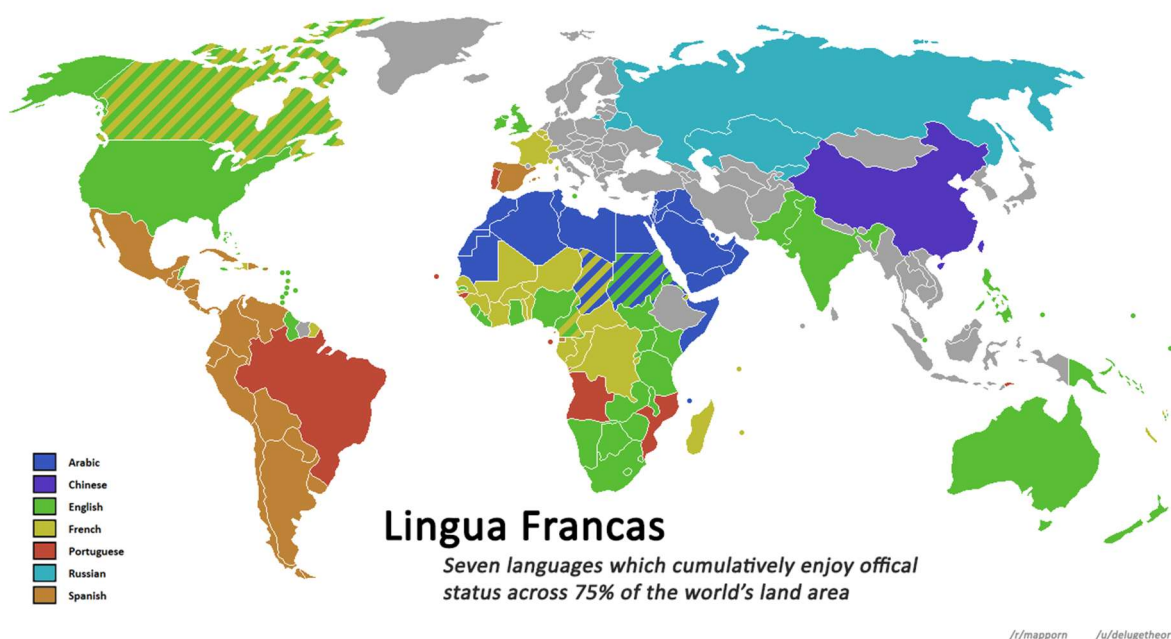


Figura 1 – Quadro das Línguas Francas a nível mundial (i.imgur.com)

Nas comunidades multilíngues, as línguas francas começam por ser usadas em contextos restritos, o que as torna, por vezes, confundíveis com o conceito de língua oficial. As línguas segundas, enquanto línguas oficiais, servem as atividades legislativas, executivas e judiciais de um estado ou território soberano e podem tornar-se línguas francas mas não o são à partida. Todavia, embora as línguas oficiais tenham uma sanção

externa, politicamente motivada, a língua franca, na sua essência, é uma língua de adesão comunitária (Fill, 2000, 2002) e (Garner, 2004). Em contexto de estudo linguístico tende-se a não esclarecer que a adesão a uma língua franca só é perceptível quando já está em processo de implantação ou depois da sua implantação plena. Isto contraria a ideia de que uma dada comunidade escolhe sempre, conscientemente, esta ou aquela língua franca e que essa escolha configura um plano de ação coletivo de repulsa da língua autóctone e adesão a uma outra.

É um processo gradual e discreto que pode ser iniciado no contexto da oficialização da língua mas a adesão à língua franca tem que ter uma mobilização volitiva individual. A soma das escolhas individuais, coletivamente contabilizadas, é que pode indicar se esta ou aquela comunidade adere a determinada língua franca.

Uma língua utilizada em contextos sociais limitados (como língua franca) normalmente sofre uma certa simplificação estrutural e caracteriza-se por variação causada pela forte interferência da língua autóctone dos falantes (Haugen, 1972) e (Fill, 2000). A simplificação, no que ao uso da língua franca diz respeito, é a diminuição de uso de casos irregulares, como formas irregulares de verbos, concordância, género gramatical e a evitação de certas estruturas sintáticas complexas e complexidade semântica.

A língua franca é usada em determinados contextos comunicativos apenas; os que constituem atos de natureza pragmática mas menos nos contextos de índole doméstica, de sociabilização ou afetiva. Este estreitamento de domínio de aplicação significa que certos elementos da língua, vocabulário, estruturas gramaticais e usos estilísticos estarão ausentes do uso dos falantes não-nativos da língua franca. Podemos, assim, afirmar que ao usar-se a língua franca em contextos comunicativos limitados, esta acaba por sofrer uma redução estrutural, lexical e estilística também por esta via, na localidade em questão.

Mufwene (2006) fala da “atrofia” da língua autóctone quando os falantes, coletivamente, começam a relegá-la para um plano subalterno de utilização ou se as gerações mais jovens deixam de a usar. Não é um processo consciente mas, num contexto multilíngue, o falante é levado a usar, de entre o seu reportório linguístico, a língua que se adequa à situação comunicativa em curso, mediante os condicionalismos que enfrenta. Raramente se pode considerar que seja uma escolha completamente livre; o contexto, o hábito, os outros falantes, as pressões de grupo e a valorização de que cada língua goza em cada contexto concorrem para estabelecer determinada língua nesse mesmo contexto. Um

jovem pode, durante um dia, fazer uso de várias línguas e em vários registos: na escola, usa a língua oficial, que pode ser, ou não, a língua autóctone; no mercado, na loja ou com a sua família, usa a língua autóctone; entre os seus pares ou na rua, usa a língua de identificação de grupo, que frequentemente é a língua franca. Em comunicação em grupo, cada contexto comunicativo sinaliza, mobiliza e usa a língua cooptada pelo conjunto dos falantes.

As motivações para o uso de uma língua franca vão desde as puramente pragmáticas, que se situam na base da escala de necessidades, até aos condicionalismos afetivos, de ordem superior:

1. permitir a resolução de problemas administrativos;
2. encontrar um emprego,
3. facilitar a mobilidade nacional e internacional, por motivos de trabalho ou de lazer,
4. ter acesso a maior volume de informação,
5. alargar redes de contacto,
6. pertencer a uma comunidade de falantes de uma língua de prestígio,
7. renegar uma comunidade que pode representar valores de menor atualidade e influência.

Em relação ao último ponto, gostaria de apresentar uma citação de Mufwene que afirma não serem as Línguas que matam outras línguas mas os potenciais falantes das línguas autóctones que as matam, ao afastarem-se destas para outras que pensam trazer-lhes mais vantagens. “Thus languages do not kill languages; their would-be speakers kill them, by shifting away from them to others that they find more advantageous.” Mufwene (2006, 5)

Assim, não podemos falar apenas de imposição por parte da língua franca, já que o uso geral de uma língua franca advém de um processo consolidado e interligado de coação (vinda do exterior) e consentimento (de cada falante), mas podemos questionar as políticas e as condições proporcionadas à língua autóctone e qual a sua relação com a língua franca.

Crítérios para aferir se a língua franca é adjuvante ou oponente (Phillipson 2008, 2012) - aumentados e ajustados a este estudo:

- Quais são as políticas e práticas dos governos ao nível local e nacional?
- Existe reforço/enfraquecimento da ecologia linguística local e nacional?
- A língua franca serve as necessidades da comunidade local ou serve apenas para a submeter ao interesse nacional?
- A língua franca é aprendida em vez da língua autóctone ou para além desta?
- Em que língua é que são concretizados os direitos à informação e à cidadania?
- Existe uma expropriação do capital linguístico e cultural local?

No âmbito deste artigo, não nos será possível responder a todas estas questões em relação aos casos focados, mas convém que as consideremos nas reflexões que propomos.

A LÍNGUA PORTUGUESA COMO LÍNGUA FRANCA

No caso das ex-colónias portuguesas em África, as comunidades multilingues sofreram extensa destruição do seu habitat, como resultado de ataques diretos e de mudanças na sua ecologia linguística, social, económica e política. Nestes casos, as causas para as alterações linguísticas foram, em grande parte, ativas; ações militares, políticas e de constrangimento económico, entre outras, mas também por via de condições mais passivas, como falhas na implementação de políticas justas e sustentadoras do multilinguismo local.

Temos, no entanto, que considerar que a destruição de habitats ecolinguísticos, no geral, não decorre exclusivamente de fatores externos e que as alterações nas práticas linguísticas, surtidas pelos falantes, acompanham as transformações físicas (Redner, 2004). Como todas as mudanças sociais, as alterações linguísticas são processos complexos e as migrações linguísticas são ocorrências frequentes, envolvendo o abandono, na totalidade ou em parte, de uma língua por outra, sem que haja necessidade de implementar qualquer mecanismo explícito de substituição.

As desigualdades nos processos de modernização que ocorreram, especialmente, nas últimas sete décadas, com a alteração do tecido produtivo e a deslocalização das povoações, levaram a perdas ou ganhos de prestígio em diferentes línguas nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), bem como a perda ou ganho de valor de

uso envolvendo grandes mudanças nos padrões de comportamento linguístico. Os ajustamentos linguísticos nos PALOP têm sido turbulentos e lentos e nem sempre se providenciaram as condições para a defesa das línguas autóctones.

Temos, todavia, que referir que, nos PALOP, partiu-se de um patamar de ostracismo formal das línguas autóctones e das políticas de imposição da língua portuguesa, durante o tempo colonial.

Norton de Matos, no Decreto nº 77¹ de 9 de Dezembro de 1921, determina o seguinte:

“Art. 2º - Não é permitido ensinar, nas escolas das missões, línguas indígenas;

Art. 3º - O uso da língua indígena só é permitido, em linguagem falada, na catequese;

1. É vedado, na catequese das missões, nas suas escolas e em quaisquer relações com os indígenas, o emprego das línguas indígenas por escrito.

Art. 4º - As disposições dos dois artigos antecedentes não impedem os trabalhos linguísticos ou quaisquer outros de investigação científica, reservando-se, porém, o Governo o direito de proibir a sua circulação quando, mediante inquérito administrativo, se reconhecer que ela pode prejudicar a ordem pública e a liberdade ou a segurança dos cidadãos e das populações indígenas”.

Citando Silva (2015: 32), referindo a política linguística propagada a partir da lei de Norton de Matos, “Esta política foi aplicada na África “Portuguesa”, com o argumento de que as línguas africanas constituíam, ... uma “ameaça” à Unidade Nacional Portuguesa e da Nação, e porque “as mesmas não continham palavras que, de longe, exprimissem as ideias básicas do Cristianismo”. Podemos confirmar que no momento de aceitação da língua portuguesa como língua oficial, a ecologia linguística das ex-colónias portuguesas testemunhava uma desigualdade considerável no uso e na aceitação das línguas autóctones.

Entendendo-se que em Angola existem mais de trinta línguas autóctones e, de entre estas, onze têm o estatuto de línguas nacionais, o que sabemos sobre ecologia linguística e a sustentabilidade das línguas leva-nos a considerar o futuro de algumas das línguas autóctones não-nacionais como sendo de grande fragilidade. Com as migrações, a nível nacional, para as cidades, os meios rurais e por consequência as línguas aqui usadas, perdem falantes, enfraquecendo ainda mais.

¹ Norton de Matos foi Governador-geral de Angola (1913-1914) e Alto Comissário da República em Angola (1921-1923). Fonte <http://www.argnet.pt/portal/discursos/julho05.html> Portal da História

As onze línguas nacionais (Línguas Angolanas de Origem Africana) têm entre a população um estatuto diferenciado; algumas, gozando de maior prestígio e melhores recursos, como o Kimbundo – língua falada na região de Luanda; ou Umbundo - falada nas províncias de Benguela e do Huambo. Outras têm poucos falantes e poucos recursos escritos e a sua influência acaba por ser apenas regional. Existe, no entanto, pressão política para que todas sejam tratadas, no plano formal, com equidade. As políticas atualmente em fase de discussão, segundo Silva (2015), pretendem reforçar o uso das línguas nacionais no ensino, nos serviços públicos e nos meios de comunicação.

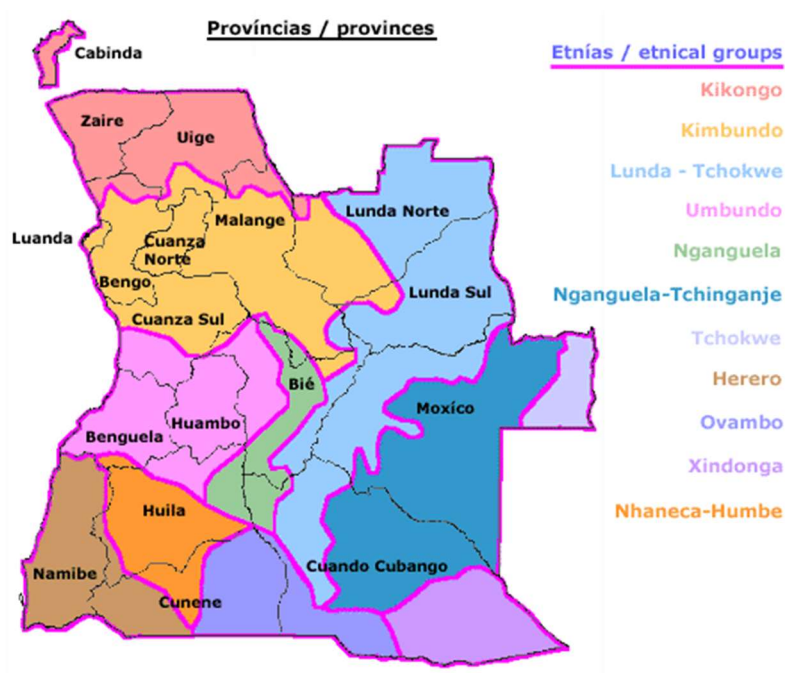


Figura 2 – Quadro das Províncias de Angola e das Línguas Nacionais (Silva 2015)

A língua portuguesa, como língua oficial (de escolaridade, das instituições públicas e privadas, das atividades comerciais formais e da maior parte da literatura) e como língua franca, tem uma posição especial em Angola. É a língua que agrega, segundo Silva (2015), as três funções que as outras línguas, individualmente, não têm: a função comunicativa, assegurando a intercompreensão entre as comunidades de línguas maternas diferentes; a função democratizadora, como língua com um estatuto de neutralidade política que ajuda a fomentar o espírito de democracia; a função identificadora - embora as línguas autóctones desempenhem esta função de forma parcelar, a nível nacional, a língua portuguesa desempenha essa função fora do contexto nacional.

A predisposição das populações para a língua portuguesa como língua franca, no caso de Angola, advém de processos políticos históricos de imposição (os fatores externos que descrevemos acima), como as políticas de Norton de Matos, o ato de tornar a língua portuguesa a língua oficial aquando da independência do País, a difusão da língua nas atividades de guerra, mas também de fatores internos de adesão. Estes fatores internos advém da perceção de prestígio de que a língua goza, já que as elites angolanas falam português e esta língua representa promoção económica e social.

Todavia, identificam-se realidades linguísticas diversas em Angola; não são estanques, visto existir, por força da migração física e linguística dos povos dentro do próprio país e de um esforço para a implantação de políticas de ensino das línguas autóctones, uma alteração constante das realidades.

A diferença mais importante aqui, tal como em qualquer outro país, é entre as cidades e o extenso mundo rural. Nas cidades atuam as opções políticas de ensino apenas da língua portuguesa como língua oficial, o que faz com que as línguas autóctones não tenham uma representação no ensino de alguns jovens, já nascidos nas cidades, e que já falam apenas português como língua materna.

No mundo rural, embora a língua portuguesa seja ensinada formalmente, subsistem as línguas locais, pelo menos em registos orais, mas a ausência de políticas consistentes de ensino destas línguas leva a perdas na sua funcionalidade. Importaram-se instituições e conceitos novos para o quotidiano das pessoas, como tribunais formais, centros de saúde, vacinação e laboratórios, mas os termos, as formas discursivas para as populações comunicarem nestes e noutros contextos não foram atualizadas nas línguas locais. Assiste-se, assim, a um processo de obsolescência das línguas locais, porque são usadas em contextos comunicativos limitados. A língua local servirá para falar sobre a realidade doméstica e social mas não servirá para o mundo da administração, da justiça, da saúde e da educação, em todos os domínios necessários à melhoria da vida das populações. Estas populações são vítimas de processos linguísticos que despromovem as suas línguas, não porque tenha havido da sua parte qualquer rejeição das línguas autóctones mas porque a ecologia linguística gerada por via das políticas linguísticas ou pela sua ausência não lhes proporciona sustentabilidade.

Mufwene refere, sobre a morte de línguas partindo de alterações ecológicas, que:

“Languages die gradually and inconspicuously as a consequence of the communicative practices of the relevant population, in ecologies where the speakers themselves can be considered as victims, as they themselves have adapted to change. We cannot just encourage them to maintain their ancestral languages even if only as home varieties without providing the ecologies that can support our prescriptions.” (Mufwene 2002:42)

Os meios de comunicação televisiva e radiofónica emitem, maioritariamente, em português mas, segundo Silva:

“A comunicação social apoderou-se das Línguas Nacionais, criando, na Rádio Nacional, um canal próprio, o Ngola Yetu “A nossa Angola”, onde treze línguas são utilizadas. A Televisão Pública utiliza sete Línguas Nacionais nos noticiários e em programas diversos.” (Silva, 2015, 19)

Considerando a exiguidade de meios de comunicação nos meios rurais, podem os mais pragmáticos considerar que a possível emissão nas trinta línguas autóctones não iria reforçar em grande medida a sua sustentabilidade, mas serviria como mais um sustentáculo de inclusão e cidadania.

A situação em Moçambique é diferente: no momento da independência, o número de falantes de português era de apenas 20% da população (Gonçalves, 2000). A atribuição do estatuto de língua oficial à língua portuguesa aqui, também, permitiu unificação e apaziguamento linguístico, já que de entre as trinta línguas existentes, foram nomeadas oito como sendo nacionais, a maioria autóctones, outras do continente asiático mas nenhuma com difusão nacional suficiente para constituir uma língua oficial.

Em Moçambique, o ensino das línguas nacionais tem tido maior sucesso, com uma rede de escolaridade, a nível primário, bastante alargada e densa (300 escolas), prevendo-se o aumento de escolas a oferecer ensino em línguas nacionais locais, e o alargamento desta oferta a outros níveis de escolaridade. É interessante que o ensino, em simultâneo, da língua autóctone com a portuguesa tem potenciado a aprendizagem de ambas (Gonçalves, 2000) e (Firmino, 2008).

Existe uma limitação de difusão nas línguas locais pelos meios de comunicação social, como a televisão e a rádio, também em Moçambique, o que condiciona, em muito, o acesso das populações à informação noticiosa e as exclui de participarem em muitas das atividades de cidadania. Eliseu Mabasso (2015) fala deste fenómeno, em Moçambique

“Refiro-me ao Português que, de forma quase exclusiva, predomina nos principais programas das (...) estações televisivas, sem que os moçambicanos falantes de outras línguas beneficiem de um serviço de tradução/interpretação. A solução para este problema passará por um processo de formulação de uma política linguística adequada à realidade moçambicana e a um trabalho de sensibilização sobre a importância do uso das línguas moçambicanas na informação.” (Mabasso, 2015, 1)

Nos contextos multilingues acima descritos, discutimos algumas tensões ocasionadas a algumas línguas autóctones por línguas politicamente favorecidas: as línguas nacionais. A língua portuguesa, como língua oficial e como língua franca, também foi objeto de discussão. Falta, no entanto, abordarmos o papel de uma língua que também tem um papel fulcral em Angola e Moçambique, devido à situação geográfica destes dois países, mas também ao papel que desempenha no cenário linguístico mundial: a língua inglesa.

A LÍNGUA INGLESA COMO LÍNGUA FRANCA

Retomando o mapa das línguas francas no mundo, podemos verificar que tanto Angola como Moçambique têm forte presença de países de língua oficial inglesa ao seu redor. Para além deste facto, Moçambique, fazendo parte da *Commonwealth*, também tem uma motivação supranacional para o seu interesse na língua inglesa.

O cenário de aprendizagem de inglês, nos dois países, é diferente. Em Angola, faz parte do ensino secundário, atualmente, e a Associação Angolana dos Formadores de Língua Inglesa (Anelta), em parceria com a embaixada americana, tem feito esforços para que este ensino se estenda aos últimos dois anos (5.^a e 6.^a classe) da escola primária.

Em Moçambique, o inglês é ensinado, oficialmente, a partir do 2.º grau do ensino primário, mas proliferam as escolas privadas de ensino de línguas, maioritariamente da língua inglesa, nos centros urbanos. Aqui, como seria de esperar, a base de apoio é mais da responsabilidade do British Council que também providencia formação de formadores e sistemas de certificação de aprendizagens.

INTERFERÊNCIA DAS/NAS LÍNGUAS FRANCAS

É interessante verificar que existem fenómenos de interferência em relação à língua portuguesa, mas também à língua inglesa, nas línguas nacionais de Angola e de Moçambique. As interferências são de natureza vária: fonéticas, lexicais, e

morfossintáticas, sendo particularmente importantes por aquilo que representam: a interpermeabilidade linguística e a interação mútua (Fill, 2000, 2002) que conduzem à diversidade. Por arrastamento, a transferência de valores culturais também acontece. Apresento, com a ajuda de várias fontes, exemplos das interferências. Os processos de interferência implicam uso continuado em contextos informais e formais, já que esta localização é, como todos os fenómenos de variação, lenta e progressiva, formando variações locais das línguas francas e assimilando elementos destas nas línguas autóctones.

Português (variante angolana)	Português (variante europeia)
Me beijaram no meu pai.	O meu pai beijou-me.
Minha mãe ainda nu nasceu.	A minha mãe ainda não deu à luz.
António mulher dele morreu.	A mulher do António morreu.
O José comeu o dinheiro do tio.	O José deve ao tio.
Estávamos ir na escola dele e não estávamos lhe encontrar.	Fomos à escola e não o encontramos.

Exemplos usados por Silva (2015)

O nascimento de variantes (africanas e outras) da língua portuguesa é um inegável sinal da sua vitalidade. As variações morfossintáticas são difíceis de enquadrar nos usos formais de uma língua franca e podem ser contraproducentes às aspirações dos falantes quando estes a procuram como meio de promoção formativa e social. As de natureza lexical não têm a mesma marca potencialmente negativa, já que são percecionadas como elementos que configuram realidades locais e emprestam “colorido” à variante.

Português	Kimbundu
Batucar	Batukar
Bazar	Kubaza
Bombó	Mbombo
Cebola	Sabola
Domingo	Lumingo
Escola	Xicola
Garfo	Ngalafu
Pão	Mbolo
Pedro	Petelo
Sabão	Nzàbà
Sábado	Sábalálú

Exemplos usados por Silva (2015)

Enquanto elementos discretos de interferência, as componentes linguísticas da língua franca transportadas para a língua autóctone também podem representar vitalidade e

renovação. No entanto, quando estas representam uma porção significativa do discurso no geral, pode significar que a língua autóctone não tem os meios para veicular novos conceitos, novas realidades e pode anunciar desvitalização ou atrofia, como acima se referiu.

Chitsonga (língua autóctone de Moçambique)	Inglês	Português
bokiso	box	caixa
watche	watch	relógio
kethlela	kettle	chaleira
kitchini	kitchen	cozinha
chitofo	stove	fogão
chipuno	spoon	colher
foroko	fork	garfo
ofiso	office	escritório
chitichi	station	estação
hafu	half	metade

Exemplos usados por Mkuti (1999)

No caso das interferências do inglês, como língua franca, nas línguas nacionais de Moçambique, temos que referir que muitos dos itens lexicais (na maioria substantivos) advém de situações de imersão linguística que os trabalhadores moçambicanos experimentavam quando iam para a África do Sul, para trabalhar nas minas.

Nianja (cheua) (língua oficial autóctone)	Inglês	Português
ferempani	frying pan	frigideira
wisikoti	waistcoat	colete
heremeti	helmet	capacete
jamu	jam	compota
poliji	porridge	papas de aveia
inki	ink	tinta
lipoti	report	relatório
feremu/fremu	frame	aro
kise	kiss	beijo
jere	jail	cadeia

Exemplos usados por Mkuti (1999)

Coexistem, desta forma, duas dimensões na localização da língua portuguesa em Moçambique: uma que é simbólica e que retrata novas atitudes face ao uso da língua; e a outra de natureza linguística, já que se desenvolveram novas formas no seu uso criando o que se pode identificar como o Português de Moçambique. No que respeita à língua inglesa, existe uma relação de muito maior proximidade em Moçambique do que em

Angola Lucas, (1999), fruto de fluxos migratórios mais intensos de Moçambique para a África do Sul e de uma parceria económica formal e informal continuada.

As línguas francas na ecologia linguística de Angola e Moçambique

Em Angola, a língua portuguesa, como língua oficial, é a língua usada, até ao presente, nas instituições, na educação e na grande maioria dos meios de comunicação social. Verifica-se que constitui, para uma população crescente de falantes, a nova língua materna das populações urbanas. Nenhuma das línguas Nacionais tem, atualmente, a abrangência de aceitação ou goza do prestígio que a língua portuguesa detém. O alargamento no uso da língua portuguesa é evidente, ao verificarmos os sinais de interferência das línguas locais nesta língua franca e identifica-se uma variedade local: o Português Angolano.

As línguas nacionais e as restantes línguas autóctones que representam as dimensões ideológicas, de autodesignação e afetivas, reservadas ao estatuto de língua materna, estão fortemente implantadas nos meios rurais, mas este efeito dilui-se nos centros urbanos. Estas línguas necessitam de um alargamento de domínios de aplicação, através da sua atualização conceptual e terminológica, para se manterem atuais e aptas para fazerem face aos novos contextos comunicativos que a sociedade exige.

Em Moçambique, a ecologia linguística é diferente, visto que as línguas locais são extensamente ensinadas a partir da escolaridade primária, em conjunto com a língua portuguesa. Aqui, também, os meios de comunicação social em línguas autóctones são escassos e o acesso à informação para a cidadania, nas línguas locais, um bem reclamado. Quanto a este facto, gostaria de citar Cronin (2003), que propõe que, ao disponibilizar o conhecimento e a informação em línguas minoritárias, não só se alarga a utilidade das línguas em causa, mas também permite que o que é regional, nacional e global se torne local de uma forma politicamente habilitadora e permite que os povos recuperem o controlo sobre os seus destinos políticos, económicos e culturais.

“Making knowledge and information available in minority languages is not only an effective way of extending the way of usefulness of the languages concerned but it also allows the regional, the national and the global to be made local in a way that is politically enabling and allows for the beginning of a recovery of control over people's political, economic and cultural fates.” (Cronin 2003,169)

A língua inglesa tem uma presença forte em Moçambique no ensino, especialmente ao nível do terceiro ciclo. Também está presente no seu uso quotidiano, nas trocas comerciais, no turismo e em ambiente académico, reclamando espaço linguístico à língua portuguesa, por força da sua dominância mundial em todos os âmbitos, mas acima de tudo no meio académico.

O papel do Inglês não pode ser subestimado, especialmente no espaço académico. Para alguns, a primazia do Inglês como língua franca, ou, segundo Phillipson (2008), “lingua frankensteiniana”, é mais nefasta nos domínios ligados à criação de conhecimento, já que existe a possibilidade de esta empobrecer as outras línguas, retirando-lhes o vigor de crescimento terminológico. Segundo as estatísticas, mais de 75% de todo o correio eletrónico do mundo é escrito em Inglês, cerca de 80% da informação armazenada eletronicamente no mundo (tanto em meios privados como públicos) está em Inglês. Embora existam mais de 1000 línguas atualmente em uso na Internet, a influência do Inglês irá provavelmente crescer, uma vez que esta língua desempenha um papel chave no próprio *software*.

NOTAS CONCLUSIVAS

Lembrando as perguntas colocadas no início deste artigo, quanto ao facto das línguas francas poderem ser adjuvantes ou oponentes das línguas minoritárias, irei considerar alguns elementos apurados.

A língua portuguesa é usada em todos os domínios públicos em Angola e Moçambique e, para além de ser a língua de comunicação, também é a língua de identificação dos povos ao nível supranacional. As políticas linguísticas de reforço das línguas minoritárias no ensino ainda estão em discussão em Angola, com previsível declínio das línguas autóctones que não têm estatuto de língua nacional. Em Moçambique, as políticas linguísticas, em relação à educação, estão em fase de concretização e prevê-se o alargamento do ensino das línguas autóctones nacionais para todos os níveis.

Embora as línguas nacionais tenham forte implantação rural, a língua portuguesa ganha crescente posição de língua materna nos centros urbanos. É em língua portuguesa que a maior parte da comunicação social acontece. Não se dá voz às línguas locais nos meios de comunicação nos dois países.

No domínio académico, os dois países estudados têm um duplo desafio, por terem que produzir conhecimento, aplicá-lo e dar formação em duas línguas francas, Português e Inglês, não sendo previsível que as línguas autóctones consigam a atualização constante necessária à sua sustentabilidade.

Existe muito pouca produção literária nas línguas autóctones, uma realidade compreensível, do ponto de vista dos autores, porque procuram um número maior de leitores, e das editoras, porque procuram mercados mais numerosos, mas este facto contribui para a expropriação das línguas autóctones já que a representação cultural dos povos é veiculada numa língua que não é nativa. Isto representa um ganho para a língua portuguesa como língua franca mas uma perda para as línguas nacionais.

Perante o que acima se expõe, podemos concluir que as línguas francas são adjuvantes das pessoas na satisfação das suas necessidades quotidianas de comunicação, nas aspirações de promoção económica e social e na sua busca de pertença a uma comunidade alargada, mas são oponentes das línguas autóctones, por ausência de políticas ativas de planificação linguística para preservar o património cultural e a diversidade linguística dos povos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Crystal, D. (2003) *The Cambridge Encyclopaedia of Language* (2nd edn). Cambridge: Cambridge University Press.
- Fill, A. (2000). *Language and Ecology: Ecolinguistic Perspectives for 2000 and Beyond*, in Proceedings of AILA '99, Tokyo, 162-176
- Fill, A. (2001). Ecolinguistics: State of the Art 1998', in Fill, A. & Mühlhäusler, P. (eds.) *Ecolinguistics*, 43-53
- Fill, A. (2002). Tensional Arches: Language and Ecology, in Fill, A., Penz, H. & Trampe, W. (eds.), 15-27
- Firmino, G. (2008). Processo de transformação do Português no contexto pós-colonial de Moçambique, <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/>

- Garner, M. (2004). *Language: an Ecological View*. Bern: Peter Lang.
- Gonçalves, P. (2000) História da Língua Portuguesa em Moçambique, Retrieved from <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/geografia/portuguesmocambique.pdf>
- Graddol, D. (2006) *English Next*. London: British Council. Retrieved June 3, 2016 <http://englishagenda.britishcouncil.org/sites/ec/files/books-english-next.pdf>
- Haugen, E. (1972). *The Ecology of Language*, in Fill, A. & Mühlhäusler, P. 2001 (eds.), 57-66
- Lucas, D. (1999). The role of English in Education in Mozambique, *English Academy Review: A Journal of English Studies*, Volume 16, Issue 1, 44-53.
- Mabasso, E. (2015). Televisão, Política Linguística e Direito à Informação: desafios para o ensino da comunicação em Moçambique, Retrieved June 3 2016 http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/viewFile/2207/2124
- Mufwene, S. M. (2002). Colonisation, Globalisation and the Future of Languages in the Twenty-first Century. *MOST Journal of Multicultural Societies* 4: 2. Retrieved June 4 2016, from <http://mufwene.uchicago.edu/vl4n2COLONIZATION-GLOBALIZATION.pdf>
- Phillipson, R. (2008). Lingua franca or lingua frankensteinia? English in European integration and globalization, *World Englishes*, Vol. 27, No. 2, 250-267.
- Phillipson, R. (2009). English in higher education, panacea or pandemic? *In English in Denmark: Language policy, internationalization and university teaching*, volume 9 of *Angles of the English-speaking world*, ed. Peter Harder. Copenhagen: Museum Tusculanum Press and the University of Copenhagen, 29-57.
- Phillipson, R. (2012). How to strengthen the sociolinguistics of globalization: A review article based on challenges in *The sociolinguistics of globalization* by Jan Blommaert. *Critical Discourse Studies*. 9(4): 407-414.
- Phillipson, R. & Skutnabb-Kangas, Tove. (2015). English Only Worldwide or Language Ecology? *TESOL QUARTERLY* Vol. 30, No. 3, 429-452.
- Redner, H. (2004). *Conserving cultures: technology, globalization, and the future of local cultures*. Oxford: Rowman & Littlefield.
- Silva, Ana Pita, (2015). *Lexicografia Bilingue de Especialidade E-Dicionário Português-Kimbundu no Domínio da Saúde*, Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.

**CAPITAL TRADUTOLÓGICO E A
DEFESA DA LÍNGUA MIRANDESA**

Sérgio Ferreira e Cláudia Martins

CAPITAL TRADUTOLÓGICO E DEFESA DA LÍNGUA MIRANDESA

Sérgio Ferreira

(Instituto de Sociologia da FLUP)

Cláudia Martins

(Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Bragança & CLLC-UA)

Resumo

As línguas minoritárias enfrentam barreiras internas e externas que impedem o seu desenvolvimento, devido à sua natureza de línguas e culturas não dominantes e à sua fraca representação (e representatividade) na política e na sociedade. A tradução de literatura canónica da cultura ou religião dominantes para a língua minoritária é de importância fulcral para a afirmação destas línguas, assim como para o acesso aos mais diversos meios de comunicação. A Catalunha surge como um exemplo de forte investimento na função destes meios e na utilização do catalão na rádio, televisão, teatro e cinema, a par da tradução que ocorre nestes meios (i.e. legendagem, dobragem e audiodescrição). Para além disso, não se deve negligenciar o peso da ciberesfera, que possibilita às línguas minoritárias entrarem no mundo virtual, por meio de blogs, páginas da Wikipedia, redes sociais e afins.

Em 1999, estabeleceu-se legalmente o reconhecimento oficial dos direitos linguísticos da comunidade mirandesa, aproximadamente 100 anos depois de Leite de Vasconcellos ter produzido a obra *Estudos de Filologia Mirandesa*, evidenciando a ancestralidade e importância desta língua de origem asturo-leonesa. (cf. Vasconcelos, José Leite, 1900-1901). Depois desta data, o enquadramento legal para o mirandês e a sua normalização linguística foram estabelecidos, nomeadamente por meio do seu acordo ortográfico, que consolidou o ensino da língua. Quinze anos depois, em 2014, a Associação de Língua Mirandesa (ALM) foi refundada e transferida de Lisboa para Miranda do Douro, com o propósito de fomentar a investigação e o ensino da língua, assim como recolher e preservar o património imaterial, no qual a tradução não está diretamente implicada. Desta forma, na nossa perspetiva, ainda se vislumbra a necessidade de introduzir uma forte política linguística, dentro da qual um Departamento de Tradução possa estar inserido, com vista à revitalização da língua e à consolidação da sua literatura. Identifica-se também a ausência de um corpo de tradutores profissionais que sejam simultaneamente proficientes em português e em mirandês, uma vez que o ensino do mirandês se restringe grandemente a Miranda do Douro e como disciplina optativa. No entanto, a tradução de português e outras línguas estrangeiras para mirandês é desenvolvida por uma elite intelectual que investe nesta atividade aliada, por vezes, à produção também em mirandês. Este é o caso de Amadeu Ferreira, um académico de destaque que deixou de estar entre nós em março de 2015 e foi responsável por um número substancial de obras. O seu percurso é de particular relevância, não só porque o mirandês acusava a ausência de literatura canónica traduzida, na linha do que existe em português, mas também de literatura ficcional, sem deixar de referir obras de referência em termos

lexicográficos e gramaticais. No cômputo das suas obras, são de referir a tradução para mirandês dos “Quatro Evangelhos”, “Lusiadas” de Luís Vaz de Camões e “A Mensagem” de Fernando Pessoa, obras de Horácio, Virgílio e Catulo e aventuras de Astérix. A par da tradução, escreveu igualmente ficção sob pseudónimos, que possibilitaram a expansão do património literário em mirandês. Colaborou ainda com meios de comunicação social regionais e escreveu textos em diversos blogs.

Neste contexto, o nosso projeto direciona-se para a recolha de informação relativa a todas as obras traduzidas para mirandês, destacando as línguas das quais foram traduzidas, os tradutores que as realizaram e os seus perfis. Este exercício permitir-nos-á refletir criticamente sobre as obras que foram eleitas para tradução, as razões que possivelmente ditaram esta escolha e o impacto que estas produziram nesta comunidade linguística com aproximadamente 10 000 falantes. Todo este esforço de tradução e produção literária tem adiado o desaparecimento do mirandês, que tantos previam que já se tivesse verificado; mas será o mirandês capaz de sobreviver no século XXI?

Palavras-chave

Línguas minoritárias; política linguística; mirandês; tradução de literatura canónica; tradução para línguas minoritárias; Amadeu Ferreira.

Abstract

Minority languages encounter internal and external barriers that hinder their development, due to their nature of non-dominant languages and cultures and their feeble representation in politics and in society. The translation of canonical literature of the mainstream culture or religion into the minority languages is of the utmost importance in asserting these languages, as well as in having access to various means of communication. Catalonia appears as an example of strong investment in the role of these media and in the use of Catalan in the radio, television, theatre and cinema, along with the translation that takes place in these contexts (i.e. subtitling, dubbing and audio description). Apart from this, we can not overlook the part played by the cyber sphere, which enables minority languages to enter the virtual world, through blogs, Wikipedia pages, social networks, and the like.

It was only in 1999 that Mirandese was acknowledged as one of the official languages in Portugal, alongside Portuguese and Portuguese Sign Language, approximately 100 years after being “discovered” by Leite de Vasconcellos, the Portuguese philologist who related Mirandese to its Asturo-Leonese origin.

After 1999, the legal framework and language standardisation for Mirandese were set up, namely by means of a spelling convention allowing for the consolidation of the teaching of this language. Fifteen years later, the Association for Mirandese Language and Culture was refounded and transferred from Lisbon to Miranda with the purpose of encouraging research and language teaching, as well as collecting and preserving immaterial heritage, in which translation is not directly implied. Therefore, from our viewpoint, there is still the need to introduce a strong language policy, in which a Translation Department could be included with a view to revitalising the language and consolidating its literature. A body of translators is also absent from this context, translators that are simultaneously proficient in Portuguese and Mirandese, since the teaching of Mirandese is still greatly restricted to Miranda do Douro and is offered as an optional subject. However, the translation from Portuguese and other foreign languages into Mirandese has been developed by an intellectual elite who invests in this activity,

occasionally in tandem with the production in Mirandese. This was the case of Amadeu Ferreira, an outstanding scholar who passed away in March 2015 and was responsible for a considerable number of works. Amadeu is particularly relevant not only because Mirandese lacked translated canonical literature, in line with what existed in Portuguese, but also fictional literature, without neglecting lexicographical and grammatical reference works. Among his works, we should mention the translation into Mirandese of “The Four Gospels”, “The Lusiads” by Luís Vaz de Camões and “The Message” by Fernando Pessoa, works by Horace, Virgil and Catullus and the adventures of Astérix. Besides translation, he also wrote fiction under several pseudonyms, which enabled the expansion of Mirandese literary heritage. Amadeu Ferreira also collaborated with local social media and produced texts in numerous blogs.

Our project aims at gathering information about all the works that have been translated into Mirandese, highlighting the languages from which they were translated, the translators who carried them out, and their profiles. This exercise will allow us to critically reflect upon the works that were selected to be translated, the possible underlying reasons for this choice and the impact that these had on the language community with circa 10,000 speakers. All this translation and literary effort has been postponing the disappearance of Mirandese, which has been foreseen by so many, but will Mirandese be able to survive the 21st century?

Keywords

Minority languages; language policy; Mirandese; translation of canonical literature; translation into minority languages; Amadeu Ferreira.

1. INTRODUÇÃO

Canto Purmeiro

1

Aqueilhas armas i homes afamados
Que, d'Ocidental praia Lusitana,
Por mares datrás nunca nabegados,
Passórun par'alhá la Taprobana,
An peligros i guerras mui sforçados
Mais do que permitie la fuorça houmana,
I antre giente de loinge custruírun
Nuobo Reino, que tanto angrandecírun
("Ls Lusíadas", 2010 tradução de Fracisco Niebro)

No contexto das línguas minoritárias, é amplamente reconhecido que a tradução assume uma vertente de extrema importância (e.g. Cronin, 2003). Atualmente, o seu papel pode ainda ser subestimado, mas assume-se como uma frente fundamental de defesa da língua mirandesa. Assim, a tradução pode enquadrar-se numa política de planeamento linguístico, sendo necessário compreender as práticas de tradução na sua função de

revitalização de uma língua minoritária com uma literatura recente escrita, numa possível dupla vertente de tradução-acumulação e tradução-consagração (Casanova, 1999; Dantas, 2007).

Para além do processo de reforço da legitimação e valorização de uma língua, o planeamento linguístico visa provocar “a deliberate intention to influence ‘the behaviour of others with respect to the acquisition, structure, or functional allocation of their languages codes’ ” (Cooper, 1989 cit. Millán-Varela, 2010, p. 156). Na linha de Cooper (1989), defendemos que a tradução tem assumido para as línguas minoritárias uma função de reforço de estatuto, de instrumento de trabalho e ensino e de valorização simbólica da língua e dos seus falantes. Desta forma, a língua mirandesa necessita da tradução como um mecanismo central de manutenção de um mercado linguístico interno, mas também participando de forma digna e legítima num mercado externo, a par das outras línguas dominantes, especialmente o português, e de outras línguas minoritárias no quadro europeu.

Ninguém colocará em causa a riqueza linguística do mirandês. No entanto, o seu passado linguístico multissecular reporta-se maioritariamente a um legado de uma língua popular não escrita, que, após os tímidos registos escritos produzidos durante todo o século XX, vê, no dealbar do século XXI, o reconhecimento oficial dos seus direitos linguísticos dotada de uma convenção ortográfica e de um inequívoco crescendo na sua comunidade de escrita. A sua natureza de “língua oficial” é definitivamente discutível; contudo, esta não é uma questão para ser aprofundada neste trabalho.

A nova literatura mirandesa de base escrita surge assim associada a uma criação literária prolífica, mas também assente em inúmeras traduções emergentes nos últimos 15 anos. Neste sentido, a tradução emerge como um instrumento eficaz de salvaguarda de um património linguístico fixado e vertido em antigas e novas áreas do conhecimento. A elite intelectual mirandesa, fluente nas duas línguas em contacto, entende que a tradução de obras diferenciadas, mas conhecidas de todos, permitirá à língua mirandesa sobreviver de outro modo, recuperar novas matrizes de expressão e (re)criar uma identidade que se perdia na oralidade, ou que se remetia ao recôndito e a um vasto arquivo de recolhas e registos desse tesouro cultural.

Sabemos, à partida, que as traduções para a língua mirandesa permitiram novas formas de expressão que alargaram os horizontes culturais e mundivisões até ao momento

não projetadas nesta língua. Veja-se o exemplo da banda desenhada, do romance histórico, ou paradoxalmente, de “Os Lusíadas”, aparentemente nos antípodas da realidade cultural das comunidades agrícolas do interior português. Será o próprio Amadeu Ferreira (2011) que reflete sobre o espírito do tradutor desta obra:

(...) ao traduzir *Os Lusíadas*, o ponto de partida é culturalmente português, mas em quase tudo afastado da realidade mirandesa propriamente dita, mesmo sem ter em conta que estamos perante uma obra do século XVI:

- *Os Lusíadas* trazem-nos uma realidade marítima, uma cultura da navegação, uma terminologia do mar, quando é sabido que o mirandês nunca viu o mar, pois mesmo o rio que lhe passa à porta nunca foi navegável;
- trazem igualmente uma cultura urbana, que só muito recentemente chegou às terras de Miranda, e coisas muito simples podem criar problemas ou apresentar-nos armadilhas [veja-se o caso do uso da palavras *ervinhas*, por um urbano e um rural, que é completamente diferente. Exemplo, o episódio de Inês de Castro];
- a forma como *Os Lusíadas* são tributários da cultura greco-latina, dos seus mitos e dos seus deuses é tão estranha à língua mirandesa como talvez o fosse para a língua portuguesa na altura em que *Os Lusíadas* foram escritos [não esqueçamos que Camões usa em *Os Lusíadas* centenas de palavras que o português não conhecia e ele formou a partir do grego e do latim], daí que a atitude do mirandês não pode ser muito distinta daquela que na altura foi a do português.

Neste trabalho, o nosso objetivo foi questionar o “recente” fenómeno das traduções realizadas para a língua mirandesa que inevitavelmente se impõe como forma de entender a sua função, os seus autores, mediadores e difusores. Foi esta a motivação que norteou a elaboração do questionário para os tradutores que aqui apresentamos, juntamente com a discussão dos seus resultados e que surgirá no final deste texto. No entanto, será necessário realizar o enquadramento da língua mirandesa, na primeira parte, seguido da explicitação de diversos conceitos de Pierre Bourdieu (1998), pertinentes para esta temática, na segunda parte, e, por fim, a referência à presença das línguas minoritárias nos Estudos de Tradução.

2. LÍNGUA MIRANDESA

O fim do monolinguismo português é declarado oficialmente em 1999 com a integração da língua mirandesa como uma das línguas oficiais em Portugal. Derrubado este mito, cedo se impôs a necessidade de legitimar e revalorizar a língua mirandesa perante os portugueses e os próprios mirandeses. Com a Lei n.º 07/99, de 29 de janeiro, enquadrando legalmente a existência da língua mirandesa, alteraram-se também as fronteiras da própria

identidade mirandesa-portuguesa e clarificou-se o multissecular “problema ideológico-político” (Ferreira, 2002, p. 65), fundado na unificação do mercado linguístico nacional através do falso monolinguismo.

Reconhecendo-se a existência de várias línguas no plano nacional (não esquecendo a Língua Gestual Portuguesa), afigura-se que esta riqueza linguística encontrava-se em situação desigual de poder e de estatuto. Apesar do bilinguismo e da diglossia instável dos mirandeses, a língua não parecia existir com uma plena funcionalidade social e linguística, ou seja, permanecia a noção de que as trocas linguísticas dos sujeitos estarão sempre sujeitas às lógicas de um mercado linguístico, que introduz um conjunto de sanções e censuras próprias de um espaço social e linguisticamente desigual.

Senão vejamos: segundo Merlan (2009), a língua mirandesa assume-se como uma língua minoritária, sem Estado, oficial por Lei (1999). No cenário atual, assume-se como sendo uma língua usada por um reduzido número de pessoas, cerca de 5 000 falantes efetivos, avaliados com boa ou muito boa competência linguística (não ultrapassando os 10 000 falantes). Note-se que, em 2011, residiam no concelho de Miranda do Douro apenas 7 462 habitantes (com um peso de 0,07% face à população residente nacional).

Até finais do século XX, afigurou-se como uma língua maioritariamente oral, foi transmitida desta forma até finais do século XX e encontrava-se intimamente relacionada no passado com o campesinato português. Por outro lado, caracterizava-se como uma língua confinada a um espaço periférico, de fronteira, remoto e afastado do poder central. Uma característica comum a outras línguas minoritárias é o facto de ser uma língua socialmente minorizada e exposta ao perigo de gradual erosão e declínio no contexto da crescente escolarização das gerações mais jovens. Mais recentemente, desde o seu reconhecimento oficial em 1999, torna-se numa língua em fase de revitalização com novos usos (e.g. escrita) e profunda transformação social da comunidade linguística.

De acordo com Rodrigues & Ferreira (2011), a língua mirandesa sempre esteve dotada de um vasto conjunto de literatura de tradição oral que se reproduziu até aos nossos dias através de uma diversidade de expressões culturais. Estas expressões estiveram presentes na sua poesia, nos seus romances, nos contos, cantigas e orações. A poesia atravessa a realidade mirandesa em diferentes vertentes, como é exemplo a exuberância das danças de pauliteiros acompanhadas por cantigas em forma de poemas.

A multissecular diglossia e a proximidade face a Espanha tornaram os mirandeses naturalmente multilíngues, sendo as suas expressões culturais tantas vezes veiculadas nas línguas portuguesa, castelhana e mirandesa. As recolhas e publicações pontuais até ao seu reconhecimento oficial fixaram este legado para a posteridade, com o contributo decisivo de um reduzido número de investigadores e interessados e com o apoio frequente das entidades e/ou figuras públicas locais.

Por contraponto a esta primeira fase da literatura mirandesa, podemos claramente identificar uma segunda fase que só se torna possível após 1999, com seu reconhecimento oficial da língua mirandesa e com a sua fundamental convenção ortográfica. Esta fase poderá ser denominada como sendo o período da literatura mirandesa moderna, com publicações muito importantes no domínio da poesia, do romance e do conto. Por outro lado, destaca-se igualmente a crescente presença da língua mirandesa em jornais locais, em revistas nacionais e estrangeiras (caso da vizinha Espanha), na internet e em múltiplos suportes audiovisuais.

Será a partir do início do século XXI que a língua mirandesa se dota de um conjunto de traduções de obras consagradas e mundialmente conhecidas, numa tentativa de inverter assim o processo de significativa dominação simbólica exercida sobre uma língua que expressava uma realidade classificada como arcaica, rural e periférica, incapaz de se equiparar ao nível das línguas dominantes e da sua orgulhosa complexidade e modernidade.

Nesta fase inicial de tradução de literatura em diferentes domínios, surge a figura cimeira de Amadeu Ferreira que dará o mote e a motivação para outros autores e tradutores projetarem a língua mirandesa numa afirmação e legitimação fundada no seu capital tradutológico. Segundo Rodrigues & Ferreira:

É por esta altura que começam a ser publicadas traduções de grandes obras para mirandês, que tornam esta língua conhecida de todos os portugueses e muito contribuem para aumentar o seu prestígio e afastar o tradicional sentimento de vergonha que foi inculcado aos seus falantes ao longo de séculos. Dessas traduções se destacam as feitas por Amadeu Ferreira, ora com nome próprio ora com os pseudónimos Francisco Niebro e Marcus Miranda, de *Os Quatro Eibangeilhos*, *Asterix l Goulês*, *L Galaton* (este em co-autoria com José Pedro Ferreira), *Os Lusíadas*, Catulo, Horácio Flaco e Virgílio, bem como muitas dezenas de poetas de todo o mundo, neste caso através do blogue <http://lhengua.blogspot.com>. Por fim, deve realçar-se *L Princepico*, tradução de *Le Petit Prince* de Antoine de Saint-Exupéry, feita por Ana Afonso. (2011, p. 548)

Não será de todo estranho afirmarmos que, em 17 anos, desde que a língua mirandesa foi oficialmente reconhecida, os produtos linguísticos gerados no campo literário mirandês sejam exponencialmente superiores se comparados com o primeiro período da língua mirandesa. Curiosamente, na diversidade de áreas e temas escolhidos, permanece ainda um forte cunho da realidade cultural e histórica mirandesa, conjugado com um vanguardismo de temas até à data impensáveis na língua mirandesa, a designada língua do campo, da família e do amor.

2.1. O contexto político

O período democrático português surge como a oportunidade de mudança de linguagem(s), com múltiplos efeitos no tecido social local, mudança de códigos e de sentidos, alteração do valor das línguas no mercado onde circulam os produtos linguísticos em concorrência. Paradoxalmente, esta oportunidade de conquista do campo político surge no clímax da crise da identidade linguística, exaurida pelas lutas e estratégias geracionais que se rendiam compreensivelmente ao mercado linguístico português mais adequado às suas trajetórias de mobilidade social. A diglossia instável que se aprofundou desde os anos 50/60 atinge o seu clímax nos anos 80, fase em que o poder autárquico lidera um processo de defesa da língua através do seu ensino nas escolas locais (iniciado em 1986/87, por despacho ministerial) e, mais tarde, através da proposta da convenção ortográfica (1995) e consequente reconhecimento oficial (1999).

Assim, o período pós revolução coincide com um momento crítico para a língua mirandesa, caracterizado pelo crescente grau de substituição idiomática e linguística operada pelos próprios mirandeses que, num cenário de grandes transformações sociais ocorridas a partir da década de 60, abdicam da sua primeira língua, avaliada como entrave para a mudança desejada no interior das famílias e com impactos sociolinguísticos inegáveis. A este propósito, Bourdieu (1998, p. 33) afirma que a aceitação da língua legítima “não tem nada de uma crença expressamente professada, deliberada e revogável, nem de um acto intencional de aceitação de uma «norma»”, esta deve ser entendida na vida quotidiana dos sujeitos, nos seus efeitos incorporados nas suas práticas, nos seus *habitus* e nas suas disposições que:

(...) são insensivelmente inculcadas, através de um longo e lento processo de aquisição, pelas sanções do mercado linguístico e que se encontram portanto ajustadas, fora de qualquer cálculo cínico de qualquer condicionante conscientemente sentida, às possibilidades de lucro material e simbólico que as leis de formação de preços características de um determinado mercado prometem objectivamente aos detentores de um certo capital linguístico. (Bourdieu, 1998, p. 33)

Da relegação objetiva à evidente vulnerabilidade simbólica da maioria dos falantes da língua mirandesa, a defesa da língua e cultura mirandesas ocorreu assim, no período em análise, na voz de poucos intervenientes visíveis e reconhecíveis, num contexto de grupos letrados maioritariamente com origem no espaço mirandês. Aliado a este cenário de ausência de condições para a existência de uma ampla base popular de reivindicação e defesa de direitos linguísticos e na ausência de uma base institucional interna ao espaço mirandês (e.g. academia ou instituto da língua), restará, no período democrático, a frutuosa aliança entre uma liderança local autárquica oriunda e marcada socialmente pela língua e cultura mirandesas (i.e. liderança política, intelectual e ideológica suportada na figura de Júlio Meirinhos, antigo presidente da Câmara Municipal de Miranda do Douro e antigo deputado da Assembleia da República) e um suporte intelectual externo, igualmente restrito, oferecido pelas Universidades de Lisboa e de Coimbra. Estes dois pilares serão fundamentais para a fase de inversão da substituição linguística conseguida em diferentes domínios e em diferentes campos.

É neste contexto de início de século e de milénio que a língua mirandesa se encontra em condições para iniciar um processo de revitalização do uso e valor da língua através de inúmeros exemplos de tradução. No mercado linguístico local já dominado pela língua portuguesa, urgia inverter esta tendência do ponto de vista da produção de bens linguísticos que contrariassem a representação social de uma língua eminentemente oral, alegadamente afastada das línguas que representavam um valor económico e estatutário evidente.

Como Hagège (2009, p. 113) refere:

We can speak of a functional erosion of the dominated language, in the sense that its productivity as a means of communication continues to diminish in inverse proportion to the expansion of its rival language, which is associated with a revolution in economic standards.

Apesar de estarmos perante um processo de correlação entre diferentes variáveis que concorrem para a desvalorização da língua mirandesa até ao momento do seu reconhecimento oficial, dois aspetos afiguram-se como centrais na inversão desta “erosão funcional” evocada por Hagège (2009). Um primeiro centra-se no valor simbólico

inculcado nos mirandeses ao reconhecer que afinal a sua língua “charra” era reconhecida como uma língua diferente do português. Por outro lado, um segundo processo decorria da legitimação da língua mirandesa através dos seus produtos linguísticos, especificamente os produtos literários em concorrência com a língua portuguesa. Antevia-se um duplo objetivo na criação de novos bens culturais e linguísticos de base escrita em mirandês: ora para servir propósitos pedagógicos e educacionais, ora para oferecer um claro sinal de aproximação entre gerações diferentes através da partilha de uma herança comum vertida e consagrada em textos escritos. O bilinguismo encontra assim, pelo menos teoricamente, um espaço de aparente igualdade de direitos.

É neste contexto que uma elite local, natural de várias aldeias falantes do mirandês mas com sólidos percursos académicos no exterior da região, aposta num processo de criação literária e de tradução de obras consagradas na língua dominante, de forma a oferecer uma “prova” decisiva de que a língua mirandesa também se expressava corretamente na sua forma escrita e resolvia adequadamente a complexidade linguística inerente à tradução dessas obras “that everyone knows and can quote.” (Hagège, 2009, p. 135). Esta articulação que os intelectuais operam entre as escalas nacional e regional é determinante ainda hoje no “trabalho simbólico” realizado para lutar contra a unificação do “mercado de bens culturais e simbólicos” ou para contrariar o silenciamento (com “efeitos de desconhecimento”) imposto pelos mercados dominantes.

A autoridade que se joga dentro e fora do campo/região é assim amplamente determinada e potenciada pelos capitais acumulados no exterior (na escala e mercado nacionais), sendo comum aos líderes da causa mirandesa a procura de uma *auctoritas* académica (fundamental para o referido trabalho simbólico e legitimador junto das comunidades falantes) para a sua imposição em campos homólogos, quer no espaço social mirandês, quer no espaço social português.

3. CONCEITO DE CAPITAL E MERCADO LINGUÍSTICO

Do ponto de vista sociológico, é necessário questionar o fenómeno da tradução segundo várias dimensões de análise. Na sociologia da tradução, importará verificar, numa perspetiva da economia de trocas linguísticas, que funções assumem essas traduções no

contexto das trocas culturais locais e translocais (uma vez que estes são produtos linguísticos de grande importância na defesa de uma língua minoritária), bem como face às próprias características do mercado linguístico onde circulam estes bens. A nossa análise enquadra-se numa perspetiva da estrutura de mercado linguístico à semelhança da estrutura de mercado económico. Por outro lado, procuramos também explorar a dimensão das condições de produção desses produtos linguísticos, focando nos autores e agentes destes produtos.

O contributo da sociologia, de inspiração bourdiana, permite-nos centrar a nossa análise nas condições sociais de produção das traduções e nas funções que estes produtos assumem para os seus produtores, mediadores e recetores. Neste sentido, Bourdieu clarifica uma questão central na análise das línguas minoritárias e na importância de manter em funcionamento o mercado linguístico:

É o que faz com que aqueles que querem defender um capital linguístico ameaçado, como acontece hoje em dia em França com o conhecimento das línguas antigas, estejam condenados a uma luta total: só é possível salvar o valor da competência na condição de salvar o mercado, ou seja, o conjunto das condições políticas e sociais de produção dos produtores-consumidores. (Bourdieu, 1998, p. 41)

O reconhecimento oficial, a escrita, o ensino, o crescente envolvimento dos falantes e não falantes (aqueles que desejam aprender mirandês sem terem previamente qualquer contacto com este) permitiram de forma clara a inversão do processo de “herança linguística recusada”, tão característica das gerações submetidas mais intensamente a processos de estigmatização e de desvalorização social, mesmo que, paradoxalmente, sejam eles próprios portadores do “segredo” da preservação da sua língua, ao manterem a sua sobrevivência em espaços interacionais mais reservados. Curiosamente algumas famílias negaram, num passado recente, o mirandês perante os seus filhos e netos, mas mantêm o seu uso entre pares geracionais, ou seja, entre familiares mais velhos.

Isto significa que não se pode negligenciar a seminal importância do sistema de ensino como pilar institucional da política de mercado da língua (aspecto decisivo na afirmação do mirandês), lugar por excelência do monopólio dos saberes linguísticos, assumindo-se como estruturas de ensino disseminadas e presentes num dado território que visam estabelecer as bases para unificar os “produtores-consumidores” e, consequentemente, são detentoras de todo o processo de reprodução do mercado linguístico, espaço de trocas e de atribuição do valor social desta competência linguística.

O ensino e a produção de bens linguísticos (onde a tradução tem assumido um papel fundamental) religa e unifica um mercado linguístico exposto anteriormente a uma aniquilação do seu próprio mercado linguístico. Na mediação destes vários processos de reposicionamento da língua mirandesa nos espaços local e nacional, estão inegavelmente os linguistas que facilitaram o processo prévio da normalização linguística, fundamental para a posterior proliferação de novos produtos linguísticos fundados num novo quadro normativo que se baseia na Convenção ortográfica de 1999.

A crescente presença da língua mirandesa na internet e a edição de livros originais e de traduções a partir de 1999 revelam bem a luta desigual que se evidencia nos novos campos onde o mirandês afirma a sua legitimidade e valor de mercado.

3.1. De Bourdieu ao capital tradutológico

A primeira aceção que decorre da abordagem bourdiana relevante para esta análise será aceitar que a estrutura de campo linguístico deve ser aferida como um sistema de relações de força assentes numa distribuição desigual do capital linguístico (Bourdieu, 1998, pp. 41-42). De outra forma, um “campo” será um espaço de lutas operadas pelos sujeitos e, em contextos institucionais, estas decorrem de regularidades e regras constitutivas desse espaço de jogo, onde as probabilidades de sucesso, ou seja, as tentativas de os sujeitos se apropriarem de lucros específicos, que estão em jogo nesse campo, podem variar. Atente-se no seguinte:

Na base do sentido objectivo que se gera na circulação linguística está, antes de mais, o valor distinto que resulta das relações estabelecidas pelos locutores, consciente ou inconscientemente, entre o produto linguístico oferecido por um locutor socialmente caracterizado e os produtos simultaneamente propostos num espaço social determinado. (Bourdieu, 1998, p. 15)

Esta referência de Bourdieu é de crucial importância dado que sustenta que a noção de língua no seu processo de circulação é diferencialmente valorizada (distinta) de acordo com o tipo de relações mantidas pelos sujeitos, mas igualmente na relação íntima entre a posição desses sujeitos e os restantes produtos linguísticos que circulam num determinado espaço social. Por outro lado, os sujeitos que obtiverem uma posição dominante nesse campo/espaço social estarão em condições de retirar do seu funcionamento uma

diversidade de vantagens, sempre com oposição clara de grupos dominados que, no seu interior, resistem e contrariam as pretensões dos dominantes (cf. Bourdieu, 1992, p. 78).

Assim, o campo literário será de extrema pertinência para a defesa e revitalização da língua mirandesa, uma vez que, à semelhança de outros campos, este é também um espaço estruturado de posições. A sua dinâmica está dependente de relações de força, lutas assimétricas que ocorrem no seu interior: todo o real é relacional e cada subcampo tem a sua própria lógica, regras e regularidades. A luta no campo literário, e homologamente no subcampo da tradução literária, desenrola-se muito além do capital necessário para a mera produção de um falar comum legítimo, sendo necessário compreender a forma como se acumula o capital relativo aos instrumentos de expressão, capital entendido como fundamental para a defesa de uma língua minoritária, pois é este capital que se concretiza num estado objetivado e materialmente existente em bibliotecas e escolas, no caso dos livros, e produtos linguísticos de alto valor, tais como os dicionários, as gramáticas e os “clássicos”. Na ausência de uma história literária escrita, a língua mirandesa, através dos seus escritores e tradutores, procurou, nos últimos 17 anos, dotar-se de acrescida legitimidade no campo da produção literária, impondo “modos de expressão legítima”.

Os produtos linguísticos quando configurados em suportes escritos (por oposição aos tradicionalmente orais) demarcam uma mudança no mercado linguístico e, também, nos seus locutores e na sua distinção, ou seja, a situação atual de criação de produtos linguísticos do mirandês em suporte escrito (onde as traduções assumem especial destaque) alterou significativamente o valor da língua no mercado linguístico, considerando que as regras da sua efetivação e os meios utilizados são diferentes, diversos e específicos, o que acaba por evidenciar a afirmação de produtos linguísticos diferenciados em termos do seu valor de mercado. Desta forma, produção, circulação e uso vão ser obrigatoriamente diferentes, alterando-se assim as características dos utilizadores bem como os espaços sociais e simbólicos que lhe subjazem.

No caso do mirandês, é notória a necessidade de ultrapassar o estado de língua legítima, alcançado via reconhecimento oficial e normalização linguística, para um espaço privilegiado no campo literário e para a obtenção de uma verdadeira valorização linguística, permitindo-lhe não só a sua manutenção, mas também a sua existência no mercado concorrencial que evidencia permanentes lutas entre diferentes autoridades e estatutos linguísticos.

O campo literário foi, desde o reconhecimento oficial, um espaço de particular importância na busca do reconhecimento como língua legítima. Os escritores e tradutores da língua mirandesa evocam assim a legítima arte de escrever, assumindo-se como figuras cimeiras da produção da língua legítima, reivindicando a sua existência e reduzindo assim a sua distância face à língua dominante, neste caso a língua portuguesa. Veremos na parte empírica como as obras escolhidas pretendem contribuir para a valorização da língua mirandesa, procurando-se obter “lucros consideráveis” ao incentivar também a crença na sua legitimidade, quer para o interior da comunidade mirandesa, quer para o exterior representado na vasta comunidade de língua portuguesa.

Esta produção literária oriunda, no caso que nos interessa, do campo das traduções realizadas para a língua mirandesa revela um duplo poder simbólico: um primeiro relacionado com a própria existência de uma elite intelectual (tendo como figura cimeira Amadeu Ferreira), que defende a língua legítima através dos escritores, gramáticos e professores da língua mirandesa; um segundo poder decorrente da tradução de literatura escrita em português e noutras línguas europeias dominantes, que pretendem alterar o valor da língua no mercado linguístico nacional.

A escolha das obras traduzidas não foi arbitrária nem inocente e revela a imperiosa necessidade de dotar o mirandês de obras já avaliadas pelo campo literário (“a república mundial das letras”, de acordo com Casanova, 1999) e pelos grupos que nele dominam, sendo que essas obras incorporavam já (na língua de partida) um elevado valor de mercado por se assumirem como obras portadoras de distinção, de consagração, de imposição de uma língua distinta e distintiva (cf. Bourdieu, 1998, p. 43). Isto significa que as obras consagradas na literatura portuguesa, vertidas agora para o campo literário mirandês, se assumem como produtos linguísticos de reconhecido valor, quer para o grupo minoritário do mirandês, quer para o grupo dominante do português. A procura de obras consagradas na língua portuguesa (ou outra) permitiu rentabilizar os lucros do capital literário em campos muito distintos. Por outro lado, o mirandês passa a ser reconhecido como estando dotado de propriedades altamente valorizadas no interior do campo literário ou república das letras, sendo que as obras escolhidas revelam uma língua capaz de evidenciar uma “excelência linguística”, possuindo assim duas vertentes tão caras à competitiva língua portuguesa: distinção e correção.

Finalmente, o campo literário impõe uma língua legítima que se valoriza, quer face aos seus usos mais correntes e quotidianos, afastando-se, por isso, do seu uso mais frequente e permitindo um valor acrescido no seu interior, o que permite aumentar a crença na sua legitimidade linguística para os seus próprios falantes, quer face ao mercado concorrencial externo que pode comprovar a competência linguística do mirandês através da tradução de obras canónicas ou religiosas, marcos da sua identidade linguística e através das quais se medem as distâncias (isto é, diferentes valores) entre línguas diferentes.

Bourdieu (1998, pp. 54-57) também refere a importância do perfil social dos locutores que acumulam importantes capitais linguísticos na língua dominante (português) e que, dotados de autoridade fundada em títulos de legitimidade linguística (reconhecidos pelos restantes interlocutores), se expressam também legitimamente numa língua minorizada sem serem “suspeitos de recorrer à língua estigmatizada «à falta de melhor»” (Bourdieu, 1998, p. 57).

Assim estabelece-se obrigatoriamente uma relação entre o desenvolvimento de produtos linguísticos e o estatuto dos locutores/produtores desses mesmos produtos. Estabelecem-se sempre relações de força que ocorrem num mercado linguístico e a imposição de legitimidade depende daqueles que detêm maiores competências linguísticas, cujos produtos são valorizados pelas leis de mercado. Estes “locutores fortemente autorizados” (Bourdieu, 1998, p. 59) encontram melhores condições para uma “formação de preços mais favorável” dos produtos do *habitus* linguístico dominados/minorizados. O peso destes agentes está correlacionado com o seu capital simbólico, isto é, depende do reconhecimento, informal ou formal, que conseguem obter num determinado grupo. Podemos afirmar que este capital simbólico se encontra presente tanto no mercado da língua dominante, como no mercado linguístico mirandês.

O estatuto dos locutores remete-nos para um importante contributo da teoria de Bourdieu que será que todos os participantes de um campo ocupam uma posição. Estas posições estão objetivamente definidas pela situação de distribuição de diferentes espécies de capital (ou poder). Um campo surge assim como uma rede de relações objetivas entre posições. A posse ou detenção destes capitais hierarquiza os indivíduos segundo o acesso a vantagens específicas que estão “em jogo” no interior do campo e a relação objetiva com outras posições (variando segundo posições de dominação e/ ou subordinação). Estas (im)posições de legitimidade e de forte poder simbólico ocorrem também no contexto da

produção literária e nas traduções. O perfil de muitos destes tradutores concorre para uma legitimidade académica, com estatutos profissionais altamente valorizados e reconhecidos.

Uma espécie de capital assume-se como eficaz num campo determinado: usado como uma arma ou assunto de jogo num conflito ou disputa que permite aos seus possuidores dispor de um poder, uma influência e assim existir no campo em causa. Por outro lado, sabemos que estes capitais só existem na condição de estarem em relação com um campo específico.

Podemos muito resumidamente definir o capital económico como aquele que está relacionado com os fatores de produção como o emprego, as organizações/ empresas, as propriedades/ terras e todo o conjunto de bens económicos (património, bens materiais e dinheiro). O capital social abrange as redes de relações sociais, sendo que estas se encontram relacionadas com a quantidade e qualidade dos recursos dos grupos, outras redes, como as redes escolares e académicas, a filiação em associações, academias e outras instituições reconhecidas. Por outro lado, o capital cultural afigura-se como um capital herdado da família e não somente a herança dos meios materiais. Este tipo de capital funciona como um importante instrumento de conhecimento, de expressão, de saber fazer, saberes e técnicas, modos e formas de trabalhar.

Com especial pertinência na parte que nos interessa, o capital simbólico surge como um capital com um forte efeito de poder, de prestígio, de distinção e carisma. Este capital assume três formas de existência: o incorporado, expressado mais cedo, produto de socialização e aprendido em ambiente familiar; objetivado, ou seja, bens culturais, livros, obras de arte; e institucionalizado, isto é, diplomas escolares e académicos.

Surge assim uma relação íntima entre capitais, ou seja, como consequência da relação que une o sistema de diferenças linguísticas ao sistema de diferenças económicas e sociais, os produtos de certas competências que trazem um lucro de distinção sempre no contexto de um mercado concorrencial e não relativista. A antecipação de “lucros” nada tem a ver com um cálculo consciente, mas é resultado de um *habitus* linguístico a par de uma tensão de mercado que não é definida no abstrato pelo locutor, mas no próprio interior da relação social entre sujeitos. Neste sentido, Bourdieu coloca a questão linguística em direta relação com as condições sociais de produção, circulação e receção dos bens simbólicos.

Sabemos que o poder conferido à elite intelectual que lidera a afirmação da língua mirandesa não reside apenas nas “qualidades da pessoa”, mas remete-nos sempre para a necessidade de reconhecermos que:

é no conjunto do universo social e das relações de domínio (que lhe conferem a sua estrutura), que reside o princípio do lucro de distinção, que todo o uso da língua legítima confere e isso apesar de uma das componentes (e não a menor) deste lucro residir no facto de parecer basear-se apenas nas qualidades da pessoa. (Bourdieu, 1998, p. 62).

Em síntese, interessa sublinhar que as interações linguísticas estão sempre condicionadas pelas relações de força entre grupos sociais e na interação disputadas pelos seus interlocutores (sujeitos).

4. ESTUDOS DE TRADUÇÃO

A disciplina dos Estudos de Tradução tem vindo a demonstrar, segundo Cronin (2003), uma lacuna geral para incluir contribuições provenientes de línguas minoritárias, nomeadamente em antologias de Estudos de Tradução, e.g. *Routledge Encyclopedia of Translation Studies* (2009, ed. Mona Baker e Gabriela Saldanha) e *Western Translation Theory from Herodotus to Nietzsche* (2002, ed. Douglas Robinson), onde nada se encontra sobre as línguas minoritárias da Europa. Neste sentido, Cronin (2003) sustenta que: “[s]peakers of minority languages looking into the disciplinary mirror of translation studies can also experience the troubling absence of the undead” (p. 139).

No entanto, deve mencionar-se uma exceção a esta quase total ausência que se encontra na obra “Translation Studies” (Routledge), de 2009, editada por Mona Baker, que inclui uma parte 13 dedicada a “Minority: Cultural Identity and Survival”, onde Cronin sustenta que: “[t]he issue of translation and minority languages is not a peripheral concern but the single most important issue in translation studies today”, “[thus] a range of desiderata to support minority languages in translator training and research (...) [a] means of minoritizing major languages through heteroglossia”.

Contudo, esta tendência surge como paradoxalmente surpreendente, uma vez que: “minority-language cultures are translation cultures *par excellence*” (Cronin, 2003, p. 139), ou seja, as línguas minoritárias surgem como invisíveis, enquanto os seus tradutores são duplamente invisíveis a um nível teórico. As línguas minoritárias encontram-se sobre a

pressão intensa das línguas dominantes, podendo ao longo do tempo sucumbir aos níveis lexical e sintático ao tornarem-se “imagens refletoras” destas línguas dominantes.

É comumente reconhecido que as línguas dominantes são línguas fortemente traduzidas como línguas de partida, ao passo que as línguas minoritárias são línguas intensamente traduzidas como línguas de chegada. A relação entre tradução e línguas minoritárias deve assumir-se como um aspeto central dos Estudos de Tradução e não uma preocupação periférica daqueles interessados em “exotismos”. Neste sentido, é importante compreender o processo de tradução como uma forma de existência continuada destas línguas e a forma como a autopercepção e a autoconfiança dos falantes se encontram relacionadas com os efeitos da tradução.

O papel da tradução neste processo de empobrecimento linguístico é altamente ambíguo, podendo ocupar simultaneamente o lugar de predador e emissário, inimigo e amigo: a tradução pode funcionar como assimilação, se os falantes realizarem autotradução para a língua dominante (ex.: o irlandês e mirandês), ou como diversificação, caso os falantes retenham e desenvolvam a sua língua através de organismos de tradução competentes, conseguindo resistir à assimilação (ex.: Catalunha). Nesta linha de pensamento, Dantas (2007, baseada em Casanova, 1999) considera que a tradução pode ser encarada como tradução assimilação e tradução consagração. O primeiro tipo de tradução resulta como uma forma de afirmação da língua e da literatura no âmbito da comunidade nacional e eventualmente mundial, permitindo às línguas minoritárias entrarem naquilo que Casanova (1999) designa de “*république mondiale des lettres*”. Assim, a tradução dos textos reconhecidos como universais fortalece o capital literário de um campo nacional desprotegido, literalizando-se e enobrecendo a língua, funcionando como uma estratégia de importação e acumulação de capital literário através da tradução e introduzindo os princípios legitimadores da tradição literária, mas também da modernidade. Neste contexto, muitos dos tradutores são também escritores ou vice-versa. Quanto ao segundo tipo de tradução – tradução consagração –, este consiste num processo inverso em que a tradução ocorre de uma língua minoritária para a língua dominante, permitindo-lhe aceder à referida “*república mundial das letras*” e internacionalizar-se no espaço literário nacional, mas também internacional. No caso concreto do mirandês, reconhece-se uma clara tendência para a tradução acumulação.

A representação das línguas minoritárias nos Estudos de Tradução é também uma questão de ideologia e de relações de forças, não só nos mercados linguísticos como Bourdieu sustenta, mas também porque, nas palavras de Cunico & Munday (2007): “Translation is here also seen as a point of contact, a crossroads, or a ‘third place’, where different social practices meet in the shaping of oral and written exchanges.” (p. 141). Quando as relações revelam assimetrias entre as partes envolvidas, então verifica-se a dominação de uns sobre os outros, aquilo que Cunino & Munday (2007) designam de “clashes”. Contudo, a tradução pode também apresentar-se como a génese de práticas sociais heterogêneas, ou seja, “encounters”. Estes mesmos autores encaram os textos traduzidos como “symbolic forms”, circunscritas a contextos sociais, temporais e geográficos específicos, que sendo realizadas por tradutores e editores e protegidas por políticas linguísticas, podem possibilitar a reconstrução de sentidos que fortaleçam as ideologias existentes ou lhes resistam.

O papel destas “symbolic forms”, ou capital simbólico, na linha de Bourdieu, conduz-nos ao conceito de capital tradutológico, ou seja, a mobilização de múltiplos recursos disponíveis (múltiplos tipos de capitais) para um processo de contradominação simbólica operada nos mercados linguísticos e outros homólogos. Será de afirmar que as traduções, entendidas como produtos linguísticos dotados de um elevado valor de mercado potenciado em vários campos, se constituem como um capital central para a defesa das línguas minoritárias, reposicionando-as no jogo de relações de força entre línguas dominantes e línguas minorizadas/dominadas.

Em suma:

Bourdieu’s theorization of the social suggests that acts of translation and interpreting be understood through the social practices and relevant fields in which they are constituted, that they be viewed as functions of social relations based on competing forms of capital tied to local/global relations of power, and that translators and interpreters, through the workings of the habitus and illusion, be seen as both implicated in and able to transform the forms of practice in which they engage. (Inghilleri, 2005, p.143)

5. ESTUDO EXPLORATÓRIO

Este estudo deve ser perspectivado como uma abordagem exploratória que permite questionar a realidade atual com base num conjunto de questões que caracterizam os

tradutores da língua mirandesa. Por óbvias restrições de tempo e espaço de exposição, optaremos por uma análise descritiva, procurando *a posteriori* analisar criticamente alguns aspetos sobre esta realidade emergente no contexto da afirmação da língua mirandesa.

5.1. Metodologia

No que se refere à metodologia que orientou o nosso estudo exploratório, este estruturou-se em diversas fases. Numa 1.^a fase, foi realizado o levantamento das obras traduzidas para mirandês que foi o nosso enfoque inicial, tendo sido intencionalmente excluídas as obras traduzidas de mirandês para outras línguas estrangeiras. Assim, a procura incidiu na obra designada “Bibliografia Língua e Cultura na Fronteira Norte-Sul” (2014), com coordenação de Manuela Barros Ferreira, mais especificamente no capítulo “Zona Ia. – Bragança/Miranda” que abrange as subdivisões de Língua, Literatura e Cultura, com coordenação de Manuela Barros Ferreira e de Amadeu Ferreira. As obras traduzidas encontram-se integradas na secção da Literatura (i.e. pp. 84-87).

Numa 2.^a fase, optámos por desenhar e sistematizar uma grelha de análise para a identificação dos tradutores elencados, as obras e suas designações, as editoras (e respetivos locais) e datas de publicação, as línguas de partida e observações várias, nomeadamente se as obras em causa foram traduzidas em colaboração, se se encontram disponíveis na Internet, se constituem edições bilingues ou trilingues ou se integram compilações (cf. Tabela 1). Nesta etapa, foram igualmente integrados outros tradutores e outras obras que não se encontravam contemplados pelo levantamento inicial baseado na obra supracitada.

TRADUTORES	OBRAS	EDITORIA	LOCAL	DATA	OBS.
Amadeu Ferreira	"Astronomie" - "Astronomia" de Fiam Hasse Pais Brandão	online		2001	http://mirandes.no.sapo.pt/BLTT.html (acedido a 6.06.2016)
	"Asterix, I Goulés" - "Asterix, le Gaulois" de Goscinny e Uderzo	ASA	Lisboa	2005	Em colaboração com Carlos Ferreira, Domingos Raposo e António Santos
	"L Galaton" - "Le Grand Fossé" de Uderzo	ASA	Lisboa	2006	Co-autoria de José Pedro Cardona Ferreira; em colaboração com Duarte Martins, Domingos Raposo e António Santos
	"Poetas de I Douro"	online		2006	
	"Irmã(o)" de Cristina Valadas e Eugénio Roda	Edições Gémeo	Porto	2008	Edição bilingue (português e mirandês)
	"Mirandês. Stória dua Lhéngua i dun Pobo" de José Ruy	Âncora	Lisboa	2009	
	"Cuontas de la Dona Tierra" - Contos de Maria Helena Henriques, Maria José Moreno e A. M. Galopim de Carvalho	Imprensa da Universidade de Coimbra	Coimbra	2009	Coordenação de Amadeu Ferreira
	"Tra.los.Montes"	Publicações Serrote	Lisboa	2010	Edição trilingue (português, mirandês e inglês)
	"Mensaige" de Fernando Pessoa	Zéfiro	Sintra	2011	
	"Ls Quatro Eibangeilhos"	Sociedade Bíblica	Lisboa	2011	
	"Ls Eibangeilhos de Deimingo" - "Evangelhos Dominais" partindo da Nova Vulgata	Mensageiro de Bragança	Trás-os-Montes	2002-2003	
	"Fábulas de Eísopo"	online		2008-2014	Co-autoria de Ana Afonso; http://fabulas-em-mirandes.blogspot.pt/ (acedido 6.06.2016)
	"Lhéngua Mirandesa: Manifesto an Modo de Hino / Língua Mirandesa: Manifesto em Forma de Hino"	Âncora	Lisboa	s.a.	Manifesto bilingue mirandês-português - é tradução ou não?

Tabela 1 – Grelha de análise – exemplo referente a Amadeu Ferreira

Seguidamente, a 3.^a fase deste trabalho consistiu na aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas (vd. Figura 1), criado no Google Forms, e na sua aplicação aos tradutores ativos do mirandês.

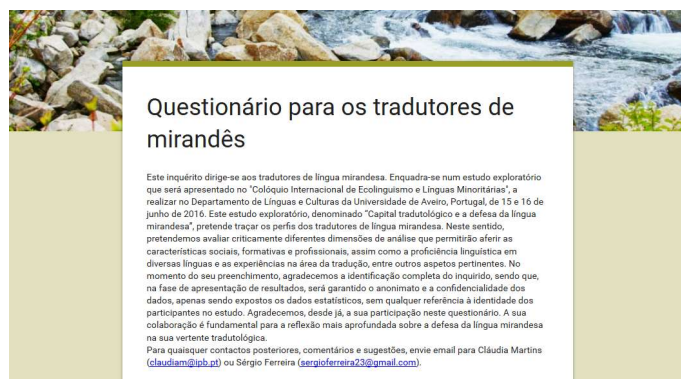


Figura 1 – Página de entrada do questionário para os tradutores de mirandês

O questionário aplicado estrutura-se em seis partes distintas, incluindo no final um espaço para comentários, sugestões e críticas, num total de 48 perguntas. A primeira parte centrou-se na recolha de informação sociodemográfica, através da qual pretendemos identificar os tradutores segundo a sua idade, género, nacionalidade e naturalidade, vivência em países estrangeiros e residência atual. Seguidamente, direcionamo-nos para a formação académica dos tradutores, que pretendeu auscultar se a frequência dos ensinos pré-escolar, básico e secundário foi realizada em Miranda, a área científica da licenciatura e formação pós-graduada, se experienciaram uma aprendizagem formal de línguas estrangeiras, com a identificação dos respetivos níveis de proficiência, e se realizaram formação em tradução, opinando sobre a sua importância e/ou necessidade. Adicionalmente, a informação profissional focou na identificação da profissão dos tradutores e respetiva instituição, a percentagem de atividade que a tradução representa na sua vida profissional, as áreas de especialização em que trabalham e o número de anos de experiência tradutiva. Por fim, a secção inicial que tenta caracterizar o perfil dos tradutores fica concluída com as questões relacionadas com a prática tradutiva dos tradutores, ou seja, o número de obras traduzidas para mirandês e a sua elencagem, a referência à sua intervenção na escolha das obras e a identificação das editoras envolvidas, dos recursos usados, das estratégias de remediação e dos critérios considerados relevantes no ato tradutivo.

Relativamente aos recursos utilizados, os respondentes ao questionário tinham de seleccionar os mais pertinentes para a sua prática de entre uma lista predefinida: a convenção ortográfica da língua mirandesa; dicionários de português-mirandês em papel e em linha; gramáticas; glossários e produtos lexicográficos; Google translate; Wikipédia em mirandês (i.e. Biquipédia – L’anciclopédia lhibre); e recursos diversos em linha. No que se refere aos critérios a ter em consideração no ato tradutivo, estes foram elencados de forma a que os tradutores os seleccionassem, a saber: significado; terminologia; gramática e sintaxe; omissões e adições; fraseologia (i.e. colocações e expressões idiomáticas); ortografia e pontuação; estilo e registo; questões tipográficas; conformidade face a normas, convenções e recomendações; fluência do texto de chegada; função do texto; e coerência e coesão.

A última parte do questionário compreende duas secções fundamentais que se prendem com a relação que os tradutores estabelecem com a língua mirandesa e as suas reflexões face ao futuro da tradução em mirandês. Estas afiguram-se fundamentais, uma vez que considerámos estar perante um corpo de tradutores que prevíamos não possuir formação em tradução, apesar de todos deterem formação ao nível do ensino superior. Assim, na primeira destas duas últimas secções, incluímos informação relacionada com as línguas maternas dos tradutores e as línguas usadas em casa, com quem interagem em mirandês (e.g. com os pais, avós, tios e primos, amigos e vizinhos, cônjuges ou com ninguém), como aprofundaram o conhecimento da língua mirandesa e de que forma colaboraram na criação de produtos linguísticos em mirandês. A segunda secção abordou a identificação dos aspetos relevantes para o futuro da tradução em mirandês, a existência de projetos de tradução atuais e futuros, assim como a identificação de dificuldades e necessidades futuras para a língua mirandesa.

5.2. Discussão de resultados

O levantamento dos tradutores de mirandês, em conformidade com a metodologia acima explanada, possibilitou-nos identificar um total de dezasseis tradutores, oito já desaparecidos, entre os quais se contam Amadeu Ferreira (1950-2015), e seus pseudónimos Fracisco Niebro e Marcus Miranda, António Garcia (n. d.), António Maria

Mourinho (1917-1995), Bernardo Fernandes Monteiro (1825-1906), José Leite de Vasconcellos (1858-1941) e o Padre Manuel João Sardinha (1841-morte?).

<i>Tradutor</i>	<i>Obras</i>
<i>Amadeu Ferreira (1950-2015)</i>	"Astronomie", Fiamma Hasse Pais Brandão (2001); "Ls Quatro Eibangeilhos" (2011); "Ls Eibangeilhos de Deímingo" (2002-2003); "Asterix, l Goulés", Goscinnny e Uderzo (2005); "L Galaton", Goscinnny e Uderzo (2006); "Poetas de l Douro" (2006); "Irmã(o)", Cristina Valadas e Eugénio Roda (2008); "Mirandês. Stória dua Lhéngua i dun Pobo", José Ruy (2009); "Cuontas de la Dona Tierra" – Contos de Maria Helena Henriques, Maria José Moreno e A. M. Galopim de Carvalho (2009); "Tra.los.Montes" (2010); "Mensaige", Fernando Pessoa (2011); "Fábulas de Eisopo" (2008-2014)
<i>Fracisco Niebro (pseudónimo de Amadeu Ferreira)</i>	"Lhéngua Mirandesa: Manifesto an Modo de Hino / Lingua Mirandesa: Manifesto em Forma de Hino" (1999); "Bucólica", Miguel Torga (2006); Tradução de poemas de diversos autores em linha (2007-2013); "Ls Lusíadas", Luís de Camões (2010); "L mais cantar de Salomon" (2012); "Fernando de Castro Branco – ua Antologie" (2012)
<i>Marcus Miranda (pseudónimo de Amadeu Ferreira)</i>	"Poetas lhatinos", Horácio, Virgílio, Catulo e Ovídio (2002); "L poder, l dreito i la regla de l falar", Hourácio Falco (2003)
<i>António Garcia (n.d.)</i>	"Tu qi eras lâ mi'alma", Luís de Camões (1934)
<i>António Maria Mourinho (1917-1995)</i>	"Prólogo do Evangelho de S. João para a 3ª missa do Natal, traduzido em Língua Mirandesa, precedido de um pequeno comentário em Português" (1987); "Os evangelhos da Páscoa em mirandês, com um pequeno preâmbulo em português" (1998??); "Na Tiêrra de Miranda" – 4 poemas de José Viale Moutinho (1992)
<i>Bernardo Fernandes Monteiro (1825-1906)</i>	"O Evangelho de S. Lucas traduzido em língua mirandesa" (cap. I a X) (1894); "A Primeira Epístola de S. Paulo aos Coríntios traduzida em mirandês" (1894); "El Cirujano del Señor Abade (Episodio d'la guerra de la Península)" (1896); "Siete anhos de pastor...", Luís de Camões (1912)
<i>José Leite de Vasconcellos (1858-1941)</i>	"Camoniana mirandesa" (1901)
<i>Padre Manuel João Sardinha (século XIX)</i>	"A ua cautiba por nome Bárbola...", Luís de Camões (1893); "Zara", Antero de Quental (1894)

Tabela 2 – Tradutores de mirandês já desaparecidos e obras traduzidas

Relativamente aos dez tradutores no ativo, estes incluem Alcides Meirinhos (1961), Alfredo Cameirão (1968), Ana Afonso (1977), Anabela Almeida (n.d.), António Bárbolo Alves (1964), Carlos Ferreira (1961), Domingos Raposo (1952), Duarte Martins (n.d.), José Pedro Ferreira (1980) e Thibault Ferreira (1994). Destes tradutores, somente sete responderam ao questionário, representando 70% do universo total de tradutores.

No que se refere à informação sociodemográfica, a figura 2 revela que 28,6% dos tradutores se encontram na faixa etária entre os 51 e os 60 anos e a mesma percentagem para o intervalo de 30-40 anos, estando os restantes equitativamente distribuídos pelos intervalos de 61-70, 41-50 e menos de 30 anos (i.e. todos com 14,3%). No contexto da amostra de respondentes, todos são do género masculino.

Idade (7 responses)

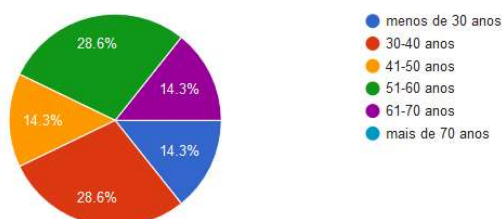


Figura 2 – Idade dos tradutores de mirandês

Quanto à sua nacionalidade, 100% dos tradutores são portugueses, tendo 42,9% vivido num país estrangeiro, tal como é patente na figura 3. Os países identificados pelos respondentes foram: a França, a Bélgica, a Espanha e a Itália, variando o período de residência no estrangeiro entre os 6 meses e os 12 anos. No que se refere à sua naturalidade, todos nasceram no concelho de Miranda do Douro, com exceção de dois dos tradutores, um que nasceu em França e outro em Vila Real. Relativamente à sua residência atual, três vivem em Miranda do Douro, dois em Lisboa, um em Mogadouro e um outro em Albergaria-a-Velha.

Viveu em algum país estrangeiro? (7 responses)

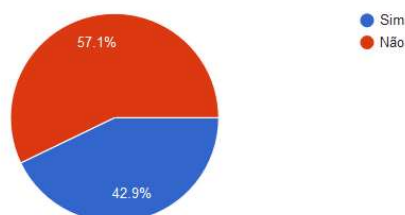


Figura 3 – Residência em países estrangeiros dos tradutores de mirandês

Com vista a compreender o perfil do corpo de tradutores de mirandês, questionámo-los quanto à sua formação académica. A primeira questão recaiu sobre o local onde concluíram o ensino básico e secundário, uma vez que pretendíamos saber se estes tradutores haviam frequentado a escola em Miranda do Douro. Conforme se verifica na

figura 5, 85,7% dos tradutores frequentou o 1.º ciclo do ensino básico (EB) no concelho de Miranda do Douro, enquanto nos 2.º e 3.º ciclos EB somente 42,9% permaneceu em Miranda do Douro e no ensino secundário a percentagem desce para 28,6%. Um dos tradutores não frequentou nenhum dos ciclos de ensino básico e secundário em Miranda.

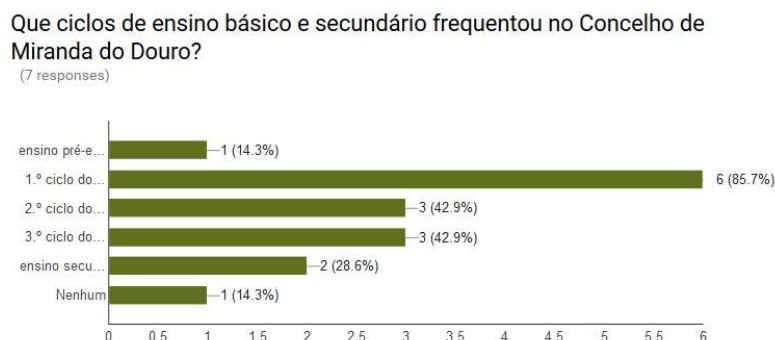


Figura 4 – Frequência do ensino básico e secundário dos tradutores de mirandês

As ciências sociais, por um lado, e as humanidades, por outro, correspondem à área de licenciatura com 42,9% dos respondentes cada, ao passo que 14,3% concluíram o primeiro ciclo de estudos superiores em outra área (cf. figura 5).

Qual a área da sua licenciatura? (7 responses)

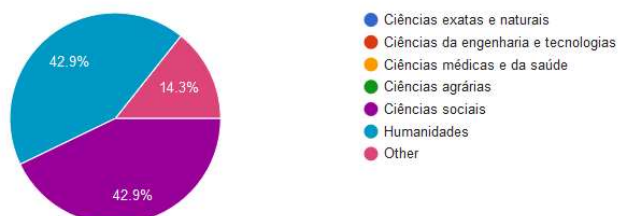


Figura 5 – Área da licenciatura dos tradutores de mirandês

Relativamente à formação pós-graduada dos tradutores (cf. figura 6), 28,6% possui mestrado, 28,6% tem outra formação, 42,9% não possui formação pós-graduada e 14,3% concluiu o doutoramento. Dos que assumiram a obtenção desta formação, 33,3% realizou-a nas ciências sociais e 16,7% nas humanidades, contrastando com 50% sem qualquer formação pós-graduada.

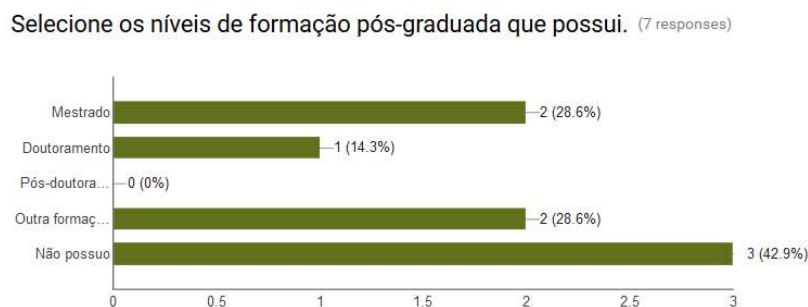


Figura 6 – Frequência do ensino básico e secundário dos tradutores de mirandês

A par da formação ao nível superior, inquirimos os tradutores de mirandês quanto à sua aprendizagem formal de língua(s) estrangeira(s): 85,7% admitiram ter estudado pelo menos uma língua estrangeira e destes todos estudaram inglês e francês, 40% estudou espanhol e latim e 20% estudou alemão e grego. A totalidade dos respondentes realizou esta formação no ensino básico e secundário, 42,9% também estudou línguas estrangeiras no ensino superior e 14,3% em aulas privadas. Na identificação do nível de proficiência linguística, apenas 4 dos 7 respondentes realizaram a sua autoavaliação: o nível avançado abrange o inglês e o espanhol, enquanto o francês, o alemão, o latim e o grego e o italiano variam entre os níveis intermédio e básico.

Realizou aprendizagem formal de alguma língua estrangeira? (7 responses)

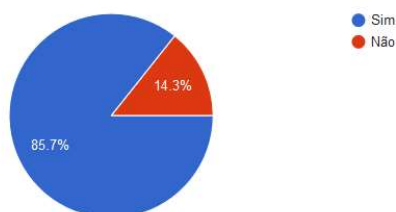


Figura 7 – Aprendizagem formal de línguas estrangeiras dos tradutores de mirandês

No que se refere à formação em tradução, 100% dos respondentes afirmou não a possuir e destes 85,7% considerou que seria útil, apresentando diversas razões que destacamos: “aprendizagem de técnicas da arte”; “pormenores de enquadramento”; “aprender com especialistas”; “maior conhecimento da língua” (entenda-se o mirandês); “aquisição de técnicas (...) [para] maior eficácia, coerência e lógica”; “atividade tão técnica como artística, dependendo do texto e da razão para a tradução”.

Considera que seria útil obter formação em tradução? (7 responses)

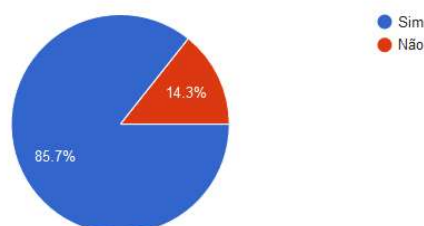


Figura 8 – Utilidade de formação em tradução para os tradutores de mirandês

Quanto à atividade profissional, 4 dos respondentes atuam na área da formação, quer por conta própria, quer integrados em escolas do ensino básico e secundário. Os restantes abrangem a consultadoria, o turismo e a investigação (i.e. bolseiro). Considerando estes contextos profissionais, 66,7% dos respondentes afirmou que a tradução representa até 10% da sua atividade e 33,3% entre 25% e 50% da respetiva atividade.

Qual a percentagem de trabalho que a tradução representa na sua atividade profissional?
(6 responses)

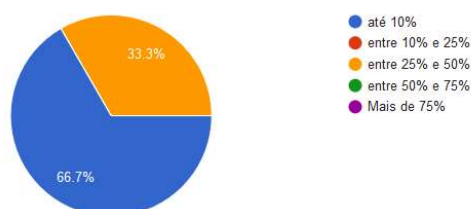


Figura 9 – Percentagem da tradução na atividade profissional dos tradutores de mirandês

De entre as áreas em que os respondentes traduzem, as que obtiveram maior escolha foram a tradução literária, com 85,7%, seguida da tradução técnica e a interpretação, com 42,9% cada, da localização, com 28,6%, e da tradução jurídica e audiovisual, com 14,3% cada. De destacar que nenhum dos respondentes identificou a tradução médica e que 28,6% selecionou uma outra área, não identificada.

Selecione a(s) área(s) em que trabalha na tradução. (7 responses)

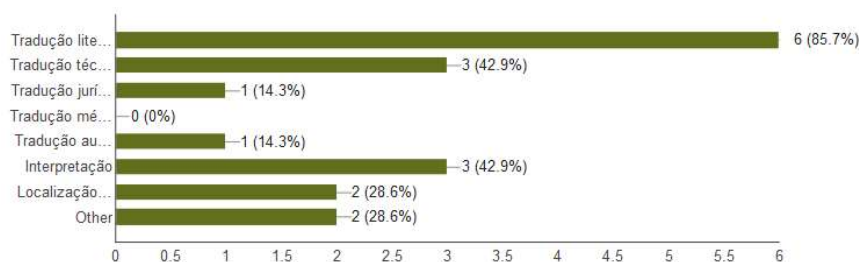


Figura 10 – Área de tradução dos tradutores de mirandês

No que diz respeito à experiência em tradução, os respondentes oscilam entre menos de 5 anos de experiência até mais de 30: 28,6% situa-se no intervalo de 6 a 10 anos e de 16 a 20 anos, enquanto os restantes intervalos (i.e. mais de 30 anos, 10-15 anos e menos de 5 anos) obtiveram uma percentagem equitativa de 14,3%.

Qual o número de anos de experiência em tradução para mirandês?
(7 responses)

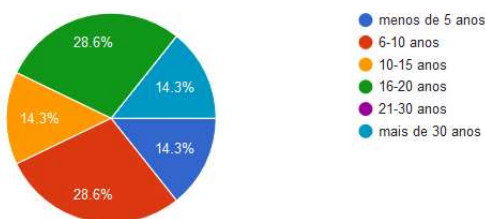


Figura 11 – Anos de experiência em tradução dos tradutores de mirandês

No sentido de compreender a prática tradutiva desenvolvida pelos respondentes, começámos por auscultá-los sobre o número de obras traduzidas, sendo que 57,1% esteve envolvido em menos de 5 obras e os restantes 42,9% entre 5 e 10 obras, consistente com o universo de obras traduzidas para mirandês.

Qual o número de obras que traduziu para mirandês? (7 responses)

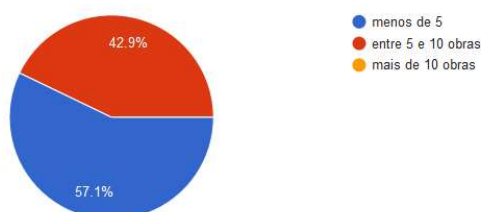


Figura 12 – Número de obras traduzidas pelos tradutores de mirandês

Relacionado com o número de obras traduzidas, considerámos pertinente averiguar se os tradutores tinham tido intervenção na escolha das obras e se tinham trabalhado em conjunto com as editoras em causa. No que se refere à primeira questão, 57,1% admitiram não ter tido qualquer intervenção na escolha das obras, tendo sido estas sugeridas pelos autores, cotradutor ou pelas editoras, e os restantes 42,9% intervieram diretamente nesta escolha, devido ao gosto pela obra e à importância da obra em causa. O trabalho com a editora ocorreu efetivamente em metade dos casos, sendo que 50% dos tradutores trabalharam em conjunto com as editoras.

Intervio na escolha das obras para traduzir? (7 responses)

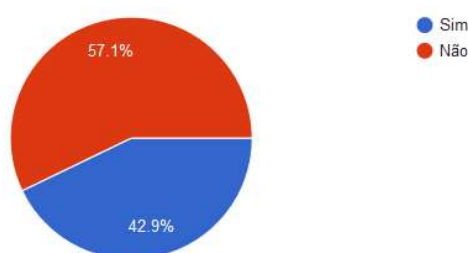


Figura 13 – Escolha das obras a traduzir pelos tradutores de mirandês

No contexto da prática tradutiva, considerámos fundamental auscultar três aspetos: os recursos utilizados, as estratégias de remediação face a obstáculos e os critérios relevantes no ato tradutivo em si. As figuras 14 e 15 explicitam a posição dos tradutores de mirandês face a estas questões. Relativamente aos recursos, 100% dos respondentes identificaram a convenção ortográfica como o recurso mais usado, seguido pelas gramáticas (e recursos afins), pelos glossários (e outros produtos lexicográficos) e por outros recursos não identificados, todos com 57,1% das respostas. Os que obtiveram menor percentagem foram os dicionários português-mirandês em papel e em linha, com 28,6% cada.

Identifique os recursos que utiliza quando traduz para mirandês. (7 responses)

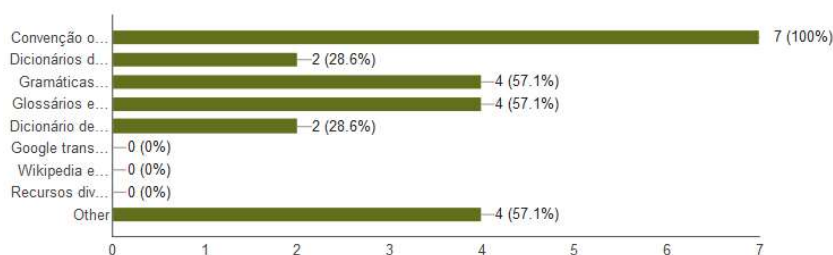


Figura 14 – Recursos utilizados pelos tradutores de mirandês

No que se refere às estratégias para colmatar obstáculos na tradução, o enfoque dos tradutores de mirandês residiu nas consultas bibliográficas e outras não especificadas e no questionamento direto a falantes de mirandês, nomeadamente os mais idosos. Duas outras respostas que merecem destaque relacionam-se com: por um lado, a necessidade de “entrar no espírito do texto” e de “manter a fidedignidade da estrutura de língua” e a sua idiomatidade original (por meio de “termos mais vernáculos” e “expressões idiomáticas”) e, por outro, as pesquisas realizadas em *corpora* digitais de forma a aceder a contextos, definições e sinónimos. Estas duas últimas respostas abrangem preocupações discutidas criticamente aquando qualquer formação em tradução, ou seja, a questão da fidelidade ao texto de partida e à língua de chegada e à sua idiomatidade, assim como a utilização de recursos textuais e terminológicos, por meio de *corpora* em linha.

A questão relativa aos critérios a ter em consideração na atividade tradutiva teve como base o inquérito já mencionado, tentando fundir com outros que consideramos igualmente importantes. Assim, de acordo com as respostas dos tradutores de mirandês, os aspetos mais importantes são o significado e a terminologia, cada com 100% das respostas. A estes seguem-se a gramática e sintaxe, a fraseologia, o estilo e registo e a coerência e coesão textuais, todos com 85,7% das respostas; 71,4% seleccionaram a ortografia e pontuação, por um lado, e a função do texto, por outro; 57,1% escolheram a conformidade face a normas, convenções e recomendações e a fluência do texto de chegada (a mencionada ‘idiomaticidade’) e, finalmente, com os valores mais baixos, as omissões e adições e as questões tipográficas, com 28,6% e 14,3%, respetivamente.

Indique os critérios a que atribui importância aquando da sua atividade tradutiva.

(7 responses)

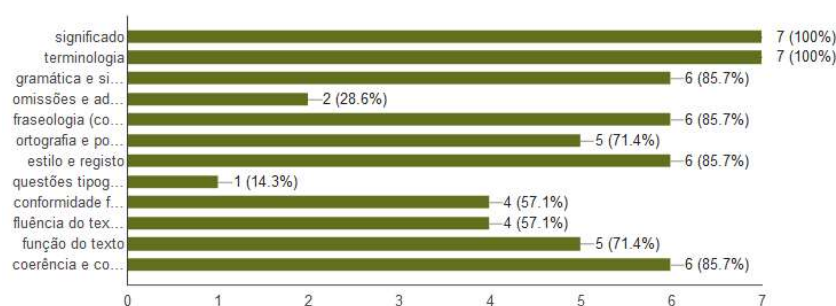


Figura 15 – Critérios importantes na atividade tradutiva dos tradutores de mirandês

Na relação com a língua mirandesa, a primeira questão que pretendemos explicitar foi a língua materna, tendo 100% dos respondentes identificado o português como a sua língua materna e, de forma relevante, 71,4% também assumiram o mirandês como sua língua materna.

Qual ou quais são as suas línguas maternas? (7 responses)

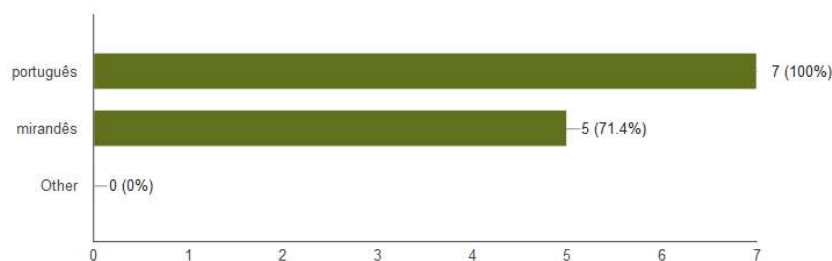


Figura 16 – Línguas maternas dos tradutores de mirandês

A par da questão da língua materna, pretendemos averiguar as línguas utilizadas pelos tradutores no contexto familiar durante a sua infância. Na linha dos resultados para a pergunta anterior, 100% respondeu que falavam em português, 71,4% em mirandês e somente 14,3% numa outra língua, advindo provavelmente da residência em países estrangeiros.

Qual ou quais eram as línguas utilizadas em casa quando era criança?
(7 responses)

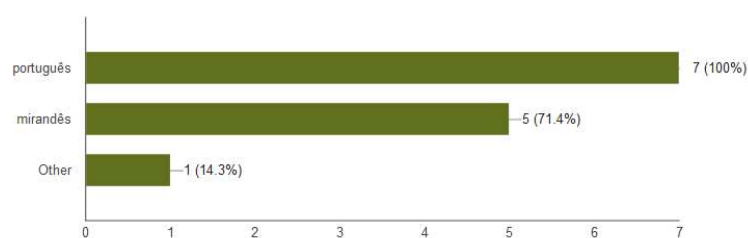


Figura 17 – Línguas faladas na infância dos tradutores de mirandês

Para além do contexto de família restrita, era essencial auscultar em que outros contextos os respondentes utilizavam o mirandês: 100% responderam que o faziam com os amigos, 71,4% comunicavam igualmente com os pais e irmãos, avós e tios e primos. O seu conhecimento da língua mirandesa foi aprofundado por meio do ensino obrigatório, de

curso ministrado por Amadeu Ferreira e Carlos Ferreira, do contacto com falantes de mirandês e através do autodidatismo (i.e. estudo da língua, investigação e utilização).

Com quem falava mirandês quando era criança? (7 responses)

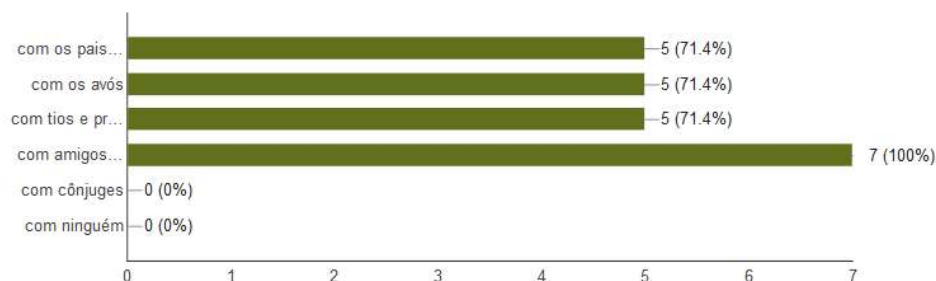


Figura 18 – Contactos em mirandês na infância dos tradutores de mirandês

Concomitante à tradução para mirandês, 85,7% dos respondentes assumiram que colaboravam na produção de outros produtos, entre os quais destacamos a criação de música em mirandês, a elaboração de convites, cartazes e rótulos comerciais em mirandês, revisão de obras em mirandês, organização de conferências e produção de conteúdos para cursos de mirandês em linha.

Para além da tradução para mirandês, colaborou na produção de outros produtos?
(7 responses)

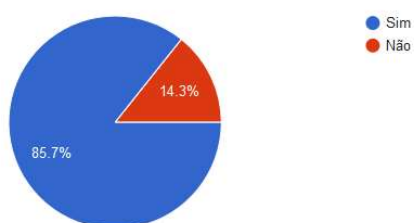


Figura 19 – Colaboração na produção de recursos por parte dos tradutores de mirandês

A secção relativa ao futuro do mirandês é maioritariamente aferido por questões abertas de forma a que os tradutores de mirandês pudessem expressar a sua opinião de forma mais livre relativamente aos projetos que seria importante desenvolver para a língua mirandesa, assim como as suas dificuldades e necessidades futuras. Quanto aos aspetos que foram identificados como importantes para promover o desenvolvimento do mirandês, 100% selecionaram a tradução de textos originalmente em mirandês para português e outras línguas (no sentido de assegurar a tradução consagração, segundo a nomenclatura de Casanova, 1999), 85,7% apoiaram a criação de mestrados de tradução com a opção de

mirandês, 71,4% a inclusão do mirandês no ensino superior, nomeadamente nas licenciaturas e mestrados, 57,1% a oferta da disciplina de mirandês nos ensinos básico e secundário em todo o país, assim como a oferta de cursos de mirandês em centros e escolas de línguas e, por fim, somente 42,9% a criação de um Departamento de tradução para o mirandês.

Considerando a sua experiência em tradução, selecione os aspetos que identifica como relevantes para o desenvolvimento desta área no âmbito da língua mirandesa?
(7 responses)

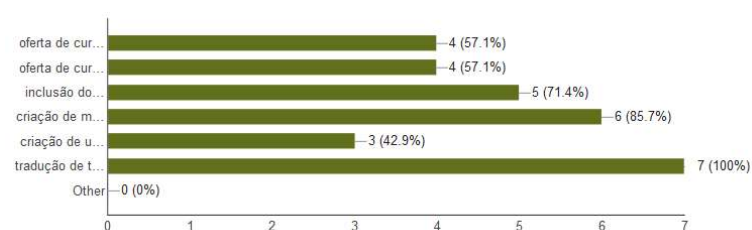


Figura 20 – Colaboração na produção de recursos por parte dos tradutores de mirandês

Entre os projetos considerados importantes, os respondentes elegeram a literatura infantil e as obras literárias com objetivos didáticos (i.e. ensino da língua em contexto escolar) e os clássicos da literatura portuguesa e também mundial, tais como aqueles de línguas próximas (e.g. espanhol e italiano).

Que projetos de tradução considera que seriam importantes desenvolver em língua mirandesa?
(6 responses)

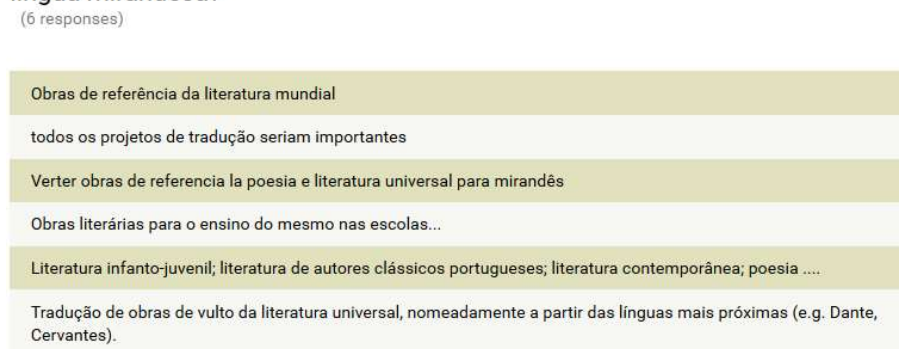


Figura 21 – Colaboração na produção de recursos por parte dos tradutores de mirandês

Finalmente, as dificuldades que os tradutores identificaram prendem-se com as questões económico-financeiras, transversais a todas as áreas da sociedade, bem como a falta de conhecimento aprofundado da língua que, por vezes, conduz a traduções menos adequadas e “aportuguesamentos” que se reflete na falta de formação superior séria nesta

área linguística e, consequentemente, na falta de especialistas na tradução de e para mirandês. Relativamente às necessidades, aponta-se a necessidade de existir um dicionário mirandês-português mais completo, isto é, a constituição de recursos de apoio, nomeadamente os *corpora* e um thesaurus, sem deixar de referir a revisão da convenção ortográfica da língua mirandesa.

Identifique dificuldades e necessidades futuras na área da tradução do mirandês.

(7 responses)

Económicas, financeiras e massa crítica do mercado
O fraco conhecimento da língua mirandesa por parte de alguns tradutores e a inclusão de termos "aportuguesados" na língua mirandesa em detrimento da terminologia original devido ao desconhecimento da mesma.
a existência de um dicionário mirandês- português mais completo
Falta de formação superior adequada e séria
Não existe uma política clara nesse sentido. Muito folclore à volta do mirandês...
Dificuldades: Poucos obreiros; inexistência de meios financeiros para publicar. Necessidades futuras: Cativar e/ou formar tradutores. Aumentar o acervo literário traduzido em mirandês com obras emblemáticas da literatura portuguesa e mundial que cativem leitores e projetem o mirandês para o exterior.
Melhores recursos de apoio, como um 'thesaurus'; um bom dicionário de língua, a par de um dicionário terminado de e para mirandês; revisão da Convenção Ortográfica para clarificação de áreas lacunares; criação de um 'corpus' com pesquisa por contexto; 'corpora' paralelos a partir de traduções existentes.

Figura 22 – Identificação de dificuldades e necessidades futuras na área da tradução do mirandês

A secção final relativa aos comentários, sugestões e críticas direciona-se para a necessidade de continuar a desenvolver os estudos do mirandês, uma vez que é essencial discutir a língua, refletir sobre ela e produzir sobre e nela nos meios académicos.

5.3. Considerações finais

Em termos globais, o volume de publicações verificou-se mais intenso a partir de 2001, dois anos após a Lei n.º 7/99, sendo que a publicação destas traduções abrange diversas editoras (e.g. Âncora, ASA, Universidade de Coimbra, Zéfiro), revistas académicas, jornais regionais e sítios em linha. Pode ainda concluir-se que as línguas de partida são maioritariamente o português, o francês e o latim (especialmente no caso de Amadeu Ferreira e seus pseudónimos), havendo contudo outras línguas menos representativas, tais como o inglês e o espanhol.

As obras selecionadas para o processo de tradução são de natureza e extensão diversas, compreendendo: a banda desenhada, com três aventuras de Astérix (Goscinny e Uderzo) – “Astérix, 1 Goulés”, “L Galaton” e “L papiro de César” –; os clássicos da literatura infantil, como o “Príncipezinho” de Saint-Exupéry; os contos e fábulas da região, de La Fontaine e de Esopo; a poesia canónica do português (Camões e Pessoa), de poetas latinos (Horácio, Virgílio, Catulo e Ovídio) e da região (poetas do Douro, Miguel Torga), assim como a poesia de diversas nacionalidades – brasileira, espanhola, chilena, árabe, francesa, alemã, inglesa –; textos litúrgicos, nomeadamente os Evangelhos de Domingo, de Natal e da Páscoa; e textos técnicos, i.e. um estudo de impacto ambiental.

6. CONCLUSÕES

Do exposto neste trabalho, depreende-se que a relação entre as línguas minoritárias e os Estudos de Tradução é um assunto recente e com uma exploração relativamente restrita, considerando os desenvolvimentos noutras áreas desta disciplina. No que se refere às línguas minoritárias, estas podem e devem ser aprendidas em paralelo com a língua dominante ou maioritária, uma vez que o bilinguismo prematuro pode beneficiar a aprendizagem posterior de outras línguas estrangeiras, desafio este que é abraçado pela Europa nas suas diversas publicações. Neste sentido, as novas tecnologias permitem às línguas minoritárias uma diversidade de meios de produzir e difundir conteúdos a uma diáspora/comunidade.

Paralelamente, o investimento na formação de tradutores não pode ser avaliado somente em termos de retorno económico, mas desempenha uma função vital na revalorização da própria língua minoritária, defendendo-a através da sua promoção e proteção. É esta atividade tradutiva que promove uma reversão do processo de “empobrecimento” da língua minoritária por força da sua exposição contínua à língua dominante. De igual modo, a tradução contribui para combater a classificação habitual de uma língua minoritária de menor difusão – “language of lesser diffusion” – e de língua menos traduzida – “less translated language”.

Relativamente ao mirandês, após quase 20 anos da Convenção Ortográfica do Mirandês e refundada a Associação da Língua e Cultura Mirandesa | l’Associaçon de la

Lhéngua i Cultura Mirandesa, que foi inicialmente criada em Lisboa e transferida, desde 2014, para Miranda do Douro, impõe-se um reconhecimento da importância e necessidade premente de tradutores com formação profissional e qualificados para esta atividade, especialmente numa fase de maior produção literária em mirandês e de maior necessidade de traduções de outras línguas para o mirandês e, em fases posteriores, de mirandês para outras línguas estrangeiras, de forma a almejar a tradução consagração (cf. Casanova, 1999; Dantas, 2007).

Na sequência do questionário que aplicámos, conseguimos provar que os atuais tradutores da língua mirandesa, apesar de estarem intimamente relacionados com a língua mirandesa, não possuem qualquer formação especializada em tradução, sendo esta pautada por tradutores com uma experiência adquirida através da prática. Na nossa perspetiva, perante os resultados observados, surge a necessidade de criar um departamento de tradução no interior da Associação da Língua e Cultura Mirandesa | l'Associaçon de la Lhéngua i Cultura Mirandesa que possa promover cursos e formação em tradução, assim como validar e acreditar os vários tradutores em exercício.

Um outro aspeto que pretendemos salientar refere-se à ausência de cursos de mirandês fora do espaço do concelho de Miranda do Douro, ou seja, para que a atividade de tradução se possa afirmar como um caminho futuro para a defesa da língua mirandesa, esta necessita de uma forte formação e presença no ensino superior. Somente desta forma se pode exigir a criação de cursos de licenciatura e mestrado com a inclusão da combinatória do mirandês.

Em síntese, o capital tradutológico permite entender que as atividades e práticas de tradução podem oferecer perspetivas diferenciadas sobre a língua e identidade em contextos de minorias linguísticas. A tradução pode reforçar a própria identidade dos mirandeses que se reveem em aspetos culturais comuns entre as línguas portuguesa e mirandesa, ou entre outras realidades de outras línguas estrangeiras.

A situação atual da escolha das obras a traduzir e a existência de determinados critérios editoriais podem, no entanto, criar ambiguidades decorrentes da ausência de uma política linguística global ou de um programa de planeamento linguístico de médio e longo prazo. O sucesso e impacto das obras traduzidas não dependerá somente da qualidade dos seus textos/traduções, mas também da capacidade de financiar autonomamente diferentes projetos. Decorridos 17 anos do reconhecimento oficial da língua mirandesa, é

estrategicamente vital que exista uma política sólida e objetiva em matéria do papel da tradução no planeamento linguístico da língua mirandesa.

No final deste trabalho, encontramos-nos face a um conjunto de questões que urge vir a responder no futuro da língua mirandesa, na linha do apresentado por Millán-Varela (2010, pp. 155-172). Que necessidades dos mirandeses foram identificadas quando se tomaram decisões ou opções das traduções escolhidas? Se as traduções permitem a revitalização simbólica de uma língua minoritária, qual é o impacto que estas têm sobre a revitalização efetiva da língua falada e escrita pelos mirandeses? Poderá uma comunidade como a mirandesa sobreviver sem as traduções do ponto de vista multicultural, do contacto com as outras mundivisões? Que tipo de diglossia se promove com as escolhas tradutivas? Quais são as necessidades que devem ser atendidas no contexto das línguas minoritárias na área da tradução e face aos seus tradutores, mediadores e consumidores?

Consideramos que estas serão questões que devem ser amplamente debatidas no seio da comunidade mirandesa e de forma mais institucional no interior da Associação da Língua e Cultura Mirandesas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bourdieu, P. & Wacquant, L. (1992). *Réponses. Pour une anthropologie réflexive*. Paris: Le Seuil.
- Bourdieu, P. (1998). *O que falar quer dizer*. Lisboa: Lidel.
- Camões, L. V. (2010). *Ls Lusíadas an Mirandés*. (Tradução de Francisco Niebro). Lisboa: Ancora Editora.
- Casanova, P. (1999). *Le república mondiale des lettres*. Paris: Le Seuil.
- Cooper, R. L. (1989). *Language Planning and Social Change*. Cambridge/ Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Cronin, M. (2003). *Translation and Globalization*. Nova Iorque: Routledge.
- Cunico, S. & Munday, J. (2007). Encounters and Clashes – Introduction to Translation and Ideology. In Cunico, Sonia, & Jeremy Munday. *The Translator, vol. 13, number 2 – Translation and Ideology. Encounters and Clashes*, pp. 141-149. Manchester: St. Jerome Publishing.

- Dantas, M. P. (2007). A tradução literária numa perspectiva sociológica: o aporte de Pierre Bourdieu. *XIII Congresso Brasileiro de Sociologia* (29 de maio a 1 de junho de 2007), Universidade Federal do Paraíba, Recife, Brasil. URL: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=catview&gid=158&limit=50&limitstart=0&order=name&dir=ASC&Itemid=170 (2-6-2016).
- Ferreira, A. (2002). Statuto Jurídico de la Lhégua Mirandesa. *Anclabes lhenguisticos na Ounion Ouropeia. V Simpósio Anternacional de lhéguas ouropeias i legislaçones* (pp. 65-86). Barcelona: CIEMEN – Centre Internacional Escarré per a les Minories Ètniques ir les Nacions.
- Ferreira, A. (2011). *O mirandês num Portugal e numa Europa diversos – questões de multiculturalismo numa Europa plurilingue*. Comunicação na Escola Superior de Educação de Bragança, IPB.
- Ferreira, A. & Barros Ferreira, M. (2015). Zona Ia. Distrito de Bragança/Miranda (Cultura). In Manuela Barros Ferreira (coord.). *Língua e Cultura na Fronteira Norte-Sul – Bibliografia* (pp. 90-101). Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- Hagège, C. (2009). *On the death and life of languages*. New Haven/ Londres: Yale University Press.
- Inghilleri, M. (2005). The Sociology of Bourdieu and the Construction of the ‘Object’ in Translation and Interpreting Studies. In Baker, Mona. *The Translator – Studies in Intercultural Communication*, vol. 11, number 2, pp. 125-299. Manchester: St. Jerome Publishing.
- Merlan, A. (2009). *El mirandés. Situación sociolingüística de una lengua minoritaria en la zona fronteriza portuguesa-española*. Oviedo: Academia de la Llingua Asturiana.
- Millán-Varela, C. (2010). ‘Minor’ Needs or the ambiguous power of translation. In Hogan-Brun, Gabrielle, & Stefan Wolff. *Minority Languages in Europe: Frameworks, Status, Prospects*. Hampshire: Palgrave Macmillan. pp. 155-172.
- Munday, J. (2007). Translation and Ideology. In Cunico, Sonia, & Jeremy Munday. *The Translator*, vol. 13, number 2 – *Translation and Ideology. Encounters and Clashes*, pp. 195-218. Manchester: St. Jerome Publishing.
- Rodrigues, E. & Ferreira, A. (2011). *A Terra de duas Línguas – antologia de autores transmontanos*. Bragança: Academia de Letras de Trás-os-Montes/ Instituto Politécnico de Bragança/ Associação das Universidades de Língua Portuguesa.

Sitografia

Biquipédia – L’anciclopédia lhibre. URL:

https://mw1.wikipedia.org/wiki/P%C3%A1gina_Percipal (31.10.2016).

**A PROTECCIÓN DO ARANÉS:
UN EXEMPLO PARA AS MINORÍAS LINGÜÍSTICAS IBÉRICAS**

Xosé-Henrique Costas

A PROTECCIÓN DO ARANÉS: UN EXEMPLO PARA AS MINORÍAS LINGÜÍSTICAS IBÉRICAS

Xosé-Henrique Costas

(Universidade de Vigo, Galiza)

Resumo

O val de Arán é unha comarca situada no extremo noroccidental do Pirineo catalán. A lingua autóctona deste val é o aranés, unha variedade gascoa da lingua occitana. Nos últimos 40 anos a mudanza dunha economía primaria de montaña a outra case exclusivamente turística, provocaron que o aranés pasase de ser a lingua habitual dun 60% dos seus habitantes a escasamente un 20%.

Para protexer esta variedade, o goberno catalán promulgou a Lei 35/2010 do occitano, aranés no val de Arán, que impulsa medidas sobre usos institucionais, públicos, xurídicos, toponímicos, educativos, comunicativos, socio-económicos etc., de maneira que hoxe o aranés é a terceira lingua oficial de toda Cataluña e lingua propia e de uso preferente no val de Arán [esta lei aínda está pendente de resolución do recurso que presentou o goberno de Madrid perante o Tribunal Constitucional español, pois o aranés, unha variedade occitana falada por 4.000 persoas en España, parece ser un serio perigo para a supervivencia do español].

A situación do aranés é moi delicada, pero sen estas medidas lexislativas sería dramática, irreversible, non tería ningunha posibilidade de supervivencia. Terán algunha oportunidade as outras minorías ibéricas sen unha lexislación lingüística semellante a esta? É difícil responder a esta cuestión porque as situacións de partida e as lexislacións rexionais son moi diversas, pero en xeral podemos afirmar que ou se aplican medidas urxentes de revitalización lingüística ou estas variedades e linguas non sobrevivirán ao século XXI como linguas de vida.

Faremos unha esquemática comparación das diferentes situacións sociolingüísticas e lexislativas dos diferentes territorios ibéricos con linguas minorizadas e reivindicaremos, por riba de leis estatais e rexionais, a aplicación inmediata da Carta Europea das Linguas Rexionais ou Minoritarias.

Palabras chave

Aranés, lexislación, minorías, sociolingüística, mirandés.

Abstract

The Arán's valley is a region situated in the northwest corner of the Catalan Pirineo. The autochthonous language of this valley is the Aranese, a Gascon variety of the Occitan language. In the last 40 years to change from a primary economy of mountain to another almost exclusively touristic, caused that the aranés spent to be the usual language of a 60% of the his inhabitants to only 20%.

To protect this variety, the Catalan government starts the Law 35/2010 of the Occitan language, Aranese in Arán's valley, that propels measures on institutional, public, juridical, toponymics, educational, communicative, economic uses etc., so that today the aranés is the third official language of all Catalonia and own language of preferential use in

Arán [this law still is earring of resolution of the resource that has presented the government of Madrid in the Spanish Constitutional Court, so the Aranese, the Occitan variety spoken by 4.000 people in Spain, seems to be a serious danger stop the survival of the Spanish].

The situation of the Aranese is very delicate, but without these legislative measures would be dramatic, irreversible, would not have any possibility of survival. They will have any opportunity the other Iberian minorities without a similar linguistic legislation? It's difficult to answer this question because the situations of start and the regional legislations are very diverse, but in general we can affirm that or apply urgent measures of linguistic revitalization or these varieties and languages will not survive to the century XXI how languages of life.

We will do an brief comparison between the different sociolinguistics and legislative situations of the different Iberics territories with minorised languages and reivindicaremos, above state and regional laws, the immediate application of the European Charter of the Regional or Minorities Languages.

Key words

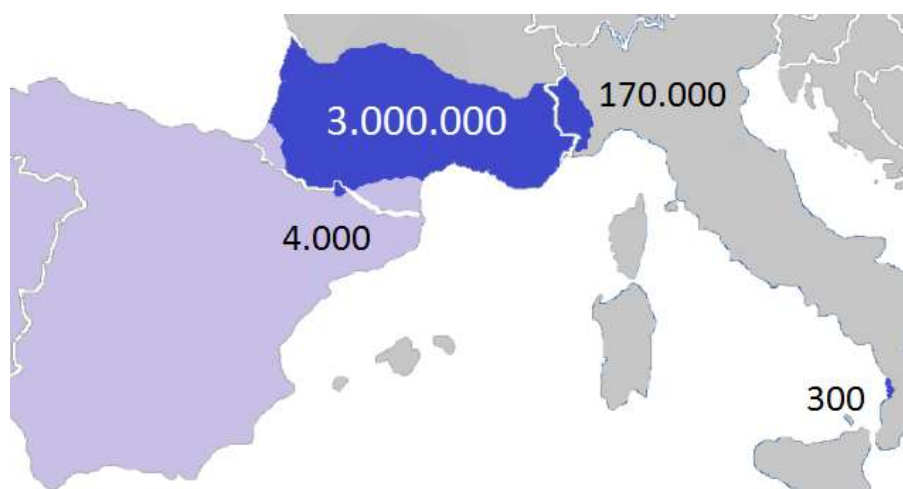
Aranese, legislation, minorities, sociolinguistics, Mirandese.

INTRODUCCIÓN

O Val de Arán é unha comarca situada no extremo noroccidental do Pirineo catalán. Neste val nace o río Garona, que desemboca en Bordeos, polo que é o único val do Pirineo catalán aberto cara ao Atlántico. A lingua autóctona deste val é o aranés, unha variedade gascoa da lingua occitana.

A lingua occitana fálase sobre todo no sur de Francia, pero tamén é lingua autóctona dalgúns vales piemonteses e da localidade calabresa de Guardia Piemontese, en Italia. Calcúlase que hoxe aínda falan variedades do occitano (gascón, lemosin, auvernés, languedociano, provenzal etc.) entre un e tres millóns de persoas en Francia (cando hai menos dun século eran 10 millóns os falantes de occitano) e unhas 170.000 persoas en Italia. No estado Español, no val de Arán, falan occitano-aranés unhas 4.000 persoas.

Porén, o único lugar do dominio lingüístico occitano onde esta lingua é oficial ou cooficial é no val de Arán, pois Francia é un dos estados europeos máis centralistas e en Italia o occitano só ten visibilidade e semi-oficialidade nalgúns municipios piemonteses, pois Italia tamén é un país fortemente centralizado.



Cadro 1 – Dominio lingüístico occitano: Occitania, Valadas piemontesas, Val de Arán e Guarda Piemontese

Contrariamente, o goberno de Cataluña, orgulloso do seu patrimonio lingüístico, fixo e fai todo o posible para que o seu occitano, con arredor de 4.000 falantes, sexa lingua normal e de uso preferente no seu territorio do Val de Arán e, consciente de que os novos tempos e a globalización xogan en contra das linguas demograficamente pequenas e historicamente marxinas, tomou toda unha serie de medidas para que o occitano aranés falado en Cataluña viva con dignidade e prestixio.

Reparen só nun detalle fulcral: desde a II restauración borbónica española, coa aprobación do primeiro Estatut d'Autonomía de Cataluña, en 1981, o catalán, por ser a lingua natural e propia de Cataluña e o español, por así o proclamar o artigo 3.3. da Constitución Española, eran as linguas cooficiais de toda Cataluña, mais no Val de Arán -e unicamente neste val-, tamén era cooficial o aranés. É decer, desde 1981, no Val de Arán, habitado por 10.000 persoas, existe unha triple oficialidade: aranés-catalán-español.

Pero en vista de que isto non era suficiente para a recuperación do aranés, desde 2006 o aranés pasa a ser a terceira lingua nacional de toda Cataluña. Desde 2006 o aranés é cooficial en toda Cataluña e as relacións do goberno catalán co goberno comarcal aranés (Conselh Generau d'Arán) son en aranés, na lingua máis indefensa, a que hai que protexer.

Aínda máis, en 2010 outro goberno catalán, por iniciativa do conseller Josep Lluís Carod Rovira (ERC), promulgou a *Lei 35/2010 do occitano, aranés no val de Arán*, que impulsa con enerxía medidas sobre usos institucionais, públicos, xurídicos, toponímicos (as únicas formas legais da toponimia son as aranesas), educativos (inmersión en aranés na

infantil e na primaria), comunicativos (programas na radio e TV públicas e en certos medios escritos), socioeconómicos (apoio á rotulación pública, sinalética, etiquetaxe etc.,) de maneira que hoxe o aranés é oficialmente a lingua de uso prioritario no seu territorio.

Mais esta lei de supervivencia do aranés, aprobada pola inmensa maioría dos deputados do Parlamento catalán foi recorrida perante o Tribunal Constitucional español polo partido que gobernaba en Madrid, o PP, pois para este partido é inadmisíble que unha pequena lingua, o aranés, sexa de uso preferente por diante do español nun punto do territorio político español. O aranés, con 4.000 falantes, supón unha terrible ameaza para o futuro e a supervivencia do español, con apenas 400 millóns de falantes e oficial só en máis de 20 estados.

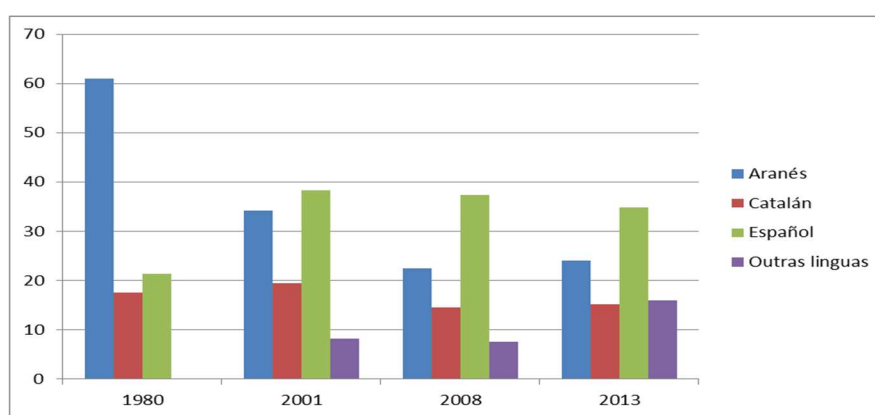
1. ECONOMÍA, LINGUA E SOCIEDADE NO VAL DE ARÁN

Ata hai poucas décadas, a maioría da poboación do Val de Arán era autóctona e vivía da gadaría de montaña e dos aproveitamentos forestais, e era maioritariamente falante de aranés; pero a mediados do século XX esta situación bucólica virou radicalmente. Coa construción do túnel de Vielha en 1948 e a mellora das comunicacións comezou o estoupido do turismo e a chegada ao val de moita poboación foránea ligada aos sectores económicos da construción e o turismo, tanto turismo de inverno coma de verán, de maneira que hoxe o 70% da poboación do Val de Arán vive directamente do turismo.

Esta viraxe socioeconómica produciuse durante o franquismo, cando estaba prohibido e perseguido o uso de linguas diferentes do español, época escura en que se popularizaron os medios de comunicación (radio e TV) e en que se implantou a escolarización obrigatoria (en español). Ata a década de 1980 toda a vida oficial era unicamente en español, coma no resto de España. E entre 1950 e 1980 foron chegando a traballar a este val algúns miles de persoas procedentes doutros lugares do Estado, maioritariamente de Galicia (por iso o galego é lingua habitual familiar do 6% dos habitantes). Na actualidade a inmigración ao val prodúcese por parte de poboación estranxeira, de maneira que os árabes xa son o 8% da poboación, os sudamericanos hispanofalantes o 7% e os romaneses o 6%. Isto é: aproximadamente algo máis da metade da poboación é foránea, persoas que chegaron de fóra nos últimos 50 anos para traballar no

sector turístico. En épocas punta do inverno a poboación do val triplicase con turistas, maioritariamente falantes de español e de catalán.

As repercusións lingüísticas destes feitos son evidentes: a poboación aranesa era a única trilingüe, a única que sabía falar ben polo menos aranés, catalán e español (aínda que moitos tamén falan francés e inglés por causa do turismo), pero a poboación que chega nova ou é monolingüe en español ou é bilingüe co español (catalán-español, galego-español), co que o español comezou a gañar importancia no val, non só polo franquismo senón pola viraxe demográfica, e a evolución das linguas maternas foi a seguinte:



Cadro 2 – Linguas maternas no Val de Arán. (elaboración propia a partir dos datos do IDESCAT e do IEC)

Nos últimos 40 anos a mellora das comunicacións, as intensas migracións a este val e a mudanza dunha economía primaria de montaña a unha economía case exclusivamente turística, provocaron que o aranés pasase de ser a lingua materna dun 60% dos seus habitantes a escasamente un 20%, en menos de 40 anos. As leis que recoñecían e introducían timidamente o aranés na escola e na administración non foron suficientes para deter a hemorraxia da lingua. Recapituládomos, varios foron pois os factores que contribuíron para o ocaso da lingua occitana de Arán nestes últimos 50 ou 60 anos:

- a) Falta de cultivo e de prestixio do aranés (e en xeral do conxunto occitano), o aranés era unha subminoría lingüística dentro doutra minoría lingüística desprotexida, e o occitano de Francia estaba en moito peor situación.

- b) Apertura de novas vías de comunicación, feito en principio positivo, que acarrexou grandes mudanzas socio-económicas no val: chegada de poboacións foráneas e cambio do modelo económico, do pastoril de montaña ao turismo.
- c) Coincidencia do anterior cos últimos decenios do franquismo, época en que toda lingua non castelá era reprimida.
- d) Presenza ao longo de todo o ano de milleiros de turistas, ben falantes de español, ben de catalán. Os falantes de catalán son bilingües e trilingües pasivos, pois entenden o aranés sen excesiva dificultade, os falantes de aranés son trilingües, pero os de español non só son monolingües senón que moitos ademais esixen que lles falen en español, pois non están dispostos a facer o mínimo esforzo por entender o aranés.

2. A LEXISLACIÓN LINGÜÍSTICA E OS DEREITOS DOS FALANTES DE OCCITANO-ARANÉS

No primeiro Estatut d'Autonomia de Catalunya de 1932 nin se citaba o aranés, só se falaba de que o catalán sería oficial conxuntamente co español. O aranés nin existía. Temos que agardar ao segundo Estatut d'Autonomía de Catalunya de 1979 para acharmos a primeira referencia ao aranés no seu art. 3.4. cando se dicía que “A fala aranesa será obxecto de ensino e especial respecto e protección”. Nesta altura o aranés era a lingua materna do 61% da poboación de Arán.

Máis adiante, a Lei 16/1990 de réxime especial de Arán outórgalle ao val competencias de comunidade autónoma dentro de Cataluña, con institucións propias. No que atinxe á lingua dise no art. 2 que o aranés é unha variedade occitana propia de Arán, cooficial en Arán con catalán e castelán; dise que se garantirá o seu uso na administración, na escola e nos medios de comunicación públicos (ensino, administración, medios de comunicación, os alicerces de calquera rehabilitación lingüística); e que as institucións garantirán o coñecemento e uso normal do aranés impulsando a súa normalización.

Entre 1980 e 1990, aínda que o aranés entrara timidamente na escola, o seu uso caíra brutalmente 30 puntos debido ás mudanzas socio-económicas e xa era a lingua

materna do 30% da poboación. As medidas tomadas para a recuperación do aranés foran insuficientes, por iso esta nova lei veu desenvolver e programar novas medidas.

A Lei 1/1998 de Política Lingüística de Cataluña regulou as competencias en lexislación lingüística. No art. 7 “Recoñecemento e protección do aranés”, desenvolve toda unha serie de medidas para a promoción do aranés na administración, na onomástica, no ensino, nos medios, nas empresas etc. A reforma do Estatut d'Autonomia de Catalunya de 2006 refírese no art. 6 ás linguas propias e oficiais. O art. 6.5. cooficializa o aranés cando proclama que “A lingua occitana, denominada aranés en Arán, é a lingua propia deste territorio e é oficial en Cataluña, segundo o que establecen este Estatut e as leis de normalización lingüística”.

Mais, con todo, en vista de que todas as medidas anteriores tamén foran insuficientes (estudo da lingua aranesa como materia escolar, concursos literarios, pequenos programas nas radios públicas, usos bi ou trilingües na documentación administrativa etc.), pois o aranés pasara a ser en trinta anos de ser a lingua do 60% da poboación a apenas o 20%, como o goberno catalán tiña vontade e compromiso para a recuperación do aranés como valor patrimonial e identitario, en 2010 promulgou a *Lei 35/2010 do occitano, aranés no val de Arán*, de maneira que o aranés pasou a ser a terceira lingua oficial de toda Cataluña, non só do seu val, e a lingua propia e de uso preferente no Val de Arán.

A partir desta lei o aranés comezou a funcionar como lingua vehicular do ensino infantil e primario (todo se imparte en aranés excepto as materias de lingua española, lingua catalá e linguas estranxeiras) e como lingua relacional do ensino, como lingua común e de socialización dunha poboación escolar de orixes e linguas diversas. Deste xeito as crianzas, sexa cal for a súa orixe ou lingua familiar, aprenden a relacionarse na escola (e logo fóra dela) en aranés, fan do aranés a lingua de relación da mocidade. Isto xa ten a súa repercusión lingüística, pois en cinco anos o aranés subiu en dous puntos o seu uso social en Arán.

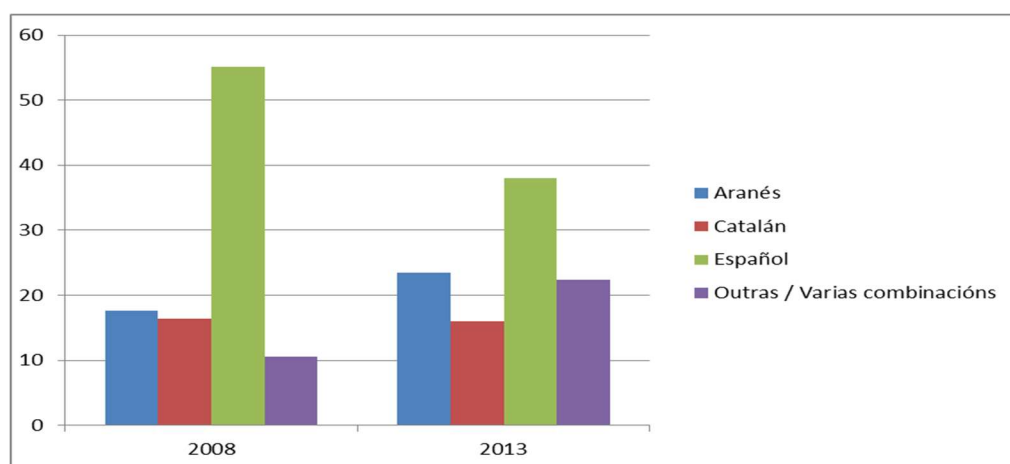
Alén disto, a administración comezou a funcionar “por defecto” en aranés. Todo en aranés, excepto se alguén pide expresamente ser atendido ou recibir documentación en español¹. Aínda máis, os medios de comunicación públicos comezaron con desconexións

¹ Os cataláns non teñen problema coa administración en aranés, entenden perfectamente o problema e o sistema, e por simple solidariedade e cumplicidade aceptan perfectamente o aranés, pero os españois seguen a actuar como se a única lingua de todo o universo mundo fose o español.

de varias horas ao día en aranés para Arán (TV3, C33, Cat.Rádio etc.) con programas educativos, formativos, históricos, documentais, programación infantil e xuvenil, viaxes etc., e os medios subvencionados polo goberno catalán apoiaron tamén a emerxencia da lingua aranesa e a súa difusión por toda Cataluña. Durante uns anos, o xornal *Avui* (“Hoxe” en catalán) publicaba ás quintas feiras un suplemento de oito páxinas enteiramente en aranés (*Auè*, “Hoxe” en aranés) para toda Cataluña.

Sabemos que os araneses andan envolvidos nunha chea de proxectos ilusionantes para facer normal a súa lingua, xa non só en tradutores on-line etc., senón que tamén por exemplo na lexendaxe de filmes en aranés, de maneira que un espectador poida elixir ver un filme en V.O. lexendado en catalán, en español ou en aranés, proceso que cos medios técnicos de hoxe non é nada caro nin dificultoso.

Grazas a esta nova situación do aranés: lingua de uso preferente en Arán, mérito para o acceso á función pública e o traslado de funcionarios públicos a Arán (médicos, profesores, oficinistas, policía local e autonómica), lingua mimada, protexida, o aranés ten algunha posibilidade de sobrevivencia –posibilidade que tamén está supeditada ao que ocorra no resto do dominio lingüístico occitano-, e de feito experimenta unha leve recuperación no medio dun mar de plurilingüismo. Do contrario, sen ser lingua preferente, priorizada, maiorizada, non tería ningunha oportunidade.



Cadro 3 – Evolución da “lingua habitual” no val de Arán.

Otras son linguas de inmigración recente (galego, árabe, portugués, romanés, chinés...) e *Varias combinaciones* vai referido ás persoas que empregan habitualmente dúas ou máis linguas en proporcións semellantes (aranés-catalán, aranés-español, español-catalán etc.)

Teñamos en conta que a *Lei 2010* do aranés naceu para deter a hemorraxia de falantes e consolidar a lingua, mais non é ningunha variña máxica, ningún remedio milagreiro, hai

factores a xogar á contra. E lembremos tamén que ningunha lei, por moi boa que for, ten posibilidades de ter suceso se non ten detrás un poder político valente e comprometido que a defenda e que a aplique con todas as súas consecuencias. E este lei de rehabilitación do aranés ten en Cataluña ese poder político.

3. A PROTECCIÓN DO ARANÉS E AS OUTRAS MINORÍAS LINGÜÍSTICAS IBÉRICAS

3.1. A (des)protección das linguas en España

Aínda que España asinou e ratificou a Carta Europea das Linguas, e o Consello de Europa xa elaborou catro informes periódicos sobre a súa aplicación ás diferentes linguas de España (informes nos que España non saía moi ben parada), o certo é que o seu cumprimento depende grandemente da vontade do goberno de cada comunidade autónoma española.

En España hai catro linguas lexislativamente ben dotadas: o galego de Galicia (1,5 millóns de falantes), o catalán de Cataluña, Valencia e Baleares (8 millóns de falantes); o vasco en Euskadi e Navarra (600.000 falantes) e o aranés en Cataluña (4.000 falantes). Son linguas cooficiais en territorios moi concretos, con leis de normalización e forte presenza escolar, administrativa e mediática (radios e TV públicas a emitiren as 24 horas en cadansúas linguas, o que pula polo crecemento dun sector audiovisual forte nesas linguas: filmes, teleseries, retransmisións deportivas, noticiarios etc.; e esixe das linguas unha forte actualización terminolóxica). A estas catro linguas, por seren xa linguas cooficiais estatutariamente, España comprometeuse internacionalmente a lles aplicar a Parte III da Carta Europea das Linguas, pero non sería tan urxente e necesaria a aplicación a estas catro nestes territorios sinalados porque xa teñen uns teóricos altos niveis de protección (leis de normalización) que recollen máis ou menos os dereitos contidos na Carta.

Cousa ben distinta son as circunstancias particulares de cada territorio: en Cataluña, Illas Baleares e Euskadi hai unhas altas taxas de poboación inmigrante e o aranés, o catalán e o vasco non son as linguas habituais nin sequera da metade de cadansúas poboacións, pero grazas á aplicación contundente de leis protectoras, á inmersión lingüística escolar e a unhas medidas de prestixiamento social e económico destes idiomas, hoxe a inmensa

maioría dos menores de 30 anos son orgullosamente competentes nesas linguas, sen deixaren en absoluto de seren competentes en español, en inglés e noutras linguas necesarias.

En Galicia hai boas leis protectoras e a maioría da poboación usa habitualmente o galego, pero nas cidades e entre a xente nova o galego xa é minoritario ou ultraminoritario debido a unhas políticas lingüísticas erradas baseadas na falsidade do bilingüismo igualitario (non se poden tratar igual situacións de partida desiguais) e a unha aplicación moi laxa da lexislación protectora, por iso aínda non se contivo a hemorraxia de falantes. En Valencia e Navarra hai grandes partes dos seus territorios onde a lingua natural é o castelán e neses territorios as políticas lingüísticas e as leis dos gobernos autónomos variaron moito en función de se gobernaba a dereita centralista ou coaligacións da esquerda co nacionalismo. Son todas situacións moi diversas. Mais en xeral, podemos asegurar que estes territorios, Galicia, Euskadi, Navarra, Cataluña, Baleares e Valencia, o galego, o vasco, o aranés e o catalán (chamado valenciano en Valencia) posúen recoñecemento de oficialidade estatutaria, leis de normalización, presenza obrigatoria importante (ou exclusiva) na escola; medios de comunicación audiovisuais, dixitais e escritos; importante presenza no mundo administrativo etc.

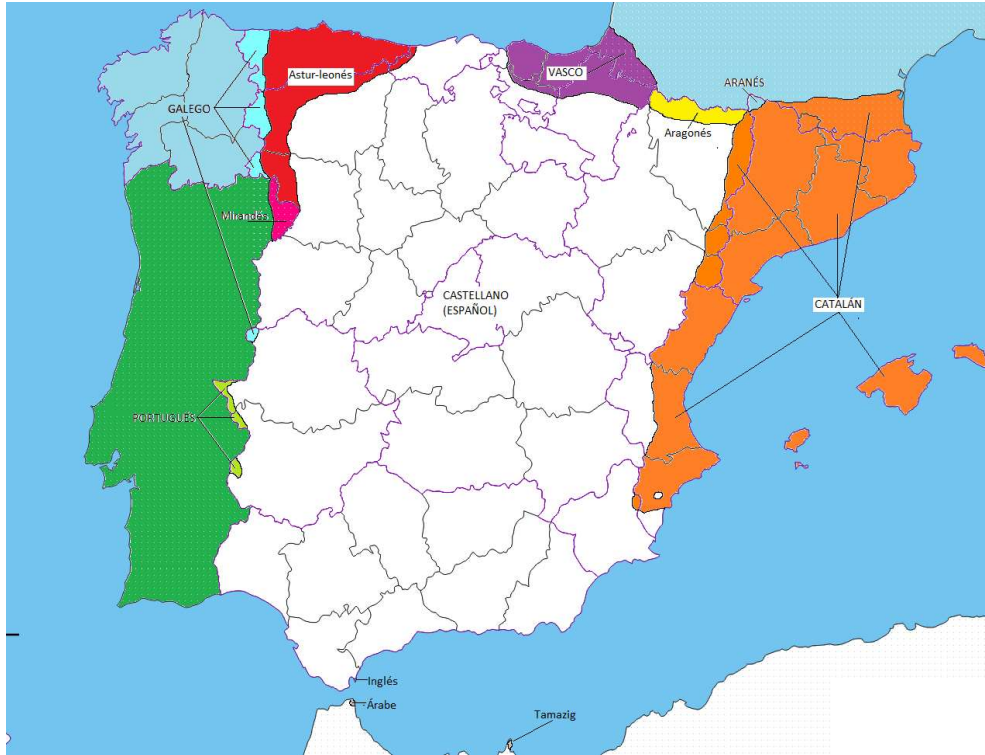
Logo hai linguas en España con certa lexislación e recoñecemento, mais non cooficiais lexislativamente, que atravesan por grandes dificultades: o galego en Asturias e Castela-León (60.000 falantes), o asturo-leonés nas Asturias e Castela-Léon (250.000 falantes), o aragonés en Aragón (20.000 falantes) e o catalán en Aragón (50.000 falantes). A estas linguas en teoría deberíanselles aplicar os beneficios brandos da Parte II da Carta, aplicables a toda lingua dun estado asinante da Carta, ben fosen recoñecidas ben fosen ignoradas. É decer: España comprometeuse a que terían presenza no ensino (polo menos o estudo da lingua, da literatura e da historia rexionais na lingua rexional), na administración, na toponimia (legalidade bilingüe dos topónimos), axudas aos medios de comunicación e á cultura nas linguas rexionais etc., pero todas estas medidas da Parte II, se non se aplicaran inmediatamente e con convencemento, sería como tratar con somníferos o cancro en vez de intervir e operar en quirófano. O paciente non sufrirá moito, mesmo poderá aparentar boa cara, pero o corpo vaise desfecendo. Unha vez morto clinicamente podemos embalsamar o corpo, e así parecerá que nunca morreu, pero xa non vivirá máis. E mesmo podemos expor o corpo nun museo.

O galego e o asturoleonés están recoñecidos no art. 5 Estatuto de Castela-León como patrimonio lingüístico que hai que protexer, pero non son cooficiais nin sequera nos seus territorios autóctonos (Bierzo Occidental e As Portelas para o galego e Babia, Laciana e A Cabreira e A Seabra para o leonés). Mercé a un acordo con Galicia, hai algunha presenza escolar do galego pero con moitas dificultades de implantación, e pouco máis. O asturiano está recoñecido no Estatuto de Asturias (chamado alí bable) e ten unha lei de Protección de 1998 que non obriga a nada, a súa presenza escolar é optativa, sen prestixio, sen manuais escolares... si, ten certa literatura, certa música, unha mínima presenza administrativa e unha ridícula presenza mediática (moi pouco na TPA). E o galego das Asturias, alí chamado *gallego-asturiano*, moito menos, aínda que o falen o 70% dos habitantes do occidente das Asturias, entre os ríos Eo e Navia. En Asturias negan que o falado no occidente sexa galego, as autoridades políticas e lingüísticas din que non é galego, que é unha nova lingua pero non a protexen nin fan nada por ela. O mesmo pasa co catalán de Aragón, onde unha parte da sociedade non o recoñece como catalán e ata hai pouco era denominado polas autoridades políticas como LAPAO (Lengua Aragonesa Propia del Aragón Oriental), con escasa presenza escolar e mediática pero abeirado ao mundo lingüístico catalán. O aragonés sobrevive moi fragmentado dialectalmente nos vales pirenaicos, sen apenas presenza escolar, sen apenas relevancia política, sen recoñecemento estatutario, apenas unha Lei de Linguas de Aragón lle pode conceder algúns dereitos que xa lle recoñece a Parte II da Carta Europea das Linguas.

Por último hai linguas en España non recoñecidas e esquecidas totalmente polas administracións españolas, por cadanseus gobernos autonómicos e polo goberno central español, aínda que o Consello de Europa anime regularmente a España a telas en conta: o galego en Extremadura (5.000 falantes), o portugués en Castela-León e Extremadura (15.000 falantes), o vasco de Castela-León (300 falantes), o catalán de Murcia (500 falantes), o árabe de Ceuta (25.000 falantes) e o tamazight de Melilla (30.000 falantes). Non teñen ningún dereito, ningunha presenza escolar, ausencia total na administración, nada de prestixio. Estas linguas están sentenciadas de morte como non muden a súa consideración social, xurídica e lexislativa nos vindeiros anos. Con tres salvidades nestes casos:

- a) As falas 'fundamentalmente galegas' de Estremadura teñen un 90% de falantes nos tres concellos onde se usan, e unha alta estima e orgullo por parte dos seus habitantes. O 90% dos menores de 30 anos úsanas sen vergoña, con orgullo. Aínda que estean fóra do mundo “oficial” si teñen vitalidade popular.
- b) Os vascos de Trebiño (unha illa da provincia de Burgos, comunidade autónoma de Castela-León, enclavada a 15 km. da capital do País Vasco) son *euskaldunberris*, isto é: neofalantes de vasco. O vasco desapareceu desta zona hai mil anos substituído polo castelán, como ocorreu en partes do sur de Euskadi e de Navarra. Hai 20 anos moita xente foise vasquizando voluntariamente, de maneira que hoxe, despois de mil anos, volve haber familias que falan en vasco e rapaces que se socializan en vasco. A conciencia identitaria e o prestixio social son fundamentais.
- c) Nas cidades autónomas do norte de África a lingua árabe está asociada co islam, coa cultura pan-árabe, feito que por unha parte axuda ao mantemento da lingua pero por outra axuda ao español a aniquilar o tamazigh (bereber) falado na cidade de Melilla.

De todas estas linguas e minorías de España apenas galego, vasco, catalán e aranés teñen certos dereitos lingüísticos (escola, administración, medios de comunicación) e resisten con maior ou menor saúde e fortuna. O resto levan camiño acelerado da desaparición, están en estado crítico se non se actúa con rapidez e eficacia, por exemplo aplicándolles os beneficios e dereitos da CELRM. Insistimos: a Parte III da Carta España comprometeuse a aplicala ás linguas que xa eran oficiais, pero a todo o resto de linguas debería aplicarlles obrigatoriamente a Parte II. Se Portugal asinar a Carta Europea das Linguas só ten unha lingua territorial á cal aplicala: o mirandés. Neste caso debe decidir se lle aplica ao mirandés a parte branda, a II, ou se lle aplica a parte forte, a III, e dentro desta hai diferentes graos de compromiso en cada alínea ou apartado. Se Portugal tiver verdadeira vontade de protexer para a humanidade ese tesouro que é a lingua mirandesa, debería asinar a aplicación da Parte III, porque non se combate o cancro con aspirinas nin con calmantes.



Cadro 4 – Linguas de España e Portugal

En España, por exemplo, o día que o galego de Asturias, con 39.000 falantes, ou o catalán de Aragón, con 50.000, foren cooficiais (aínda que sexa con cooficialidade parcial, territorial) nos estatutos de Asturias e Aragón, inmediatamente gozarán dos dereitos e beneficios da Parte III, terán dereito a tratamento oncolóxico da súa grave doenza. Mentres isto non for así, só seguirán recibindo incompreensión, hipocrisía, somníferos e oracións.

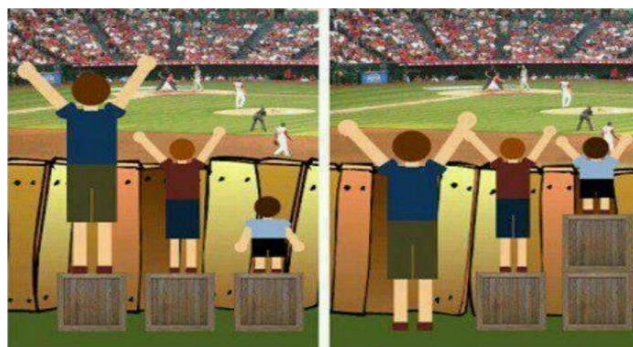
Se os sucesivos gobernos cataláns non tivesen chegado a actuar con contundencia, a minoría aranesa sería hoxe un residuo folclórico, unha momia de museo conservada en formol. Con todo, a situación do aranés segue a ser moi delicada debido á súa situación de microminoría, pero sen esta maiorización, sen estas medidas educativas (a lingua da escola infantil e primaria é exclusivamente a aranesa para todos os alumnos, o que supón integración do inmigrante en igualdade co autóctono), administrativas, mediáticas, culturais etc., a súa situación sería dramática e irreversible. Como é hoxe a situación de moitas minorías ibéricas (galego das Asturias, León e Zamora; asturoleonés de Asturias, León e Miranda ou mirandés; portugués de Olivença e Alcântara; aragonés; catalán de Aragón e Murcia etc.), se non se lles aplicar unha lexislación lingüística semellante á aranesa ou unhas medidas urxentes de revitalización lingüística. Ou, para comezar,

simplemente con que España cumprise co asinado na Carta Europea das Linguas, coa branda Parte II, a que se lle aplica a todas as linguas, independentemente de se están recoñecidas ou non en leis, estatutos ou decretos.

Entre estes beneficios recoñecidos na Parte II está o dereito a recibir educación da propia lingua, da súa literatura e da historia da terra onde se fala esa lingua; o dereito ao uso oral e escrito da propia lingua na administración e na xustiza (non existe o dereito a que a administración e a xustiza respondan na lingua local, pero si a usala en oficios, solicitudes, depoimentos, declaracións etc.); o dereito ao uso legal da toponimia e dos nomes e apelidos na propia lingua (eu podo enviar unha carta a Palaçuolo, a Çicuiro ou a Bilasseco e ninguén ma pode devolver nin alegar nada en contra); o dereito a que o estado garanta a aplicación dos beneficios nunha delimitación xeográfica da lingua, por cima de fronteiras administrativas; o dereito a que o estado promova as relacións e os encontros entre falantes de linguas próximas ou idénticas, por cima de fronteiras políticas; o dereito a que o estado promova a tolerancia, o respeito e a comprensión da lingua rexional en todo o territorio estatal, difundindo especialmente o articulado da Carta entre os seus beneficiarios.

España asinou... e pouco máis. Só con que España comezase a cumprir estes compromisos poderíase soñar coa conservación da súa riqueza lingüística. Non sabemos se as linguas sobrevivirán, non temos unha bóla de cristal, pero si sabemos que xa lles irán aplicar algún tratamento oncolóxico, que pode haber esperanza.

E protexer unha lingua minorizada significa discriminala positivamente, dotala de todos os recursos lexislativos, sociolóxicos, económicos, mediáticos e educativos necesarios para que chegue a ser unha lingua normal. Mais se partirmos de situacións de desigualdade, tamén as medidas normalizadoras deben ser desiguais para cada lingua, dándolle máis a quen menos ten, como se espella neste gráfico:



Cadro 5 – *Equality does't mean justice* de Mitchell Kweli, <http://imgur.com/gallery/r99mO5b>

3.2. A desprotección do mirandés en Portugal

Falamos de España mais... e Portugal? Leo no *Diário de Trás-os-Montes* de 23 de febreiro deste ano 2016 que o presidente da Câmara de Miranda anima o novo ministro de Cultura para Portugal asinar (por fin!) a *Carta Europea das Linguas Rexionais e Minoritarias*, pois Portugal é -estrañamente- un dos escasos países membros do Consello de Europa que aínda non asinaron.

Eu sempre ouvira decer que en Portugal o mirandés era a segunda lingua oficial (mais de onde, de todo Portugal? Do distrito de Trás-os-Montes? Só da Terra de Miranda? De cal territorio é cooficial?) pero cando lin o Decreto-Lei 7/ 99 de 29 de xaneiro de Reconhecimento oficial de dereitos lingüísticos da comunidade mirandesa, comprobei que **non era certo** porque alí non hai ningunha declaración de cooficialidade. Hai un recoñecemento e a apertura dalgúns abstractos e etéreos dereitos lingüísticos. Hai tamén posteriormente un Despacho Normativo nº 35/99 para regular a aprendizaxe do mirandés, aínda máis inconcreto, difuso e mesmo normativamente máis confuso. E desde o ano 1999 non houbo máis nada, ningún desenvolvemento lexislativo máis.

Ou si, si que houbo: na reforma da Constitución portuguesa de 2001 introduciuse por primeira vez nunha carta magna de Portugal que “*A lingua oficial é o português*” (art.11.3). Máis nada. Pero este art. 11.3 bate frontalmente co art. 13.2., que di “***Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual***”. E se a un mirandés lle negaren o dereito a facer un depoimento xudicial por querer facelo en mirandés? Non o estarían privando dun dereito que ten como todo cidadán portugués? En 2004 e 2005 houbo máis reformas na Constitución portuguesa, mais ninguén pensou en introducir un novo artigo 11.4. que dixese -por exemplo-: “Na Terra de Miranda, a lingua mirandesa, patrimonio lingüístico e orgullo de todo o povo português, será cooficial com o português. Os dereitos lingüísticos dos falantes de mirandês no mundo escolar, administrativo, judicial, mediático, assistencial etc., serão regulados por uma normativa expressa”, ou algo así? Ninguén pensou?

Si, pódeme decer alguén que todo vai ben porque desde o curso 1986/1987 se ministra a lhéngua mirandesa como materia opcional na escola infantil e primaria de Miranda. Pero non é así, ou non é tan bonito o cadro como nolo queren pintar. En febreiro de 2015 estivemos en Miranda cun pequeno grupo de estudantes de 4º de Filoloxía da Universidade de Vigo que querían coñecer a realidade do mirandés como práctica da materia de “Linguas da península ibérica”. Visitamos centros escolares, institucións, a vila de Miranda e algunhas aldeas como Palaçuolo ou Sendim etc. Percibimos a paisaxe lingüística, os cartazes e rótulos públicos en mirandés-portugués-inglés, ouvimos o mirandés, compramos libros e discos en mirandés, falamos con profesores e escolares, con comerciantes e camponeses, e levamos unha idea aproximada da situación do mirandés.

De entrada, os meus alumnos referíronme sorprendidos dous detalles, un anecdótico e outro sintomático: o anecdótico foi que no Museu da Terra de Miranda o persoal que alí atendía nos dixese que non nos podían falar en mirandés, como era o noso desexo, porque non o sabían falar (para o meu alumnado era inacreditable); o sintomático foi informárense de que nas escolas de Miranda non hai certeza do número de alumnos que cada curso vai estudar opcionalmente o mirandés (só unha hora á semana) até comezado o curso, pois até comezado o curso non chega a provisión de fondos de Lisboa e non se sabe se poderá haber curso de mirandés. Esta provisoriedade, esta falta de previsión e de planificación aos meus alumnos non lles pareceu inocente, pois fai que non haxa unha correcta metodoloxía de aprendizaxe da lingua, nin vagas de profesorado, nin materiais pedagóxicos e científicos nin nada. Hai gramáticas, dicionarios e libros de texto escolares?

Si, é certo, hai boa presenza do mirandés nos sinais viarios e urbanos, unha moi simbólica presenza nos medios de comunicación bragantinos (prensa dixital, radio etc.), na rede etc., pero iso non é suficiente, non chega.

Cantos menores de 30 anos falan entre eles habitualmente o mirandés? Cantas familias educan as crianzas en mirandés? Hai inquéritos científicos recentes sobre usos, coñecementos e actitudes lingüísticas en Miranda? Nós non coñecemos. Informáronnos de que o Servizo de Normalización municipal da Câmara de Miranda de l Douro é basicamente un servizo de tradución, pero non planifica, non fai campañas de potenciamento do mirandés no comercio, nos medios, entre o empresariado, no mundo deportivo etc., para a visibilización real do mirandés, porque o seu cometido é verter ao mirandés outras linguas, e iso é moi importante, pero sería urxente e necesario un

organismo que planificase programas de intervención para a rehabilitación social da lingua. Viaxen ao val de Arán os mirandeses, sempre se poden aprender cousas, de como facer as cousas e tamén de como non facelas, porque non todo o que outros fan é imitable.

Nesta situación a nosa impresión foi a de que o mirandés esmorece, está en coidados paliativos, con sedación, cunha incompreensión absoluta de parte do poder central². Podemos mantelo en coma inducido, con respiración asistida, e se morre nos menores de 30 anos podemos mesmo momificalo, pero así é un corpo xa sen vida. Ou podemos retirarlle a medicación placebo e aplicarlle planificadamente unha terapia de choque para ver se podemos devolvelo á vida. E quen di o mirandés, di o asturleonés, o aragonés, o portugués de España, o catalán de Aragón, o galego de León e Asturias etc., etc.

3.3. O caso do aranés

A situación anterior non é do aranés porque este, despois duns decenios de deriva cara á desaparición, comeza a levantar o voo nunha situación de plurilingüismo e globalización, aínda sendo a terceira lingua falada no seu pequeno territorio e aínda sendo a lingua máis minoritaria do estado Español. É ultraminoritaria, pero no seu territorio e en Cataluña comeza a ser maiorizada, priorizada (lembramos o cadro 4 sobre a evolución da lingua habitual).

Repáren só en dous detalles: os nenos araneses acaban a súa escolaridade primaria falando e escribindo con corrección aranés, catalán e español, independentemente de cal sexa a súa lingua familiar (romanés, árabe, español, galego, catalán, chinés...) e acaban a súa escolaridade identificando o aranés como a lingua de socialización cos amigos e lingua propia do seu lugar. Pero a maiores, os nenos araneses aprenden inglés e francés, co que é o único territorio español onde os nenos son trilingües perfectos en camiño de ser pentalingües, porque necesitan selo para o mundo global e para a economía local, dirixida ao turismo.

² É totalmente incompreensible que o goberno pretenda instituír en Miranda de l Douro un “Museu da Língua Portuguesa” sen consultar nada coa Câmara nin coas organizacións e persoas que traballan na recuperación da lingua mirandesa. Visto desde fóra, parece mesmo unha provocación ou un aviso belixerante contra o mirandés. O mirandés non ten de ser unha peza de museo, ten de ser algo vivo na súa sociedade.

E os materiais? Compensa economicamente publicar libros de texto para unha poboación tan pequena? Non hai por que publicar en libro, na rede podemos colocar todos os materiais, traducir todos os materiais, construír na rede unha biblioteca virtual, con tradutores on-line, dicionarios on-line, exercicios, ampliación de coñecementos en máis linguas etc. Só hai que ter un equipo de media ducia de persoas competente e decidido. Vexan só: <<http://publicacions.conselharan.org>>.

	Linguas que estudan	Lingua das materias
Educación Infantil (3-6)	Aranés oral e escrito (catalán e español orais)	Todas en aranés
Educación Primaria (6-7)	2 horas de estudo de cada lingua oficial	Todas en aranés
Educación Primaria (8-9)	+ 2 horas de francés	1/3 en cada lingua oficial
Educación Primaria (10-11)	+ 2 horas de inglés	1/3 en cada lingua oficial
Educación Secundaria (12-16)	2 horas en cada unha das cinco linguas (A, C, E, F, I)	1/3 en cada lingua oficial

Cadro 6 – Linguas vehiculares e materias no ensino obrigatorio na val de Arán
(Fonte: Generalitat de Catalunya / Conselh Generau d’Aran)

As crianzas do val de Arán escolarízanse en aranés, incorporan catalán e español, e logo francés e inglés. Teñen algún tipo de tara psicolóxica estas crianzas? Ningunha. É máis, todos os estudos feitos ata agora indican que dominan mellor o español que os nenos da Comunidad de Madrid e tan ben o catalán coma os nenos do resto de Cataluña. Pero a súa lingua social, relacional, identitaria, común, é o aranés. A lingua leva camiño de recuperarse, pois en cinco anos pasou de ser a lingua habitual do 17 ao 23 %, que pode ser do 30% neste ano 2016 segundo estimacións de organizacións occitanistas.

Fíxense no paradoxo: no parlamento catalán hai algúns poucos deputados que falan español, a inmensa maioría fala catalán e por primeira vez xa hai deputadas que interveñen sempre en aranés. E non hai problema ningún. Son linguas románicas intercomprensibles cun mínimo de atención. Mais no parlamento español está prohibido falar catalán, aranés, vasco ou galego, só se pode falar español, é decer: castellano. España, máscara moderna do Reino de Castela, ve como unha ameaza ao castelán a recuperación de linguas historicamente perseguidas ou negadas, mesmo pequenas linguas como o aranés.

E Portugal? (e perdóenme a provocación, gustaría que isto o lesen algúns políticos para provocar neles a reflexión, ou a vergoña) É imaxinable un suplemento semanal

regular en mirandés no *Público* ou no *Diário de Notícias*? Por que non? É imaxinable poder seguir un filme lexendado en mirandés desde Leiría ou Mértola cando si o podemos facer en inglés? É imaxinable que as persoas que teñan certificado de coñecemento da Lhéngua mirandesa accedan de preferencia a postos de traballo en Terra de Miranda (médicos, profesores, administrativos, policía, servizos asistenciais)? É imaxinable que nesa terra de Miranda a lingua vehicular na escola fose para todos o mirandés? Pois mentres cousas tan simples como estas non sexan imaxinables e inmediatamente despois realizables, o mirandés continuará co seu proceso de momificación, como lle ocorre á maioría das linguas de España.

Neste sentido, Cataluña deu e dá un exemplo a España e a Europa. É a única comunidade europea totalmente trilingüe e ao berce dos dereitos humanos, a Francia (con máis de un millón de falantes de occitano), dálle un bo exemplo de como tratar de evitar a desaparición da lingua occitana no seu territorio, aínda que só a falen 4.000 persoas, son 4.000 persoas que teñen os mesmos dereitos que os demais, tamén os lingüísticos, que son dereitos humanos.

4. CAUDA NECESARIA

Ata agora o mirandés foi novidoso e simpático obxecto de estudo da lingüística e da filoloxía, e mesmo se chegaron a facer bos traballos na chamada lingüística aplicada, pero iso non chega para o futuro da lingua. Eu acho de menos o aparecemento da “lingüística implicada”, da ciencia posta ao servizo das preocupacións da xente común, e non ao servizo do alargamento de curricula universitarios. Son necesarios estudos lingüísticos e filolóxicos sobre unha lingua, sobre a seu léxico, a súa toponimia, a súa morfoloxía, fonoloxía etc., iso prestixia unha lingua e conférelle un rango de seriedade e dignidade, pero iso tamén se fai sobre o latín, o gótico ou o sánscrito e son linguas mortas.

Un entomólogo amigo meu distingue na súa especialidade dous tipos de cientistas: os aplicados e os implicados. Os primeiros poden estudar un insecto (digamos unha *vacaloura*, *Lucanus cervus* -*bacalhoura* en mirandés e *carocha* en portugués), mídeno, pézano, estúdanlle o sistema nervoso, o sistema sanguíneo, o crecemento dos cornos, tíranlle o ADN, establecen subdivisións e conexións con insectos emparentados etc., e logo

publican os resultados dos seus rigorosos estudos nas mellores revistas especializadas do máximo impacto e son recoñecidos como grandes sabios. E logo están os entomólogos implicados, que para alén de faceren o anterior con idéntico rigor, tamén se preocupan polo aumento ou decremento das poboacións de vacalouras nun determinado territorio, da súa interrelación con outros insectos, da súa taxa de fertilidade, das ameazas ao seu hábitat, das leis que protexen eses hábitats, son científicos rigorosos e apaixonados que denuncian os incumprimentos lexislativos e os atentados ecolóxicos etc., e que actúan desde o seu saber científico para procurar que a poboación de vacalouras se desenvolva e viva con normalidade mesmo en hábitats e ecosistemas ameazados.

Os primeiros, os simplemente aplicados, poden seguir facendo o seu traballo mesmo se a vacaloura estiver morta, diseccionada ou criada en cautividade nun laboratorio dun centro de investigación. Os segundos, os implicados, non gustan de taxidermistas, non gustan de traballar con animais disecados e o seu traballo ten unha dimensión tan pedagóxica e social como científica. Esa mesma tripla dimensión deberíana ter a lingüística e o lingüista ao traballaren con linguas minorizadas.

O aranés é un bo exemplo de como a lingüística e o poder político se implican de maos dadas na reforestación da paisaxe lingüística autóctona, na erradicación do monocultivo dunha lingua foránea e na extensión do multilingüismo como estratexia de salvación dunha lingua minorizada, pero sempre tendo esa lingua minorizada de lingua preferente -por defecto-, dese determinado territorio lingüístico onde queremos conservar ou reintroducir a lingua minorizada.

Sería moi interesante que unha delegación mirandesa formada por políticos, lingüistas, profesores e escritores viaxase ao Val de Arán e comprobase in situ como resiste unha microminoría e como se implican autoridades e poboación na conservación do seu maior patrimonio cultural e identitario: a lingua.

E mentres Portugal non asinar a Carta Europea das Linguas e promulgar un Decreto de Dereitos Lingüísticos da Comunidade Mirandesa, as asociacións e a Cámara poden ir adiantando traballos con campañas para fomentar o uso da lingua (nas redes, nas escolas, nas freguesías, no comercio, no deporte, nos transportes, na toponimia, na onomástica, na administración local etc.), pódense ir preparando cursos on-line para a aprendizaxe do mirandés, tradutores on-line, pódense ir formando tradutores/especialistas en mirandés,

pódese crear unha radio dixital que funcione tamén como arquivo dixital etc. Non nai que lle pedir permiso a ninguén para querer vivir en mirandés.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Conselh Generau d'Aran (s.d.). <http://www.conselharan.org> [website institucional en tres linguas, pero o aranés por defecto].

Conselh Generau d'Aran (s.d.). <http://publicacions.conselharan.org> [website coas publicacións en aranés do goberno local aranés: contos, narrativa, libros de texto para as escolas, dicionarios etc. todos descargables].

Conselh Generau d'Aran (s.d.). http://www.aranes.org/corsi/www/index.php?ctg=lesson_info&courses_ID=1&bypass_language=spanish [curso de aprendizaxe do aranés e outros recursos para aprender e xogar coa lingua].

Conselh Generau d'Arán (s.d.). *Ara mès, aranés*: <https://www.youtube.com/watch?v=OnHPygB92dQ> [campana polo aranés: “agora máis, aranés”]

Generalitat de Catalunya (s.d.). http://web.archive.org/web/20070610105458/http://www6.gencat.net/llengcat/aran/a_interes.htm [webs institucionais de referencia do aranés].

2. LANÇAMENTO DE LIVRO E MOSTRA FOTOGRÁFICA

LIVRO DE POESIA
BÓZIOS, RETOMBOS I SILÊNCIOS - GRITOS, ECOS E SILÊNCIOS

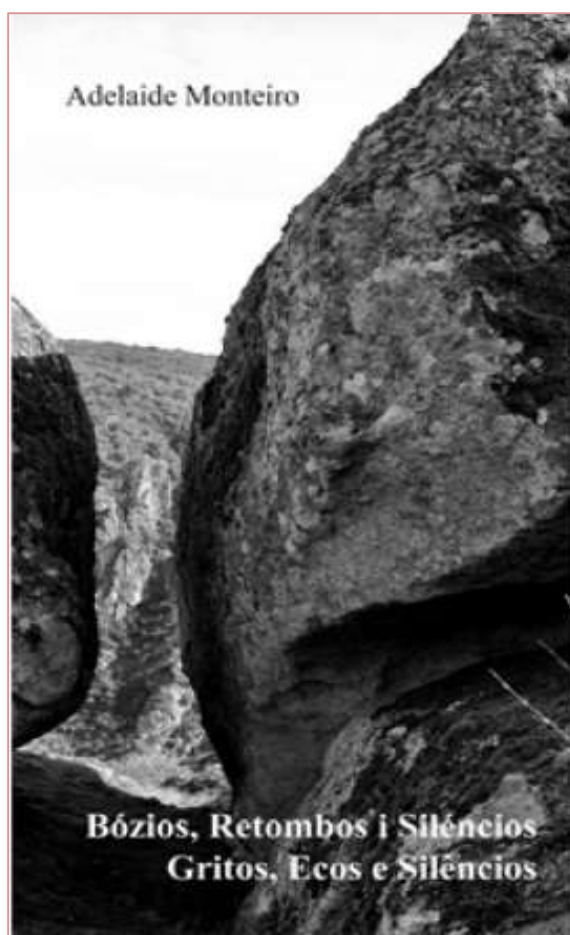
Adelaide Monteiro

Adelaide Monteiro

Bózios, Retombos i Silêncios - Gritos, Ecos e Silêncios

Macedo de Cavaleiros: Produção Independente, 2015.

Ed. bilíngue em mirandês e português. ISBN 978-989-20-5844-3



"Sem deixar de ser uma mirandesa de gema, Adelaide Monteiro é a mais universal das poetisas mirandesas, sendo que, aqui, universal significa “de todo o mundo”, mas também o universal de Torga, o lugar sem paredes, nem de pedra (as únicas paredes de pedra da poesia de Adelaide serão as dos “cerrados” do Planalto) nem paredes mentais, que lhe abafem a voz com falsas moralidades”.

Alfredo Cameirão (do prefácio do livro)

Um poema selecionado pela autora:

Anquanto sós!...

Canta l amor
 Anque las cuordas apérten
 Ls sonidos de la guitarra
 l ls bientos apressiados pássen
 Sien lhebar l tou cantar.
 Hai tanto beiso spargido
 pul chano strampalhados
 hai abraços amuntonados
 an antebraços, perdidos;
 tantos mirares que se pérden
 por mirares nun merecidos,
 tanto doce, tanto miel
 an bidros que stán partidos.

Canta l amor
 inda que na guitarra
 yá haba cuordas partidas
 i la tue boç se bote ne l abismo,
 sien rede, cantando solica.
 Hai tantas bozes que se cálhan
 porque nun ansaiórun l canto,
 tantos poemas se squécen
 por se le zbotar la quelor,
 tanta letra i palabra
 çquecidas an rugas mudas,
 tanto silêncio que mata,
 l ampeço, al rebentar.

Canta l amor
 antes que a la fuente
 se le seque la naciente.
 Hai tanta auga que mana
 que cuorre a priessa i nun cria
 l que deberie de criar.
 Hai tanta auga que rasga
 an beç de la tierra regar.
 Hai tanto fruto arramado
 por nun se saber apreciar.

Canta l amor, anquanto sós!...

Enquanto és!...

Canta o amor,
 ainda que as cordas apertem
 os acordes da guitarra
 e os ventos velozes passem,
 sem levar o teu cantar.
 Há tantos beijos espalhados
 pelo chão em desalinho,
 há abraços amontoados
 em antebraços, perdidos,
 tantos olhares que se perdem
 por olhares não merecidos,
 tanto doce, tanto mel,
 em frascos que estão partidos.

Canta o amor,
 mesmo que na guitarra
 já haja cordas partidas
 e a tua voz se lance no abismo,
 sem rede, cantando sozinha.
 Há tantas vozes que se calam
 por não treinarem o canto,
 tantos poemas se esquecem
 por se lhes esvanecer a cor,
 tantas letras e palavras
 esquecidas em ruas mudas,
 tantos silêncios que matam
 a génese, ao desabrochar.

Canta o amor,
 antes que à fonte
 se lhe seque a nascente.
 Há tanta água que brota,
 que corre à pressa e não cria
 o que deveria criar.
 Há tanta água que rasga
 em vez da terra regar,
 há tanto fruto largado
 por não se saber saborear.

Canta o amor enquanto és!...

MOSTRA DE FOTOGRAFIAS SOBRE TERRAS DE MIRANDA

Alcides Meirinhos

ACRÓNIMOS DE UMA EXPOSIÇÃO

Alcides Meirinhos

Estou cansado de mundo.

Apenas nos caminhos me sinto livre e a alma ergue-se como chaminé onde o tempo arde.

No Carril Mourisco que atravessa e estrutura toda a Terra de Miranda a vida fica parada e nem o mundo assim avança.

A Velha, que se faz moça ao lembrar a noite da boda, vive sem máscara que esconda o rosto no fogo de searas e mundos por descobrir.

Já não regresso à cidade que faz de nós outros a um ponto que é muito difícil saber se somos nós mesmos.

Fazemos revoluções com cheiro de madressilvas para atar o tempo com sombras vestidas da heroicidade dos mortos e, festa passada, santa esquecida. Lá, onde abriste os olhos, deitada como um voo que te arredondou o sorriso com um beijo.

A pedra sozinha não ganha os caminhos que ficam agarrados a nós como palácios de silêncio, envoltos em capas que encandeam o olhar na honra que fomos perdendo entre raízes de memória de um povo nobre e sábio que ostenta os seus pendões e há-de descer pelo caminho das fagulhas até onde crepita o fogo debaixo do gelo, onde existe esse saber capaz de criar mundos.

1 AMADEU



Stou cansado de mundo i yá nun aguanto
la aldé cun sses mintiras, sses falsuras,
sou medo. Ye por esso que me gustan ls
caminos de l mundo. Solo puls caminos
me sinto lhibre ...

Estou cansado de mundo e já não suporto
a aldeia com as suas mentiras, as suas
falsidades, o seu medo. É por isso que
gosto dos caminhos do mundo. Apenas
nos caminhos me sinto livre ...

Fracisco Niebro / Amadeu Ferreira – *La Bouba de la Tenerie / Tempo de Fogo*

2 CAMPANAIRE de MORERUELA

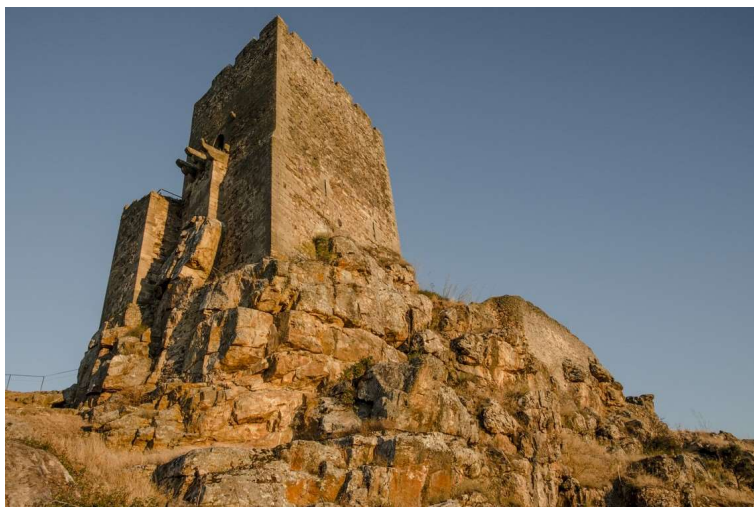


L'alma ceba-se culs restos arrebanhados
dua stória que nien sequiera ajudemos a
fazer, mas que tamien ye nuossa.

A alma alimenta-se com os restos recolhidos
de uma história que nem sequer ajudamos a
fazer, mas que também é nossa.

Fracisco Niebro – *Belheç*

3 CASTIELHO DE ALGOSO



Upe-se cumo un chupon adonde
l tiempo arde, çfeito an nubrina,
bózio de bielhas guerras
i abandonos nuobos

Ergue-se como chaminé onde
o tempo arde, desfeito em nevoeiro,
grito de velhas guerras
e novos abandonos.

Fracisco Niebro – *Cumo quien bai de camino*

4 BRAÇO COBRADO

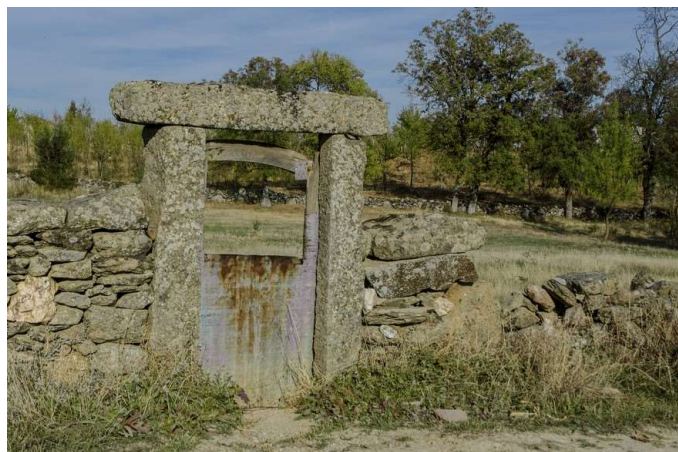


L Carril Mourisco, bia romana de 1 século II, atravessa i estrutura toda la Tierra de Miranda antre la cruç de Braço Cobrado an Sendin i la Cruç de la Cándena na raia de Cicouro cun Tierras de Aliste;

O Carril Mourisco, via romana do século II, atravessa e estrutura toda a Terra de Miranda entre a Cruz de Braço Partido em Sendim e a Cruz da Cândia na raia de Cicouro com Terras de Aliste

Las Cruces i l Carril – Texto inédito de Amadeu Ferreira

5 PORTIELHO



Tanta cousa que bal nada
Mas nós damos-le amportança:
La bida queda parada
I nien l mundo assi abança.

Tanta coisa que vale nada,
Mas nós damos-lhe importância:
A vida fica parada
E nem o mundo assim avança.

Fonso Roixo – *L Purmeiro libro de bersos*

6 LA BIELHA



Dai smola a la probe Bielha
Que ye mala de cuntentar
Dai le uns buenos chouriços
I chouriças para assar.
Dai le tamien buona pinga
Para eilha se amborrachar.

Dai esmola à pobre Velha
Que é difícil de contentar
Dai-lhe bons chouriços
E chouriças para assar.
Dai-lhe também boa pinga
P'ra ela se embebedar.

Popular – *Fiestas de Solstício de Eimbierno*

7 BEISO



La bielha se torna moça al lembrar la noite
de boda.

A velha se faz moça ao lembrar a noite da
boda.

Popular – Ditos i Dezideiros

8 L CAROCHO I LA BIELHA



Se alguien cúa maçarilha
Cuida que l rostro scundie,
Saba que, an beç de scunder,
Amostra más l que ye.

Se alguém com mascarilha
pensa que o rosto escondia,
saiba que, em vez de esconder,
amostra mais o que é.

Fonso Roixo – L Segundo libro de bersos

9 FOGUETEIRO



Fogo sien fumo puode haber, mas fumo
sien fogo nun puode ser

Fogo sem fumo pode haver, mas fumo
sem fogo não pode ser.

Popular – Ditos i Dezideiros

10 L BOMBO



Fázen-me falta las óndias
que me traie l mar de panes

Fazem-me falta as ondas
que me trazia o mar de searas

Fracisco Niebro – “L camino de casa” – *Ars Vivendi Ars Moriendi*

11 L MESTRE GAITEIRO



Ls poetas de tierra nun puoden fazer
poemas de mar i de óndias cun sou bruído,
nien de barcos a perdéren-se ne ls loinges
adonde se cuida que hai mundos por
çcubrir;

Os poetas de terra não podem fazer
poemas de mar e de ondar com seu
muralhar, nem de barcos a perderem-se na
distância onde se pensa que há mundos
por descobrir;

Fracisco Niebro – “Licion de filosofie” – *Ars Vivendi Ars Moriendi*

12 DANÇADORES DE LA RAIA – BUOLTA



Yá nun torno a la cidade, assi, bou-me
afazendo a solo mirar tierra i un die nun la
stranhar;

Já não regresso à cidade, assim, vou-me
habituando a olhar apenas a terra para que
a não estranhe um dia;

Fracisco Niebro – “Loinge, loinge era la cidade ” – *Ars Vivendi Ars Moriendi*

13 DANÇADORES – BUOLTA



Quando l zaspero s'arrama para fuora de nós, solicos nun tenemos fuorça pa l assegurar. Subiete-mos, fai-mos outros a un punto de yá ser mui custoso saber se inda somos nós mesmos.

Quando o desespero salta para fora de nós, sozinhos não temos força para o segurar. Vai além de nós, faz de nós outros a um ponto que é muito difícil saber se ainda somos nós mesmos.

Fracisco Niebro / Amadeu Ferreira – *La Bouba de la Tenerie / Tempo de Fogo*

14 DANÇADORES



Ls bardeiros de San Petersburgo son dun milho armano al de la mie tierra solo eilhi antendi porque se fázen reboļuõnes: todo bem de para adonde se barre la merda.

Os vassouros de São Petersburgo são de um milho igual ao da minha terra apenas ali percebi porque se fazem revoluções: tudo depende para onde se varre a porcária.

Fracisco Niebro – “Teorie de la reboļuõn” – *Pul alrobés de los calhos*

15 DANÇADORES NO SAGRADO



I muita beç passo an pie de la
Gulbenkian solo para cheirar sues
madressilbas, cumo quien precisa de
atar l tiempo cula cuorda de l oulor de
sues madressilbas a assomar-se antre las
árboles

E muitas vezes passo perto da Gulbenkian
apenas para cheirar as suas madressilvas,
como quem necessita de atar o tempo com a
corda do cheiro de suas madressilvas a
assomar-se entre as árvores

Amadeu Ferreira – “Bou até la fin de l mundo por un berso” – *A terra de duas línguas II*

16 PALOTES AL AIRE



Habie selombras bestidas
de la brabura de ls muortos
pantasma de manos chubidas
i pensares calhados.

Havia sombras vestidas
da heroicidade dos mortos
fantasmas de mãos erguidas
e pensamentos absortos.

Amadeu Ferreira – poema “Parada”, 1973 – *Biografia – O Fio das Lembranças*

17 FIN DE DANÇA

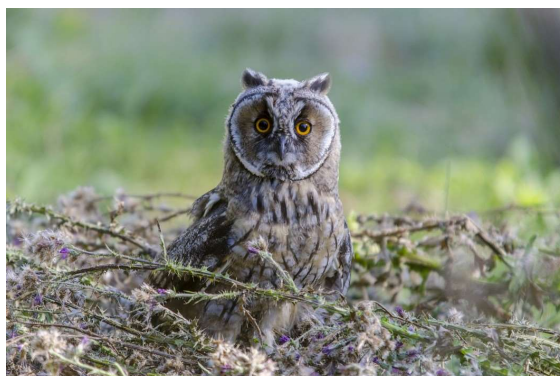


Fiesta pasada, santa oubidada.

Festa pasada, santa esquecida

Dito Dezideiro – Dito popular

18 BUFO PEQUEINHO



Abeixeste pul roixo de ls tomilhos
asperando l sol
deitada cumo un bolo

Abriste ls uolhos i
habien-se sumido las palabras
anialado la Manhã
ne ls palhaços de l tou pelo.

Deziste:
calha-me ls paixaricos
que me duolen las cantigas.

Arredundeste la risa cun
un beiso.

Baixaste pelo roxo dos rosmaninhos
esperando o sol
deitada como um voo

Abriste os olhos
tinham-se sumido as palavras
aninhado a manhã
nos gravetos do teu cabelo.

Disseste:
cala-me os passarinhos
que me doem as cantigas.

Arredondaste o sorriso com
um beijo.

Fracisco Niebro – “remissacos de silêncio” – *Pul atrobés de los calhos*

19 CUNCA



La cunca sola nun ganha
Nien acerta ne l marquito,
Ye la mano que l'amanha
Que ganha ls jogos de fito.

A pedra sozinha não ganha
Nem acerta no marquinho,
É a mão que a amanha
Que ganha os jogos de fito.

Fonso Roixo – *L Purmeiro libro de bersos*

20 BOIEIRA



Ls caminos que fazemos quédan
agarrados a nós. A las bezes, sentimos
gana de ls tornar a caminhar, porque esso
ye bibir.

Os caminhos que fazemos ficam
agarrados a nós. Por vezes sentimos
vontade de os voltar a caminhar, porque
isso é viver.

Fracisco Niebro - *Belheç*

21 L TRONCO



Que más me poderie quedar que la
lhembrância?
Mil palhaço fui la ruga,
Mius lhibros fuolhas que l outonho silba,
Mies modas ban i bénen cul aire:
Ye la mimória feita de matéria de silêncio,
Son palabras sous fincones ...

Que mais me poderia ficar que a
lembrança?
Meu palácio foi a rua,
Meus livros folhas que o outono assobia,
Minhas canções vão e vêm com o vento:
É a memória feita de matéria de silêncio,
São palavras seus menires ...

Fracisco Niebro – “lhéngua” – *Ars Vivendi Ars Moriendi*

22 L CRIADOR I LA CRIAÇON



Capa d'honras ten feitius
Q'ancandilan l mirar,
Talbeç más que tapar frius
Seia un modo de sonhar.

Capa d'honras tem fitios
Que encandeiam o olhar,
Talvez mais que tirar frios
Seja um modo de sonhar.

Fonso Roixo – *L Purmeiro libro de bersos*

23 CAPAS

Ua mai, ua casa i ua capa,
muito tapa.

Uma mãe, uma casa e uma capa,
muito tapa

Dito Dezideiro – Dito popular

24 CAPAS CUN HONRA

La honra que se perdiu, tarde ou nunca se
achou.

A honra que se perdeu, tarde ou nunca se
encontrou.

Dito Dezideiro – Dito popular

25 PENDONES AN FIESTA



hei de çcubrir
 ls atalhos que arródien puls caminos que
 fumus perdendo,
 achar modo de remendar
 las carcanholeiras que tiempo i abandono
 fúrun abrindo,
 amadurar nuobas modas
 adonde puodas chubir al aire ancarambinado
 deste lhargo eimbierno;

hei-de descobrir
 os atalhos que volteiem pelos caminhos que
 fomos perdendo,
 encontrar modo de remendar
 os rotos no calcanhar que tempo e abandono
 foram abrindo,
 amadurecer novas modas
 onde possas subir ao vento enregelado
 deste largo inverno;

Fracisco Niebro – *Ua Lhéngua cunfessa-se, talbeç promessa, quaije jura*

26 L PENDON DE CICUIRO



Ciertas eimaiges, que bíben
 na raiç de la mimória,
 nun mos damos bien de cuenta
 que, an beç de bida, son stória.

Certas imagens, que vivem
 lá na raiz da memória,
 não nos damos bem de conta
 que, em vez de vida, são história.

Fonso Roixo – *L Segundo libro de bersos*

27 PENDONES I DANÇADORES



Pobos hai, sabidos, nobres,
Que hai que coincer purmeiro:
Parécen pequinhos, probes,
Mas cabe alhé l mundo anteiro.

Povos há, sábios, nobres,
Que há que conhecer primeiro:
Parecem pequenos, pobres,
Mas cabe lá o mundo inteiro.

Fonso Roixo – *L Purmeiro libro de bersos*

28 PENDONES DE MIRANDA



Assomei-me a la baranda
Solo por ber la percion,
Tubira quedado andrento,
Nun lhebaba cul pendon.

Assomei-me á varanda
Só por ver a procissão,
Tivesse ficado dentro,
Não levava com o pendão.

Fonso Roixo – *L Purmeiro libro de bersos*

29 L POTE AL LHUME



hei de abaixar
pul camino de las chiçpas até
adonde brua l fuogo ambaixo l carambelo:
alhá bien andrento,
adonde bate l coração de las palabras
i se técen las cuordas de sue boç

hei-de descer
pelo caminho das fagulhas até
onde crepita o fogo debaixo do gelo:
lá bem dentro,
onde bate o coração das palavras
e se tecem as cordas de sua voz

Fracisco Niebro – *Ua Lhéngua cunfessa-se, talbeç promessa, quaije jura*

30 MARCA DE CANTEIRO



cun mius mestres daprendi la houxmildade
de las cousas eissenciais,
essas que solo ye capaz de ber quien nada
achou feito
i todo l tubo que salir de las manos,
esse saber capaz de criar mundos,
tal i qual cumo dízen que dius ua beç fizo.

Com os meus mestres aprendi a
humildade das coisas essenciais,
essas que só é capaz de ver quem nada
encontrou já feito
e tudo lhe teve que sair das mãos,
esse saber capaz de criar mundos,
tal como dizem que deus terá feito uma
vez.

Fracisco Niebro – “ls dies de la Criaçon” – *Ars Vivendi Ars Moriendi*



universidade de aveiro
theoria poiesis praxis